



Corregedoria-Geral da Justiça Federal

**Relatório de Inspeção Ordinária no
Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

**(Portaria n. CF-POR-2012/00184, de 10 de julho de 2012, do
Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal)**

**Brasília-DF
2012**

EDITORAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA

Diretor do Centro de Estudos Judiciários

Maria Raimunda Mendes da Veiga

Secretária do Centro de Estudos Judiciários

Cyva Regattieri de Abreu

Subsecretária de Informação Documental e Editoração

COORDENADORIA DE EDITORAÇÃO

Revisão

Milra de Lucena Machado Amorim – Coordenadora

Ariane Emílio Kloth – Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues – Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Vinicius Pereira Sales Caetano - Estagiário

SUMÁRIO

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO	6
B. ANÁLISE GLOBAL	7
C. ASPECTOS GERAIS DA ANÁLISE	
I - CONTROLES ESTATÍSTICOS.....	10
II - CARGAS OU DEVOLUÇÕES EXCEDIDAS.....	11
III - HORÁRIO DE TRABALHO	11
D. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	
I – GABINETES DOS DESEMBARGADORES.....	12
1. Presidência:	
Desembargadora Federal – MARGA INGE BARTH TESSLER	12
2. Vice-Presidência:	
Desembargador Federal – LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON.....	39
3. Corregedor Regional:	
Desembargador Federal – TADAAQUI HIROSE.....	67
4. Desembargadora Federal – MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	93
5. Desembargador Federal – ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO	119
6. Desembargadora Federal – MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	146
7. Desembargador Federal – EDGAR ANTÔNIO LIPPMANN JUNIOR	179
8. Desembargador Federal – PAULO AFONSO BRUM VAZ.....	208
9. Desembargador Federal – LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	236
10. Desembargador Federal – CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	264
11. Desembargador Federal – NÉFI CORDEIRO	291
12. Desembargador Federal – VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	324
13. Desembargador Federal - JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	355
14. Desembargador Federal – CELSO KIPPER	389
15. Desembargador Federal – OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	427
16. Desembargador Federal – ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA	457
17. Desembargador Federal – LUÍS ALBERTO D’AZEVEDO AURVALLE.....	495
18. Desembargador Federal – JOEL ILAN PACIORNIK	524
19. Desembargador Federal – RÔMULO PIZZOLATTI	556

20. Desembargador Federal – RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	585
21. Desembargadora Federal – LUCIANE AMARAL CORRÊA MUNCH	617
22. Desembargador Federal – FERNANDO QUADROS DA SILVA	651
23. Desembargador Federal – MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	680
24. Desembargador Federal – ROGERIO FAVRETO	712
25. Desembargador Federal – JORGE ANTÔNIO MAURIQUE	742
26. Desembargador Federal – CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	772
27. Desembargadora Federal – VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	804
Gabinete da conciliação	834
Escola de Magistrados	835
Ouvidoria	843

II. UNIDADES PROCESSANTES

Coordenadoria de Juizados Especiais Federais	875
Secretaria de Recursos	881
Secretaria do Plenário, Corte Especial e Seções	891
1ª Turma	899
2ª Turma	907
3ª Turma	914
4ª Turma	921
5ª Turma	928
6ª Turma	934
7ª Turma	940
8ª Turma	950
Secretaria de Registros e Informações Processuais	960

E. GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONTROLE INTERNO	966
I. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	967
II. RECURSOS HUMANOS	990
III. ESTATÍSTICA	998
IV. SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS	1002

V. SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	1005
F. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO.....	1014
ANEXO	1015

A. ABERTURA DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 11.798/08; do art. 3º, inc. III; do Provimento n. 1, de 5 de janeiro de 2009; das Portarias n. 334, de 16 de outubro de 2012, e n. 370, de 13 de novembro de 2012, todas da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou-se a realização de inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, abrangendo as seguintes áreas: 1) prestação jurisdicional; 2) controle interno; 3) tecnologia da informação; 4) estatística; 5) sistemas de distribuição e 6) sistemas de segurança do Tribunal, com relação ao cumprimento da Resolução CNJ 104/2010.

As equipes de inspeção foram designadas pela portaria supramencionada, constante do Processo CF-PCO 2012/258, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Utilizou-se o *hotsite* para apresentar e reunir informações consideradas relevantes, armazenando-se, em um só ambiente *web*, os questionários previamente enviados pela Corregedoria-Geral, que foram preenchidos pelos gabinetes dos desembargadores. Nesse *hotsite* foram agregadas as informações dos processos inspecionados pelas equipes, bem como as impressões gerais dos gabinetes.

Antes do início da inspeção, foram solicitadas estatísticas processuais dos gabinetes dos desembargadores federais e das unidades processantes e a listagem de todos os processos do Tribunal para seleção de amostra. A seleção de processos observou, principalmente, o critério de antiguidade da última movimentação processual.

A inspeção presencial foi realizada no período de 19 a 28 de novembro de 2012, conforme o inc. IV, do art. 21, do Provimento da Corregedoria n. 1/2009, tendo sido designados para a tarefa os Desembargadores Federais Abel Fernandes Gomes (TRF 2ª Região), Luis Carlos Hiroki Muta (TRF 3ª Região), Francisco Barros Dias (TRF 5ª Região), e os Juízes Federais Candice Lavocat Galvão Jobim (1ª Região), Hermes Gomes Filho (1ª Região), e Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa, este ora em auxílio à Corregedoria-Geral.

Para auxiliarem a inspeção foram designados os servidores Afonso de Araújo Campos; Alexandre Gomes Pompeio; Amilar Domingos Moreira Martins; Ana Cecília Oliva de Oliveira; Augusto César Bernardes; Cláudio Oliveira Nascimento; Cristiana Duque de Faria Pereira; Débora Cristina Jardim Vaz, Denise Guimarães Tângari; Divailton Teixeira Machado; Eduardo de Seixas Scozziero; Evilane Prata Antunes Ribeiro Martins; Jane Daniela Cunha; Joelmir Rodrigues da Silva; Júlia Freire Coelho; Luiz Carlos de Rezende;

Mônica Drumond O. Torrent, Osmar Rodrigues de Souza; Paulo José Ribeiro Alves, Paulo Martins Inocêncio; Renato de Oliveira Paes; Roberto Júnio dos Santos Moreira; Rosa Miriam Farias Prysthon; Sérgio dos Santos Lima; Virgínia Cordeiro Baracuí e Zacarias Carvalho Silva.

Para a abertura e acompanhamento da inspeção foram feitas as comunicações e convites à Presidente e ao Corregedor Regional do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao Ministério Público Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil – nas três Seções onde o TRF da 4ª Região possui jurisdição.

Publicou-se a Portaria no Diário da Justiça da União e no sítio eletrônico do Tribunal, em local de destaque nas suas dependências, no período de 12 a 28 de novembro de 2012.

Determinou-se o normal prosseguimento das atividades jurisdicionais e administrativas do TRF 4ª Região durante a inspeção.

A inspeção teve início no dia 20 de novembro de 2012, às 10 horas, tendo sido realizadas constatações *in loco*, com exame por amostragem de autos de processos judiciais e administrativos, instrumentos de contratos, convênios, precatórios, nomeações e requisições de servidores, pagamento de diárias e passagens a magistrados e servidores, convocações de magistrados de primeiro grau efetivadas pelo Tribunal.

B. ANÁLISE GLOBAL

A Presidente do TRF da 4ª Região, Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler, o Vice-Presidente, Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon e o Corregedor Regional, Desembargador Federal Tadaaqui Hirose, foram empossados em 20/6/2011 para exercício no biênio 2012/2013.

De acordo com os dados extraídos do Tribunal, registraram-se 4.560 processos distribuídos em 2012 por magistrado de 2ª grau, para uma média nacional federal de 3.646 processos, ou seja, uma distribuição 25,07% maior em relação à média nacional. A quantidade de processos em tramitação é de 3.250 processos por magistrado, 58,90% abaixo do patamar nacional federal, de 7.907 processos.

A tabela a seguir descreve o acervo de cada desembargador, dividindo-se em processos originários, recursos, agravos de instrumento,

mandados de segurança, medidas cautelares, embargos de declaração extraídos diretamente das bases de dados do Tribunal.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Processos ativos em 28/11/2012

Magistrado (Gabinete)	Orig	Rec	AI	MS	MC	ED	Meta2/2010	ARL*
DF MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	30	1.449	621	3	4	169	0	32
DF ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO (1)	62	486	1	3	0	7	0	2
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE (2)	73	4.259	731	7	6	398	0	36
DF EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JUNIOR	0	0	0	0	0	0	0	0
DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	74	420	1	2	1	9	0	0
DF LUIZ FERNANDO WOVK PENTEADO	57	542	2	5	0	7	0	0
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	28	861	482	5	4	164	0	65
DF NÉFI CORDEIRO	60	7.638	586		2	429	0	13
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	89	498	2	4	0	5	0	0
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	54	6.250	367	1	2	208	0	20
DF CELSO KIPPER	34	6.474	503	3	1	254	0	10
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	28	1.799	421	6	0	213	0	43
DF ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA	60	425	1		0	12	0	1
DF LUIS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	74	5.814	828	14	18	357	0	138
DF JOEL ILAN PACIORNIK	35	3.674	620	8	3	460	0	89
DF RÔMULO PIZZOLATTI	57	2.256	505	5	2	207	0	19
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	28	3.931	515	1	0	278	0	4
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	32	1.029	326	2	3	162	0	27
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	39	4.619	872	19	4	170	0	26
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	75	483	3	4	0	2	0	0
DF ROGERIO FAVRETO	31	5.277	506	1	1	484	0	42
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	36	4.608	815	8	3	1.024	0	349
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	67	3.809	1.145	8	5	416	0	184
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	15	0	0	0	0	0	0	0
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	0	0	0	0	30	157	0	938
DF TADAAQUI HIROSE	0	0	0	0	0	0	0	0
DF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	69	7.797	583	1	3	213	0	11
JF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	34	3.481	884	4	12	391	0	36
Magistrados da TRU	11	548	0	0	0	32	0	5
Total	1.252	78.427	11.320	114	104	6.228	-	2.090

Fonte: Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Dados consolidados pela Assessoria de Planejamento e Gestão, obtidos da Diretoria de Tecnologia de Informação. Inclui os processos eletrônicos

(1) Considerados os processos da Dra Salise Monteiro Sanhotene, convocada a partir do dia 05, no Gab. do Des. Élcio Pinheiro de Castro, em virtude da aposentadoria compulsória do titular, até provimento do cargo vago

(2) Incluídos os processos da TRU

Legenda:

Orig - Processos Originários

Rec - Processos Recursais

AI - Agravos de Instrumento

MS - Mandado de Segurança

MC - Medida Cautelar

SS/SL - Sospensão de Segurança

ED - Embargos de Declaração (apenas aqueles que ainda não tiveram julgamento)

Meta2/2010

ARL - Agravos Regimentais / Legais (apenas aqueles que ainda não tiveram julgamento)

C. ASPECTOS GERAIS DA ANÁLISE

I CONTROLES ESTATÍSTICOS

O TRF da 4ª Região dispõe de um núcleo de estatística vinculado à Assessoria de Planejamento e Gestão – APLANG e tem por objetivo responder às demandas estatísticas de natureza gerenciais da área administrativa e judicial do 1º e 2º graus.

A unidade ainda não tem uma ferramenta própria de extração de dados em funcionamento, mas finalizou a construção de uma ferramenta de relatórios inteligentes conhecida como BI (*Business & Intelligence*) e já iniciou o seu processo de instalação. Foi feito recentemente um treinamento de servidores da área de estatística e de TI para esse fim. A unidade de estatística encontra-se na fase de verificação da consistência dos dados e geração dos primeiros relatórios, que deverão ser disponibilizados aos usuários externos. Ainda não é uma ferramenta disponível para utilização.

Atualmente, as informações são obtidas por meio de consultas aos sistemas processuais da intranet, conhecidas por “Controle de Acervo”, e GEDPRO (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais), bem como pelas solicitações feitas à Diretoria de Tecnologia de Informação, via Central de Pedidos quando os dados não podem ser obtidos por meio de consultas aos sistemas processuais citados. Esses dados, após coletados, são armazenados em banco de dados Excel ou Access. Os bancos de dados e o relatório final são armazenados em diretórios.

A unidade não realiza extração de dados. Essa atribuição é realizada pela Informática por meio de *scripts* específicos desenvolvidos todas as vezes que surgem novas demandas. Os resultados desse levantamento são remetidos à Seção de Estatística, que tem a responsabilidade de consolidar e formatar a informação em planilha Excel.

O núcleo de estatística sempre divulgou todos os dados de processos judiciais da primeira e segunda instâncias em seu sítio, conforme o Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal,. Porém, com a evolução do processo judicial eletrônico, as publicações ficaram defasadas e inconsistentes, pois deixaram de computar, por questão técnica de concepção da aplicação WEB, os dados de processos virtuais. Constatada a inconsistência, a Secretaria de Tecnologia da Informação, em conjunto com a

Estatística, está providenciando a correção dos dados por meio da geração de novos *scripts* de consulta aos bancos de dados dos sistemas físico e virtual. A previsão de entrega com todas as informações é março de 2013.

II CONTROLE DE CARGAS OU DEVOLUÇÕES EXCEDIDAS

O controle de carga e remessa de processos foi normatizado pelo TRF da 4ª Região, na Instrução Normativa n.42-J-04. A praxe observada é a de que os processos são retirados em carga, mediante registro no sistema com impressão de guia de remessa, assinada pelo advogado ou autorizado pelas entidades, e arquivada em secretaria.

No âmbito da maior parte das unidades processantes inspecionadas observou-se que o controle de processos retirados em carga é feito a cada dez dias em algumas secretarias, e mensal em outras, por meio de relatórios estatísticos extraídos no SIAPRO/GEDPRO/e-Proc. Para os casos de não devolução dos autos no prazo legal, as secretarias seguem orientação fixada pela Instrução Normativa n. 42-J-04, que determina a cobrança dos autos inicialmente por meio de contato telefônico, ofícios do diretor da secretaria e do relator, até a expedição de mandado de busca e apreensão.

Em relação às cargas ao MPF (físicos e eletrônicos), sejam para vistas dos autos, para apresentação de parecer ministerial ou para intimação pessoal, havendo atrasos na devolução dos feitos em prazo superior a dois meses, é de praxe a direção de secretaria encaminhar listagem dos processos não devolvidos pela Procuradoria da República ao desembargador federal relator para conhecimento e possíveis providências.

III HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de atendimento externo no TRF da 4ª Região foi normatizado por meio da IN-42-J-04, que estabeleceu o período das 13 às 18 horas para cumprimento por todas as secretarias. Não foi registrado pela equipe de inspeção qualquer descumprimento ao horário fixado.

D. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

I – GABINETES DE DESEMBARGADORES

Os dados abaixo apresentados foram preenchidos pelos próprios gabinetes. Tais dados não foram confrontados pelas equipes da inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, que realizou entrevistas e inspecionou os processos previamente selecionados.

Presidência - Desembargadora Federal MARGA INGE BARTH TESSLER

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargadora Federal MARGA INGE BARTH TESSLER – PRESIDENTE TRF-4ª DESDE 20/06/2011.

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	
Em outras turmas e seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	Desde 27/06/2001

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	Conselho de Administração do TRF-4ª e Conselho da Justiça Federal, ambos desde 20/06/2011
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Plenário Administrativo desde 09/12/1994 e Corte

	Especial Administrativa desde 27/06/2001
--	--

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	período aquisitivo 2006/2007; motivo: remarcação; datas: 31/12/2011 – 09/01/2012 10 dias; 12/01/2012 – 16/01/2012 5 dias; 19/01/2012 – 23/01/2012 5 dias; 26/01/2012 – 29/01/2012 4 dias
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	afastamentos a serviço em 29/05/2012, 29/06/2012 e entre 25/10/2012 e 04/11/2012; curso EMAGIS em 01/12/2011
Período total de afastamento (em meses e dias)	38 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

03 a 31 de maio de 2012. Convocado: Juiz Federal José Paulo Baltazar Junior

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Eliana Paggiarin Marinho, 11/08/2011 até 01/12/2011 e 28/02/2012 e 29/02/2012, convocação em auxílio à jurisdição; Guilherme Pinho Machado, 27/07/2011 até 29/11/2011, convocação em auxílio à jurisdição; Loraci Flores de Lima, 25/07/2011 até 19/12/2011 e 24/01/2012 e 25/01/2012, convocação em auxílio à jurisdição; Marina Vasques Duarte de Barros Falcão, 03/08/2011 até 19/12/2011 e 26/03/2012 e 27/03/2012, convocação em auxílio à jurisdição; Sebastião Ogê Muniz, 30/11/2011 até 19/12/2011 e 27/02/2012 e 28/02/2012, convocação em auxílio à jurisdição; Sérgio Renato Tejada Garcia, 20/06/2011 até 20/06/2013 para a função de auxílio à Presidência no desenvolvimento do processo eletrônico, e 25/07/2011 até 19/12/2011 e 20/03/2012 convocação em auxílio à jurisdição; e Vivian Josete Pantaleão Caminha, 25/07/2011 até 19/12/2011 e 17/01/2012 e 18/01/2012, convocação em auxílio à jurisdição.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Trata-se de indicação pessoal da Presidente, embasada em motivos de ordem técnica, no caso do auxílio à Presidência para o desenvolvimento do processo

eletrônico. Quanto ao auxílio à jurisdição, o critério consistiu na observação da antiguidade dentro do possível, além da especialidade na matéria a ser jurisdicionada.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não preenchido pela unidade.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	71
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	68
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	1
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	2
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	61
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	0
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	20
Número de estagiários (nível superior)	23, sendo que 9 lotados nas turmas recursais dos juizados especiais federais
Número de estagiários (nível médio)	2

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	2, integrantes da assessoria judiciária da Presidência; e 14, integrantes dos gabinetes de auxílio à jurisdição das Turmas
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	37, diretamente na Presidência, excluídos os servidores que atuam

	perante a Ouvidoria, o Sistcon e a Cojef, os quais têm suas funções detalhadas nos questionários específicos de cada uma dessas unidades
--	--

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	a listagem, em face do elevado número de servidores e ocorrências, será apresentada em documento por ocasião da inspeção na unidade.
Outros	a listagem, em face do elevado número de servidores e ocorrências, será apresentada em documento por ocasião da inspeção na unidade.

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Não há.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ-3	4
CJ-2	3
CJ-1	13
FC-6	3
FC-5	17
FC-4	12
FC-3	9
FC-2	0
FC-1	0

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Não há.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

Na assessoria judiciária da Presidência há 4 processos em tramitação para 2 servidores com atuação na atividade fim ($4/2=2$); já nos gabinetes de auxílio à jurisdição das turmas não há processos em tramitação, uma vez que vinculadas as causas aos gabinetes regulares de jurisdição auxiliados; lá, como informado, há 14 servidores com atuação na atividade fim.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (competência) da Turma e Seção

A Magistrada preside o Tribunal e não atua em especialidade.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	sessão regularmente aprazada, só que comumente sem pauta por ter competência restrita
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	14
Atualmente	4

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Não há.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

Não há.

3.8 Número de processos extraviados

Não há.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Não há.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

Três.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-vista	0
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	0

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Não há.

3.13 Número de processos virtuais

Não há.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	
Apelações e remessas oficiais	
Embargos infringentes	
Demais	2 agravos em suspensão de liminar/sentença
Total	2

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	
Total	

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	1
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	incidentes de suspensão de liminar/sentença 3
Revisões criminais	
Total	4

3.17 Número de processos aguardando julgamento em mesa

Agravos legais/regimentais	2
Embargos de declaração	
Total	2

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

Não há.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Em 19/11/2012: Treze.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	1

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 5
Total	5

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 4
Total	4

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 3
Total	3

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 5
Total	5

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 6
Total	6

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 10
Total	10

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 3
Total	3

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 3
Total	3

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 1
Total	1

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 7
Total	7

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 3
Total	3

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	competência da Presidência 6
Total	6

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 56
Total	56

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 4,6
Total	4,6

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	
-------	--

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 7
Total	7

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 9
Total	9

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 3
Total	3

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da

	Presidência 8
Total	8

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 14
Total	14

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 17
Total	17

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 5
Total	5

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 4
Total	4

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
-------	--

Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 3
Total	3

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 5
Total	5

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 9
Total	9

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 9
Total	9

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 102
Total	102

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 8,5
Total	8,5

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Não há processos de conhecimento, apenas incidentes como suspensão de liminar/sentença, avocatórias e votos em matéria constitucional na Corte Especial, versando sobre matéria incidental
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Prejudicado na forma do item anterior
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	1

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	7
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	2
-------	---

3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	18
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	18

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1,5
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1,5

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	competência da Presidência 53/4,4
Total	53/4,4

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	54,5%
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	54,5%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	8,69%
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	8,69%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	11 sessões/ 1 ausência (26/10/2012, presidente em deslocamento por motivo de afastamento a serviço em atividade de representação internacional – visita CJF à República Federal da Alemanha)
Plenário	
Total	11 sessões/ 1 ausência

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	tópico informado pelas secretarias de colegiado
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	tópico informado pelas secretarias de colegiado
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	tópico informado pelas secretarias de colegiado
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos (detalhar conforme o caso)

Não. Volume processual não exige realização/aprofundamento.

3.111 Separação física de processos (detalhar conforme o caso)

Não. Volume processual não exige realização/aprofundamento.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.) (detalhar conforme o caso)

Não. Volume processual não exige realização/aprofundamento.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.) (detalhar conforme o caso)

Não. Volume processual não exige realização/aprofundamento.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ (detalhar conforme o caso)

Sim. Há tratamento prioritário para processos inclusos em meta.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa (detalhar conforme o caso)

Sim. Sobretudo nos casos de agravo em suspensão liminar/sentença com apresentação na sessão seguinte à interposição, conforme previsão legal, salvo nos meses em que o colegiado não se reúne e no mês de outubro deste ano, ausente justificadamente a Presidente, a teor do informado no item n. 3.106.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos (detalhar conforme o caso)

Sim. Na forma do respondido no item anterior.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal (detalhar conforme o caso)

Sim. Na forma do respondido no item 3.115.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe (detalhar conforme o caso)

Sim. Orientação da linha de entendimento para os casos a serem apreciados.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete (detalhar conforme o caso)

Sim. Conforme metas e parâmetros institucionais estratégicos.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete (detalhar conforme o caso)

Sim. Busca-se avaliar o atendimento a prazos e metas a partir do acervo processual existente.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade (detalhar conforme o caso)

Não há necessidade, tendo em vista o reduzido volume processual.

3.122 Controle periódico de produtividade (detalhar conforme o caso)

Não há necessidade, tendo em vista o reduzido volume processual.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas (detalhar conforme o caso)

Não há necessidade, tendo em vista o reduzido volume processual.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Organização de férias: escala, com manutenção da representação de cada setor da unidade, e o critério para a substituição de funções, especialmente assessor e chefe de gabinete, é qualitativo (a substituição é realizada por servidor com conhecimento específico das funções desenvolvidas).

3.125 Procedimento para atendimento de advogados (especificar)

Atendimento direto pela assessoria judiciária da Presidência, dispensando marcação de agenda. Quando o atendimento é feito pela Presidente, tendo em vista a agenda concorrida, realiza-se a marcação.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal (especificar)

Análise, conferência e assinatura pela Presidente por via remota no sistema e-Proc.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

Dois processos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Vice-Presidência Desembargador Federal LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON - Juiz Federal em Auxílio Leandro Paulsen

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON – VICE-PRESIDENTE TRF-4ª DESDE 20/06/2011

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 20/06/2011 Vice-Presidência
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	20/06/2009 - 20/06/2011 Corregedoria

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	
Seção	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 11/06/2006

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	Desde 20/06/2009
Comissões Permanentes	Desde 20/06/2011
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	30/01/2012 - 28/02/2012 02/07/2012 - 31/07/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	afastamento a serviço 20/03/2012; 21/03/2012 a 22/03/2012; 26/06/2012 a 27/06/2012
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Dra. Vania Hack de Almeida 01/12/2011 - 31/08/2012; Dr. Leandro Paulsen 01/09/2012 a 20/06/2013; exercício da função de juiz auxiliar da Vice-Presidência.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Antiguidade.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	26
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	20
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	13
Número de estagiários (nível superior)	13
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	23
Número de servidores em atividade meio (atividades	3

administrativas, motorista etc.)	
----------------------------------	--

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	3
CJ2	2
CJ1	
FC6	1
FC5	7
FC4	6
FC3	1
FC2	
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)
Nenhuma.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

1.098 por servidor.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Tributário/trabalhista/penal/previdenciário/administrativo/civil/comercial.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	
Seção	4
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	1
Outros (especificar quais)	4 Conselho de Administração

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	4.163 em 06/2011
Atualmente	25.531

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	3 - Conselho

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

53.330

3.8 Número de processos extraviados

3.9 Número de ações de restauração de autos

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)
Informação não obtida junto à Diretoria de Informática.

3.13 Número de processos virtuais
19.069.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	
Apelações e remessas oficiais	
Embargos infringentes	
Demais	
Total	

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	
Total	

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	
Ações cautelares	81 ações cautelares desde junho de 2011. Atualmente 3 permanecem em tramitação.
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	

Total	
-------	--

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	1.023
Embargos de declaração	18
Total	1.041

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

4 - Conselho de Administração

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	30 desempates desde junho de 2011. Atualmente 3 remanescentes.
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 1
Total	

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 4
Total	

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 2
Total	

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 1
Total	

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 3
Total	

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 2
Total	

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 2
Total	

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 3
Total	

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 2
Total	

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 4
Total	

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 1
Total	

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 3
Total	

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 28
Total	

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho/Corte 2,3
Total	

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	0
Total	

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 3
Total	

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	0
Total	

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	0
Total	

3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 2
Total	

3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 5
Total	

3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 6
Total	

3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 8
Total	

3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	0 - férias
Total	

3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 4
Total	

3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 3
Total	

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 1
Total	

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 33
Total	

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	Conselho 2,9
Total	

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	7
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	91
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	41
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	180
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	

3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	172
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	244
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	217
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	
-------	--

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	194
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	
Seção	1162
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	96,83
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	
-------	--

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos (detalhar conforme o caso)

Sim. Por matéria e tema observando as prioridades legais.

3.111 Separação física de processos (detalhar conforme o caso)

Sim. Por matéria e tema observando as prioridades legais.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.) (detalhar conforme o caso)

Sim. Planilhas.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.) (detalhar conforme o caso)

Sim. Por matéria e tema.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ (detalhar conforme o caso)

Sim. Separação e análise prioritária.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos (detalhar conforme o caso)

Sim. Prioridade para os feitos com maior tempo de conclusão, atendendo às prioridades legais.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal (detalhar conforme o caso)

Sim. Prioridade para os feitos com maior tempo de conclusão, atendendo às prioridades legais.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete (detalhar conforme o caso)

Sim. Estabelecimento de metas de produtividade.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete (detalhar conforme o caso)

Sim. Estatísticas mensais

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.122 Controle periódico de produtividade (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete (especificar)

Escala de férias organizada de tal forma para quando o titular da função comissionada sair de férias, o substituto realizar efetivamente as atividades pertinentes ao cargo em substituição.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados (especificar)

Atendimento em qualquer horário e dia da semana.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal (especificar)

Envio à Presidência ou, na ausência desta, ao desembargador mais antigo (art. 24, § 4º do Regimento Interno do TRF4ª Região).

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

5. Processos inspecionados

58 processos.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

58 processos.

SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

Produtividade insuficiente diante do volume de trabalho da Vice-Presidência, com crescente fluxo negativo de processos e saldo remanescente significativo, mesmo com o auxílio da Presidência e de juiz convocado.

JUSTIFICATIVA

Insuficiência de uma única Vice-Presidência para tratar do exame de admissibilidade recursal. Proposta de criação de uma segunda Vice-Presidência.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Reformulação do método de trabalho e plano de metas para curto prazo focalizado na redução do acervo existente.

1.2 Pontos positivos encontrados

Espaço físico adequado e percepção de disposição da equipe em resolver o problema a partir da reformulação do método de trabalho.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Falta de controle da produtividade;
- Fluxo permanentemente negativo: META 1 – CNJ; e
- Elevado número de decisões terminativas do relator sem julgamento pelo colegiado.

3 Observações da equipe

O magistrado tem assento no Tribunal Pleno, no Órgão Especial e no Conselho de Administração; e ainda preside as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções do Tribunal.

Assumiu o Gabinete em junho de 2011, após dois anos no exercício da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

O quadro de pessoal é de 39 auxiliares, entre servidores e estagiários. São 26 servidores efetivos e 13 estagiários; com as seguintes funções: três CJ-3, dois CJ-2, um FC-6, sete FC-5, seis FC-4, e um FC-3.

Os levantamentos estatísticos utilizados pela Inspeção abrangem o período-base de novembro de 2011 a outubro de 2012.

No Gabinete, em outubro de 2012, estavam em tramitação 25.531 processos, dos quais 19.069 processos são eletrônicos; existem ainda 53.330 sobrestados por decisões do STF e do STJ.

A distribuição, no período-base, de recursos para admissibilidade pela Vice-Presidência não foi informada por meio do Questionário "A", constando apenas o último número de processos em tramitação (25.531), e o de cautelares distribuídas desde junho de 2011 (81, com três ainda em tramitação).

Também não constam do "Questionário A" os dados de produtividade mensal e dos últimos 12 meses do período de referência. Os dados recebidos do Gabinete, por solicitação avulsa, retratam a distribuição, no período de junho a outubro de 2012, de 30.131 processos. O acervo remanescente informado varia entre 25.531 "Questionário A", 25.089 ("Planilha 1") e 25.243 ("Planilha 2").

Segundo dados do setor de distribuição, em junho de 2011 o total de processos em tramitação na Vice-Presidência era de 3.174, com acúmulo de acervo desde então. Em dezembro de 2011, o montante em tramitação chegou a 18.393 processos e, em outubro de 2012, a 25.272, indicando fluxo altamente negativo, já que entre junho de 2011 e outubro de 2012, o acréscimo de acervo correspondeu a 22.098 processos.

Segundo dados do Gabinete, o número de decisões de admissibilidade/inadmissibilidade de RE/RESP, no período de novembro/2011 a outubro/2012, foi de 23.918; tendo sido proferidas ainda decisões interlocutórias e despachos diversos, inclusive de sobrestamento, no montante de 50.949. Em relatório de produtividade, verifica-se que o juízo de admissibilidade/ inadmissibilidade de RE/RESP tem sido feito, inclusive, pela Presidência da Corte, o que, no entanto, ainda não permitiu a redução do acervo de processos acumulados a partir de junho de 2011.

Em outubro de 2012, havia 6.916 processos conclusos, dos quais 4.921 referentes a juízo de admissibilidade/inadmissibilidade de RE/RESP. Foram enviados à SREC, entre novembro de 2011 e outubro de 2012, 4991 processos "Planilha 2". Existem 1.041 processos pendentes de exame, sendo 1.023 agravos e 18 embargos de declaração. Por amostragem, a inspeção verificou existirem processos da META 2/2009 e 2/2010 - CNJ.

Em termos de organização, considerando que predominam feitos eletrônicos (19.069, frente ao acervo remanescente de 25.531), o espaço físico do Gabinete é suficiente e adequado para o desenvolvimento dos trabalhos administrativos e jurisdicionais. O Gabinete informou existir triagem inicial com separação física de todos os feitos, segundo matéria, tema e prioridades legais,

elaboração de planilhas, avaliação de resultados por meio de estatísticas mensais.

Foram inspecionados 24 processos eletrônicos, além de 20 processos físicos, aleatoriamente escolhidos na ocasião da inspeção, em diferentes fases e classes processuais, somando, portanto, 44 processos efetivamente inspecionados.

A inspeção apurou, nos processos eletrônicos, tendo verificado andamento e decisão, que a tramitação entre a fase de conclusão e a de julgamento de admissibilidade/inadmissibilidade gira em torno de 3 a 6 meses. Todavia, após interposição de agravo, existe tramitação mais lenta até um ano no aguardo do processamento correspondente. Dentre os criminais, cinco processos com réus presos, sem qualquer registro de atraso, com decisões já minutadas e aguardando conferência e assinatura do Vice-Presidente. Outros cinco processos, com réus soltos, encontram-se no aguardo de exame de admissibilidade/inadmissibilidade de RE/RESP há maior tempo, inclusive dois deles há 150 e 180 dias. Nos demais processos (previdenciários, administrativos e tributários), a pendência no exame do RE/RESP chegou a 90 dias, com média de 60 dias.

Recomendações: imediata elaboração de plano de trabalho, com fixação de metas e controle de produtividade, destinados a reduzir urgentemente o acervo de processos em tramitação ao volume existente em junho de 2011, sem prejuízo da priorização dos feitos com preferência legal, e observância de outros critérios objetivos como, por exemplo, data de distribuição ou tempo de conclusão, a fim de permitir maior controle e racionalização dos serviços e do tempo razoável de duração dos processos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Corregedoria Desembargador Federal TADAAQUI HIROSE

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Tadaaqui Hirose.

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	Desde junho de 2011 como Corregedor Regional

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso:

Férias	Período aquisitivo: 2008/2009 - início: 16/07/2012; fim:17/07/2012 (2 dias) 2009/2010 - início: 18/07/2012; fim:20/07/2012 (3 dias) 2009/2010 - início: 22/04/2012; fim:24/04/2012 (3 dias) 2009/2010 - início: 16/04/2012; fim:18/04/2012 (3 dias) 2010/2011 - início: 16/01/2012; fim:14/02/2012 (30 dias) 2011/2012 - início: 18/06/2012; fim: 01/07/2012 (14 dias).
--------	---

Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Sim.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	15
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	15
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	6
Número de estagiários (nível superior)	5
Número de estagiários (nível médio)	1

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	14
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	2
CJ2	1
CJ1	
FC6	
FC5	2
FC4	8
FC3	1
FC2	
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	Seções do Conselho de Administração: 4

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	
Atualmente	

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou do STJ atribuídos ao gabinete

3.8 Número de processos extraviados

3.9 Número de ações de restauração de autos

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

3.13 Número de processos virtuais

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	
Apelações e remessas oficiais	
Embargos infringentes	
Demais	
Total	

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	
Total	

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	
Embargos de declaração	
Total	

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	

3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	
-------	--

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	10/02 - Ausência no dia 22/03/2012 em razão da presença no Fórum de Corregedores da Justiça Federal. Local: TRF2 - Rio de Janeiro. Ausência no dia 28/06/2012 por motivo de férias: de 18/06/2012 a 07/01/2012.
Plenário	10/02 - Ausência no dia 22/03/2012 em razão da presença no Fórum de Corregedores da Justiça Federal. Local: TRF2 - Rio de Janeiro. Ausência no dia 28/06/2012 por motivo de férias: de 18/06/2012 a 07/01/2012.
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.111 Separação física de processos (detalhar conforme o caso)

Não.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.) (detalhar conforme o caso)

Não.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ (detalhar conforme o caso)

Não.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa (detalhar conforme o caso)

Sim. Em havendo a hipótese de levar o processo em mesa.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos (detalhar conforme o caso)

Não.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal (detalhar conforme o caso)

Sim. O critério obedece à competência do feito, considerando os processos de competência do Plenário e da Corte Especial, que tem uma sessão por mês, e os processos de competência do Conselho de Administração, que tem sessão normalmente toda semana.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe (detalhar conforme o caso)

Sim. O Desembargador Federal reúne-se com as equipes que são divididas em setores tais como: setor de afastamentos, correições, inspeções, vitaliciamentos e processos e procedimentos administrativos e secretaria.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete (detalhar conforme o caso)

Sim. As atividades do gabinete são planejadas e estruturadas de acordo com cada área de atuação na Corregedoria, que é setorizada conforme referido no item anterior.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.122 Controle periódico de produtividade (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas (detalhar conforme o caso)

Não.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete (especificar)

A escala de férias dos servidores é realizada de maneira que o Gabinete da Corregedoria Regional tenha sempre, no mínimo, a metade dos servidores. A substituição dos assessores e do chefe de gabinete é feita em forma de rodízio entre os servidores de cada setor da Corregedoria.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados (especificar)

O atendimento de advogados ocorre via *email*, telefone e pessoalmente no Gabinete.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos

urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal (especificar)

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

Desembargadora Federal MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargadora Federal MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde junho de 2007
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	3ª Turma
Seção	2ª Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 11/06/2006

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	Desde julho de 2012
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	17/05/2012 a 15/06/2012
Licenças	Licença Nojo - de 26/06/2012 a 01/07 2012
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

17/05/2012 a 15/06/2012 - Juiz Federal SEBASTIÃO OGÊ MUNIZ

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio (especificando o motivo)

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Antiguidade.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	17
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	21
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Nenhuma.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Competência residual, ou seja, todas as matérias que não são afetas à 1ª, 3ª e 4ª Seções.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	21/06/2007 - 5.526
Atualmente	913

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	886
Seção	23
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	

Outros (especificar quais)	
----------------------------	--

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	803
Seção	17
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

2

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

6

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

2.137

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	3
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	1
Outras situações (especificar quais)	
Total	4

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta 2/2009 - 3

3.13 Número de processos virtuais

766

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	306
Apelações e remessas oficiais	604

Embargos infringentes	19
Demais	4
Total	

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	4
Ações populares	1
Ações de improbidade administrativa	10
Ações civis públicas	30
Ações de desapropriação	3
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	14
Ações penais	
Total	

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	3
Ações rescisórias	9
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	6
Ações cautelares	2
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	3
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	23

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	39
Embargos de declaração	207
Total	246

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

700

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	81
Outros	
Total	81

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	4
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	6

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	549
Seção	10

Órgão/Corte Especial	3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	562

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	372
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	373

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	445
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	451

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	491
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	500

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	545
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	553

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	544
Seção	12
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	556

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	550
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	566

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	575
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	585

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	597
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	606

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	589
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	595

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	489
Seção	13
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	502

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	598
Seção	14
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	613

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	6.344
Seção	114
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6.462

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	528,7
Seção	9,5
Órgão/Corte Especial	0,3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	538,5

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	6

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	9
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	12
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	12
-------	----

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	6
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	3

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	7
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	68
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	71

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	5,7
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5,9

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	157
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	159

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	422
Seção	13
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	435

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	242
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	242

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	182
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	202

3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	323
Seção	2
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	326

3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	415
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	421

3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	552
Seção	

Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	552

3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	317
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	320

3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	373
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	377

3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	551
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	554

3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	481
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	490

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	291
Seção	8
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	299

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	4.342
Seção	70
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4.413

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	361,8
Seção	5,8
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	367,8

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	82
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	86

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	437
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	447

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	254
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	266

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	247
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	250

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	165
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	172

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	114
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	125

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	106
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	109

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	68
Seção	17
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	85

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	111
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	117

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	114
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	119

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	91
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	96

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	109
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	123

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1.898
Seção	97
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	1.995
-------	-------

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	158,2
Seção	8,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	166,3

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	8.147/678,9
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	6.462/538,5

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Quantidade de processos julgados superior à de processos distribuídos.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	243
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	216
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	221

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	188
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	198

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	136
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	316
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	318

3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	170
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	172

3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	171
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	179

3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	253
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	254

3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	300
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	301

3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	242
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	258
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	260

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	250
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	258

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	2.743
Seção	42
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2.785

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	228,6
Seção	3,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	232,1

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	4.826/402,16
Seção	162/13,5
Órgão/Corte Especial	4/0,33
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4.992/416

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	18%
Seção	4,1%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17,3%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	47,7%
Seção	82,7%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	48,1%
-------	-------

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	41/8 - FÉRIAS + LICENÇA NOJO
Seção	24/3
Órgão/Corte Especial	12/5 - FÉRIAS
Plenário	
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos (detalhar conforme o caso)
Sim.

3.111 Separação física de processos (detalhar conforme o caso)
Sim.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.) (detalhar conforme o caso)
Sim.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.) (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal (detalhar conforme o caso)

Não.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.122. Controle periódico de produtividade (detalhar conforme o caso)

Sim.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas (detalhar conforme o caso)

Não.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete (especificar)

Férias alternadas entre a assessoria direta e entre servidores que

trabalham com a mesma matéria.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

As informações sobre o andamento dos processos são fornecidas pelos estagiários; as questões sobre fluxo do processo, entrega de memoriais e pedidos de preferência são atendidas pelo assessor e pelo chefe de gabinete. Quando solicitado pelo procurador, o atendimento é agendado pela Desembargadora.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

São encaminhados para análise do pedido urgente por outro desembargador que compõe a Turma.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

60 processos.

1. SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

Acúmulo de atribuições jurisdicionais.

JUSTIFICATIVA

O Magistrado exerce função de juiz membro do TRE.

SOLUÇÃO PROPOSTA

O acúmulo dessas funções não enseja nenhuma solução a propor, pois todas as funções são exercidas a contento e com compatibilidade.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

Sem observação.

2.2 Pontos positivos encontrados

A situação do gabinete é ótima. Há divisão de trabalho entre funcionários e o fluxo está sob controle. Não há maiores observações a serem feitas.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

Prejudicado.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Dentro da normalidade. Em média 3 a 4 dias para lavratura de acórdãos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Élcio Pinheiro de Castro

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 20/06/2011
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Sétima Turma
Seção	Quarta Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 11/06/2006

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	Desde 20/06/2011
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	2 a 31/05/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	30 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Afinidade com a matéria (penal) e que residam em Porto Alegre (inclusive, para evitar gastos com deslocamento).

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	10
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	7
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	3
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	10
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	0
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	3
Número de estagiários (nível superior)	3
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	8 servidores e 2 estagiários.
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2 servidores e 1 estagiário.

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	0
Outros	

2.5. Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	4
FC3	0
FC2	0
FC1	0

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Zero.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

459 processos divididos por 8 servidores = 57,375 processos.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Matéria Penal (7ª Turma e 4ª Seção).

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês:

Turma	Em regra, 4 sessões por mês (quarta-feira, às 13h30).
Seção	Em regra, 1 sessão por mês (na terceira quinta-feira, às 13h30).
Órgão/Corte Especial	Em regra, 1 sessão por mês (na quarta quinta-feira, às 13h30).
Plenário	Em regra, 1 sessão por mês (na quarta quinta-feira, às 13h30).
Outros (especificar quais)	Conselho de Administração, geralmente, às segundas-feiras, às 14h na sala da Presidência).

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	Em 20/06/2011, 420 processos.
Atualmente	Em 12/11/2012, 459 processos.

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	437
Seção	22
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	201
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Um.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

Um.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

88

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	1
Encaminhados para voto-vista	7
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

3.13 Número de processos virtuais

205

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	
Apelações e remessas oficiais	381
Embargos infringentes	8
Demais	42
Total	431

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	317
Total	317

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	3
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	2
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	13
Mandados de injunção	
Ações penais	1
Demais	
Revisões criminais	2
Total	21

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	
Embargos de declaração	
Total	

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

394

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
-------	--

Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	2
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	1
Outros	
Total	3

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	61
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	65

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	75
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	78

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	71
Seção	6
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	78

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	53
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	56

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	70
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	73

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	121
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	71
Seção	2
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	74

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	114
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	113
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	117

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	131
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	139

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	117
Seção	9
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	128

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	96
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	105

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	110
Seção	12
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1142
Seção	72
Órgão/Corte Especial	6
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1220

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	95,2
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0,5
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	101,7

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	29
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	29

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	6
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	4
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	68
Seção	8
Órgão/Corte Especial	3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	79

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	5,7
Seção	0,7
Órgão/Corte Especial	0,3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6,6

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	17
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	20
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	20

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	26
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	26

3.62. Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	44
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	47

3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	35
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	36

3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	35
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	36

3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	42
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	44

3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	28
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	28

3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	36
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	37

3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	80
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	86

3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	47
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	49

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	58
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	58

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	469
Seção	15
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	485

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	39,1
Seção	1,3
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	40,4

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	1
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	1
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	1
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	3
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	2
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	4
-------	---

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	2
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	5
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	1
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	5
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	2
-------	---

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	2
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	28
Seção	32
Órgão/Corte Especial	
Plenário	1
Outros (especificar quais)	
Total	61

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	2,3
Seção	2,7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	0,1
Outros (especificar quais)	
Total	5,1

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	6028
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	7
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	22
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	22

3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	7
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	20
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	20

3.98. Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	13

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	8
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	119
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	129

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	9,9
Seção	0,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10,8

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	844
Seção	109
Órgão/Corte Especial	14
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	967

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	42,9% - 12 - 28
Seção	3,1% - 1 - 32
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	21,3% - 13 - 61

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	16,8% - 99 - 588
Seção	12,0% - 3 - 25
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16,6% - 102 - 614

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	4 sessões - motivo: férias (de 2 a 31 de maio de 2012).
Seção	1 sessão - motivo: férias (de 2 a 31 de maio de 2012).
Órgão/Corte Especial	1 sessão - motivo: férias (de 2 a 31 de maio de 2012).
Plenário	1 sessão - motivo: férias (de 2 a 31 de maio de 2012).
Total	7 sessões.

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	Das 44 sessões do período, 10 foram realizadas com participação de Desembargador da outra Turma Criminal (8ª Turma) em face de impedimento, suspensões e ausências por motivos justificados.
Seção	Das 12 sessões realizadas no período, apenas uma teve participação para completar quórum (17.09.2012) em face de ausências por motivo justificados de dois integrantes.
Órgão/Corte Especial	10 sessões com a participação de membros suplentes do Órgão.
Plenário	
Total	21

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	1 em 19/09/2012 (cancelada pelo
-------	---------------------------------

	Presidente da 7ª Turma).
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Medidas urgentes (HC, MS) e processos com réu preso têm atendimento prioritário. Os demais processos são triados por matérias (especialização) e encaminhados aos respectivos localizadores.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Medidas urgentes são encaminhadas imediatamente ao assessor para as devidas providências. Os processos de réu(s) preso(s) vão diretamente para a mesa do servidor especializado na respectiva matéria para análise e confecção de minuta de decisão ou de relatório/voto.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. 1- Atenção especial aos processos de réu preso. 2 - Ficha para cálculo e controle da prescrição, fixada na capa do processo. 3 - Planilha gerada mês a mês para acompanhamento do acervo do gabinete. 4 - Contagem física mensal nos armários (localizadores).

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Cada servidor é especializado (conhece/estuda de maneira mais aprofundada) determinado crime, sendo responsável pelos processos que tratam dessa matéria, para análise e confecção da minuta de decisão ou relatório e voto.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Tratamento prioritário. Assim que chega ao gabinete, o processo vai direto para o servidor encarregado, para ser examinado, minutado e pautado.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Após parecer do MP e informações pertinentes, HC, MS, prescrição, conflito de competência e matérias pacificadas, geralmente, são levados na sessão mais próxima.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Conforme cronogramas fornecidos pelas Secretarias (da Turma/Seção/Corte Especial/Plenário).

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Não.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Eventualmente, quando se faz necessário, em razão da relevância do tema a ser tratado (exemplo reestruturação do gabinete, apresentação de novas diretrizes de trabalho, discussão de novas ideias e boas práticas...)

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Reuniões com um servidor, com um pequeno grupo ou coletivas para traçar novas diretrizes de trabalho, abordar questões referentes ao bom andamento do gabinete, apresentar e discutir soluções para os problemas enfrentados.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Mensalmente, conforme resultados obtidos no período (mês) anterior.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Observando-se, sempre, as prioridades legais, novas metas são estipuladas em reunião, tais como, vencer a distribuição mensal e diminuir o acervo, julgando um número maior de processos do que ingressam no gabinete.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Mensalmente, a produtividade dos servidores e, conseqüentemente, do gabinete, de maneira geral, é verificada.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Para atender demandas específicas (mutirão para atacar os processos com distribuição mais antiga e para análise dos processos recebidos para revisão).

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

No intuito de organizar os afastamentos dos servidores, é feito um cronograma de férias do gabinete. Assim, evita-se comprometer o bom andamento do trabalho. Sempre permanece um grupo de funcionários em atividade. Critério para substituição das funções comissionadas antiguidade/merecimento.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Todos os advogados são atendidos sem restrições, com ou sem agendamento de audiência.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Elabora-se minuta de decisão e encaminha-se a um dos desembargadores da Turma ou Seção.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

44 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

O magistrado se aposentou em 1º/11/2012, tendo sido encontrados quatro processos de réus presos com parecer há cerca de seis meses prontos para julgamento e conclusão.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

Prejudicado.

2.2 Pontos positivos encontrados

O fluxo está sob controle.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

Foi verificada a existência de diversas apelações criminais conclusas ao relator, com parecer do Ministério Público Federal, sem movimentação há mais de um ano.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Dentro da normalidade. Em média 2 dias.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargadora Federal MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Em 04/09/2009 - transferência da 8ª para 1ª Turma do TRF em vaga decorrente do falecimento do Desembargador Federal João Surreaux Chagas
Em outras turmas e seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	1ª Turma
Seção	1ª Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 14.05.2002 - segundo informações da DAM

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	membro Tribunal Eleitoral - suplente - 30.06.2009 a 19.06.2011
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	Presidente /COJEF - Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região - de 20.06.2011 até 20.06.2013.
Escola de Magistrados	Membro do Conselho da Escola da Magistratura de 28.02.2003 a 28.02.2005.
Conselhos Administrativos	Membro do Conselho de Administração - titular 04.07.2005 A 08.07.2007
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Corregedoria-Geral da Justiça

	Federal da 4ª Região de 21.06.2007 a 21.06.2009. Membro do Conselho da Escola da Magistratura de 28.02.2003 a 28.02.2005. Designação para integrar comissão/grupo de trabalho para fins de avaliação da proposta de interiorização das turmas recursais
--	---

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	2011/2012 - seq 2 - 05/11/2012 a 11/11/2012 - cancelamento de férias 2011/2012 - seq 2 - 01/02/2012 a 07/02/2012 - interrupção de férias 2011/2012 - seq 2 - 09/01/2012 a 31/01/2012 – marcação 2012/2013 - seq 1 - 22/08/2012 a 22/08/2012 – marcação 2012/2013 - seq 1 - 08/08/2012 a 21/08/2012 – marcação 2012/2013 - seq 1 - 07/08/2012 a 07/08/2012 - interrupção de férias 2012/2013 - seq 1 - 23/07/2012 a 06/08/2012 - marcação
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	afastamento a serviço - 21.09.2012 a 21.09.2012 - (1) dia; afastamento por frequência a curso - 28.06.2012 a 01.07.2012 (4) dias; afastamento em razão de atividades desenvolvidas pelo COJEF no ano de 2012: Florianópolis - 29/11/2012 a 30/11/2012; Brasília - 04/11/2012 a 06/11/2012; Curitiba - 20/10/2012 Curitiba - 18/10/2012 a 19/10/2012; Curitiba - 14/09/2012; Curitiba - 04/10/2012 a 05/10/2012 Florianópolis - 01/10/2012 a 02/10/2012; Florianópolis - 21/09/2012 a 22/09/2012; Curitiba - 09/09/2012 a 14/09/2012; Curitiba - 28/08/2012 a 05/09/2012; Curitiba - 05/07/2012 a 06/07/2012; Florianópolis - 18/06/2012 a 19/06/2012; Curitiba - 12/06/2012 a 15/06/2012; Florianópolis - 17/05/2012 a 18/05/2012; Curitiba -

	19/04/2012 a 20/04/2012; Curitiba - 29/03/2012 a 30/03/2012; Florianópolis - 08/03/2012 a 09/03/2012; Florianópolis - 15/02/2012 A 16/02/2012
--	--

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Juíza CARLA EVELISE JUSTINO HENDGES - Período 23.07.2012 a 21.08.2012

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Antiguidade e jurisdição em matéria tributária

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não exerce.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	17
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	16
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	um cargo vago até 12.11.2012
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	6
Número de estagiários (nível superior)	6
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	atualmente 16 pessoas. O gabinete estava com uma vaga de servidor em aberto que foi preenchida em 12.11.2012.
número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	1 pessoa responsável pelas atividades administrativas do gabinete - ex: elaboração de pauta de julgamentos, recebimento e remessa de processos, controle de acórdãos, acompanhamento à sessão de julgamentos.

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	Alderina Dacas Tasca - 17/11/2011 a 29/11/2011 - licença para tratamento de saúde; Ana Cristina Machado Rosa - 04/07/2012 a 06/07/2012 licença para tratamento de saúde; Andre Luis Durigon - 25/01/2012 a 26/01/2012 - licença para tratamento de saúde; Angela Rumi Steinbruch - 26/08/2012 a 30/08/2012 - licença para tratamento de saúde. 31/08/2012 a 14/09/2012 - licença para tratamento de saúde (prorrogação); Ceres Maria Santos Bittencourt - 06/12/2011 - licença para tratamento de saúde. 07/12/2011 - prorrogação de licença para tratamento de saúde 29/03/2012 a 30/03/2012 - curso promovido pelo TRF (quando superior a 6h/dia); Dinis Desiderato Padilha Lemos - 11/10/2012 - licença para tratamento de saúde 29/10/2012 a 30/10/2012 - licença para tratamento de saúde (prorrogação); Elmo Jose Anflor Junior – 29/02/2012 - licença para tratamento de saúde; Julio Cesar da Silveira Bacchin – 27/01/2012 a 03/02/2012 - licença para tratamento de saúde; Leandro Vidal Nogueira - 02/12/2011 a 06/12/2011 - licença paternidade; Luciana Wurdig – 05/03/2012 - licença para tratamento de saúde 16/04/2012 - licença para tratamento de saúde – prorrogação 01/08/2012 -
----------	--

	licença para tratamento de saúde 17/08/2012 a 20/08/2012 - licença para tratamento de saúde (prorrogação); Maristela Ustra da Silva Soares 22/06/2012 a 26/06/2012 - licença para tratamento de saúde; 21/08/2012 a 24/08/2012 - licença para tratamento de saúde (prorrogação) 22/10/2012 a 23/10/2012 - gozo referente a trabalho eleitoral; Patrícia Lerner Basso 15/03/2012 - licença para tratamento de saúde 20/07/2012 - licença para tratamento de saúde 08/10/2012 - licença para tratamento de saúde; Patrícia Carla Cervi 09/03/2012 - gozo referente a trabalho eleitoral 06/06/2012 - licença para tratamento de saúde 11/06/2012 a 12/06/2012 - licença para tratamento de saúde (prorrogação) 19/10/2012 a 24/10/2012 - licença para tratamento de saúde; Simone Vieira Soares - 04/11/2011 - licença para tratamento de saúde 10/04/2012 - licença para tratamento de saúde 20/07/2012 - licença para tratamento de saúde 26.10.2012 - licença para tratamento de saúde; Wiviane Denardin Visentini Biancon 01/02/2012 a 10/02/2012 - licença para tratamento de saúde
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Não há.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

276,68

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos de natureza trabalhista e tributária, nesta compreendidos os que disserem respeito a obrigações tributárias acessórias (CTN, art. 113, § 2º) e contribuições sociais, inclusive ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Programa de Integração Social. (art. 10, § 1º, do RITRF4)

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	sessões semanais
Seção	1 sessão mensal
Órgão/Corte Especial	1 sessão mensal
Plenário	1 sessão mensal
Outros (especificar quais)	participação em sessão das turmas regionais de uniformização (geralmente mensais)

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	2232
Atualmente	4427

3.4. Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	3751
Seção	36
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	640

3.5. Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	652
Seção	27
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	11-COJEF 3- TRU

3.6. Número de processos baixados em diligência

Não há.

3.7. Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

85

3.8. Número de processos extraviados

Zero.

3.9. Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10. Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1023

3.11. Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	14
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	34
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta 2/2009 (2) processos:

- 1) embargos infringentes n. 2005.04.01.055851-0 (estava sobrestado e será levado a julgamento na sessão da 1ª Seção de 06.12.2012)
- 2) cumprimento de sentença n. 2005.04.01.048368-6 - processo julgado em 03/05/2007. Aguardou julgamento de instância superior e teve seu processamento reativado em 26/07/2012 para cumprimento de sentença.

Meta 2/2012 : (2) processos

processo: 2006.70.00.025789-1 e 2006.70.00.028496-1, autuados no tribunal em 26.07.2007 e 17.08.2007, respectivamente. estão com minutas prontas e serão levados a julgamento na sessão da 1ª Seção a se realizar em 06.12.2012.

3.13 Número de processos virtuais

7504

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	483
Apelações e remessas oficiais	2909
Embargos infringentes	5
Demais	3
Total	3400

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	13
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	1
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	437
Ações penais	
Total	451

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	5
Ações rescisórias	24
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	7
Ações cautelares	3
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	39

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	85
Embargos de declaração	398
Total	483

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

4029

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	1
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	142
Outros	
Total	143

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Não preenchido.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
------------------------	--

Recebidos para voto-vista	
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	403
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	28 - COJEF
Total	432

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	326
-------	-----

Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	63 - COJEF
Total	392

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	382
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	8 - COJEF
Total	392

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	426
Seção	4
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	22 – COJEF 338 - TRU
Total	791

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	469
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	11 – COJEF 181 - TRU
Total	673

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	418
Seção	27
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	6 - COJEF 18 - TRU
Total	469

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	474
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	4 – COJEF 237 - TRU
Total	720

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	462
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	1 – COJEF 7 - TRU
Total	475

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	533
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	3 – COJEF 10 - TRU
Total	555

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	473
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	5 – COJEF 25 - TRU
Total	506

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	418
Seção	3
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	3 – COJEF 125 - TRU
Total	549

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	463
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	6 – COJEF 105 - TRU
Total	578

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5247
Seção	78
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	160 – COJEF 1046 - TRU
Total	6532

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	437,3
Seção	6,5
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	13,3 COJEF 87,2 TRU
Total	544,30

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	23 - COJEF
Total	26

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	21
Total	21

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	19 - COJEF
Total	24

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	52 – COJEF 2 - TRU
Total	60

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	1 – COJEF 1 - TRU

Total	5
-------	---

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	157 COJEF
Total	162

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	2 - COJEF
Total	8

3.52. Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	17
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	14 - COJEF
Total	31

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	12
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	43 - COJEF
Total	55

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	4 COJEF
Total	11

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	16
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	21 - COJEF
Total	37

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	83
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	361 (COJEF/TRU)
Total:	444

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	6,9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	30,1
Total	37,0

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	321
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	321
-------	-----

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	200
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	202

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	75
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	75

3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	808
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	809

3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	484
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	484

3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	413
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	413

3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	756
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	756

3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	309
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	309

3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	378
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	379

3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	194
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	194

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	361
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	375

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	4301
Seção	17
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4319

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	358,4
Seção	1,4
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	359,9

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	174
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	141
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	142

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	145
Seção	15
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	1 - COJEF
Total	162

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	121
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	6 - COJEF
Total	131

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	146
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	151

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	132
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	5 - TRU
Total	135

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	123
Seção	25
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	148

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	81
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	81

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	90
Seção	5
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	96

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	88
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	96

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	192
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	197

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1433
Seção	70
Órgão/Corte Especial	3
Plenário	
Outros (especificar quais)	7 – COJEF 2 - TRU
Total	

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	119,4
Seção	5,8
Órgão/Corte Especial	0,3
Plenário	
Outros (especificar quais)	0,3 - COJEF/TRU
Total	126,3

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5845/ 487,1
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	O gabinete recebeu no período em referência 5.326 processos e julgou 5.825 processos, segundo informação fornecida pelo setor estatístico. Destaca-se que estes dados se referem aos números do gabinete, de modo que não estão computados os distribuídos e julgados no COJEF. Também aqui não estão compreendidos os processos julgados em mesa.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	243
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	
-------	--

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	216
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	221

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	188
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	198

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	136
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	316
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	318

3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	170
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	172

3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	171
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	179

3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	253
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	253

3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	300
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	301

3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	242
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	258
Seção	
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	260

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	250
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	258

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	2743
Seção	42
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2785

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	228,60
Seção	3,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	232,1

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	1979
Seção	60
Órgão/Corte Especial	5
Plenário	
Outros (especificar quais)	510 (COJEF) 565 (TRU)
Total	3119

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	21,7%
Seção	4,3%
Órgão/Corte Especial	66,7%
Plenário	
Outros (especificar quais)	57,1%
Total	21,1%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	56,8%
Seção	16,7%
Órgão/Corte Especial	25,0%
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	41 sessões/ 5 ausências motivo: férias; sessões dos dias 25/01, 01/08, 08/08, 15/08 e 22/08.
Seção	12 sessões/ sem ausência
Órgão/Corte Especial	Corte Especial Judicial:11 sessões/1 ausência em 28.06.2012 - afastamento para participação em curso 28.06.2012 a 01.07.2012. Corte Especial Administrativa: 10 sessões/ 1 ausência afastamento para participação em curso 28.06.2012 a 01.07.2012
Plenário	Plenário Administrativo:10 sessões ordinárias/1 ausência. Afastamento para participação em curso 28/06/2012 a 01/07/2012 02. Sessões extraordinárias/1 ausência para atendimento de compromissos do COJEF em Curitiba 10/09/2012 a 14/09/2012
Total	

3.107 Número de sessões com participação de desembargadores federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	17 sessões; motivo: 12 para compor quórum em decorrência de impedimento; 6 por ausência de desembargador federal, sendo 3 por motivo de realização de correição (08/02, 26/06 e 18/07); 1 por celebração religiosa (26/09); 1 por férias de desembargador federal (5/09); e 1 por falecimento de familiar (25/04). Obs: sessão do dia 08/02/2012 houve uma participação por ausência e uma participação por impedimento e 1 por férias de desembargador federal. Obs: sessão do dia 08/02/2012 houve uma participação por ausência e uma participação por impedimento
Seção	1 sessão com convocação. Motivo: o gabinete não dispõe desta informação.

Órgão/Corte Especial	Corte Especial Judicial:10 sessões com convocação. Motivo: o gabinete não dispõe desta informação.
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	4 falta de quórum
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	2
Outro (especificar quais)	
Total	2

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos são classificados por prioridade (mandado de segurança), pela verificação de risco de perecimento do direito e pela matéria. Destaca-se que a verificação de tratamento prioritário (idade) pelo controle de acervo é ferramenta que tem sido utilizada pelo gabinete desde a sua implementação, possibilitando que seja dispensado tratamento diferenciado aos respectivos processos. A competência da Turma também é verificada no momento da triagem, assim como a existência de prevenção a ensejar eventual redistribuição do feito, bem como a necessidade de manifestação do Ministério Público Federal. Verificada a regularidade formal, bem como a inexistência de hipótese de sobrestamento, os processos são localizados por matéria, com exceção dos agravos de instrumento que permanecem agrupados em um mesmo localizador para análise pelos servidores encarregados.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos físicos são separados por prioridade (agravos, mandado de segurança); assunto (localizador) e espécie recursal, distinguindo-se os processos da 1ª Turma daqueles de competência da 1ª Seção, Corte Especial ou Plenário.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. O controle do conteúdo e situação do acervo se procede pela utilização do sistema do próprio tribunal (controle de acervo), além de levantamento periódico efetuado nos localizadores por matéria.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. A distribuição se dá pela especialização do servidor por matéria. Os agravos de instrumento são distribuídos a três servidores, independentemente do assunto.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. O gabinete sempre mantém controle do cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ. Em relação à meta 01, tal verificação se dá pela própria estatística. A meta 02, a seu turno, procede-se mediante controle de acervo que até pouco tempo era fornecida pelo próprio Tribunal.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos com pedido de vista são levados em mesa na sessão subsequente. Da mesma forma se procede com os processos adiados. Os servidores são orientados a dar prioridade aos embargos declaratórios. Os conflitos de competência também são priorizados.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. O controle de prazo é realizado de forma proporcional à prioridade que o feito requer.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Pedidos de efeito suspensivo e de antecipação de tutela. Matérias iguais e com repercussão no acervo, bem como aqueles que apresentam risco de perecimento de direito. O gabinete faz distinção dos processos com tutela deferida. Os agravos com liminar deferida (tanto físicos quanto eletrônicos) são localizados separadamente, priorizando-se o seu julgamento.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Após, a sessão a desembargadora transmite a jurisprudência da Turma e as diretrizes a serem tomadas em relação à determinada matéria. Igualmente repassa orientações acerca de providências a serem adotadas pelo gabinete com vistas à diminuição do acervo, seja em relação aos processos mais antigos, seja em relação a matérias que representam maior volume.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Semanalmente a assessoria se organiza para estabelecer as prioridades do gabinete. Ex. mutirão de embargos declaratórios.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O exame semanal das estatísticas permite o controle dos resultados obtidos pelo gabinete, bem como a adequação das providências adotadas.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O gabinete trabalha com metas de produtividade conjunta. Tal fixação se procede sempre tendo em conta o volume remanescente e os processos recebidos no mês, sem se descurar do passivo de processos físicos. Salienta-se, neste aspecto, que além de reduzir o acervo de processos eletrônicos, em janeiro de 2011 o gabinete contava com 2.292 processos físicos, tendo este número sido reduzido para 586 processos, segundo última estatística fornecida pelo Tribunal.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O gabinete faz controle estatístico semanal para fins de gerenciamento do acervo - volume de processos/processos mais antigos.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Os servidores fazem mutirão para atendimento de demanda excepcional, a exemplo das hipóteses de embargos declaratórios ou processos mais antigos, bem como aqueles que representam grande volume no acervo (ex: Funrural).

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

As férias dos servidores são organizadas mediante prévia consulta, sendo efetivada escala de modo a conciliar a conveniência do serviço com o interesse do servidor.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Atendimento da assessoria a qualquer hora do expediente externo. Atendimento da desembargadora mediante agendamento de horário ou, no caso de disponibilidade, sem prévio agendamento.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Nos casos de ausência ocasional do desembargador, a assessoria entra em contato com o gabinete do desembargador revisor ou desembargador imediato em antiguidade, conforme determina o art. 59, inc. I, do RITRF 4ª Região.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

93 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.

JUSTIFICATIVA

O Magistrado informou que devido à mudança de Gabinete em 2009 e à necessidade de adaptação pessoal e da equipe à competência tributária, além do fato de o acervo real quando da assunção ser superior ao constante dos registros oficiais do Tribunal, não houve ainda possibilidade de melhor desempenho estatístico, o que deve ser alcançado em curto prazo.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Treinamento de pessoal, além de trabalho conjunto com os demais gabinetes para padronização de votos e divergências, conforme o caso, distribuição de estudo de casos por gabinete e compartilhamento de experiências e pesquisas, com vistas a evitar a superposição de trabalho dentro da mesma turma de julgamento.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1. Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

2.2 Pontos positivos encontrados

Equipe aparentemente motivada e adaptada ao perfil da Magistrada.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Assunção de acervo elevado;
- Complexidade do acervo;
- O número de feitos aguardando exame de pedidos urgentes e julgamento em mesa é significativo, embora não esteja fora de controle, gestão específica nestas duas fases processuais é possível e foi recomendada no relatório final.

JUSTIFICATIVA

A Magistrada informou que o acervo do Gabinete, quando da assunção, era superior ao que constava dos registros oficiais, e que houve, em 2009, a redistribuição de volume de processos que estavam afetos a Juiz Auxiliar da Turma, o que elevou o acervo específico do Gabinete.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Compartilhamento das experiências existentes no Tribunal na gestão de Turma Tributária, identificando eventuais problemas específicos do colegiado, com planejamento de gestão conjunta dos gabinetes, a fim de facilitar a organização do trabalho e a tramitação dos processos.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Média de 2,2 dias para o período de doze meses, abrangidos na inspeção.

3.3 Pontos positivos encontrados

Apesar do volume de feitos em tramitação, existe um nítido empenho da equipe e gestão do Magistrado no sentido de manter fluxo positivo no curto prazo e estabelecer meta de médio prazo para redução do volume de feitos e do tempo de tramitação.

4 Observações da equipe

A Magistrada tem assento no Tribunal Pleno, Corte Especial, 1ª Seção de Direito Tributário, 1ª Turma e Conselho de Administração. Exerce a Presidência da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais – COJEF e a suplência no Tribunal Regional Eleitoral – TRE.

O quadro de pessoal é de 23 auxiliares, entre servidores e estagiários. São 17 servidores efetivos e 6 estagiários; com as seguintes funções: um CJ-3, um CJ-2, um CJ-1, um FC-6, dois FC-5, cinco FC-4, quatro FC-3 e um FC-2.

Os levantamentos estatísticos utilizados pela Inspeção abrangem o período-base de novembro de 2011 a outubro de 2012. Foram listados e inspecionados 79 processos, sendo 58 eletrônicos e 21 físicos; e houve ainda a seleção aleatória de mais 15 processos físicos, resultando no total inspecionado de 94 processos.

A Magistrada assumiu o Gabinete em 4/9/2009, com acervo de 2.232 feitos, possuindo atualmente 4.427 processos em tramitação. A relação número de feitos/número de servidores é de 276,68 processos por servidor.

Considerando o acervo quando da assunção do Gabinete e o atual, o fluxo global foi negativo, porém nos últimos 12 meses houve fluxo positivo (5.326 distribuídos e 5.845 julgados), com redução de acervo.

Existem 4.029 feitos no aguardo de primeiro julgamento, e 483 pendentes de julgamento em Mesa como agravos e embargos de declaração. Não constam processos com lavratura de acórdão em aberto. Segundo dados levantados a partir do sistema processual do Tribunal, o tempo médio de lavratura de acórdão pelo Gabinete é de 2,2 dias, no período abrangido pela inspeção.

O Gabinete indicou a existência de 4 feitos da META 2 CNJ, com previsão de julgamento para 06/12/2012.

Existem 34 processos do acervo sobrestados em virtude de arguição de inconstitucionalidade, 14 em virtude de voto-vista de outro desembargador, e 85 em virtude de decisão do STF/STJ. A Magistrada não possui votos-vista a proferir. Não constam processos pautados e adiados. São 143 processos com pedidos urgentes pendentes de análise entre mandados de segurança e agravos de instrumento e outros.

No acervo dos processos mais antigos do Gabinete, excluídos os de META 2 CNJ, a pesquisa de feitos em tramitação apurou a existência de feitos

distribuídos a partir de 2007 (3), 2008 (19), 2009 (46), 2010 (196), 2011 (1.228) e 2012 (2.654). O acervo físico encontra-se bem organizado; sendo que os processos físicos selecionados para inspeção foram movimentados, inclusive com previsão de data para julgamento; dentre os eletrônicos, alguns processos estão sem movimentação.

Recomendação: Priorização na análise e julgamento de feitos com pedidos urgentes (liminares e antecipações de tutela recursal), os pendentes de julgamento em Mesa, e os de distribuição mais antiga, objetivando permanente fluxo positivo de processos e a redução do acervo.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

**Desembargador Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR
(Juiz Federal Convocado) JOÃO PEDRO GEBRAN NETO**

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Juiz Federal Convocado JOÃO PEDRO GEBRAN NETO (16/01/12 a 16/01/13)

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 16 de janeiro de 2012
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Quarta Turma
Seção	Segunda Seção
Órgão/Corte Especial	

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Comitê Executivo do Paraná do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde - instituído pelo CNJ, desde novembro de 2010

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	24/05/12 a 08/06/12
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Não se aplica.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não se aplica.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Não se aplica.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Sim.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	17
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	16
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	17
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	0

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	1 - Licença-maternidade (01.07.12 a 27.12.12)
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	3
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Zero.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

$3.452 / 17 = 203,05$

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Segunda Seção: Feitos de natureza administrativa, civil e comercial, bem como os demais feitos não incluídos na competência das Primeira, Terceira e Quarta Seções.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	2907
Atualmente	3452

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	3422
Seção	30
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	892
Seção	23
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Três.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

12

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Dois.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1709

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	11
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	5
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	16

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Três.

3.13 Número de processos virtuais

3.279.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	501
Apelações e remessas oficiais	2948
Embargos infringentes	7
Demais	4
Total	3460

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	3
Ações populares	1
Ações de improbidade administrativa	8
Ações civis públicas	63
Ações de desapropriação	17
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	1
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	46
Ações penais	
Total	139

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	3
Ações rescisórias	15
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	6
Ações cautelares	7
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	31

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	73
Embargos de declaração	583
Total	656

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

2858

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.20. Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	2
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	2
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	2
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	43
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	8

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	1038
Seção	15
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1053

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	732
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	738

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	442
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	446

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	515
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	520

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	564
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	573

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	536
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	545

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	562
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	574

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	590
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	602

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	608
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	615

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	601
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	617

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	501
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	507

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	601
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	613

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	7290
Seção	113
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7403

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	605,7
Seção	9,4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	616,9

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	12
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	63
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	63

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	159
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	160

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	13,3
Seção	0,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13,4

**3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 1)**

Turma	344
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	345

**3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	504
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	507

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	116
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	116

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	287
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	290

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	446
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	448

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	400
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	405

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	428
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	428

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	400
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	407

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	540
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	542

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	315
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	318

3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	376
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	380

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	383
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	387

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	4539
Seção	38
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4577

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	378,3
Seção	3,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	381,4

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	153
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	162

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	150
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	158

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	122
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	92
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	97

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	121
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	125

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	111
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	117

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	166
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	171

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	131
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	143

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	184
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	190

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	198
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	209

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	130
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	133

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	129
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	135

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1687
Seção	77
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1764

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	140,6
Seção	6,4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	147

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5.684/473,66
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	7.403/616,9

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	<ol style="list-style-type: none">1) Número elevado de feitos distribuídos - média mensal = 6162);2) Licenças de saúde (inclusive maternidade) de alguns servidores, razão que além de diminuir o número de servidores produtivos, acarreta a redesignação de trabalho com a sobrecarga dos que permanecem

	trabalhando; 3) Excessivos recursos internos interpostos; 4) Alterações da composição da Turma; 5) Adaptação do trabalho em razão da mudança de Julgador; 6) Alteração de servidores.
--	---

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	243
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	216
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	221

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	188
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	198

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	136
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	316
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	318

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	170
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	172

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	171
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	179

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	253
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	254

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	300
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	301

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	242
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	258
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	260

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	250
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	258

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	2743
Seção	42
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2785

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	228,6
Seção	3,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	232,1

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	3797
Seção	120
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3917/12 = 326,4166666 666667

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	31,6%
Seção	14,3%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	30,8%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	43,8%
Seção	47,8%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	43,8%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	1) 05/06/2012 – Férias 2) 24/10/2012 - Participação na Jornada de Direito Comercial, promovida pelo Conselho da Justiça Federal.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	16 sessões com participação de Desembargador Federal convocado
Seção	1 sessão com participação de Desembargador Federal convocado
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	10/04/12 por determinação da Presidência da Turma; 15/05/12 Férias do Dr. Jorge A. Maurique; 29/05/12 Férias do Dr. Luis Alberto Aurvalle e do Dr. João Pedro Gebran; 12/06/12 Férias do Dr. Luis Alberto Aurvalle 07/08/12 por determinação da Presidência da Turma
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	2 sessões extraordinárias: 07/11/2011, 24/10/2012
Seção	Nenhuma
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Processos Eletrônicos = O servidor designado verifica a matéria e o rito para remeter ao MPF para Parecer, nos casos previstos em lei. Não sendo caso de remessa ao MPF, será analisada a matéria e, conforme o servidor que trabalha com o assunto abordado na demanda, o processo será localizado no sistema: 1) No localizador "F" quando há urgência na apreciação do postulado (julgamento do recurso, ou decisão acerca de pedido incidental); 2) No localizador "PP" quando a questão já possui entendimento consolidado ou for caso de prioridade; 3) No localizador "DI" quando o recurso estiver pendente

de decisão inicial.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Processos Físicos = O servidor designado recebe a guia, verifica a matéria e localiza no sistema, passando para a mesa do servidor que trabalha com o assunto abordado na demanda.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Utilização de ferramentas disponíveis nos sistemas Eproc e Gedpro para controle do acervo (n. de recebidos, n. de baixados; mais antigos; sem movimentação; há mais de dez anos); ações coletivas; pendentes com pedido de liminar (concedidas ou não), processos recebidos para voto-vista.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim.

SERVIDOR	LOC Física/Virtual	MATÉRIA	CARGO/ FUNÇÃO
Pablo	MS07 (V07)	Ambiental	Técnico/ FC 04;
Carlos	MS15 (V15)	Possessórias	Analista/ FC 03;
Cláudio	MS03 (V03)	Improbidade/ Medicamentos-	Técnico/ FC 05
Celso	MS09 (V09)	Concurso/Ensino/ conselhos/ BACEN	Analista/FC 04
Eduardo	MS14 (V14)	Serv. Civil	Analista/ FC 03
Edison	MS17 (V17)	Indenização/Civil	Técnico/ FC 06
Fábio	MS11 (V11)	Serv. Militar e Exec./ Emb. Serv. Mil	Técnico - FC 04
Georgina	MS01 (V01)	Assessoria/Magis trado/Servidores	Analista-CJ 03
Karen	MS10 (V10)	SFH	Técnico/ FC 04
Fernando	MS04 (V04)	Assessoria/Magis trado/Servidores	Técnico/CJ 01
Glória	MS05 (V05)	Administrativos Diversos	Técnico/ FC 05
Monica	MS12 (V12)	Pauta/ Mesa/ Int. Eletrôn	Técnico/ FC 02
Natália	MS16 (V16)	Exec. /Emb. Serv. Civil	Técnico/ FC 03

Renata	MS08 (V08)	FGTS/Poupança	Técnico/ FC 03
Roberta	MS06 (V06)	Contratos Bancários	Técnico/ FC 03
Simone	MS02 (V02)	Organização Administrativa	Analista/ CJ 02
Vera	(MS08 –V08)	FGTS/Poupança	Técnico/ -*

Elaboração de minutas, análise de espelhos de pauta** gestão de material, patrimônio e de pessoal, supervisão dos estagiários e conferência de espelhos de pauta e mesa.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Utilização de ferramenta nova acerca das prioridades legais e da Meta (controle de acervo), implementada a partir de 05/10/2012.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Encaminhamento aos servidores, conforme a matéria, para elaboração de minuta ou reencaminhamento aos estagiários. Mutirões periódicos.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Fixação do prazo de até cinco dias para disponibilização da decisão inicial, com atenção especial para os casos urgentes.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. 11.O acervo, verificados os pontos preferenciais acima enumerados, é preparado para julgamento pelos critérios de volume e antiguidade.

- a) Volume de processos que abordam a mesma questão, ou assemelhada;
- b) Ordem de distribuição do feito no TRF.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Sempre que necessário estabelecer nova meta individual ou geral.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Executar o planejamento anual elaborado para o gabinete.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Avaliação mensal.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Revisão das metas sempre que necessário.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Realizado semanalmente.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. A fim de apresentar em mesa todos os embargos de declaração pendentes de julgamento; realiza-se de seis em seis meses, aproximadamente, sempre que for necessário.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Procura-se fazer um revezamento dos períodos de férias mais procurados (em especial janeiro e fevereiro), a fim de equilibrar a força de trabalho. Os cargos comissionados, de igual modo, alternam e ajustam as férias para evitar que todos se ausentem. Os substitutos são previamente definidos e de modo permanente e automático pelo magistrado. Em geral, as substituições das funções de assessoramento são definidas segundo a atividade e a experiência dos servidores.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Os advogados são recebidos por ordem de chegada ao gabinete, não sendo necessário agendamento prévio.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Em geral o juiz convocado despacha todos os pedidos urgentes, mesmo quando não está na sede, tendo em vista a possibilidade de acessar o processo e os documentos a distância. Na eventualidade de não ser possível o acesso, o pedido urgente é encaminhado ao próximo componente do Colegiado, na ordem de antiguidade.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

71 processos

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

Juiz convocado para atuar durante um ano no Gabinete, no período de 16/1/12 a 16/1/13. Situação que enseja provisoriedade, não cabendo, portanto, cobrança aos servidores, uma vez que a equipe acabou sendo desfeita para constituição de nova equipe de trabalho.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Não há como solucionar esse problema até que a situação de afastamento do atual Desembargador seja resolvida. De qualquer modo, seria bom que ficasse o mesmo juiz convocado durante todo o período sem desembargador.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Excesso de afastamento de servidores;
- Dificuldades para atividades de gestão.

JUSTIFICATIVA

Houve diversos afastamentos de servidores por motivo de licença médica/maternidade. A provisoriedade quanto à definição de magistrado dificulta as atividades de gestão.

ANÁLISE DA EQUIPE

Em que pese a gestão provisória, o juiz convocado demonstrou ter acesso direto e aberto com a equipe, demonstrando entrosamento.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que

reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Distribuição desproporcional em relação a outras turmas ou seções;
- Erros de classificação na distribuição, exigindo conferência e correção pelo Gabinete;
- Falta de magistrado em decorrência de vacância ou ausências do titular;
- Alta rotatividade de servidores;
- Fluxo permanentemente negativo: META 1 – CNJ

JUSTIFICATIVA

As turmas de Administrativo têm uma distribuição desigual em relação às demais;

A classificação dos processos é feita pelo próprio advogado, já que o sistema é virtual, e acontecem diversos erros, necessitando de correção pelo gabinete. O titular do gabinete está afastado há aproximadamente três anos, ocasionando a rotatividade dos servidores. A Meta 1 não está sendo observada, tendo em vista os problemas relatados.

ANÁLISE DA EQUIPE

Se a Meta 1 não for observada poderá em pouco tempo comprometer o controle do acervo.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Não ultrapassa o prazo de dez dias.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal PAULO AFONSO BRUM VAZ

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 1º de outubro de 2003
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	8ª Turma
Seção	4ª Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 26 de novembro de 2009

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	Desde 20 de junho de 2011
Coordenação de JEF	22 de junho de 2009 a 20 de junho de 2011
Escola de Magistrados	9 de julho de 2007 a 21 de junho de 2009
Conselhos Administrativos	Conselho da EMAGIS de 18 de fevereiro de 2005 a 8 de julho de 2007
Comissões Permanentes	Comissão de Vitaliciamento - desde 7 de novembro de 2011
Comissão de Concurso	XII Concurso Público para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	9 de janeiro a 7 fevereiro (30 dias); 8 a 10 de fevereiro (3 dias); 9 de julho a 7 de agosto (30 dias); 3 a 6 de outubro (4 dias); 9 a 20 de outubro (12 dias); 23 de outubro a 1 de novembro (10 dias).
Licenças	LTS - de 29 de março a 27 de abril (30 dias).
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	3 meses e 29 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

- 9 de janeiro a 10 de fevereiro - Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz;- 29 de março a 27 de abril - Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz;- 9 de julho a 7 de agosto - Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz;- 3 de outubro a 1 de novembro - Juíza Federal Salise Monteiro Sanchotene.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade e que tenha atuado em Vara Criminal

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	10
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	10
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o	0

serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	0
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	3
Número de estagiários (nível superior)	3
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	9
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	1

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	0
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1 Assessor
CJ2	1 Chefe de Gabinete
CJ1	1 Assessor Adjunto
FC6	1 Diretor de Núcleo
FC5	1 Oficial de Gabinete 1 Supervisor Seção de Apoio ao Gabinete
FC4	4 Assistente Administrativo/Jud IV
FC3	
FC2	
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Zero.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

39.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Criminal

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	1 de outubro de 2003 - 795
Atualmente	351

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	319
Seção	27
Órgão/Corte Especial	5
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	232
Seção	34
Órgão/Corte Especial	3
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Um

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

9 - em 16/11/2012.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

81.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	11
Encaminhados para voto-vista	2
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	13

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta-2/2009 - 01

3.13 Número de processos virtuais

189.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	1
Apelações e remessas oficiais	272
Embargos infringentes	4
Demais	34
Total	311

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	218
Total	218

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	2
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	4
Ações cautelares	1
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	16
Mandados de injunção	
Ações penais	1
Demais	
Revisões criminais	3
Total	27

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	
Embargos de declaração	8
Total	8

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

334.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	1
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	1

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	Em 16/11/2012 - 11
Recebidos para voto-vista	Em 16/11/2012 - 2
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	13

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0

Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	novembro/2011 - 67
Seção	novembro/2011 - 6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	73

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	dezembro/2011 - 73
Seção	dezembro/2011 - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	76

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Janeiro/2012 - 59
Seção	Janeiro/2012 - 5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	64
-------	----

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Fevereiro/2012 - 63
Seção	Fevereiro/2012 - 5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	68

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	Março/2012 - 117
Seção	Março/2012 - 2
Órgão/Corte Especial	Março/2012 - 2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	121

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	Abril/2012 - 72
Seção	Abril/2012 - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	75

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	Mai/2012 - 103
Seção	Mai/2012 - 6
Órgão/Corte Especial	Mai/2012 - 2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	111

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	Junho/2012 - 117
Seção	Junho/2012 - 8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	125

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	Julho/2012 - 131
Seção	Julho/2012 - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	134

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	Agosto/2012 - 125
Seção	Agosto/2012 - 9
Órgão/Corte Especial	Agosto/2012 - 1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	135

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	Setembro/2012 - 95
Seção	Setembro/2012 - 9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	104

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	Outubro/2012 - 108
Seção	Outubro/2012 - 8
Órgão/Corte Especial	Outubro/2012 - 3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	119

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1130
Seção	67
Órgão/Corte Especial	8
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1205

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	94,2
Seção	5,6
Órgão/Corte Especial	0,7
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Novembro/2011 – 6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Dezembro/2011 - 10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Janeiro/2012 -10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Fevereiro/2012 - 4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	Março/2012 - 11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	Abril/2012 - 3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	Maió/2012 - 5
Seção	
Órgão/Corte Especial	Maió/2012 - 1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	Junho/2012 - 1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	Julho/2012 - 2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	Agosto/2012 - 1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	agosto/2012 - 1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	Setembro/2012 - 1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	Outubro/2012 - 2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	54
Seção	2
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	57

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	4,5
Seção	0,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4,8

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Novembro/2011 - 24
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	24

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Dezembro/2011 - 17
Seção	Dezembro/2011 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	18

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Janeiro/2012 - 17
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Fevereiro/2012 - 90
Seção	Fevereiro/2012 - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	93
-------	----

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	Março/2012 - 58
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	58

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	Abril/2012 - 19
Seção	Abril/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	20

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	Maio/2012 - 80
Seção	Maio/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	81

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	Junho/2012 - 27
Seção	Junho/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	28

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	Julho/2012 - 36
Seção	Julho/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	37
-------	----

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	Agosto/2012 - 34
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	Setembro/2012 - 38
Seção	Setembro/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	39

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	Outubro/2012 - 56
Seção	Outubro/2012 - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	58

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	496
Seção	10
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	507

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	41,3
Seção	0,8
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	42,3

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Novembro/2011 - 01
Seção	Novembro/2011 - 01
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	02

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Dezembro/2011 - 3
Seção	Dezembro/2011 - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Janeiro/2012 - 9
Seção	Janeiro/2012 - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Fevereiro/2012 - 2
Seção	Fevereiro/2012 - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	Março/2012 - 8
Seção	Março/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	Abril/2012 - 10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	Maior/2012 - 16
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	Junho/2012 - 7
Seção	Junho/2012 - 5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	Julho/2012 - 6
Seção	Julho/2012 - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	Agosto/2012 - 1
Seção	Agosto/2012 - 6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	7

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	Setembro/2012 - 3
Seção	Setembro/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	Outubro/2012 - 11
Seção	Outubro/2012 - 6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	77
Seção	30
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	107

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	6,4
Seção	2,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8,9

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Processos – 1044 Média - 87,0
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Processos – 1205 Média - 100,4

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	O número de processos físicos de maior complexidade que foram distribuídos (Sistema Financeiro e operações decorrentes de tráfico internacional de entorpecentes)

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Novembro/2011.- 33
Seção	Novembro/2011 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Dezembro/2011 - 15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Janeiro/2012 - 22
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	22

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Fevereiro/2012 - 18
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	18

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	Março/2012 - 40
Seção	Março/2012 - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	42

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	Abril/2012 - 37
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	37

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	Maior/2012 - 32
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	Junho/2012 - 35
Seção	Junho/2012 - 2
Órgão/Corte Especial	Junho/2012 - 1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	38

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	Julho/2012 - 73
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	73

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	Agosto/2012 - 84
Seção	Agosto/2012 - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	85

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	Setembro/2012 - 59
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	59

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	Outubro/2012 - 104
Seção	Outubro/2012 - 6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	110

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	552
Seção	12
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	568

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	46,0
Seção	1,0
Órgão/Corte Especial	0,3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	47,3

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	642
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	2,6%
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	12%
Seção	9,1%
Órgão/Corte Especial	20,0%
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12,0%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	11/4, 18/4 e 25/4 – LTS 11/01, 18/01, 25/01, 01/02, 08/02, 11/07, 18/07, 25/07, 01/08, 07/08, 09/10, 16/10, 23/10 e 30/10 - Férias
Seção	17/09/2012 -Compromisso acadêmico do Curso de Doutorado patrocinado pelo CNJ, na Universidade do Vale do Sinos em São Leopoldo/RS (Ofício n. 03/12 - Gab)
Órgão/Corte Especial	25/10/2012 - Férias
Plenário	
Total	19

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	A ser informado pela Secretaria da 8ª Turma
Seção	A ser informado pela Secretaria da 4ª Seção
Órgão/Corte Especial	A ser informado pela Secretaria da Corte Especial
Plenário	A ser informado pela Secretaria do Plenário
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	A ser informado pela Secretaria da 8ª Turma
Seção	A ser informado pela Secretaria da 4ª Seção
Órgão/Corte Especial	A ser informado pela Secretaria da Corte Especial
Plenário	A ser informado pela Secretaria do Plenário
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	A ser informado pela Secretaria da 8ª Turma
Seção	A ser informado pela Secretaria da 4ª Seção
Órgão/Corte Especial	A ser informado pela Secretaria da Corte Especial
Plenário	A ser informado pela Secretaria do Plenário
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. De acordo com a matéria e servidor que elabora o projeto.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. De acordo com a matéria e servidor que elabora o projeto.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Planilhas obtidas através do controle de acervo.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Por matéria.

Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Prescrição, réu preso, antiguidade na JF, antiguidade no TRF.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. *Habeas corpus* e correições parciais.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Não.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Além dos *Habeas corpus*, os recursos em sentido estrito e apelações com pena de detenção, por serem processos que não necessitam de revisão.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Sempre que necessário uma discussão maior sobre um projeto de voto em elaboração ou quando o grupo achar necessário a participação do Desembargador.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Conforme o gargalo que apresentar a distribuição dos processos recebidos no Gabinete.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Além do número de processos julgados, a manutenção da qualidade dos votos.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Além das metas CNJ, a meta para que o estoque de processos remanescentes no gabinete sejam os mais recentes distribuídos no TRF.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Através do controle de acervo.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Quando o número de processos distribuídos de determinada matéria é

maior e sobrecarrega o servidor.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Assessor - férias no mesmo período do Desembargador. Chefe de Gabinete - em período não coincidente com o do Desembargador. Substituições distribuídas entre os servidores que não estão em férias.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

O Desembargador sempre recebe os advogados, mesmo sem horário marcado.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Nestes casos o processo é apresentado a um dos desembargadores integrantes da 8ª Turma.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

35 processos.

1 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Quadro insuficiente para as necessidades atuais.

JUSTIFICATIVA

- Nos termos das informações do chefe de gabinete e do assessor, o número de servidores é insuficiente, 10 ao todo, incluindo o agente de segurança;

- Há 3 estagiários.

ANÁLISE DA EQUIPE

Levando em consideração o quadro de servidores observado nos demais gabinetes da mesma competência, verificou-se que o número de servidores parece compatível com o acervo e natureza dos processos.

1.2 Pontos positivos encontrados

- A distribuição dos processos no gabinete é feita por matéria.
- Boa organização do gabinete.
- Divisão das atribuições bem delimitadas.
- Bom ambiente de trabalho.

2. ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Erros de classificação na distribuição, exigindo conferência e correção pelo Gabinete;
- Assunção de acervo elevado;
- O Desembargador herdou um elevado e complexo acervo, tendo em vista o grande número de ações envolvendo crimes contra a ordem financeira.

2.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Verificou-se a lavratura no tempo médio de 2 a 5 dias.

2.3 Pontos positivos encontrados

- Rigoroso controle do acompanhamento processual dos feitos em trâmite no gabinete.
- O acervo está bem gerenciado e reduzido.
- São cerca de 340 processos, dos quais em torno de 5 são do ano de 2010 e alguns, perto de 20, de 2011.
- A meta de produtividade existente para o ano de 2012 tem como escopo

acabar com o acervo de 2010 e de 2011.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 16 de setembro de 2002
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	Suplente, desde 11 de setembro de 2010 (reconduzido em 11 de setembro de 2012)

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	Desde 20 de junho de 2011
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	Desde 20 de agosto de 2012
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	3 a 4 de abril de 2011; 9 de janeiro a 7 de fevereiro de 2012; e 25 de junho a 24 de julho de 2012.
Licenças	

Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	2 meses e 2 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

9 de janeiro a 7 de fevereiro de 2012; 25 de junho a 24 de julho de 2012.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não se aplica.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Ordem de antiguidade. Disponibilidade para o período. Preferencialmente com jurisdição ou experiência na matéria penal.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não se aplica.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	10
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	9
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	1
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	3
Número de estagiários (nível superior)	3
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	8 servidores 3 estagiários
---	-------------------------------

Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2
---	---

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	25 a 29 de fevereiro de 2012 (licença paternidade); 01 de março de 2012 (licença tratamento de saúde); 02 a 30 de abril de 2012 (licença tratamento de saúde); 01 a 22 de maio de 2012 (licença tratamento de saúde); 05 de junho de 2012 (licença tratamento de saúde); 03 a 21 de setembro de 2012 (licença tratamento de saúde).
Outros	01 a 03 de dezembro de 2011 (Lei 8.112/90 - afastamento a serviço); 10 a 13 de abril de 2012 (curso de extensão); 01 a 03 de maio de 2012 (curso); 05 de junho de 2012 (curso).

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	4
FC3	
FC2	
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

51,87

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção Penal.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4
Seção	1

Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	2.549
Atualmente	415

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	400
Seção	13
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	276
Seção	36
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	1

3.6 Número de processos baixados em diligência

Um.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

11

3.8 Número de processos extraviados

3.9 Número de ações de restauração de autos

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

70

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	29
Encaminhados para voto-vista	1
Encaminhados para declaração de voto	

Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	30

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

3.13 Número de processos virtuais

188

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	1
Apelações e remessas oficiais	354
Embargos infringentes	05
Demais	28
Total	388

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	295
Total	295

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	1
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	4
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	12
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	

Revisões criminais	2
Total	19

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	
Embargos de declaração	4
Total	4

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

398.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
----------------------------	--

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	11
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	13

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	

Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	64
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	68

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	71
Seção	5
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	77

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	58
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	64

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	72
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	75

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	118
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	66
Seção	7
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	74

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	101
Seção	4
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	106

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	119
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	129

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	130
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	134

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	128
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	133

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	87
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	101

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	108
Seção	4
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	114

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1.122
Seção	72
Órgão/Corte Especial	5
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1.199

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	93,5
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0,42
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	99,92

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.57. Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	16
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	19

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	1,3
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1,6

**3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 1)**

Turma	34
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35

**3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	19
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	21

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	24
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	24

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	33
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	49
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	53

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	37
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	39

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	44
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	44

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	42
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	43

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	45
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	46

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	56
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	58

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	31
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	44
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	50

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	459
Seção	22
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	482

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	38,3
Seção	1,8
Órgão/Corte Especial	01
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	40,2

**3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa
nos últimos 12 meses (Mês 1)**

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	9
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	3
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	3
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	12
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	7
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	6
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	7
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	5
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	6
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	66
Seção	40
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	106

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	5,5
Seção	3,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8,8

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	747/62,3
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	1.199/99,9

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Adaptação à implantação do processo eletrônico, com o qual houve aumento da demanda, ao passo que o número de servidores permaneceu o mesmo.

**3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 1)**

Turma	42
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	46

**3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	33
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	26
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	26

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	34
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	40
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	42

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	49
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	52

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	38
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	38

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	78
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	88

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	66
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	66

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	70
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	71

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	84
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	86

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	574
Seção	22
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	600

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	47,8
Seção	1,8
Órgão/Corte Especial	0,3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	50,0

**3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média
mensal nos últimos 12 meses)**

Turma	869/72,41
Seção	70/5,83
Órgão/Corte Especial	6/0,5
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	945/78,75

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	16,7%
Seção	5,0%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12,3%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	9,9%
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9,4%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	46/8 (férias)
Seção	12/3 (janeiro e julho férias; setembro evento da Emagis)
Órgão/Corte Especial	11/5 (participou nas que foi convocado, já que suplente)
Plenário	Plenário Administrativo: 10/3 (férias)
Total	79/19

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	7
Seção	1 (evento Emagis)
Órgão/Corte Especial	10
Plenário	
Total	18

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	1 - evento de direito penal em Foz do Iguaçu entre 02 e 04 de maio de 2012
Seção	
Órgão/Corte Especial	2 - ausência de quórum
Plenário	Plenário Administrativo: 1
Outro (especificar quais)	
Total	4

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	Plenário Administrativo: 2
Outro (especificar quais)	
Total	2

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Após retorno dos autos do Ministério Público com parecer, os processos eletrônicos vão para localizador 'triagem', sendo realizado exame preliminar para alocá-los, conforme a matéria. Os processos físicos, em menor número, retornam do Ministério Público e sofrem triagem pelos estagiários, sendo encaminhados para o localizador, conforme a matéria. Processos que possuam pedido de provimento liminar são encaminhados ao servidor responsável.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. É feita conforme a matéria.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Utilização da ferramenta 'Controle de Acervo'.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Há servidores que trabalham com determinada(s) matéria(s), outros trabalham conforme a necessidade (processos mais antigos, maior volume no acervo).

Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Processos com réu preso e com prioridade legal são identificados e localizados em setores específicos para que sejam examinados com rapidez.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Em tais processos (*habeas corpus*, embargos de declaração, pedidos de vista, correição parcial) há a orientação de que sejam examinados com certa rapidez.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Quando realizado mutirão.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Processos que tenham data de autuação no Tribunal mais antiga; que tramitam a longo tempo na Justiça; acúmulo de determinada matéria.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Desembargador reporta-se ao assessor e ao chefe de gabinete, os quais repassam as orientações aos demais servidores.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O planejamento das atividades é efetuado ora entre o desembargador e assessor e chefe de gabinete, ora entre estes e os demais servidores.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Praticamente todas as semanas são feitas consultas à estatística para aferir a produtividade do gabinete.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Conforme a necessidade, metas são fixadas para atingimento de determinados fins.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O controle de produtividade não é feito de forma individual, mas geral.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Havendo necessidade, são realizados mutirões para baixar número de processos remanescentes, atacar determinada matéria, processos mais

antigos (no tribunal ou na justiça).

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Com a proximidade do final do ano, é passada lista para que os servidores indiquem as pretensões do período de férias. Busca-se evitar que haja a concomitância de mais de 2 servidores por período. Assessor e chefe de gabinete possuem substitutos preestabelecidos (CJ1 e FC6, respectivamente).

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Encontrando-se o desembargador no gabinete, o advogado é sempre recebido. Na sua ausência, assessor e chefe de gabinete atendem, se assim quiser o advogado.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

No caso de processo eletrônico, o exame e assinatura podem ser feitos a distância. Tratando-se de processo físico, é elaborada minuta de decisão conforme entendimento conhecido do desembargador, sendo efetuado o exame da minuta e a assinatura a distância. Eventual impossibilidade de examinar e assinar, o feito é encaminhado para outro desembargador da turma.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

59 processos.

1 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Quadro insuficiente para as necessidades atuais.

JUSTIFICATIVA

Conforme depreendido durante a inspeção e das informações obtidas com o gabinete, há poucos servidores, sendo um deles agente de segurança e no desempenho da função. Há necessidade de outro servidor para funções eminentemente administrativas.

1.2 Pontos positivos encontrados

A equipe é dividida de modo a ter um servidor monitorando os processos de réus presos e outro acompanhando os relativos ao sistema financeiro nacional, sendo que o Chefe do Gabinete faz uma revisão da produção da equipe antes de submeter ao Desembargador. Os *habeas corpus* e ações originárias são minutados pelo assessor. Há um servidor que faz a triagem dos processos eletrônicos recebidos. A triagem dos processos físicos é feita pelos estagiários. Quanto à gestão da organização do Gabinete, foi visto como organizado, com divisão das atribuições bem delimitadas, gerando um bom ambiente de trabalho.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos

- Falta de controle da produtividade.

2.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Verificou-se a lavratura no tempo médio de 2 a 5 dias.

2.3 Pontos positivos encontrados

Conforme dados do Chefe do Gabinete, estão sendo trabalhados os processos de 2011; os anteriores já estão julgados. Há uma metodologia definida para o controle de prescrição, tanto para os autos físicos, como para os eletrônicos. As remessas para o MPF e para o revisor são feitas de forma imediata pelo Gabinete. Ademais, constatou-se rigoroso controle do acompanhamento processual dos feitos em trâmite no gabinete.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 13/02/2002
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	3ª Turma
Seção	2ª Seção
Órgão/Corte Especial	Suplente, desde 11/09/2012 Suplente, de 27/08/2010 a 10/09/2012

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	Suplente, desde 30/06/2011
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	Conselheiro, desde 20/06/2011
Conselhos Administrativos	Membro efetivo de 22/06/2009 a 20/06/2011
Comissões Permanentes	Regimento Interno, desde 29/07/2011. Regimento Interno, de 03/09/2009 a 28/07/2011
Comissão de Concurso	Titular 13º concurso, entre maio e outubro de 2008. Suplente 12º concurso, entre maio e outubro de 2005
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	16/12/2011 a 08/01/2012 09 a 14/01/2012 23 e 24/02/2012 22 e 23/03/2012 2 e 04/04/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	08 a 10/11/2011 a serviço 06/09/2012 a serviço 22 a 24/10/2012 a serviço
Período total de afastamento (em meses e dias)	01 mês e 11 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	13
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	2
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	14
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas	

suplementares	
---------------	--

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	11
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	4

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	3
FC2	
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Uma FC-3

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Administrativa, Civil e Comercial.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	Em 13/02/2002, 1540
Atualmente	415

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	397
Seção	18
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	638
Seção	26
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Seis.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

181.

3.8 Número de processos extraviados

3.9 Número de ações de restauração de autos

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1990.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	9
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	5
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar) Meta 2/2009 03.

3.13 Número de processos virtuais 325.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	175
Apelações e remessas oficiais	245
Embargos infringentes	8
Demais	1
Total	429

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	3
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	
Total	3

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	4
Ações rescisórias	13
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	2

Ações cautelares	3
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	22

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	85
Embargos de declaração	105
Total	190

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

306.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	1
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	15
Outros	
Total	16

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	4

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	571
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	575

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	394
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	397

3.32. Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	423
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	427

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	505
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	511

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	551
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	556

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	548
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	559

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	564
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	572

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	578
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	585

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	586
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	600

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	600
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	611

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	492
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	503

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	583
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	589

3.42. Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	6395
Seção	90
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6485

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	532,9
Seção	7,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	540,4

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	2
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	48
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	49

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	4,0
Seção	0,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4,1

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	103
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	109

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	323
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	332

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	128
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	130

3.62. Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	101
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	104

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	147
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	154

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	112
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	116

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	174
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	178

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	109
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	112

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	137
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	142

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	135
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	141

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	185
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	194

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	111
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	114

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	1772
Seção	61
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1833

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	147,7
Seção	5,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	152,8

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	360
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	364

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	220
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	222

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	355
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	357

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	389
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	392

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	393
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	395

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	371
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	373

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	397
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	407

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	411
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	413

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	390
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	393

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	450
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	457

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	329
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	333

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	423
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	428

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	4488
Seção	46
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4534

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	374
Seção	3,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	377,8

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	8970 / 747,5
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	6485 / 540,4

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Julgou-se o que foi recebido, em face do baixo acervo do gabinete, ou seja, não havia mais processos a serem julgados.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	346
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	346

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	160
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	160

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	147
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	147

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	100
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	101

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	399
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	399

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	208
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	209

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	249
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	250

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	215
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	216

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	202
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	202

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	192
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	192

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	220
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	221

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	161
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	161

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	2598
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2603

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	216,5
Seção	0,4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	216,9

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	5135 / 427,9
Seção	236 / 19,7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5371 / 447,6

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	27,5
Seção	13,0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	27,4

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	63,5
Seção	56,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	63,3

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	41 / 01 - 21/03/2012 em Brasília
Seção	12 / 00
Órgão/Corte Especial	
Plenário	12 / 05 - em férias ou em eventos da EMAGIS
Total	65 / 06

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	7 - 4ª Turma
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	7

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	04 09/11/2011, 29/08/2012, 24 e 21/10/2012
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	0
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Matéria e prioridade de idade e antiguidade do processo. É o Desembargador quem, pessoalmente, faz a triagem dos processos.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Por matéria e prioridades, nos termos do item anterior.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Exame pessoal do Desembargador em face do baixo acervo do gabinete, hoje não é necessário.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Em relação à matéria, conforme determinação e orientação do

Desembargador.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Idade da parte e do processo.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Julgar na sessão seguinte ao recebimento do processo no gabinete.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Não há necessidade, em face do baixo acervo do gabinete.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Idade da parte e do processo.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Não há necessidade, pois o Desembargador pessoalmente trata dos processos e da distribuição.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Pelo Desembargador, que trata pessoalmente.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Não há necessidade, em face do baixo acervo do gabinete.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Não há necessidade, em face do baixo acervo do gabinete.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Não há necessidade, em face do baixo acervo do gabinete.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Não há necessidade, em face do baixo acervo do gabinete.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Férias e substituição em rodízio, conforme orientação do Desembargador.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

O Desembargador recebe todos os advogados, presentes e/ou mediante agendamento.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Se for o caso, redistribuir ao Desembargador da Turma, mas em último caso.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

23 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

SOLUÇÃO PROPOSTA

Durante os trabalhos de inspeção não foram nominados ou constatados fatores que comprometam as gestões administrativa e jurisdicional, sendo este um gabinete modelo.

1.2 Pontos positivos encontrados

O Gabinete está em equilíbrio de atuação, trabalhando com acervo do dia.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

ANÁLISE DA EQUIPE

As decisões proferidas pelo Desembargador são, na grande maioria, monocráticas, sendo o grau de recorribilidade em torno de 70%.

2.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Normalmente em 24 horas.

2.3 Pontos positivos encontrados

- O acervo está em dia;
- O próprio Desembargador faz a triagem dos processos e distribui entre os servidores;
- A meta individual é o acervo que entra naquele dia;
- O Desembargador conhece todo o acervo e trata pessoalmente os processos mais complexos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal NÉFI CORDEIRO

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Néfi Cordeiro

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 29/06/2012
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	até 28/06/2012 (penal - 7ª Turma e 4ª Seção)

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	6ª Turma
Seção	3ª Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 26/11/2011

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	Desde 13/08/2012 - Membro Suplente da Comissão do XV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região Desde 13/08/2012 - Presidente da Comissão Multiprofissional do XV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª Região.
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	2009/2010 (2) 09/01/2012 a 07/02/2012 2010/2011 (1) 02/07/2012 a 31/07/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	AFASTAMENTO FREQUÊNCIA CURSOS ATÉ 30 DIAS:- 09/04/2012 a 09/04/2012- 02/05/2012 a 04/08/2012- 30/05/2012 a 01/06/2012 AFASTAMENTO A SERVIÇO:- 26/04/2012 a 27/04/2012- 16/05/2012 a 16/05/2012- 08/10/2012 a 08/10/2012 OUTROS AFASTAMENTOS NÃO PREVISTOS EM LEI:- 10/02/2012 a 10/02/2012 (deferido mediante processo de n. 12.000011414-1 para participar do 7º Encontro da APAJUFE)
Período total de afastamento (em meses e dias)	2 meses e 11 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

09/01/2012 a 07/02/2012 e 02/07/2012 a 31/07/2012.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não houve convocação de magistrados em auxílio.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

O critério adotado para indicação de magistrados é a especialidade/antiguidade/possibilidade. A convocação dar-se-á com o deferimento da Presidência.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Instituição: Universidade de Tuiuti do Paraná – UTP

Dia da semana: sexta-feira

Horário: 7h às 11h e 19h30 às 22h30.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	Penal: 10 Previdenciário: 16 com FC e 1 motorista com GAS(gratificação de atividade de segurança)
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	Penal: 10 Previdenciário: 13 e 1 motorista
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	0
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	penal: 10 previdenciário: 13
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	previdenciário: 3 (desde 29/06/2011)
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	Penal: 3 Previdenciário: 5
Número de estagiários (nível superior)	Penal: 3 Previdenciário: 5
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	penal : 9 previdenciário: 11
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	penal 1 previdenciário: 2 e 1 motorista

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	- Cláudia Maria Machado (11464)18/06/2012 a 18/06/2012, arts. 81, I e 83 § 2º, I, da Lei 8.112/90 (c/remuneração, licença motivo doença em pessoa da família)
----------	---

	<p>03/09/2012 a 04/09/2012 arts. 81, I e 83 § 2º, I, da Lei 8.112/90 (c/remuneração, licença motivo doença em pessoa da família) - Claudiane de Nes Olijnyk (11179)</p> <p>22/10/2011 a 18/04/2012 Licença à gestante (art. 185, I, e 207 a 210 da Lei n. 8.112/90)</p> <p>25/05/2012 a 25/05/2012 arts. 81, I e 83 § 2º, I, da Lei 8.112/90 (c/remuneração, licença motivo doença em pessoa da família)</p> <p>03/08/2012 a 03/08/2012 c/ remun. licença motivo doença em pessoa da família; 14/08/2012 a 14/08/2012 c/rem licença motivo doença em pessoa da família 10/09/2012 a 12/09/2012 c/ rem. licença motivo doença em pessoa da família - Janet Maria Marques Correa (11592)</p> <p>14/09/2012 a 14/09/2012 gozo referente a trabalho eleitoral 29/10/2012 a 29/10/2012 - Licença para tratamento de saúde.</p> <p>- José David Vendramin (10297)30/07/2012 a 01/08/2012 Gozo referente a trabalho eleitoral - Luciano Poerdch Frigo 30/09/2012 a 07/10/2012 - ausência em virtude de luto</p> <p>- Isabel Cristina Siekierski (10874)18/06/2012 a 19/06/2012 arts. 81, I e 83 § 2º, I, da Lei 8.112/90 (c/remuneração, licença motivo doença em pessoa da família)</p> <p>- Josandra Maria Vedana (10625)27/01/2012 Compensação de dias trabalhados no Plantão - IN-42-j-05 de 09/01/2008 (ref.: plantão/2010) - Rochelle Liden Lopes (10836) 28/06/2012 a 29/06/2012 Licença para tratamento de saúde, arts. 185, I, d, 202 e 203 da Lei 8.112/90 02/07/2012 a 02/07/2012 c/ remuneração licença motivo doença em pessoa da família, arts. 81, I e 83 § 2º, I, da Lei 8.112/90 - Rosenice Camboim Brittes de Oliveira (10265) 22/10/2011 a 19/11/2011 licença para tratamento de saúde (prorrogação) arts. 185, I, d, 202, 203 e 204 da lei 8.112/90. - Tiago Moreira Salvan (11802)</p> <p>10/04/2012 a 13/04/2012 Curso externo ao</p>
--	--

	TRF Administração Superior 10/09/2012 a 10/09/2012 Licença para tratamento de saúde , arts. 185, I, d 202 e 203 da Lei n. 8.112/90
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1 (penal e previdenciário)
CJ2	1 (penal e previdenciário)
CJ1	1 (penal e previdenciário)
FC6	1 (penal e previdenciário)
FC5	2 (penal e previdenciário)
FC4	4 (penal) 5 (previdenciário)
FC3	4 (previdenciário) penal não possui
FC2	penal não possui
FC1	penal não possui

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Previdenciário: 2 FC-3 e 1 FC-4

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

6726/11= 611,4

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Até 28/06/2012 - PENAL desde 29/06/2012 - PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL

3.2. Número de sessões de julgamento, por mês:

Turma	PENAL: (4 a 5) PREVIDENCIÁRIO: três sessões: julho/2012 e outubro/2012 duas sessões :agosto/2012 e setembro/2012
Seção	PENAL:1 PREVIDENCIÁRIO: 1
Órgão/Corte Especial	Administrativa: 1 sessão : out/2011,nov/2011,dez/2011,fev/2012,mar2012, maio/2012,jun2012,ago2012,set/2012 e out/2012no
Plenário	Administrativo de nov/2011 a out/2012 tivemos 10 sessões
Outros (especificar quais)	Como relator ficou vinculado à 7ª Turma nas sessões dos dias 8/8/2012, 10/10/2012 e

	31/10/2012.
--	-------------

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	Em 29/06/2012 - 4791 processos
Atualmente	Atualmente: 6726 processos

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	6611
Seção	113
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	1088
Seção	258
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

67.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

145.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1097.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	8
Encaminhados para voto-vista	10
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	1

Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	19

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Zero.

3.13 Número de processos virtuais

4202.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	359
Apelações e remessas oficiais	6367
Embargos infringentes	310
Demais	2
Total	7038

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	7
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	21
Ações penais	2
Total	30

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	
Ações rescisórias	44
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	7
Ações cautelares	3
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	

Total	54
-------	----

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	16
Embargos de declaração	516
Total	532

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento 6175.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.22. Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
-------	--

Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	4
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	86
Outros	
Total	90

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	45
Recebidos para voto-vista	4
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	49

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	292
Seção	22
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	314

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	193
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	201

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	289
Seção	23
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	312

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	290
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	295

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	370
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	390

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	310
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	312

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	356
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	376

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	363
Seção	35
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	398

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	740
Seção	47
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	788

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	707
Seção	21
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	728

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	640
Seção	29
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	669

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	813
Seção	101
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	915

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5363
Seção	333
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5698

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	446,9
Seção	27,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	474,8

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	36
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	38

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	3,0
Seção	0,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3,2

**3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 1)**

Turma	202
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	203

**3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	203
Seção	28
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	231

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	228
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	238

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	11
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	88
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	91

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	19
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	19

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	291
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	296

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	261
Seção	61
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	322

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	196
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	196

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	29
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	33

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	360
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	360

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	621
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	621

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	2509
Seção	113
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2622

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	209,1
Seção	9,4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	218,5

**3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa
nos últimos 12 meses (Mês 1)**

Turma	16
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	9
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	47
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	48

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	24
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	24

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	34
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	194
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	197

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	16,2
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16,4

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Total (considerando o mutirão): 4830 Média: 402,5
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Total: 5698 Média: 474,80

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Saímos de um gabinete com especialidade de penal, completamente zerado e assumimos um gabinete previdenciário, onde houve várias trocas de magistrados, com um acervo muito grande. Estamos, atualmente, em previdenciário a contar de 29/06/2012, em fase de conhecimento do acervo e separação dos processos urgentes, dando preferência aos processos de concessão

	de benefício e os pedidos de preferência.
--	---

**3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 1)**

Turma	31
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	32

**3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	21
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	21

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	38
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	38

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	74
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	78

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	16
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	29
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	30

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	47
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	48

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	64
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	66

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	33
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	33

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	21
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	22

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	248
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	252

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	74
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	79

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	696
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	716

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	58,0
Seção	1,7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	59,7

**3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média
mensal nos últimos 12 meses)**

Turma	2474
Seção	244
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2719

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	13,4
Seção	133,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15,2

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	46,1
Seção	39,6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	47,7

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	7ª Turma: 17/01/2012, 24/01/2012, 31/01/2012 e 07/02/2012 - Férias. 6ª Turma: 25/07/2012 - Férias
Seção	
Órgão/Corte Especial	24/11/2011 e 16/12/2012 - Representando o TRF4
Plenário	
Total	7

3.107 Número de sessões com participação de desembargadores federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	6ª Turma - 1
Seção	4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	2

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	6ª Turma - 10
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	Plenário Administrativo: 1
Outro (especificar quais)	
Total	11

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	Plenário Administrativo: 2
Outro (especificar quais)	
Total	2

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Tanto em penal como em previdenciário o procedimento adotado é o mesmo. O processo chega ao gabinete, físico ou eletrônico, é analisado para que se proceda aos atos mais urgentes, depois são devidamente localizados.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Com a troca de especialidade houve um acréscimo considerável em nosso acervo, sendo assim, fez-se necessária a aquisição de vários armários a fim de localizá-los por matéria, já que em penal não havia armários, pois caso não localizados não se teria espaço físico para trabalhar e também quando solicitado os autos para juntada de petições, retiradas de cópias, cargas etc., seria de fácil localização.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Estatística e controle do acervo(no GEDPRO).

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Possuímos servidores que atuam em mutirão por matéria (processos que demandam um olhar especial: concessões de benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão).

Outros servidores por especialidade como, por exemplo, aposentadoria especial, benefício assistencial etc.

Outros servidores por classe como, por exemplo, os agravos.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Penal: metas atingidas.

Previdenciário: com jurisdição a contar de 29/06, procuramos dar tratamento específico à meta do CNJ e quanto à prioridade legal, também, só que na medida do possível, já que o acervo é grande.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Como processos em mesa independem de inclusão em pauta, por si só já justifica a prioridade.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Não. No momento com a quantidade de processos e pelo curto tempo que estamos com a especialidade em previdenciário, precisamos direcionar nossa estratégia de trabalho para outros focos como selecionar os processos urgentes para julgamento, julgar os processos físicos mais antigos etc.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Concessão de benefício e pedidos de preferência.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Realiza reuniões para mudanças de estratégias de trabalho e mudanças de posicionamento.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Conforme numero de processos mais antigos, meta, preferência e concessões de benefício.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Mediante estatística mensal

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Meta mensal é julgar mais processos do que os processos distribuídos no mês para o gabinete.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O controle é mensal, realizado por meio da estatística.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. O gabinete faz mutirão a fim de agilizar os processos que o Magistrado entende serem mais urgentes, tais como: as concessões de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e as pensões.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

As férias são marcadas como convém a cada servidor, claro que devidamente acertado entre titular e substituto. O critério é o da antiguidade no Gabinete.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Atende a todos mediante agendamento, a fim de evitar idas ao gabinete quando o Desembargador estiver em reunião ou sessão. Caso não tenha prévio agendamento e o Magistrado não tenha sessão ou reunião, atende de pronto o advogado.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

É raro acontecer, mas caso ocorra é de fácil solução. O Desembargador é comunicado pelo PSI (ferramenta instalada em seu *notebook* que mantém linha direta de conversação com seu gabinete) do pedido urgente. Se físico, informamos para o Desembargador o n. do processo, ele acessa pelo GEDPRO e despacha o pedido, devidamente assinado (assinatura digital). O gabinete imprime o documento assinado e com o processo encaminha à secretaria. Se o processo for eletrônico, despacha a distância.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

87 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.

ANÁLISE DA EQUIPE

- O Desembargador Néfi Cordeiro tem promovido a atualização dos seus servidores na área previdenciária e possui longa experiência em gestão, o que será de grande valia para enfrentar o desafio que escolheu ao optar por nova competência.

JUSTIFICATIVA

O Desembargador ocupou por mais de dez anos gabinete com competência penal. Recentemente, em 29/6/2012, transferiu-se para um gabinete com competência previdenciária, recebendo um acervo com número elevado e com atrasos no andamento.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Em que pese a recente alteração de gabinetes com competências diversas, o Desembargador possui experiência na área previdenciária e conta com servidores experientes na prática processual. O controle do acervo exigirá o lapso de tempo de alguns meses.

1.2 Pontos positivos encontrados

- 1 - Servidores experientes e dispostos a aprender em nova área de atuação;
- 2 - Experiência exitosa na condução de processos de competência penal e o acervo foi mantido em dia;
- 3 - Interlocução permanente com os servidores para dirimir dúvidas e atualizar entendimentos.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Quadro insuficiente para as necessidades atuais;
- Dificuldade de preenchimento de cargos ou funções vagas.

JUSTIFICATIVA

O quadro atual dos servidores, num total de 16, ainda se encontra com três claros, tendo em vista que o Desembargador atuava em gabinete com competência penal, cujo quadro é de 10 servidores. Diante da elevada carga de trabalho nos gabinetes de competência previdenciária, tem-se encontrado dificuldades em nomear servidores para completar o quadro.

SOLUÇÃO PROPOSTA

O Gabinete tem aceitado servidores, ainda que sem experiência, na área previdenciária, procedendo-se ao treinamento adequado.

ANÁLISE DA EQUIPE

A regularização dos serviços do Gabinete depende de um quadro de servidores completo e treinado, tendo-se em vista a elevada distribuição de feitos nos gabinetes de competência previdenciária. Deve-se buscar auxílio da

Administração para dar preferência para as nomeações dos servidores do Gabinete.

Recomendável, outrossim, a transferência de funções comissionadas para os gabinetes de competência previdenciária para estimular o interesse dos servidores.

2.2 Pontos positivos encontrados

- 1 - Servidores motivados alcançaram as metas de número de julgamento superior às entradas de processos;
- 2 - Disposição de treinamento de novos servidores sem experiência em previdenciário por parte do Desembargador e da Diretoria do Gabinete.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Distribuição desproporcional em relação a outras turmas ou seções;
- Falta de recursos humanos adequados à competência da turma e da seção;
- Assunção de acervo elevado.

JUSTIFICATIVA

- 1 - Os Gabinetes de competência previdenciária vêm experimentando uma elevação na distribuição de processos, em decorrência da instituição do processo eletrônico, que trouxe inúmeras facilidades.
- 2 - O Desembargador já recebeu um Gabinete com elevado acúmulo de processos, bem como com atrasos em seus andamentos.
- 3 - O Desembargador ocupava um gabinete com competência penal, cujo quadro de servidores é inferior ao de competência previdenciária. O elevado número de processos nos gabinetes de competência previdenciária não estimula o aparecimento de servidores interessados em compor o quadro.

SOLUÇÃO PROPOSTA

- 1 - No que diz respeito ao aumento da distribuição, não foi possível avaliar soluções, tendo-se em vista que ainda está em andamento a adaptação à nova matéria.
- 2 - Em relação ao acervo acumulado, ressalta-se que o Desembargador possui experiência na aplicação de sistema de metas e gerenciamento de acervo.

3 - Para complementar o quadro, tem-se aceitado servidores, ainda que sem vivência na matéria, procedendo-se ao treinamento específico.

ANÁLISE DA EQUIPE

Foi constatada uma significativa elevação na distribuição dos feitos, o que tem causado estrangulamento no fluxo de processos, havendo um crescimento negativo em todos os gabinetes de competência previdenciária. Uma solução viável apresentada pelos demais gabinetes da Turma seria a ampliação do quadro de servidores, mediante remanejamento das secretarias e do administrativo.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Os processos são encaminhados para publicação na Secretaria em prazo médio de três dias.

3.3 Pontos positivos encontrados

- 1 - O Desembargador possui experiência na matéria;
- 2 - Disposição do Desembargador e dos servidores de vencerem o desafio e regularizar os serviços do Gabinete;
- 3 - Oferecimento de treinamentos específicos para novos servidores que se habilitarem a integrar o quadro funcional;
- 4 - Não obstante a recente elevação do número de distribuição, o acervo do Gabinete não apresenta processos muito antigos.

4 Observações da equipe

4.1 Boas Práticas

- Interlocução direta entre os magistrados e os servidores, de forma a dirimir dúvidas, uniformizar entendimentos e prestar orientações.

4.2 Constatações

O Desembargador assumiu o Gabinete em 29/6/2012, ou seja, há aproximadamente quatro meses. Durante os últimos dez anos, o Magistrado exerceu suas funções em gabinete com competência penal.

Na situação atual, o novo Gabinete encontrou certo descontrole no que diz respeito ao acervo de processos, sendo que no final do período-base da Inspeção contava com 6.000 processos em tramitação.

Entre as causas para o descontrole do acervo, foi mencionado que no período de 17/3/2010 a 28/6/2012, que antecedeu a posse do Desembargador, houve uma rotatividade de seis ocupantes do cargo, entre desembargadores e juízes convocados.

O quadro de servidores, por sua vez, acompanhou o Desembargador à nova competência, no caso direito previdenciário.

Os servidores passam por período de adaptação e treinamento na nova competência. O quadro da equipe é deficitário com três claros em funções de atividade fim. Está havendo certa dificuldade na nomeação de servidores capacitados para o preenchimento dos cargos, o que tem sobrecarregado o atual quadro de pessoal. Cabe o registro de que nos gabinetes com competência penal o quadro é formado por dez servidores e gabinetes com competência previdenciária, 16 servidores.

Diante da situação verificada, busca-se, no momento, o levantamento e controle de todo o acervo, para o estabelecimento de metas individuais e coletivas, bem como instituição de equipes especializadas por matéria. Já foi instituído um grupo que trabalha por mutirão para o cumprimento das primeiras prioridades, que são as concessões de benefícios e benefício assistencial, seguindo-se para os processos mais antigos e também o exame de medidas de urgência.

A gestão processual verifica, *a priori*, o caráter de antiguidade do processo, conforme a data do ajuizamento em primeiro grau, a seguir, entendimento firmado pelo TRF da 4ª Região.

Até que o Gabinete obtenha o controle do acervo, foi instituída a meta de julgamento de processos em número superior à entrada. Os relatórios apontam que o Gabinete tem aumentado o número de processos julgados, sendo que em outubro de 2012 foram julgados 691 processos contra uma entrada de 789 processos.

Como já verificado em outras Inspeções, os processos provenientes de competência delegada demandam maior atenção e atuação por parte do Gabinete, com inúmeras aberturas de diligências com demoras significativas de atendimento.

No tocante ao cumprimento de Metas-CNJ, a Meta 4 - O Setor de Estatística considera que o cumprimento da meta se faz com a disponibilização do resultado do julgamento no sistema informatizado, acessível às partes, ainda que a publicação possa ultrapassar o prazo de dez dias. Foi realizada uma verificação de dez processos escolhidos aleatoriamente na sessão de julgamento do dia 24/10/2012, em que se constatou que o acórdão restou disponibilizado dentro do prazo de dez dias, embora algumas publicações tivessem ocorrido no dia 08/11/12. No entanto, registre-se que cabe ao Gabinete apenas a remessa do voto dentro de prazo hábil à publicação o que tem sido feito no prazo médio de três dias.

O Gabinete confere prioridade ao julgamento dos processos de ação coletiva. Havia apenas uma ação em andamento no Gabinete no período da inspeção

Os agravos de instrumentos são conclusos em um prazo médio de oito dias entre a distribuição e conclusão. As medidas de urgência são examinadas num

prazo médio de 15 dias entre a conclusão e a publicação, conforme apurado em amostragem de 10 processos físicos.

Constatou-se que o Gabinete não lança a movimentação de simples impulso processual nos autos físicos, sendo feitos os registros apenas no sistema informatizado. Segundo informado, essa prática encontra-se disseminada em todos os gabinetes, de forma a obter celeridade no andamento processual. Eventual ato que importe em intimação das partes ou diligência são registrados nos autos físicos e no sistema. Não se detectou qualquer prejuízo para o andamento processual e para as partes.

Por fim, foi verificado que o gabinete faz triagem de todos os processos distribuídos mediante sistema informatizado, o que permite a identificação de processos prioritários e a natureza de cada um, de forma que são encaminhados para o setor responsável para o devido andamento.

4.3 Recomendação

Após o período de adaptação, deverá o Gabinete adotar plano com adoção de medidas para o gerenciamento do acervo, com estabelecimento de metas individuais e coletivas, julgamentos de processos com prioridade legal e preferência para os mais antigos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Victor Luiz do Santos Laus

1.2. Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Na Oitava Turma, desde 04/9/2009, completando atualmente 3 anos e mais de 2 meses. Na Quarta Seção, desde 03/7/2009, enquanto atuante junto à Sétima Turma, completando atualmente 3 anos e mais de 4 meses.
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Oitava Turma
Seção	Quarta Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 27/5/2010, com recondução a partir de 27/5/2012.

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	Conselheiro na gestão de junho/2009 a junho/2011.
Conselhos Administrativos	Desde junho/2011.
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	períodos de férias regulamentares de 10/4 a 09/5/2012 e 25/7 a 23/8/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	2 meses

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Dois períodos de férias de 30 dias, resultando em 60 dias.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Nenhum.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

A convocação de magistrados é feita observando-se concomitantemente a lista de antiguidade, a especialidade (jurisdição) ou a experiência do juiz na matéria criminal e a sua disponibilidade para o período.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	10 cargos de servidores efetivos.
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	9 servidores efetivos no gabinete.
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	

Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	9 servidores efetivos com cargos ou funções comissionadas
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	1 cargo vago desde 02/6/2012 e sem previsão de preenchimento
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	3
Número de estagiários (nível superior)	5
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	7 servidores e 5 estagiários na atividade fim, além de 1 servidora que trabalha exclusivamente na revisão das minutas elaboradas por aqueles, exceto as do assessor-adjunto, bem como 1 servidora que trabalha com o Plenário Judicial e a Corte Especial Judicial.
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	A servidora que trabalha com o Plenário Judicial e a Corte Especial Judicial também acumula atividades administrativas, inclusive gestão do gabinete, e todas aquelas relacionadas com o Plenário Administrativo, a Corte Especial Administrativa e o Conselho de Administração. Os 5 estagiários dividem seu tempo entre as atividades- fim e meio.

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	1 servidor em licença para tratamento de saúde desde 01/10/2012, que já foi por duas vezes prorrogada, e sem previsão de retorno.
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6. Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	3
FC3	
FC2	
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Uma FC-4 vaga desde junho/2012.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

Considerando 7 servidores exclusivamente na atividade fim e o montante atual de 410 processos em tramitação no gabinete, resultam 58,57 processos por servidor.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Penal.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	normalmente, 4 sessões, realizadas às terças-feiras.
Seção	1 sessão, realizada, em regra, na terceira quinta-feira de cada mês.
Órgão/Corte Especial	1 sessão, realizada, em regra, na quarta quinta-feira de cada mês.
Plenário	1 sessão, realizada, em regra, na quarta quinta-feira de cada mês, apenas se houver processo

	a ser julgado.
Outros (especificar quais)	Conselho de Administração - normalmente, 4 sessões, realizadas, em regra, às segundas-feiras.

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	597
Atualmente	410

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	385
Seção	23
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	239
Seção	32
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Zero.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

Zero.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

59.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	18
Encaminhados para voto-vista	
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	18

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Um na Meta 2/2012, que já se encontra no gabinete do revisor.

3.13 Número de processos virtuais

199.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	1
Apelações e remessas oficiais	331
Embargos infringentes	7
Demais	17
Total	356

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	321
Total	321

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	2, ambos da competência da Corte Especial Judicial, sendo que um se encontra atualmente no Ministério Público Federal e o outro foi recebido por redistribuição em 6/11/2012, sem
-----------------------	---

	pendência de análise liminar.
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	2, sendo que um se encontra atualmente no Ministério Público Federal e o outro foi recebido por redistribuição em 26/10/2012, após a data da última sessão de julgamento.
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	22, sendo que, em gabinete, 1 para provimento liminar e 2 para mérito.
Mandados de injunção	
Ações penais	2, sendo que apenas 1 está em gabinete para processamento.
Demais	1 Inquérito Policial.
Revisões criminais	2
Total	31

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	2 já incluídos em mesa para julgamento.
Embargos de declaração	1
Total	3

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

400.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	2, um já incluído para julgamento e o outro adiado na última sessão.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	1 já incluído para julgamento.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	0

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Nenhum como Relator.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	1 com pedido de vista na última sessão de julgamento da Oitava Turma.
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	2 com pedido de vista no Conselho de Administração, sendo que ambos pendentes de

	cumprimento de diligências.
Total	3

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	71
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	73

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	75
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	77
-------	----

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	45
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	47

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	65
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	69

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	110
Seção	5
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	116

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	78
Seção	3
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	82

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	98
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	105

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	118
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	125

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	133
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	137

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	130
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	97
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	108

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	111
Seção	8
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	120

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1131
Seção	63
Órgão/Corte Especial	3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1197

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	94,3
Seção	5,3
Órgão/Corte Especial	0,3
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	99,8

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência,

prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	8
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	68
-------	----

Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	72

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	5,7
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	29
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	32

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	23
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	28

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	19
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	21

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	35
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	36

**3.63. Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	43
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	48

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	48
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	52

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	53
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	53

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	42
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	46

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	42
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	47

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	50
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	55

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	40
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	40

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	47
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	53

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	471
Seção	40
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	511

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	39,3
Seção	3,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	42,6

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	18
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	18

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	9
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	12
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	112
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	118

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	9,3
Seção	0,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9,8

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	1074 /89,5
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	1197 /99,8

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Gabinete com um servidor a menos na lotação ideal há 6 meses, ao que se somam os afastamentos regulares (férias) e inesperados (licenças) dos demais, bem assim a dedicação exclusiva de uma servidora durante 7 meses para o trabalho em processos de uma grande Operação, ainda não finalizada, de outra servidora que apenas revisa minutas e outra que divide seu tempo com as atividades administrativas, de modo que o gabinete funcionou com a média mensal de 5 servidores e 3 estagiários com dedicação integral para elaboração de minutas. A isso é acrescentável a complexidade dos feitos criminais, em regra.

3.89. Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	26
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	27

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	20
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	21

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	25
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	25

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	57
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	58

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	33
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	33

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	33
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	54
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	55

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	45
Seção	5
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	51

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	48
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	48

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	127
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	129

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	44
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	47

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	56
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	56

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	568
Seção	15
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	584

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	47,3
Seção	1,3
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	48,7

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	1000 /83,3
Seção	65/5,42
Órgão/Corte Especial	4 /0,33
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1069/89,08

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	13,4% (15 de 112).
Seção	50% (03 de 06).
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15,3% (18 de 118).

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	11,4% (107 de 938).
Seção	17,4% (08 de 46).
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	11,7% (115 de 985).
-------	---------------------

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	46 /09, por motivo de férias.
Seção	12 (doze)/02 (duas), por motivo de férias.
Órgão/Corte Especial	Judicial: 11/03, 2 por motivo de férias e 1 por compromisso oficial. Administrativa: 10 /1 , por motivo de férias.
Plenário	Judicial: 0. Administrativo: 12 /02 , por motivo de férias.
Total	91 /17. Não foram incluídas as sessões do Conselho de Administração: 29 /08 , por motivo de férias e compromissos oficiais.

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	7, por motivo de impedimento de outros Desembargadores Federais.
Seção	1, por motivo de regulares afastamentos de outros Desembargadores.
Órgão/Corte Especial	10, por motivo de regulares afastamentos.
Plenário	
Total	18

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	1, cancelada em razão de encontro criminal.
Seção	
Órgão/Corte Especial	Judicial: 2, canceladas por ausência de quórum.
Plenário	Administrativo: 1, cancelada por ausência de quórum.
Outro (especificar quais)	
Total	4

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	Administrativo: 2
Outro (especificar quais)	Conselho de Administração: 1
Total	3

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. É feita uma triagem inicial dos processos distribuídos ou redistribuídos ao gabinete pelos estagiários e revisão pela assessoria ou diretamente pela assessoria no caso dos processos eletrônicos, com saneamento desde então e destaque de detalhes já observados de plano (controvérsia, complexidade, prioridade, prescrição, dentre outros). Após, no retorno com parecer ministerial, é feita uma triagem minuciosa pelos servidores especializados, com identificação concreta da controvérsia, eventuais nulidades, cálculo de prescrição e verificação de prioridades.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos da competência da Oitava Turma são separados por matéria e encaminhados aos servidores especializados, que os subdividem por prioridades (prescrição, réus presos, idosos, mais de 10 anos na Justiça Federal e sentenças absolutórias) e complexidade. Os *habeas corpus*, mandados de segurança, agravos em execução e de instrumento e correições parciais são encaminhados à assessoria-adjunta. Os processos da competência da Quarta Seção são encaminhados a uma servidora especializada. Os processos da competência do Plenário Judicial e Administrativo, Corte Especial Judicial e Administrativa e Conselho de Administração são encaminhados à assessoria.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. É realizado um controle de processos físicos e eletrônicos em planilhas, com separação por crimes envolvidos quando da competência da Turma ou por competência nos demais casos (Plenário, Corte Especial, Conselho de Administração e Quarta Seção), após uma triagem minuciosa, com identificação de prioridades (urgências, réus presos, idosos, há mais de 10 anos na Justiça Federal, dentre outros), complexidade e marco prescricional.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Dentre os processos da Oitava Turma, há servidores especializados por matéria (crimes), exceto *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança, Agravo em Execução e de Instrumento e Correição Parcial, de atribuição da assessoria-adjunta. Já os processos do Plenário, Corte Especial e Conselho de Administração ficam sob a responsabilidade da assessoria e os processos da Quarta Seção de uma servidora especializada.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. É realizada a distribuição com aviso de prioridade para o servidor especializado, caso seja detectado de plano, ou há a identificação pelo próprio servidor a quem foi distribuído para a triagem minuciosa, com monitoramento da assessoria.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos para inclusão em mesa (*habeas corpus*, correição parcial, embargos de declaração, vistas, adiados, dentre outros) são priorizados pelo servidor responsável, conforme orientação da chefia.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Há fixação de metas e monitoramento do acervo eletronicamente. No momento, estamos trabalhando para encaminhar a julgamento, até o final do ano, os processos com distribuição no Tribunal em 2010.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Além das preferências legais, é observada a antiguidade de distribuição no gabinete e na Justiça Federal e a iminência de ocorrência de prescrição. É também priorizado o julgamento de embargos de declaração, recursos criminais em sentido estrito, apelações em absolvições sumárias, agravos regimentais e em execução, questões de ordem, vistas, adiados, embargos infringentes e revisões criminais. Processos para decisão terminativa também são encaminhados com prioridade.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O Desembargador Federal administra regularmente o gabinete em conjunto com as suas chefias e participa de reuniões com o grupo sempre que necessário ou mesmo para dar retorno do trabalho desempenhado.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Considerando o monitoramento mensal do acervo do gabinete, são verificadas as necessidades emergenciais de saneamento, mudança de foco de processos conforme a quantidade ou prioridade, bem assim troca de especialização do servidor ou estagiário por dificuldade de adaptação ou vontade de aprimorar novas matérias. O planejamento é feito em conjunto - assessoria, chefia de gabinete, servidores e estagiários - com monitoramento pela assessoria.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Mensalmente são reavaliados pelas chefias os pontos positivos e negativos do período, com retorno aos servidores e estagiários, tomando-se medidas de saneamento, a modo de melhorar o desempenho da equipe e a distribuição do trabalho.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Há fixação de metas ao grupo através do levantamento do acervo sob a responsabilidade de cada um dos servidores e estagiários e das prioridades, com monitoramento da distribuição do trabalho e da produtividade e desempenho do grupo pelas chefias.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. A produtividade é avaliada pelas chefias, considerando a complexidade dos feitos, com identificação de eventuais dificuldades individuais ou da equipe.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Sempre que se faz necessário o grupo é unido para o saneamento do gabinete.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

É elaborada anualmente uma planilha de pretensão de férias, sendo que a assessoria e chefia gozam férias preferencialmente em janeiro e fevereiro de cada ano. Excluídos os meses de janeiro e fevereiro, tendo em conta que a movimentação de processos é maior e o número de servidores na lotação ideal aquém do necessário, é solicitado que não haja mais de duas concomitâncias por período, com eventuais exceções. As substituições das funções comissionadas são distribuídas a todos os servidores do gabinete, conforme disposição e merecimento, sendo que as de assessoria e chefia preferencialmente por servidores que demonstrem habilidades e responsabilidade para as atividades a serem desempenhadas.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

O atendimento de advogados em gabinete é feito pela assessoria sem prévio agendamento, ou na sua ausência pela chefia do gabinete ou assessoria-adjunta, e pelo Desembargador Federal, preferencialmente com agendamento prévio.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

No caso de eventual ausência presencial do Desembargador Federal, os pedidos urgentes, em regra, são despachados pelo próprio Desembargador por acesso remoto e comunicação direta com o gabinete e, excepcionalmente, por Desembargador Federal da mesma especialidade.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

56 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Dificuldade e demora no deslocamento ao Tribunal (trânsito, distância residência/tribunal).

JUSTIFICATIVA

Diante da insuficiência do número de servidores no gabinete da especialidade criminal, foi informado que o Desembargador renunciou à vaga de agente de segurança para ter, em seu lugar, um servidor a mais na preparação de minutas de decisão.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Quadro insuficiente para as necessidades atuais.
- Dificuldade de preenchimento de cargos ou funções vagas.

2.2 Pontos positivos encontrados

A equipe é bem organizada, dividida por matéria, sendo que a Chefe do Gabinete cuida da revisão das minutas antes de submetê-las ao Desembargador, bem como das sessões; presta assessoria ao Magistrado e administra as atividades do Gabinete.

Há um servidor designado para os casos de urgências e *habeas corpus*. Os estagiários cuidam das situações padronizadas. Há um servidor e três estagiários destacados para os casos de réus presos e de tráfico de drogas (geralmente, os presos são destes processos).

Quanto à organização, o Gabinete se encontra com divisão das atribuições bem delimitadas e com bom ambiente de trabalho.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Falta de recursos humanos adequados à competência da Turma e Seção.
- Erros de classificação na distribuição, exigindo conferência e correção pelo Gabinete.
- Elevado número de decisões terminativas do relator sem julgamento pelo colegiado.

JUSTIFICATIVA

Para as situações acima mencionadas, a justificativa apresentada foi a de que os erros de classificação verificados no gabinete são oriundos, em sua maioria, da DPF e da 1ª instância. Com relação ao elevado número de decisões terminativas, essas apresentam baixo índice de recursos.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Verificou-se a lavratura no tempo médio de 2 a 5 dias.

3.3 Pontos positivos encontrados

Rigorous controle do acompanhamento processual dos feitos em trâmite no Gabinete. O acervo é constituído de baixa quantidade de processos, em torno de 410, sendo que, quanto à idade, há meta de acabar com aqueles concernentes a 2009 e a 2010.

O acervo é controlado com o uso de tabelas do sistema e próprias da equipe, tanto para os autos físicos, como para os eletrônicos. São monitorados os prazos prescricionais, os casos de réus presos, a idade do acervo (tanto no que tange à data de distribuição no Tribunal, como àquela referente à distribuição na 1ª instância). Há uma meta interna de terminar, ainda neste ano, com os processos físicos do sistema financeiro nacional e da ordem tributária.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira

1.2. Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 06/02/2004.
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Sexta Turma
Seção	Terceira Seção
Órgão/Corte Especial	Corte Especial (Membro Suplente desde 11/09/2006 e eleito como membro efetivo em 27/08/2010, com mandato a partir de 11/09/2010 e reconduzido em 11/09/2012). Membro Suplente do Conselho de Administração do Tribunal, desde 20/06/2011.

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	Vice-Coordenador dos JEFs, desde 06/2011.
Escola de Magistrados	Membro do Conselho da Escola de Magistratura, no período junho/2007 a junho/2011.
Conselhos Administrativos	Membro Suplente do Conselho de Administração do Tribunal, desde 20 de junho de 2011.
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	Período aquisitivo: 2011/2012 -1 Período de gozo: 22 a 26-06-2012; 28-06-2012 a 03-07-2012; 06 a 10-07-2012; 12 a 17-07-2012; 21 a 24-07-2012 e 27 a 30-07-2012.
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	30

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Nenhum nos últimos 2 anos.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Juíza Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, ora Desembargadora Federal deste Tribunal, no período de 25/07/2011 a 19/11/2011, através do Ato n. 438, de 19 de julho de 2011, da Presidência desta Corte, para atuar na função de auxílio ao TRF, junto a este Gabinete, nos processos de competência da Sexta Turma.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Afinidade com a matéria e antiguidade

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	17
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	nenhum
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	nenhum

Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	nenhum
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	16
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	nenhum
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	nenhum

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	5, mais 1 cedido pela DRH, temporariamente, em razão do número elevado de licenças saúde e maternidade no período.
Número de estagiários (nível médio)	1 com caráter social (oriundo do Programa de Educação pelo Trabalho - convênio do TRF4 com a Fundação de Atendimento Socioeducativo).

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	Nesta data, 11 servidores efetivamente trabalhando na atividade fim (2 afastados em razão de licenças frequentes, dada a gravidade dos problemas e 2 em razão da licença maternidade - estes 4 desempenham atividade fim) com variação para menos, por curtos intervalos (também em razão de problemas de saúde) e 4 estagiários
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2 servidores (1 com função exclusiva de motorista e 1 na organização e acompanhamento das pautas de julgamento e controle de assinatura e remessa de acórdãos) e 2 estagiários (demais rotinas administrativas)

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	<ol style="list-style-type: none">1) Adriana Florian Ardenghi - Licença para tratamento de saúde - Período: 14-09-2012 a 14-09-2012;2) Andrea Nunes Silva - Licença para tratamento de saúde/prorrogação - períodos: 26-06-2012 a 26-06-2012; 25-09-2012 a 28-09-2012; 17-10-2012 a 19-10-2012; 24-10-2012 a 31-10-2012 e 06-11-2012 a 20-11-2012;3) Arthur Bayard Nunes Ramos - Licença para tratamento de saúde - período: 12-03-2012 a 12-03-2012;4) Cristiane Hoffmann Sanzi - Licença para tratamento de saúde - período: 09-07-2012 a 13-07-2012;5) Cristiano Menezes Pereira - Licença para tratamento de saúde - períodos: 24-09-2012 a 24-09-2012 e 09-11-2012 a 13-11-2012;6) Daniela Pastre Camargo - Licença para tratamento de saúde - período: 18-07-2012 a 18-07-2012 e Licença com remuneração por motivo de doença em pessoa da família - período: 06-08-2012 a 08-08-2012;7) Eduardo Antônio Mariante - Licença para tratamento de saúde - períodos: 24-11-2011 a 24-11-2011 e 17-10-2012 a 17-10-2012;8) Paola Franco Pasqualini - licença para tratamento de saúde/prorrogação - período: 17-10-2012 a 16-11-2012;9) Paulo da Silva Severo - Licença para tratamento de saúde - período: 04-09-2012 a 06-09-2012;10) Tatiana Moraes Mafessoni - Licença para tratamento de saúde/prorrogação - períodos: 16-07-2012 a 03-08-2012 e 27-08-2012 a 11-09-2012 e Licença à Gestante - período: 12-09-2012 a 10-03-2013;11) Viviane Poitevin Mélega - Licença à gestante - período: 25-05-2012 a 20-11-2012;12) Zenone Szydloski - Licença para tratamento de saúde/prorrogação - período: 08-08-2012 a 10-08-2012.
Outros	<ol style="list-style-type: none">1) Adriana Florian Ardenghi - Compensação de recesso por acúmulo justificado - Período: 16-11-2011 a 16-11-2011;2) Andrea Nunes Silva - Gozo referente a trabalho eleitoral - período: 21-11-2011 a 24-11-2011;3) Carlos Dirceu Cabreira Neves - Participação em curso promovido pelo TRF (quando superior a 6h/dia) - períodos: 29-03-2012 a 30-03-2012 e 05-06-2012 a 05-06-2012;4) Clemente Tanajura de Deus Martinez -

	<p>Compensação por serviço extraordinário - período: 30-10-2012 a 31-10-2012;</p> <p>5) Eduardo Antônio Mariante - Participação em curso promovido pelo TRF (quando superior a 6h/dia) - período: 29-03-2012 a 30-03-2012;</p> <p>6) Paola Franco Pasqualini - Compensação de dias trabalhados no plantão - períodos: 16-11-2011 a 17-11-2011 e 22-06-2012 a 22-06-2012 e Gozo referente a trabalho eleitoral - períodos: 28-06-2012 a 29-06-2012; 31-08-2012 a 31-08-2012; 27-09-2012 a 28-09-2012; 01-10-2012 a 01-10-2012 e 11-10-2012 a 11-10-2012;</p> <p>7) Rejane Santiago de Castro - Compensação de dias trabalhados no plantão - período: 05-12-2011 a 05-12-2011 e Licença em virtude de luto - período: 23-07-2012 a 30-07-2012;</p> <p>8) Tatiana Moraes Mafessoni - Compensação de dias trabalhados no recesso - período: 16-11-2011 a 18-11-2011 e Participação em curso promovido pelo TRF (quando superior a 6h/dia) - período: 05-06-2012 a 05-06-2012;</p> <p>9) Tânia Gluchuk Pires - Compensação de dias trabalhados no recesso - período: 03-02-2012 a 03-02-2012 e Compensação por serviço extraordinário - períodos: 08-06-2012 a 08-06-2012 e 21-09-2012 a 21-09-2012;</p> <p>10) Zenone Szydloski - Compensação por serviço extraordinário - período: 23-10-2012 a 24-10-2012.</p>
--	--

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	nenhum

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Nenhuma.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

Total de processos em tramitação, atualmente: 5308.

Número de servidores na atividade fim, atualmente: 11

Portanto, atualmente, há 482,54 processos por servidor na atividade fim.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Direito Previdenciário e Assistência Social.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	Duas sessões: dez/2011, jan/12, ago/12 e set/12 Três sessões: Nov/11, fev/12, abr/12, jun/12, jul/12 e out/12 Quatro sessões: mar/12 e mai/12
Seção	uma
Órgão/Corte Especial	uma
Plenário	uma
Outros (especificar quais)	Conselho de Administração: Depende de convocação, tendo em vista ser Membro Suplente

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	7855
Atualmente	5308

3.4. Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	5235
Seção	72
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	815
Seção	134
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0

3.6 Número de processos baixados em diligência

136

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

326.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1274.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	187
Encaminhados para voto-vista	6
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	193

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta 2/2009: 1

3.13 Número de processos virtuais

3243.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	125
Apelações e remessas oficiais	5083
Embargos infringentes	157
Demais	4
Total	5369

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	0
Ações populares	0
Ações de improbidade administrativa	0
Ações civis públicas	1
Ações de desapropriação	0
Interesse de idosos	Por ora, não temos possibilidade de informar

Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	Por ora, não temos possibilidade de informar
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	0
Mandados de injunção	0
Execuções fiscais	6
Ações penais	0
Total	7

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	1
Ações rescisórias	42
Exceções de incompetência ou suspeição	0
Conflitos de competência	4
Ações cautelares	1
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	0
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	0
Mandados de injunção	0
Ações penais	0
Demais	0
Revisões criminais	0
Total	48

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	12
Embargos de declaração	390
Total	402

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

4884.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	37
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	37

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	16
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	18

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	12
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	12

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	5
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	30
Outros	0
Total	35

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	12
Recebidos para voto-vista	11
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	23

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	11
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	11

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	14
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	17

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	895
Seção	24
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	919

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	574
Seção	9
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	583

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	640
Seção	20
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	660

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	560
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	563

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	763
Seção	19
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	783

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	593
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	596

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	748
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	755

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	654
Seção	33
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	687

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	748
Seção	42
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	790

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	690
Seção	26
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	716

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	611
Seção	27
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	639

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	814
Seção	103
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	917

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	8290
Seção	316
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	8608

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	690,8
Seção	26,3
Órgão/Corte Especial	0,2
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	717,3

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	0
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	5

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	0
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	12
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	16

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	1
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1,3

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	608
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	608

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	527
Seção	26
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	553

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	373
Seção	26
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	399

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	360
Seção	16
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	376

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	266
Seção	7
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	274

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	222
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	222

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	505
Seção	9
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	515

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	465
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	465

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	530
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	534

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	363
Seção	42
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	405

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	372
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	375

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	406
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	409

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5060
Seção	136
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	5198

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	421,7
Seção	11,3
Órgão/Corte Especial	0,2
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	433,2

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	12
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	19

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	16
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	16

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	14
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	14

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	6
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	28
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	28

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	10
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	10

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	16
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	16

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	44
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	45

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	40
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	40

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	31
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	31

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	31
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	31

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	34
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	34

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	282
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	290

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	23,5
Seção	0,7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	24,2

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Total: 5552/média: 462,7 No entanto, se desconsiderados os processos julgados pelo gabinete de auxílio/mutirão que foram num total de 304, no período, o total diminui para 5248 e a média para 437,33.
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	8624/718,66

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	O extraordinário volume de trabalho com o ingresso mensal superior a 710 novos processos/recursos, aliada à sensível diminuição da força de trabalho, conforme indicado na resposta à questão n. 2.4. onde se verifica, no período, o afastamento de duas servidoras por motivo de licença-maternidade, somado aos casos de acentuado número de licença para tratamento de saúde.

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	263
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	263

**3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	34
Seção	9
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	43

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	391
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	398

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	268
Seção	7
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	276

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	202
Seção	12
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	214

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	85
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	85

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	223
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	231

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	276
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	276

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	196
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	200

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	177
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	181

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	264
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	272

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	237
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	243

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	2616
Seção	65
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2682

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	218,0
Seção	5,4
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	223,5

**3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média
mensal nos últimos 12 meses)**

Turma	3308/275,66
Seção	406/33,83
Órgão/Corte Especial	5/0,41
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3719/309,91

**3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de
feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou
ao colegiado específico, nos últimos 12 meses**

Turma	10,3%
Seção	62,5%
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	11,7%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	38,8%
Seção	43,8%
Órgão/Corte Especial	50,0%
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	39,0%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	Sexta Turma - 34 sessões - sem ausência.
Seção	Terceira Seção - 12 sessões e 1 ausência do Des. João Batista, em 04-10-2012, motivo: Compromisso oficial da COJEF em Curitiba/PR.
Órgão/Corte Especial	Corte Especial Judicial realizou 11 sessões, com 1 ausência do Des. João Batista, por motivo de férias. Corte Especial Judicial realizou 11 sessões, com 1 ausência do Des. João Batista, por motivo de férias. Corte Especial Judicial realizou 11 sessões, com 1 ausência do Des. João Batista, por motivo de férias. Corte Especial Administrativa realizou 10 sessões, com 1 ausência do Des. João Batista, por motivo de férias.
Plenário	Plenário Judicial não realizou sessões no período. Plenário Administrativo realizou 10 sessões ordinárias, com uma ausência do Des. João Batista, por motivo de férias, bem como realizou duas sessões extraordinárias, com 1 ausência do Des. João Batista, por motivo de participação de evento da COJEF em Curitiba/PR.
Total	79 sessões/com 4 ausências.

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	Sexta Turma - 1 sessão - dia 26/09/2012
Seção	0
Órgão/Corte Especial	Corte Especial Judicial: 0 Corte Especial Administrativa: 0
Plenário	Plenário Judicial: 0 Plenário Administrativo: 0
Total	1

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	Sexta Turma - 10 sessões. Motivo: seis sessões, em razão de readequação da agenda das sessões da Turma e quatro sessões, em função de compromissos oficiais de Desembargador integrante da Turma.
Seção	0
Órgão/Corte Especial	Corte Especial Judicial: 02, por motivo de ausência de quórum. Corte Especial Administrativa: 0
Plenário	Plenário Judicial: 0 Plenário Administrativo: 01, por ausência de quórum.
Outro (especificar quais)	Conselho de Administração: 0
Total	13

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	Sexta Turma: Nenhuma.
Seção	0
Órgão/Corte Especial	Corte Especial Judicial: Nenhuma Corte Especial Administrativa: Nenhuma
Plenário	Plenário judicial: Nenhuma Plenário Administrativo: 2
Outro (especificar quais)	Conselho de Administração: 1
Total	3

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Na chegada dos processos ao gabinete é feita uma triagem detalhada e, na sequência, localiza-se na sigla do servidor ou encaminha-se o processo para o servidor responsável pela matéria ou tipo de ação (físicos), nos casos de prioridades legais e, os demais são localizados nos armários/localizadores eletrônicos, considerando o assunto (respeitada a especialização interna do gabinete) e antiguidade, ou diretamente na mesa/sigla do servidor nos casos que o acervo permita.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos são organizados por matéria, respeitada a especialização interna do gabinete, e por ordem de antiguidade dos processos no Tribunal e/ou origem.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Atualmente, o controle estatístico do gabinete é feito, geralmente, por meio do sistema EPROCV2 e do repositório do Tribunal, e, eventualmente, pelos sistemas GEDPRO e SIAPRO, sendo objeto de controle semanal.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. A especialização, como regra (dos processos de competência da Turma), é feita por matéria, observando-se as características e aptidões dos servidores. Os agravos de instrumento e os de competência da 3ª Seção, do Plenário e da Corte Especial não observam esta especialização. É responsável 1 servidor, geralmente mais experiente, supervisionado pela assessoria.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Aos processos com prioridade legal, dá-se tratamento preferencial, encaminhando-os diretamente para o servidor responsável pela matéria para elaboração da respectiva minuta. Com relação às metas para 2012, dentre as gerais de nossa atribuição, a de número 1 não foi cumprida, dado o afastamento por licenças, com o aumento de licenças médicas. A meta geral 2 foi integralmente cumprida.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Normalmente são distribuídos ao servidor que elaborou a minuta do voto originário, para que o faça no tempo mais breve possível.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Preferência para os processos com prioridade legal, para os relacionados a incapacidade e de assistência social e, os demais, segundo antiguidade. Atualmente a grande maioria é posterior a 2010, restando algum remanescente deste ano com prioridade de tramitação.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Dá-se prioridade aos de aposentadorias por invalidez, auxílios-doença e os de assistência social, sempre aliados ao critérios de antiguidade, destinando-se servidores com produtividade compatível com estas demandas. Os demais por antiguidade. Para os processos de massa, não são observados critérios de antiguidade, com a destinação de um servidor especializado para produção de maior volume de processos.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Reuniões periódicas, geralmente mensais, com a assessoria ou toda equipe de servidores e estagiários.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Priorizando os processos por ordem de preferência, com prioridade legal e os processos cuja efetividade de julgamento se impõe com maior urgência, tais como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, benefício assistencial e pensão por morte.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Mediante estabelecimento periódico de metas.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O gabinete estabelece metas individuais e/ou de grupo que são aferidas semanalmente pelo Desembargador, chefe de gabinete e assessoria.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O controle é aferido semanalmente pelo Desembargador, chefe de gabinete e assessoria.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Eventualmente, para atacar os casos de maior urgência e/ou processos mais antigos.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

São organizadas de forma a não prejudicar o funcionamento do gabinete, permanecendo sempre ao menos 1 servidor com conhecimento em cada setor de trabalho. Quanto às substituições de funções comissionadas, são indicadas por critérios de antiguidade e qualificação para o desempenho da função específica.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Sempre à disposição, por parte do Desembargador e assessoria/chefia seja com ou sem hora marcada.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

São raríssimos os casos. Quando ocorrem, são encaminhados ao Presidente

da Turma ou outro Desembargador componente da Turma ou Seção.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

71 processos.

1 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Quadro insuficiente para as necessidades atuais.
- Excesso de afastamento de servidores.

JUSTIFICATIVA

A instituição do processo eletrônico trouxe facilidades que elevaram muito a apresentação de recursos, bem como acelerou o andamento dos feitos na primeira instância. Esses fatores aumentaram em demasia os serviços do Gabinete, a ponto de haver um acúmulo crescente de processos. Foi levantada a hipótese de que os advogados estejam optando por ajuizar as ações na Justiça Estadual, com o propósito de levar o recurso ao Tribunal na busca de entendimentos mais favoráveis ao segurados do que os das turmas recursais, e também visando às condenações em honorários.

SOLUÇÃO PROPOSTA

O Gabinete não vê outra solução senão o aumento do quadro, tendo em vista que já adotou todas as medidas possíveis para otimizar os procedimentos e que os servidores estão trabalhando no limite de suas capacidades.

ANÁLISE DA EQUIPE

Constatou-se que houve um crescimento significativo de processos conclusos, sobretudo a partir de 2011, coincidindo com a implantação do sistema eletrônico em 2010. Faz-se necessário investigar se este acúmulo decorre unicamente da agilização obtida com o processo eletrônico na 1ª Instância ou

se também houve maior ajuizamento de processos, porquanto, na primeira hipótese, poderá haver uma estabilização e até redução futura. Se houve um aumento no ajuizamento de demandas em 1ª Instância, a solução somente virá, no curto prazo, com o aumento do quadro de servidores ou com a ampliação do Tribunal.

1.2 Pontos positivos encontrados

- Servidores experientes e bem treinados na matéria;
- Treinamentos no sistema informatizado, de forma a buscar a utilizar os recursos com o máximo de eficiência;
- Especializações de equipes por matéria.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Distribuição desproporcional em relação a outras turmas ou seções;
- Fluxo permanentemente negativo: META 1 – CNJ.

JUSTIFICATIVA

A partir de 2011, o Gabinete observou a distribuição de feitos crescer a um ponto que não mais conseguiu manter o acervo estável. Hoje o crescimento do acervo é negativo e constante.

SOLUÇÃO PROPOSTA

O Gabinete, que já prestou ajuda a outros gabinetes, no momento, precisaria de ajuda. Todavia, ainda que se obtivesse ajuda neste sentido, seria apenas um paliativo se a distribuição não diminuir. A solução no curto prazo somente se daria com o aumento do quadro de servidores mediante remanejamento das secretarias e do Administrativo.

ANÁLISE DA EQUIPE

Constatou-se que houve crescimento significativo de processos conclusos, sobretudo a partir de 2011, coincidindo com a implantação do sistema

eletrônico em 2010. Faz-se necessário investigar se este acúmulo decorre unicamente da agilização obtida com o processo eletrônico na 1ª Instância ou se também houve maior ajuizamento de processos, porquanto na primeira hipótese poderá haver uma estabilização ou redução futura. Se houve um aumento no ajuizamento de demandas em 1ª Instância, a solução somente virá com o aumento do quadro de servidores ou com a ampliação do Tribunal.

2.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Dois dias para encaminhar o processo para publicação na Secretaria da Turma.

2.3 Pontos positivos encontrados

- Gabinete bem organizado com distribuição de funções de acordo com o perfil do servidor.
- Servidores bem treinados na matéria e especializados.
- Em que pese o acúmulo de processos em razão da recente elevação do número de distribuições, a maioria do acervo encontra-se entre os anos 2011 e 2012.
- Triagem eficaz que identifica processos com prioridades que são encaminhados imediatamente ao servidor responsável.

3 Observações da equipe

3.1 Boas práticas

- Instituição de equipes especializadas por matéria e de acordo com o perfil do servidor.
- Criação de comissão formada por técnicos da informática e servidores para buscar o aperfeiçoamento do sistema informatizado.
- Interlocução direta e permanente com os servidores com o objetivo de dirimir dúvidas e prestar orientações.

3.2 Constatações

O Desembargador João Batista Pinto Silveira assumiu o Gabinete em 06/02/2004, recebendo um acervo de 7.855 processos.

A partir da implantação do sistema processual eletrônico, houve elevação substancial do número de processos, tendo sido constatado, pela análise de dados estatísticos, que em 2009 houve 3.187, enquanto que em 2011 este

número elevou-se para 7.049 processos. No período-básico de Inspeção, novembro de 2011 a outubro de 2012, a distribuição de processos correspondeu a 7.657 processos. Somente no mês de outubro de 2012 foram 917 processos distribuídos.

Assim, tem-se a média de distribuição no período-base de inspeção na ordem de 638 processos, enquanto que o número de julgamento situou-se em 455,5 processos.

No que se refere à gestão de pessoal, o gabinete ainda enfrentou situação excepcional relativamente ao afastamento de servidores no período, o que veio também a repercutir na produtividade global da equipe.

A repercussão do referido fato se verifica claramente pelo não cumprimento da Meta 1 do CNJ. O crescimento significativo da distribuição tornou impraticável o cumprimento da meta, havendo um crescimento negativo de cerca de 2000 processos ao ano e que já se revela uma perspectiva difícil de ser revertida em médio prazo.

Um dado positivo a ser considerado se insere na implementação recente de ferramenta que possibilita o levantamento dos processos por antiguidade, o que trouxe melhoria no gerenciamento de feitos de caráter prioritário.

O Gabinete sustenta que não vislumbra solução para reverter crescente acúmulo de processos com a estrutura atual, tendo-se em vista que os servidores já estão trabalhando no limite de suas capacidades.

Para promover o aperfeiçoamento do sistema informatizado, de forma a atender às reais necessidades nos procedimentos processuais, foi instituída comissão mista, formada por técnicos de informática e servidores, obtendo-se bons resultados. Todavia, constatou-se que a medida demandou tempo e contribuiu para promover atrasos nos andamentos dos processos.

Sugere como solução o aumento do quadro de servidores enquanto se aguarda a ampliação do número de desembargadores, o que seria uma solução duradoura para o problema enfrentado.

A especialidade da matéria nesse Gabinete ressalta a importância de um exame mais acurado nos processos previdenciários, tendo-se em vista que se trata da última oportunidade de análise sobre as provas nos autos em uma ação com natureza alimentar; portanto, torna-se necessária rígida correção a fim de evitar algum equívoco de julgamento.

A competência delegada traz inúmeros problemas de processamento para os gabinetes de competência previdenciária, o que resulta em processos mal conduzidos e mal instruídos. Tal situação obriga o Gabinete a abrir inúmeras diligências para sanear até mesmo a instrução do feito. Em outras situações, o Gabinete se vê na obrigação de consultar os sistemas do INSS para buscar

elementos necessários ao julgamento do processo.

O Gabinete também rechaça a ideia corrente de processos repetitivos, simplificados e com matéria de direito nos pleitos previdenciários, tendo-se em vista a evolução do ramo de direito, tornando-o complexo e exigindo o exame minucioso das provas em grande parte dos processos.

Os componentes da Turma realizam reuniões periódicas para debater as matérias objeto de divergências, com o propósito de buscar uniformização de entendimentos.

Constatou-se que o Gabinete não lança a movimentação de simples impulso processual nos autos físicos, sendo feitos os registros apenas no sistema informatizado. Observou-se que essa prática encontra-se disseminada em todos os gabinetes de competência previdenciária, de forma a obter celeridade no andamento processual. Eventual ato que importe em intimação das partes ou diligências é registrado nos autos físicos e no sistema. Não se detectou qualquer prejuízo para o andamento processual e para as partes.

A gestão processual finalmente estabelece meta de triagem de todos os processos distribuídos por meio do sistema informatizado, o que permite a identificação de feitos prioritários e a natureza de cada um, de forma que são encaminhados para o setor responsável para imediato andamento.

3.3 Recomendações

Tendo-se em vista a implantação do processo eletrônico, realizar estudo de readequação do quadro de servidores, para verificar a viabilidade de remanejamento de servidores das Secretarias e do Administrativo para os gabinetes com competência previdenciária. Este estudo deve levar-se em conta a realidade das secretarias de turmas com competência previdenciária, que processam número de feitos bem superior às demais, em grande parte processos físicos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal CELSO KIPPER

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Celso Kipper

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 03/07/2009
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	Corte Especial Judicial e Administrativa (eleito em 22/11/2011)

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Sexta Turma
Seção	Terceira Seção
Órgão/Corte Especial	Corte Especial (judicial e administrativa) e Plenário Administrativo

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	Não
Núcleo Central de Conciliação	Não
Coordenação de JEF	Não
Escola de Magistrados	Não
Conselhos Administrativos	Não
Comissões Permanentes	Não
Comissão de Concurso	Não
Outras (especificar quais)	Não

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	10/01/2012 a 08/02/2012 - referente ao período aquisitivo de férias 2011/2012 04/07/2012 a 02/08/2012 - referente ao período aquisitivo de férias 2012/2013
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	2 meses - 60 dias

dias)	
-------	--

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

10/01/2012 a 08/02/2012 - em decorrência de férias do Des. Celso Kipper
04/07/2012 a 02/08/2012 - em decorrência de férias do Des. Celso Kipper.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não foram convocados magistrados para auxílio do Des. Celso Kipper no período.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Os critérios para a convocação de magistrados para substituição nos períodos de férias são (a) antiguidade; (b) especialidade do magistrado na matéria previdenciária, e (c) possibilidade do magistrado contatado.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17 servidores
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	16 servidores
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	0
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3 servidores com CJ e 13 servidores com FC
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	1 cargo desde 05/09/2012
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	3
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	14 servidores - Obs.: Nem sempre durante o ano o gabinete contou com 14 servidores, sendo que, atualmente, uma servidora, aqui computada como em atividade fim, está em fase de treinamento.
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	0. Obs.: No entanto, uma servidora permaneceu de licença-maternidade de outubro/2011 a abril/2012.
Outros	0

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchido

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	0

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

No momento não há FCs sem designação; no entanto, uma FC-4 permaneceu durante quase todo o ano de 2012 vaga, à espera de servidora requisitada (Stephanie), e uma FC-3 foi designada há pouco tempo.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

Processos: 6037- Servidores na atividade fim: 14 Processos/Servidor = 431,2

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Previdenciário.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	Duas sessões nos meses de dez/2011, jan, ago, set/2012 (8 sessões); 3 sessões nos meses de nov/2011, fev, abr, jun, jul e out/2012 (18 sessões); 4 sessões em mar e mai/2012 (8 sessões).
Seção	Uma sessão mensal, exceto mar e mai/2012, meses nos quais se realizaram 2 sessões. Nos meses de abr e jun/2012 não se realizaram sessões.
Órgão/Corte Especial	Uma sessão mensal, exceto no mês de jan/jul/2012, canceladas.
Plenário	Dez sessões ordinárias e duas extraordinárias, sendo que uma foi designada.
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	439 - Saliento que nos meses posteriores à minha assunção na 6ª Turma o passivo foi mantido sob controle. No entanto, com a extinção da Turma Suplementar em fevereiro de 2010 e consequente redistribuição de seu acervo, o passivo deste Gabinete saltou repentinamente para 2.143 processos ainda no mês de março, o que, aliada a distribuição mensal majorada em face da extinção da Turma Suplementar, dificultou, de maneira sem precedentes, as estratégias para a manutenção do passivo sob controle.
Atualmente	6037

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	5964
Seção	73
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	920
Seção	143
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

161

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

395.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1520.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	45
Encaminhados para voto-vista	10
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	0
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	55

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Zero. * Nas planilhas da APLANG (Assessoria de Planejamento e Gestão do TRF4) consta pendente o processo n. 20077003000533-1. No entanto, consideramos que o referido processo não deve ser considerado pendente, porque já recebeu primeiro julgamento, pela Turma, 10-08-2010. Foi ao STJ 23-03-2011. Retornou em 24-05-2012 e a Secretaria (não o gabinete) equivocadamente enviou os autos para Maringá-PR. Em face de agravo interposto pela parte autora (AI n. 0008758-96.2012.404.0000) os presentes autos foram requisitados ao juízo de origem e reativados em 26-09-2012 e apensos ao agravo pendente de julgamento.

3.13 Número de processos virtuais

3358.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	320
Apelações e remessas oficiais	5632
Embargos infringentes	121
Demais	2
Total	6075

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	0
Ações populares	0
Ações de improbidade administrativa	0
Ações civis públicas	5
Ações de desapropriação	0
Interesse de idosos	0
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	0
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	0
Mandados de injunção	0
Execuções fiscais	17
Ações penais	0
Total	22

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	3
Ações rescisórias	21
Exceções de incompetência ou suspeição	0
Conflitos de competência	2
Ações cautelares	1
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	0
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	0

Mandados de injunção	0
Ações penais	0
Demais	0
Revisões criminais	0
Total	27

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	8
Embargos de declaração	593 * Em face do cancelamento da sessão de 07-11-2012, na qual estava previsto o julgamento de grande número de embargos, a maioria desses embargos de declaração serão julgados na sessão de 21-11-2012.
Total	601

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento 5230.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	12
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	12

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	41
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	43

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	19
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	19

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	71
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	75

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	2
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	121 – Obs.: Este montante abarca o número de processos recém-distribuídos, bem como aqueles nos quais, por estratégia do gabinete objetivando a celeridade no julgamento dos agravos, a apreciação do pedido de antecipação é postergada para após a apresentação da defesa.
Outros	0
Total	123

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados
Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	187
Recebidos para voto-vista	15
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	202

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	2 * Em face do cancelamento da única sessão prevista para novembro de 2012, esses dois processos foram revisados e pautados para sessão de 06-12-2012.
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	6
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	617
Seção	17
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	634

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	402
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	409

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	670
Seção	15
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	685

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	554
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	558

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	758
Seção	17
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	775

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	606
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	612

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	743
Seção	9
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	752

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	653
Seção	38
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	691

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	747
Seção	46
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	793

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	697
Seção	20
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	717

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	611
Seção	35
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	646

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	822
Seção	101
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	923

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	7880
Seção	315
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	8195

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	656,7
Seção	26,3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	682,9

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	4

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	5
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	5

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	2
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	4
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	4

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	4

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	6
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	7

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	31
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	35

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	2,6
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2,9

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	811
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	811

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	288
Seção	30
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	318

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	554
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	562

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	446
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	452

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	390
Seção	45
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	435

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	222
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	222

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	525
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	531

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	497
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	497

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	511
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	517

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	234
Seção	69
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	303

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	659
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	662

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	476
Seção	13
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	489

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5613
Seção	186
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	5799

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	467,8
Seção	15,5
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	483,3

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	19
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	19

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	8
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	9

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	8
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	8

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	29
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	29

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	24
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	24

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	12
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	18

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	14
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	14

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	26
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	26

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	20
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	21

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	32
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	32

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	18
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	18

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	35
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	35

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	245
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	253

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	20,4
Seção	0,7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	21,1

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Total: 6070 Média mensal: 505,8
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Total: 8195 Média mensal: 682,9

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Embora a meta 1 do CJF para 2012 não tenha sido atingida, este magistrado relatou mais de 6.000 processos no período, tendo participado, na Turma, do julgamento de mais de 18.000 processos, o que não é pouco, nem no Brasil nem em qualquer outro lugar do mundo. O não cumprimento da meta, infelizmente, deveu-se a vários motivos: 1º) o avassalador incremento da distribuição a este Gabinete no período, comparativamente a igual lapso temporal do período anterior, atingindo uma média de quase 700 processos ao mês, com pico de 923 processos no mês 12 deste questionário (item 3.43); 2º) A quase totalidade dos processos julgados demandou análise minuciosa de prova; 3º) O fato de que o Gabinete, consciente de que este Tribunal é a última instância em matéria probatória (o STF e o STJ, de regra, não adentra na análise de fatos), procede a uma minuciosa e qualitativa análise da prova produzida (cotejo de depoimentos e documentos; análise da coerência interna da perícia técnica; busca de subsídios fora dos autos, v.g., verificação de distância entre cidades em mapas, etc.; intimação das partes para juntada de novos documentos; baixa em diligência do processo - sem anulação da sentença - para inquirir testemunhas,

	<p>elaboração de perícia técnica; expedição de ofícios a órgãos públicos; consulta aos sistemas da DATAPREV (CNIS e PLENUS); concessão de benefício diverso do postulado quando necessário - na linha da jurisprudência do STJ - evitando instauração de novas demandas; cômputo, se necessário, de tempo posterior ao requerimento administrativo e, ainda, implantação imediata do benefício (art. 461 CPC); 4º) É de ser registrado, ainda, que a produção restou muito prejudicada pela intensa rotatividade de pessoal no último ano: (a) servidor Romano Scapin assumiu no Tribunal de Contas do Estado, (b) servidora Cristiane Dossin deixou o Gabinete para assumir uma CJ noutra Unidade; (c) servidora Carina Torres deixou o quadro do TRF para assumir vaga no MPF; (d) servidora Maria Isabel Moreira deixou o Gabinete para integrar outro Gabinete, (e) embora se encontre atualmente neste Gabinete, a requisição da servidora Stephanie Armiliato Baldigen, solicitada ainda em fevereiro de 2012, primeiramente foi negada pelo Conselho de Administração e, após nova solicitação em agosto de 2012, passou a integrar a equipe apenas neste mês de novembro de 2012, e (f) licença-gestante no início do ano da servidora Bianca Marchi; 5º) Este Gabinete, infelizmente, não foi contemplado com a ajuda do Gabinete de Auxílio, criado pela atual Administração, uma vez que os respectivos servidores estavam auxiliando o Gab. do Des. Rogério Favreto e, mais recentemente, do Des. Néfi Cordeiro. No entanto, além do expressivo n. de processos julgados, zeramos os processos distribuídos no TRF em 2010 e reduzimos substancialmente (mais de 50%) o acervo dos processos distribuídos em 2011.</p>
--	--

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	132
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	132

**3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	299
Seção	42
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	341

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	18
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	18

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	228
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	234

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	284
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	291

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	202
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	202

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	105
Seção	36
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	141

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	123
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	123

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	86
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	87

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	66
Seção	Outros: 36
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	102

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	880
Seção	4
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	885

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	188
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	194

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	2611
Seção	102
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2714

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	217,6
Seção	8,5
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	226,2

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	3452 / 287,6
Seção	314 / 26,1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3766 / 313,8

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	17,6%
Seção	50%
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	18,6%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	41,1%
Seção	44,4%
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	41,2%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	34 presenças / 7 ausências Motivo: Todas as ausências por motivo de férias
Seção	12 presenças / 0 ausências
Órgão/Corte Especial	11 presenças / 3 ausências 19-12-2011, 28-06-2012 e 23-08-2012 Motivo: Consultas médicas (28-06-2012 consulta médica com Dr. Luíz Lavinsky; 23-08-2012 consulta médica com Dr. Gustavo Carvalhal)
Plenário	8 presenças / 2 ausências: 19-12-2011 e 28-06-2012 Motivo: Consulta médica (28-06-2012)
Total	65 / 12

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	1 - Motivo: Impedimento do Des. João Batista Pinto Silveira
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	1

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	10 - Motivo: seis destas por readequação da frequência das sessões da Turma e quatro sessões em função de compromisso oficial do Desembargador João Batista Pinto Silveira, integrante da Turma
Seção	0
Órgão/Corte Especial	2 Motivo: Previsão de ausência de quórum, verificada dias antes da sessão
Plenário	1
Outro (especificar)	0

quais)	
Total	13

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	2
Outro (especificar quais)	0
Total	2

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso:

Sim. 3.110.1. Os PROCESSOS FÍSICOS chegam ao Gabinete por meio de serviço terceirizado, são depositados em armário específico dependendo se vindos da SRIP (1ª distribuição) ou de qualquer Secretaria. O servidor encarregado recebe os processos via sistema, identifica a hipótese de preferência legal pela colagem de uma etiqueta onde consta o ano em que a parte completa 60 anos.

Após, procede assim: 3.110.1.1.Processos vindos da SRIP:(a) AMS sem parecer do MPF: ao MPF p/ parecer; AMS já com parecer: localizados na mesa supervisor da equipe especializada p/ análise preferencial; (b) processos de competência originária (ARs, EIACs, CCs, etc.: imediatamente localizados na mesa do assessor p/ providências cabíveis; (c) ACs e REO em geral: separados por assunto (pensão por morte, aposentadorias rural por idade ou urbana, revisão de benefícios, etc. e vão p/ localizadores específicos de triagem (Triagem ATS, Triagem Execução, Triagem Pensão, etc. Semanalmente, a equipe especializada na matéria faz a triagem definitiva (pensão por morte de pais, pensão por morte de cônjuge/companheiro, pensão por morte de filho; ATS rural, ATS tempo especial, por exemplo) e, não sendo o caso de providências preliminares (baixa à origem para processamento de recurso adesivo, não conhecimento por intempestividade, regularização da representação processual, etc.), são postos em localizadores definitivos, no aguardo de análise e julgamento.

3.110.1.2. Processos vindos de secretarias processantes: (a) com pedido de antecipação de tutela (incidental): postos em localizador específico para análise preferencial; (b) com pedidos de preferência: idem. Pedido de preferência pode ser deferido ou não (critérios p/ deferimento: doença, desemprego comprovado etc.), (c) conclusos com Eds: localizadores específicos, vinculados à sigla do servidor que propôs o projeto de voto, para análise oportuna. Há a recomendação: julgá-los até 60 dias após a sua nova conclusão (d) outras providências: localizados mesa servidor respectivo.

3.110.2. PROCESSOS ELETRÔNICOS: triagem adaptada à realidade do processo virtual. 3.110.2.1. Depois de distribuídos pela SRIP ingressam no Gabinete em localizadores do Sistema: Distribuídos, Distribuídos Agravos de Instrumento, MPF Triagem, etc. O servidor responsável coloca lembrete virtual

identificando o ano em que a parte completa 60 anos e procede assim: (a) processos de competência originária da 3ª Seção (AR, EIAC, etc.) e das cortes especiais são localizados com assessor para as devidas destinações (triagem, despachos, etc.); (b) processo com intervenção obrigatória do MPF: ao MPF p/ parecer; (c) demais processos: localizador específico para triagem de cada setor especializado, observando tempestividade, regularização, etc., e não sendo caso de despacho, remete o processo a um localizador específico no aguardo de pauta; (d) petições eletrônicas com pedido de preferência, urgência e/ou antecipação: localizadas (com prévio aviso) nos localizadores específicos de triagem dos supervisores de equipe, que após análise da petição, dão a devida destinação ao processo; (e) processos vindos das secretarias: EDs, vão p/ localizador específico vinculado à sigla do servidor que elaborou o projeto de voto (recomendação levá-lo em mesa 60 dias) após a última conclusão ao Relator; se forem respostas a determinações judiciais, ou outros pedidos: localizados (com prévio aviso) no localizador de triagem do servidor que elaborou o despacho, especializado na matéria. **IMPORTANTE: CADA SETOR, dentro de sua especialização, TEM LOCALIZADORES ESPECÍFICOS PARA LOCALIZAÇÃO DE PROCESSOS COM PREFERÊNCIA LEGAL.**

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Todos os processos físicos são triados e separados por matéria e, dentro da matéria, por assunto. Os processos de pensão, por exemplo, após serem separados dos outros processos de matérias diversas, são classificados em localizadores próprios pelos seguintes assuntos: pensão por morte de cônjuge, pensão por morte de companheiro, pensão por morte de filho, pensão por morte de genitor, etc. Os processos de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, por exemplo, são separados pelos seguintes assuntos: ATS mediante o reconhecimento de tempo rural, ATS mediante o reconhecimento de tempo urbano, ATS pelo reconhecimento de tempo urbano + rural; ATS mediante o reconhecimento de tempo especial; ATS pelo reconhecimento de tempo especial + tempo urbano; ATS pelo reconhecimento de tempo especial + rural e ATS mediante o reconhecimento de tempo especial + rural + urbano. Seguem a mesma lógica os processos de revisão de benefício, execução de sentença, etc., embora em cada especialidade se observem as especificidades inerentes.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Ordinariamente, o Gabinete obtém os dados relativos ao seu acervo de processos a partir das ferramentas colocadas à disposição pelo Setor de Tecnologia da Informação (Informática). O Gabinete mantém um gráfico comparativo de processos distribuídos e julgados mensalmente. Constantemente, são gerados relatórios dos processos mais antigos no Gabinete a fim de serem analisados com prioridade. Essa preocupação de analisar preferencialmente os processos mais antigos, em face da sua reiteração, já foi internalizada pelos servidores da Unidade, que verificam constantemente seus localizadores com tal objetivo. Quanto ao conteúdo

(matéria tratada) do acervo, é de total conhecimento dos setores especializados do Gabinete, em face da triagem pormenorizada, como se poderá verificar pela resposta dada ao item 3.111, bem como das frequentes consultas feitas ao sistema pelos supervisores.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Os servidores do Gabinete foram divididos em equipes, cada qual com um coordenador, responsáveis por matérias específicas (especialização). São as seguintes as especializações: (a) benefícios por incapacidade (invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente), (b) aposentadoria por tempo de serviço, (c) pensão por morte e auxílio-reclusão, (d) Benefício Assistencial, (e) aposentadoria por idade rural e salário-maternidade, (f) aposentadoria por idade urbana, (g) revisão de benefícios; (h) execução de sentenças; (i) a análise preliminar dos votos dos demais integrantes da Turma foram concentradas na pessoa do chefe de gabinete; (j) o processamento das ações originárias e as minutas de votos das matérias da competência da Terceira Seção (v.g., embargos infringentes, ações rescisórias, conflitos de competência, etc.), da Corte Especial Judicial (v.g., Incidentes de Inconstitucionalidade), e das Cortes Especiais Administrativas, bem como a administração de todas as questões do Gabinete, foram concentradas na pessoa do assessor; (k) a atividade de atendimento ao público e advogados, recebimento e distribuição de processos, montagem das pautas e remessa dos acórdão para a Secretaria processante foram concentradas na pessoa de um único servidor (localizado na entrada do Gabinete).

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. O Gabinete prioriza, com especial atenção, o julgamento dos processos com prioridade legal, embora não seja possível em todos os casos. Tratando-se de matéria previdenciária, a quase totalidade dos segurados já contam 60 anos de idade quando o processo é distribuído ao Relator.

Assim, o Gabinete tem adotado uma política de observar essa determinação legal analisando prioritariamente aqueles de concessão, mais antigos (considerada a distribuição no TRF), em que há a comprovação de doença e/ou outra circunstância relevante, etc. Independentemente disso, o Gabinete dá preferência à análise dos processos com prioridade legal quando requerida tal providência, bem como, na medida do possível, preservados os demais critérios e metas, tem atendido aos pedidos de preferência requeridos por meio da Ouvidoria do Tribunal (quanto a esse aspecto, o Gabinete entende importante essa preocupação a fim de colaborar na manutenção da boa imagem da Instituição perante a sociedade).

É preciso ter em mente que no universo dos demandantes com prioridade legal para a análise dos seus processos há segurados já aposentados que requerem uma revisão da aposentadoria (pelo reconhecimento de outro tempo de serviço, ou pela reavaliação de índices de correção, etc.) e, por outro lado,

há segurados que não contam 60 anos mas que estão litigando com o INSS para obtenção de uma aposentadoria por invalidez, um auxílio-doença ou até mesmo um benefício assistencial, e o gabinete, impactado por uma avalanche mensal de processos distribuídos precisa fazer certas escolhas.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. O Gabinete tem utilizado estratégias no sentido de evitar retrabalho e, também, o rejuízo de determinados assuntos. Em inúmeros processos, os recursos reiteram fundamentos e argumentações já analisadas em decisões monocráticas. Por isso, sempre que possível, os agravos regimentais são analisados conjuntamente com a decisão colegiada de mérito (não levamos o processo em mesa para julgar apenas o agravo regimental, salvo exceções).

Assim ocorre também com os embargos de declaração de decisões monocráticas. Restam a serem julgados em mesa, então, os processos adiados de sessões anteriores e os embargos de declaração dos acórdãos proferidos na Turma ou 3ª Seção.

Quanto aos embargos de declaração, o Gabinete tem procurado levá-los a julgamento em até 60 dias após a nova conclusão ao Relator. Em algumas matérias “de massa” e de cunho constitucional (pendendo de julgamento recursos extraordinários na sistemática de Repercussão Geral, tal como desaposentação e retroação da DIB dos benefícios), o julgamento dos respectivos embargos de declaração foram propositalmente retardados um pouco à espera de solução definitiva do STF, mas não tendo advindo essa solução, a Terceira Seção deliberou sobrestar o julgamento de todos esses processos, inclusive dos embargos de declaração.

Quanto aos processos adiados, se a sua solução é possível logo em seguida, são levados em mesa; caso contrário, são novamente pautados.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Trabalhamos com prazo em relação a certos objetivos, tais como o julgamento dos embargos de declaração em 60 dias após a nova conclusão, bem como em relação aos processos mais antigos. Neste ano de 2012, por exemplo, nos propusemos julgar todos os processos distribuídos ao Gabinete durante o ano de 2010, e essa meta foi alcançada, ou seja, os processos mais antigos do Gabinete, salvo alguns que estão na pendência de diligências no primeiro grau, foram distribuídos no TRF4 no ano de 2011. Por outro lado, o Desembargador não abre mão da qualidade da solução a ser dada ao processo. Isso, muitas vezes, demanda pesquisas mais aprofundadas e/ou votos mais bem elaborados (o que demanda tempo), o que impede que possamos estabelecer prazo fixo para a solução do processo. Somos, sim, naturalmente pressionados a analisar número de processos suficientes para a elaboração da pauta de sessões (geralmente semanal).

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Com exceção dos processos com preferência legal, o Gabinete, em se tratando de priorização de julgamento, procura conciliar as seguintes situações, dentro da possibilidade: (a) processos mais antigos no Gabinete, independentemente de a parte contar mais de 60 anos ou não; (b) processos em que os segurados peticionam e comprovam desemprego, doenças graves, situação de risco social, etc.; (c) processos cuja celeridade é ínsita de sua natureza, tais como apelações em mandado de segurança, agravos de instrumento relativos a processos de concessão de benefício; (d) processos de execução de sentença e, (e) além disso, sentindo-se pressionado para o cumprimento da meta de julgar mais processos do que distribuídos (o que se demonstrou muito difícil em matéria previdenciária, em face de se tratar de matéria em que a exaustiva análise de fatos é obrigatória e da elevadíssima distribuição – superando 800 processos ultimamente), o Gabinete tem procurado julgar, independentemente do ano de distribuição, os processos de massa (tais como direito adquirido à retroação da DIB e desaposentação: até ultimamente, quando a Terceira Seção deliberou por sobrestar esses processos).

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O Desembargador Federal não só participa diretamente das reuniões com a equipe como também propõe muitas delas, tanto quando o assunto é jurisdicional como quando o assunto é de cunho administrativo tendente ao encontro de estratégias para o cumprimento de metas, etc.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Dentro do espaço que remanesce para o planejamento das atividades do Gabinete (considerando que algumas diretrizes externas são de observância obrigatória, tal como a priorização do julgamento de processos com prioridade legal, cumprimento de metas do CJF, etc.), e no que toca ao planejamento, inclusive, dessas determinações. O Gabinete procura organizar-se e traçar suas metas e estratégias em uma reunião que ocorre sempre no início do semestre. Mas nos últimos dois anos o Gabinete reuniu-se, ainda, extraordinariamente, em outras datas. Além disso, há o envolvimento diuturno da equipe – coordenada pelo assessor – para a solução de questões incidentais.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Além da análise semestral do andamento das atividades que desenvolve (como referido no item 3.119), o Gabinete avalia o resultado de sua atuação sempre que isso se faz necessário - provocado por algum membro da equipe ou pela iniciativa do assessor e/ou do Desembargador.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Os servidores do Gabinete preenchem, semanalmente, uma ficha de produção, onde registram o número de processos cuja análise resultou em processos passíveis de serem enviados ao revisor e/ou pautados (ou seja, processos que repercutem na estatística). Os processos que não repercutem na estatística - tais como análise de processos em que, ao final, se chega à conclusão da imperatividade de sua baixa em diligência, resolução de embargos de declaração, etc. - embora frequentemente ocupem bastante tempo dos servidores, não são considerados para fins de produção. Essas metas - que no passado eram coletivas - passaram a ser individuais em face, dentre outras circunstâncias, (a) da complexidade em tese da matéria a ser resolvida e da laboriosidade na feitura do projeto de voto (nesse sentido os processos de ATS são mais trabalhosos que processos de aposentadoria rural por idade, por exemplo), (b) das características pessoais dos servidores (alguns servidores, por sua própria natureza, são mais ágeis que outros), (c) da antiguidade do processo, etc.. Assim, a meta individual, previamente acertada com os servidores, levando em consideração esses e outros fatores, variou entre dez e 15 processos semanais. O servidor que analisa os agravos de instrumento tem outro tipo de meta, uma vez que consegue fazer mais em certas semanas, mas noutras não, pois está encarregado, obviamente, também das decisões preliminares dos agravos. Já os CJs, em face de seu trabalho de coordenação, não apresentam tabela de produção, já que, além das atividades inerentes ao seu cargo, colaboram para a solução dos processos dos demais servidores quando necessário. É de ser registrado, ainda, que a produção restou muito prejudicada pela intensa rotatividade de pessoal no último ano: (a) servidor Romano assumiu no Tribunal de Contas do Estado, (b) servidora Cristiane deixou o Gabinete para assumir uma CJ noutra Unidade; (c) servidora Carina deixou o quadro do TRF para assumir vaga no MPF; (d) servidora Isabel deixou o Gabinete para integrar outro Gabinete e, (e) embora se encontre atualmente neste Gabinete, a requisição da servidora Stephanie, solicitada ainda em fevereiro de 2012, primeiramente foi negada pelo Conselho de Administração e, após nova solicitação em agosto de 2012, passou a integrar a equipe em novembro deste ano.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Os servidores que trabalham na atividade fim semanalmente enviam ao assessor relatório de produtividade contendo o número dos projetos de relatórios e votos aprovados pelo Desembargador, isto é, liberados para envio ao Desembargador Revisor e/ou prontos para serem pautados. O que se tem percebido é que a meta (que foi previamente fixada) é alcançada por alguns servidores em algumas semanas, e por outros em outras semanas, dependendo da complexidade do feito e/ou de outras ocorrências ao analisar um processo (por exemplo, baixa em diligência de um processo após longa análise, pesquisa mais aprofundada em determinado processo, etc.), ocorrências essas que, assim como a elaboração de projetos de relatórios e votos dos embargos de declaração, NÃO são consideradas para o fim da

verificação do cumprimento da meta.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Não. Em face de os servidores serem especialistas em determinadas matérias, não se mostraram frutíferas as iniciativas de mutirões no Gabinete (o servidor que não domina determinado assunto demora muito mais para resolver aquele processo, além de atrapalhar o servidor que entende da matéria). A ajuda ocorre, diariamente, dentro das células especializadas. Algumas células, pela quantidade de processos e pela natureza da matéria, têm a ajuda de estagiários.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Por ocasião do gozo das férias, sempre remanesce no Gabinete um servidor detentor de CJ, ou seja, quando Chefe de Gabinete tira férias, o assessor permanece trabalhando, e vice-versa. As férias dos demais servidores (principalmente férias de verão e da metade do ano) são escalonadas de modo que mais ou menos 50% dos servidores permaneçam trabalhando. É de ser observado que os servidores com filhos em idade escolar geralmente marcam férias nos meses de julho e janeiro; já os servidores solteiros e/ou sem filhos preferem marcar férias em época de baixa temporada, como no período de março a maio e/ou agosto a novembro.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Os advogados que comparecem pessoalmente ao Gabinete são recebidos pela servidora encarregada desse mister (entre outros) e, tratando-se de assunto fora de sua alçada, encaminha o advogado para o assessor, chefe de gabinete ou, assessor adjunto. Os advogados que requerem audiência com o Desembargador são a ele encaminhados.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

São poucos, em matéria previdenciária, os pedidos com urgência urgentíssima. Ocorrendo tal situação, o Gabinete contata o Desembargador que, por telefone e/ou *email*, orienta a assessoria acerca da solução a ser dada ao caso concreto. Em seguida, o Desembargador assina eletronicamente a decisão, sendo imediatamente remetida para a secretaria processante.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

76 processos.

1 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Quadro insuficiente para as necessidades atuais.
- Dificuldade de preenchimento de cargos ou funções vagas.
- Excesso de afastamento de servidores.

JUSTIFICATIVA

- 1 - Servidores que se desligaram do Gabinete para exercerem funções em outros órgãos.
- 2 - Elevada carga de trabalho no Gabinete de competência previdenciária, o que desestimula o ingresso de novos servidores.
- 3 - Servidores que apresentam enfermidade e entram em licença-saúde.

SOLUÇÃO PROPOSTA

- 1 - Aumento do quadro com a transferência de servidores da área administrativa e das secretarias.
- 2 - Estudo de readequação do quadro de servidores do Tribunal, tendo-se em vista a instalação do sistema de processo eletrônico que diminuiu os serviços cartorários.
- 3 - Transferência de funções comissionadas para os gabinetes de competência previdenciária com o propósito de estimular o ingresso de novos servidores.

ANÁLISE DA EQUIPE

Pela análise dos dados estatísticos, constatou-se a significativa e recente elevação do número de processos distribuídos para os gabinetes com competência previdenciária, sobretudo a partir de 2010, coincidindo com a instalação do processo eletrônico. Em curto prazo, não se identifica uma outra

opção viável para a solução do problema que não seja o aumento do quadro de servidores.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Distribuição desproporcional em relação a outras turmas ou seções.
- Complexidade do acervo.
- Elevado número de processos de META CNJ ou com prioridade de julgamento.
- Alta rotatividade de servidores.
- Fluxo permanentemente negativo: META 1 – CNJ.

JUSTIFICATIVA

1. Os dados estatísticos não deixam margem à dúvida de que as turmas de competência previdenciária recebem uma distribuição em número bem superior às demais.
2. Ao contrário do que se imagina correntemente, as demandas previdenciárias constituem ações que apresentam grande complexidade e exigem em grande parte delas exame minucioso das provas, demandando tempo e conhecimento da matéria.
3. As ações previdenciárias, por possuírem natureza alimentar, contam sempre com várias prioridades de julgamento, como por exemplo os agravos de instrumento em que se examinam tutelas antecipadas e liminares.
4. A elevada carga de trabalho e as maiores vantagens oferecidas em outras carreiras têm estimulado os servidores buscarem melhores salários, o que provoca a alta rotatividade nos gabinetes.
5. Recente elevação da distribuição, sobretudo a partir de 2010, tornou impossível o cumprimento da Meta 1 do CNJ, havendo um crescimento negativo em torno de 2.000 processos anualmente.

SOLUÇÃO PROPOSTA

1. Aumento do quadro com a transferência de servidores da área administrativa e das secretarias.

2. Estudo de readequação dos servidores do TRF, tendo-se em vista a instalação do processo eletrônico.

3. Transferência de funções comissionadas para os gabinetes de competência previdenciária com o propósito de estimular o ingresso de novos servidores.

ANÁLISE DA EQUIPE

Observa-se que o Gabinete vinha mantendo o controle do fluxo de processos em anos anteriores. Prova esse fato com o acervo atual que está concentrado nos anos de 2011 e 2012. O fenômeno de retenção é recente e deve ser solucionado com brevidade.

2.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Média de cinco dias para lavratura de acórdãos.

2.3 Pontos positivos encontrados

Gabinete bem estruturado e organizado, com equipes especializadas e bem treinadas.

3 Observações da equipe

3.1 Constatações

O Desembargador Celso Kipper assumiu o Gabinete em 3/7/2009, recebendo um acervo de 439 processos. Posteriormente, com a extinção da turma suplementar, em fevereiro de 2010, o acervo teve um crescimento repentino para 2.143 processos.

O Gabinete ainda enfrentou situação excepcional relativamente ao afastamento de servidores treinados e com relevante experiência, no período, o que veio também a repercutir na produtividade global da equipe. Esse fato se explica pela ocorrência de grande rotatividade de servidores que saíram para trabalhar em outros órgãos, a fim de para assumir outros cargos públicos, afetando a produtividade final.

A repercussão desse evento pode ser verificada pelo não cumprimento da Meta 1 do CNJ. A referida meta estabelece que seja julgada quantidade de processos igual à de processos de conhecimento distribuídos no mesmo ano mais uma parcela do estoque acumulado. Porém, o que se verificou foi o crescimento significativo da distribuição, e que tornou impraticável o cumprimento da meta, havendo um crescimento negativo de cerca de 2000 processos ao ano, dificultando uma perspectiva de reversão em médio prazo.

Os servidores, por sua via, estão trabalhando no limite de suas capacidades.

Em razão da matéria previdenciária, o gabinete sustenta a necessidade de promover exame mais acurado nos processos previdenciários, tendo-se em vista que se trata da última oportunidade de análise sobre as provas nos autos em uma ação com natureza alimentar. Portanto, constitui-se necessária a correção de algum equívoco de julgamento.

Outro entrave verificado a concorrer com a busca de uma gestão rápida e eficiente diz respeito à competência delegada, uma vez que, conforme informado, traz inúmeros problemas de processamento para os gabinetes de competência previdenciária, o que resulta em processos mal conduzidos e mal instruídos. Tal situação obriga o Gabinete a abrir inúmeras diligências para sanear até mesmo a instrução do feito. Em outras situações, o Gabinete se vê na obrigação de consultar os sistemas do INSS para buscar elementos necessários ao julgamento do processo.

O Gabinete também rechaça a ideia corrente de processos repetitivos, simplificados e com matéria de direito nos pleitos previdenciários, tendo-se em vista a evolução do ramo de direito, tornando-o complexo e exigindo o exame minucioso das provas em grande parte dos processos.

Num contraponto, o gabinete busca dar andamento célere de forma equilibrada aos processos com prioridade legal e aos processos com ajuizamento mais antigos. Não havendo no sistema informatizado recurso para identificação da prioridade por idade do demandante, o Chefe de Secretaria desenvolveu relação manual para a identificação e acompanhamento desses processos. Com o propósito de preservar a imagem da instituição, o Chefe de Gabinete acompanha com rigor o cumprimento dos processos que foram objeto de reclamação na Ouvidoria.

Em termos de avaliação e controle, os componentes da Turma fazem reuniões periódicas com o propósito de debaterem as divergências, objetivando buscar uniformidade de entendimentos.

No tocante à gestão processual, o gabinete optou por pautar os agravos de instrumento, buscando evitar sucessão de recursos em decorrência de decisão monocrática, com julgamentos realizados em um prazo médio de 45 dias.

Constatou-se que o Gabinete não lança a movimentação de simples impulso processual nos autos físicos, sendo feitos os registros apenas no sistema informatizado. Observou-se que essa prática encontra-se disseminada em todos os gabinetes de competência previdenciária, de forma a obter celeridade no andamento processual. Eventual ato que importe em intimação das partes ou diligências são registrados nos autos físicos e no sistema. Não se detectou, no entanto, qualquer prejuízo para o andamento processual e para as partes.

O Gabinete faz triagem de todos os processos distribuídos por meio do sistema informatizado, o que permite a identificação de processos prioritários e a

natureza de cada um, de forma que são encaminhados para o setor responsável para andamento.

3.3 Recomendação

Tendo-se em vista a implantação do processo eletrônico, recomenda-se realizar estudo de readequação do quadro de pessoal para verificar a viabilidade de remanejamento servidores das secretarias e do Administrativo para os Gabinetes com competência previdenciária. Este estudo deve levar em conta a realidade das secretarias de turmas com competência previdenciária, que processam número de feitos bem superior às demais, em grande parte processos físicos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Otávio Roberto Pamplona

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção.	Desde 01/09/2006 (Pres. Ato n. 571, de 05/09/2006)
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	2ª Turma
Seção	1ª Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 22/08/2011, como membro suplente, e desde 23/02/2012, como membro efetivo.

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	20/06/2011 (Conselheiro - Biênio 2011/2013)
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	13/08/2012
Outras (especificar quais)	06/7/2012 (Comissão para avaliar e apresentar proposta sobre a possibilidade de interiorização das Turmas Recursais) e desde 28/08/2012 (Comissão para estudar a viabilidade de retomar a competência federal delegada no âmbito da 4ª Região)

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	19-01-2012 a 17-02-2012 e 16-07-2012 a 14-08-2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	04-09-2012 (a serviço), 13 e 14-09-2012 (a serviço), 28-09-2012 (frequência a curso) e 12-11-2012 (a serviço).
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

19-01-2012 a 17-02-2012 (Juíza Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha) e 16-07-2012 a 14-08-2012 (Juiz Federal Luiz Carlos Cervi)

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Nenhum.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Antiguidade, disponibilidade e, sempre que possível, afinidade com a matéria de competência do gabinete.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não exerce a atividade de docência.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	17
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com	3, com vínculo

ou sem vínculo)	
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	1. Período: 01/02/2012 a 28/06/2012. Período: 17/08/2012 a 16/09/2012
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	3
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	15 servidores e 3 estagiários. A chefe de gabinete exerce atividade fim e atividade meio.
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	3 . A chefe de gabinete exerce atividade fim e atividade meio.

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	9 servidores. Motivo: licença para tratamento de saúde. Períodos: 08/11/2011, 11/11/2011, 01/12/2011, 09/01/2012 a 04/03/2012, 06/02/2012 a 07/02/2012, 27/02/2012, 05/03/2012 a 07/03/2012, 12/03/2012, 14/03/2012, 26/03/2012 a 27/03/2012, 04/05/2012, 09/07/2012 a 18/07/2012, 11/07/2012, 16/08/2012 a 20/08/2012, 21/08/2012, 27/08/2012, 13/09/2012 a 19/09/2012. servidores. Motivo: licença por motivo doença em pessoa da família. Períodos: 16/12/2011, 17/05/2012 a 21/05/2012, 18/06/2012 a 19/06/2012, 02/07/2012 a 06/07/2012, 18/07/2012, 23/07/2012, 19/10/2012 a 24/10/2012, 17/05/2012 a 18/05/2012. servidora. Motivo: licença à gestante. Período: 05/03/2012 a 31/08/2012.
Outros	1 servidor. Motivo: compensação de dias trabalhados em plantão. Período: 21/09/2012. servidores. Motivo: gozo referente a trabalho eleitoral. Períodos: 22/03/2012 a 23/03/2012; 16/07/2012 a 20/07/2012; 03/08/2012. servidor. Motivo: curso promovido pelo TRF. Período:

	29/03/2012 a 30/03/2012.
--	--------------------------

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Nenhuma.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

1.345/15. Total: 89,66 processos por servidor.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Feitos de natureza tributária e trabalhista, nesta compreendidos os que disserem respeito a obrigações acessórias (CTN, art. 113, § 2º) e contribuições sociais, inclusive ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Programa de Integração Social (art. 10, § 1º, do Regimento Interno do TRF da 4ª Região)

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3, com disponibilidade de uma data para eventual sessão extraordinária, se for o caso.
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	Administrativo: 1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	01/09/2006: 3.268
Atualmente	out/2012: 1.345

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	1.328
Seção	17
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	1.090
Seção	21
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Um.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

39.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1.254.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	5
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	5
Outras situações (especificar quais)	
Total	10

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

2 (dois): 1999.70.01.009813-8 (recebido no gabinete, em 11/07/2012, para juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC; julgado em 03/09/2012; órgão atual: Secretaria da 2ª Turma); 2000.70.01.009813-8 (recebido no gabinete, em 20/08/2012, para juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC; julgado em 02/10/2012; órgão atual: Secretaria da 2ª Turma).

3.13 Número de processos virtuais

1.152.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	188
Apelações e remessas oficiais	1.148
Embargos infringentes	
Demais	
Total	1.336

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	5
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	106
Ações penais	
Total	111

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	4
Ações rescisórias	9
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	7
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	

Demais	
Revisões criminais	
Total	20

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	51
Embargos de declaração	184
Total	235

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

1.147.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	64

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	1
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	63
Outros	
Total	64

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Nenhum.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	14
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	14

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	5
-------	---

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	423 (nov/2011)
Seção	4 (nov/2011)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	427

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	300 (dez/2011)
Seção	9 (dez/2011)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	309

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	681 (jan/2012)
Seção	6 (jan/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	687

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	686 (fev/2012)
Seção	4 (fev/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	690

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	484 (mar/2012)
Seção	9 (mar/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	493

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	437 (abr/2012)
Seção	8 (abr/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	445

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	477 (maio/2012)
Seção	5 (maio/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	482

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	448 (jun/2012)
Seção	6 (jun/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	454

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	537 (jul/2012)
Seção	8 (jul/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	545

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	478 (ago/2012)
Seção	7 (ago/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	485

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	394 (set/2012)
Seção	2 (set/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	396

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	471 (out/2012)
Seção	5 (out/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	476

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5.816
Seção	73
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5.889

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	484,7
Seção	6,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	490,8

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	7 (nov/2011)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	3 (dez/2011)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	4 (jan/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	9 (fev/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	11 (mar/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	3 (abr/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	10 (maio/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	10
-------	----

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	8 (jun/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	8 (jul/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	12 (ago/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	6 (set/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	6
-------	---

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	19 (out/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	19

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	100
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	100

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	8,3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8,3

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	392 (nov/2011)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	392

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	288 (dez/2011)
Seção	2 (dez/2011)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	290

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	74 (jan/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	74

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	437 (fev/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	437

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	316 (mar/2012)
Seção	2 (mar/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	318

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	364 (abr/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	364

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	320 (maio/2012)
Seção	3 (maio/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	323

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	273 (jun/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	273

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	334 (jul/2012)
Seção	1 (jul/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	335

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	341 (ago/2012)
Seção	1 (ago/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	342

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	345 (set/2012)
Seção	4 (set/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	349

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	581 (out/2012)
Seção	4 (out/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	585

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	4.065
Seção	17
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4.082

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	338,8
Seção	1,4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	340,2

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	175 (nov/2011)
Seção	3 (nov/2011)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	178

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	175 (nov/2011)
Seção	3 (nov/2011)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	178

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	120 (dez/2011)
Seção	4 (dez/2011)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	73 (jan/2012)
Seção	4 (jan/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	77

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	112 (fev/2012)
Seção	5 (fev/2012)
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	117

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	133 (mar/2012)
Seção	4 (mar/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	137

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	115 (abr/2012)
Seção	5 (abr/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	120

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	175 (maio/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	175

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	172 (jun/2012)
Seção	3 (jun/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	175

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	155 (jul/2012)
Seção	4 (jul/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	159

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	151 (ago/2012)
Seção	6 (ago/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	157

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	117 (set/2012)
Seção	1 (set/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	118

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	159 (out/2012)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	159

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	1.657
Seção	39
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	1.696

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5.631/469,3
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5.889/490,8

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Parcialmente (95,63%). Atribuímos o parcial cumprimento da Meta 1 CNJ ao fato de que, em vários períodos do ano, o quadro de servidores do gabinete esteve desfalcado por licenças médicas e/ou vacância.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	243 (nov/2011)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	216 (dez/2011)
Seção	5 (dez/2011)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	221

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	188 (jan/2012)
Seção	10 (jan/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	198

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses

(Mês 4)

Turma	136 (fev/2012)
Seção	2 (fev/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses

(Mês 5)

Turma	316 (mar/2012)
Seção	2 (mar/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	318

3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses

(Mês 6)

Turma	170 (abr/2012)
Seção	2 (abr/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	172

3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses

(Mês 7)

Turma	171 (maio/2012)
Seção	8 (maio/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	179

3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses

(Mês 8)

Turma	253 (jun/2012)
Seção	1 (jun/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	254

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	300 (jul/2012)
Seção	1 (jul/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	301

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	242 (ago/2012)
Seção	1 (ago/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	258 (set/2012)
Seção	2 (set/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	260

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	250 (out/2012)
Seção	8 (out/2012)
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	258

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	2.743
Seção	42
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2.785

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	228,6
Seção	3,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	232,1

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	2.394/199,5
Seção	85/7,08
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2.479/206,58

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	26,6%/440/1.657
Seção	7,7%/3/39
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	26,1%/443/1.696

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	45,3%/2013/4.448
Seção	56,3%/18/32
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	45,3%/2.031/4.480

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	33/5. Motivo: férias (sessões de 31-01-2012, 14-02-2012, 17-07-2012, 07-08-2012 e 14-08-2012)
Seção	12/2. Motivo: férias (sessão de 16-01-2012) e viagem a serviço (sessão de 04-10-2012)
Órgão/Corte Especial	Administrativa: 10/0. Judicial 11/0
Plenário	Administrativo: 10 (ordinárias) e 2

	(extraordinárias)/1. Motivo: férias judiciais 1/0
Total	79/8

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	22. Motivo: impedimentos em processos dos Desembargadores da Turma.
Seção	1 Motivo: ausência de Desembargadores.
Órgão/Corte Especial	Judicial: 10. Motivo: ausência de Desembargadores.
Plenário	
Total	33

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	1 (uma). Motivo: a sessão designada para o dia 04-10-2012 foi antecipada para o dia 03-10-2012, em face de viagem a serviço do Des. Federal Otávio Roberto Pamplona.
Seção	
Órgão/Corte Especial	Judicial: 2 . Motivo: ausência de quórum (26-01-2012 e 26-07-2012).
Plenário	Administrativo: 1 extraordinária.
Outro (especificar quais)	
Total	4

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	Administrativa: 0 Judicial: 0
Plenário	Administrativo: 1 Judicial: 0
Outro (especificar quais)	
Total	4

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Pela Chefe de Gabinete, que, após verificar autuação, pedido de liminar ou antecipação de tutela, necessidade de remessa ao MPF, prioridade de atendimento e prevenção, realociza os processos, conforme as classes processuais e matérias, aos respectivos servidores do gabinete.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Por classe, assunto, partes, ano de autuação, urgência, prioridade de atendimento, preferência, etc.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Ferramenta CONTROLE DE ACERVO, disponibilizada pelo Tribunal.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Por classe processual, por matéria, pelo perfil do servidor ou estagiário.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Tem preferência para análise e julgamento em relação aos demais feitos em tramitação.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Para aqueles com prioridade de tramitação ou casos urgentes. Os demais seguem o trâmite normal do gabinete, com apresentação de processos em mesa em todas as sessões designadas.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Agravos de instrumento, mandados de segurança, conflitos de competência e demais casos de urgência: julgamento, preferencialmente, por decisão terminativa, no menor espaço de tempo possível, ou inclusão em pauta na primeira sessão após concluída a instrução processual.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Mescla dos processos há mais tempo em tramitação com aqueles distribuídos recentemente, em que o Desembargador já possui posição firmada na Turma ou são de menor complexidade e fácil resolução.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O Desembargador participa regularmente de reuniões com a equipe.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. É realizado em conjunto entre assessores, chefe de gabinete e Desembargador.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Mensal, a fim de se verificar os pontos que devem ser trabalhados para o mês seguinte, sempre visando melhorar a prestação jurisdicional e atender as metas estabelecidas pelo CNJ.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O gabinete estabelece metas periódicas, tal como julgar todos os processos do ano de 2011 até dezembro de 2012, zerar os pedidos de liminar/antecipação de tutela, julgar todos os agravos de instrumento distribuídos há mais de 60 dias etc.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Diário, a fim de avaliar a produção de cada servidor e do gabinete como um todo.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Sempre que se julga necessário.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Nos meses de janeiro/fevereiro e junho/julho é feita uma escala de férias, para que a produção do gabinete não fique muito prejudicada, uma vez que são as épocas mais disputadas para a marcação de férias pelos servidores. Quanto à substituição das chefias, especialmente assessor e chefe de gabinete, foram designados substitutos automáticos, dentro do grupo de servidores, os quais, eventualmente, podem ser alterados, sempre levando em consideração as tarefas a serem desempenhadas e o perfil do substituto.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

O Desembargador atende a todos, independentemente de marcação de horário. No entanto, os advogados costumam ligar previamente para tal desiderato.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Normalmente, o gabinete entra em contato com o Desembargador, que passa as orientações necessárias para que o servidor minute a decisão, que pode ser assinada eletronicamente do lugar em que o magistrado se encontra. Havendo impossibilidade de comunicação com o Desembargador, o gabinete entra em contato com um dos demais integrantes da Turma, para que este, na ausência eventual do relator, decida sobre o pedido.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

67 processos.

1 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Dificuldade de preenchimento de cargos ou funções vagas.
- Deficiência na capacitação funcional dos servidores.

JUSTIFICATIVA

- Há dificuldade no preenchimento de cargos/funções pela falta de FC;
- A capacitação somente é conseguida com FC.

1.2 Pontos positivos encontrados

- Boa organização do gabinete;
- Divisão das atribuições bem delimitadas;
- Bom ambiente de trabalho;
- A equipe está integrada e afinada com a matéria do gabinete.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Falta de funcionalidade na distribuição de competências internas;
- Erros de classificação na distribuição, exigindo conferência e correção pelo Gabinete;
- Número do acervo físico incompatível com o estatístico;

- Fluxo permanentemente negativo: META 1 – CNJ.

JUSTIFICATIVA

- De acordo com as informações colhidas, foi sugerida a criação de mais uma turma;
- Ajustar o sistema para geração de relatórios mais confiáveis;
- Há falha na estatística diante do acervo físico real.

2.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Verificou-se a lavratura no tempo médio de 2 a 5 dias.

2.3 Pontos positivos encontrados

- Rigoroso controle do acompanhamento processual dos feitos em trâmite no Gabinete.
- O Gabinete utiliza, com regularidade, o controle de acervo estatístico do sistema processual, bem como tabelas próprias de controle manual, em complementação;
- As ações coletivas, no dia da inspeção, estavam todas minutadas.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	7ª Turma/4ª Seção: 29/06/2012 (Ato Pres. TRF4 324 - 26/06/2012)
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	1ª Turma/1ª Seção: 22/06/2004 a 28/06/2012

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Sétima Turma
Seção	Quarta Seção
Órgão/Corte Especial	Membro Suplente da Corte Especial desde 23/02/2012

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	Coordenador do Sistema de Conciliação da 4ª Região no Biênio 2009/2011
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	23/02/2012 a 23/03/2012 - Portaria 1315, de 25/11/2011.
--------	--

	10/09/2012 a 09/10/2012 - Portaria 664, de 25/07/2012
Licenças	LTS membro da família - 16/04/2012 a 21/04/2012 - Portaria 329, de 17/04/2012 Licença Nojo (falecimento membro da família) - 23/04/2012 a 30/04/2012 - Portaria 361, de 24/04/2012 LTS – Licença tratamento de saúde - 26/07/2012 a 06/09/2012 - Portaria 665, de 25/07/2012
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	3 meses e 27 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Juiz Federal Artur César de Souza - 23/02/2012 a 23/03/2012 (Férias) - Ato 639, de 29/11/2011 Juiz Federal Artur César de Souza - 06/08/2012 a 09/10/2012 (Férias e LTS) - Ato 374, de 25/07/2012

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não se aplica.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

O magistrado deve integrar o primeiro 1/5 da lista de antiguidade dos juízes federais e afinidade com métodos e propostas de trabalho.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não se aplica.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Sim.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	10
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	10
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	3
Número de estagiários (nível superior)	3
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	11
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	<p>Servidores atualmente lotados nesta unidade (referência ano de 2012): matrícula: 11384 Anelise Beatriz Jarzinski Alfaro cargo\função : assessor-adjunto (CJ-1) 06/02/2012 a 07/02/2012 - compensação de dias trabalhados recesso.</p> <p>22/02/2012 a 26/02/2012 - licença para tratamento de saúde. 19/03/2012 a 21/03/2012 - compensação de dias trabalhados recesso 22/03/2012 - compensação de dias trabalhados plantão.</p> <p>11/05/2012 a 18/05/2012 - ausência em virtude de casamento.</p> <p>22/06/2012 - licença para tratamento de saúde.</p>
----------	--

	<p>14/08/2012 - licença para tratamento de saúde.</p> <p>20/08/2012 a 17/09/2012 - licença para tratamento de saúde (prorrogação).</p> <p>27/09/2012 a 28/09/2012 - licença para tratamento de saúde (prorrogação).</p> <p>19/10/2012 - compensação de dias trabalhados plantão.</p> <p>matrícula : 11545 Daniel Cassiano Bernardes cargo\função : supervisor (FC-05)</p> <p>30/05/2012 a 03/06/2012 - licença paternidade.</p> <p>27/06/2012 a 28/06/2012 - licença para tratamento de saúde.</p> <p>matrícula : 10921 Francisco Antonio dos Santos Neto cargo\função : assistente adm/jud iv (FC-04)</p> <p>18/04/2012 a 19/04/2012 - licença para tratamento de</p> <p>matrícula : 11568 Ivonete Besen cargo\função : diretor de núcleo (FC-06)</p> <p>21/04/2012 a 28/04/2012 ausência em virtude de luto.</p> <p>matrícula : 11246 Melissa Seibel cargo\função : chefe de gabinete (CJ-2)</p> <p>10/08/2012 licença para tratamento de saúde.</p> <p>30/10/2012 a 31/10/2012 licença motivo doença em pessoa da família.</p> <p>matrícula : 11082 Miriam Marques cargo\função: assistente adm/jud IV (FC-04)</p> <p>29/02/2012 - licença para tratamento de saúde</p> <p>11/05/2012 - licença para tratamento de saúde</p> <p>06/07/2012 - licença para tratamento de saúde</p> <p>26/07/2012 - licença para tratamento de saúde</p> <p>matrícula: 11735 Rodrigo Rebello Horta Görgen</p>
--	--

	cargo\função : oficial de gabinete (FC-05)
	28/02/2012 a 02/03/2012 - licença para tratamento de saúde
	21/09/2012, 8112, 39, gozo referente a trabalho eleitoral
	11/10/2012, 8112, 39, gozo referente a trabalho eleitoral
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Não se aplica.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	4
FC3	Não se aplica
FC2	Não se aplica
FC1	Não se aplica

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Não se aplica

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

42,87 processos/servidor.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

7ª Turma/4ª Seção: Especializada em Matéria Penal.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	Periodicidade Semanal - Aproximadamente 4 por mês
Seção	Periodicidade Mensal - 1 por mês
Órgão/Corte Especial	Periodicidade Mensal - 1 por mês
Plenário	Periodicidade Mensal - 1 por mês
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data)	Em 29/06/2012 -708
--	--------------------

e quantidade)	
Atualmente	Em 11/11/2012 - 343

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	312
Seção	31
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	241
Seção	25
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Dois.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

Não se aplica.

3.8 Número de processos extraviados

Não se aplica.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Não se aplica.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

91.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	15
Encaminhados para voto-vista	
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	15

3.12. Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta 02 – 4 Processos, como seguem: 2007.04.00.002136-8 (Medida Assecuratória) – Recebido em 27/09/2012 c/ petição do MPF; Despachado em 12/11/2012. Em SE4 para juntada e posterior vista ao MPF 2007.04.00.011953-8 (Medida Assecuratória) – Vista no MPF desde 20/08/2010 2007.04.00.022182-5 – Apenso ao PEQUEB 2007.04.00.0021376-0 – julgado em 12/11/2012 – SE42007.04.00.022191-6 – Voto-vista do Dr. Néfi – Processo da SE4

3.13 Número de processos virtuais

195.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	1
Apelações e remessas oficiais	265
Embargos infringentes	11
Demais	37
Total	314

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	1
Ações penais	199
Total	200

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	10
Mandados de injunção	
Ações penais	

Demais	
Revisões criminais	3
Total	13

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	1 (Encontra-se arquivado: 201204000052075)
Embargos de declaração	1450024401720104047005 – BDQ desde 18/10/12 50049576720114047002 – Mesa 21/11/12 50183801720124040000 – ED por decisão em 06/11/2012 50010524920104047209 – Minuta (aguarda Dr. Alvaro) 199770010159497 – Dr. Maurique 200072000037870 – DCB200671000255033 – Julgado 14/11/12 200672000020640 – Decisão na ST7200770000339036 – Minutado em Insp. 2012 200771130025743 – DCB2008700100001660 – Mesa 21/11/12 200870160006327 – Mesa 21/11/12 201204000059045 - Minuta (aguarda Dr. Alvaro) 201204000105705 – ST7 p/intimação
Total	15

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

322.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	2 50053675020104047200 – Vinculado ao Desembargador Néfi Cordeiro 200970090013936 – Adiado de 24/10 – c/DCB
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	1 50053675020104047200 – Vinculado ao Desembargador Néfi Cordeiro
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares, contra magistrados

Não se aplica.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	2
------------------------	---

	200670040045333 - C/JGR 200971000093186 - C/JGR
Recebidos para voto-vista	5 50104312520114047000 – C/ Dr. Álvaro 200670000122997 - C/ Dr. Álvaro 200671030014901 – Mesa 21/11/12 200970020018489 - C/ Dr. Álvaro 200971010004150 – Julgado 14/11/12
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	7

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Turma: 1ª Turma – 695	7ª Turma - 145
Seção	Seção: 1ª Seção – 04	4ª Seção - 00
Órgão/Corte Especial		
Plenário		
Outros (especificar quais)		
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 699 7ª Turma/4ª Seção = 145	

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Turma: 1ª Turma - 475	7ª Turma - 124
Seção	Seção: 1ª Seção – 04	4ª Seção - 01
Órgão/Corte Especial		
Plenário		
Outros (especificar quais)		
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 479 7ª Turma/4ª Seção = 125	

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Turma: 1ª Turma - 585	7ª Turma - 123
Seção	Seção: 1ª Seção – 5	4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial		
Plenário		
Outros (especificar quais)		
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 590 7ª Turma/4ª Seção = 124	

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Turma: 1ª Turma - 620	7ª Turma - 129
Seção	Seção: 1ª Seção – 5	4ª Seção - 4
Órgão/Corte Especial		
Plenário		
Outros (especificar quais)		
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 625 7ª Turma/4ª Seção = 133	

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	Turma: 1ª Turma - 741	7ª Turma - 220
Seção	Seção: 1ª Seção – 10	4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial		

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 751 7ª Turma/4ª Seção = 221

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	Turma: 1ª Turma - 368 7ª Turma - 145
Seção	Seção: 1ª Seção – 20 4ª Seção - 4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 388 7ª Turma/4ª Seção = 149

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	Turma: 1ª Turma - 433 7ª Turma - 171
Seção	Seção: 1ª Seção – 12 4ª Seção - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 445 7ª Turma/4ª Seção = 173

3.37. Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	Turma: 1ª Turma - 422 7ª Turma - 179
Seção	Seção: 1ª Seção – 7 4ª Seção - 8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 429 7ª Turma/4ª Seção = 187

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	Turma: 1ª Turma - 488 7ª Turma - 134
Seção	Seção: 1ª Seção – 11 4ª Seção - 06
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total 1ª Turma/1ª Seção = 499 7ª Turma/4ª Seção = 140

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	Turma: 1ª Turma - 466 7ª Turma - 124
Seção	Seção: 1ª Seção – 6 4ª Seção - 9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 472 7ª Turma/4ª Seção = 133

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	Turma: 1ª Turma - 406 7ª Turma - 88
Seção	Seção: 1ª Seção – 6 4ª Seção - 10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 412 7ª Turma/4ª Seção = 98

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	Turma: 1ª Turma - 484 7ª Turma - 108
Seção	Seção: 1ª Seção – 3 4ª Seção - 9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 487 7ª Turma/4ª Seção = 117

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	Turma: 1ª Turma - 6183 7ª Turma - 1690
Seção	Seção: 1ª Seção – 93 4ª Seção - 55
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 6276 7ª Turma/4ª Seção = 1745

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	Turma: 1ª Turma – 515,3 7ª Turma – 140,8
Seção	Seção: 1ª Seção – 7,8 4ª Seção – 4,6
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 523; 7ª Turma/4ª Seção=145,4

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Turma: 1ª Turma – 5 7ª Turma - 2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 5 7ª Turma/4ª Seção = 2

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Turma: 1ª Turma – 7 7ª Turma - 0
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Turma: 1ª Turma – 10 7ª Turma - 4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 10 7ª Turma/4ª Seção = 0

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Turma: 1ª Turma – 11 7ª Turma - 0
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 11 7ª Turma/4ª Seção = 0

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	Turma: 1ª Turma – 10 7ª Turma - 13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 10 7ª Turma/4ª Seção = 13

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	Turma: 1ª Turma – 17 7ª Turma - 4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 17 7ª Turma/4ª Seção = 4

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	Turma: 1ª Turma – 10 7ª Turma - 6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 10 7ª Turma/4ª Seção = 6

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	Turma: 1ª Turma – 11 7ª Turma - 5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 11 7ª Turma/4ª Seção = 5

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	Turma: 1ª Turma – 3 7ª Turma - 2
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 3 7ª Turma/4ª Seção = 2

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	Turma: 1ª Turma – 10 7ª Turma - 2
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 11 7ª Turma/4ª Seção = 3

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	Turma: 1ª Turma – 11 7ª Turma - 3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 11 7ª Turma/4ª Seção = 3

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	Turma: 1ª Turma – 8 7ª Turma - 8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 8 7ª Turma/4ª Seção = 8

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	Turma: 1ª Turma – 113 7ª Turma - 49
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 114 7ª Turma/4ª Seção = 50

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	Turma: 1ª Turma – 9,4 7ª Turma – 4,1
Seção	Seção: 1ª Seção – 0,1 4ª Seção – 0,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 9,5 7ª Turma/4ª Seção = 4,2

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Turma: 1ª Turma - 307 7ª Turma - 101
Seção	Seção: 1ª Seção – 8 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 315 7ª Turma/4ª Seção = 101

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Turma: 1ª Turma – 86 7ª Turma - 116
Seção	Seção: 1ª Seção – 0 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 86 7ª Turma/4ª Seção = 117

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 3)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 87 7ª Turma - 38
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 87 7ª Turma/4ª Seção = 38

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 4)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 158 7ª Turma - 33
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 159 7ª Turma/4ª Seção = 33

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 5)**

Turma	Turma: 1ª Turma - 204 7ª Turma - 47
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 205 7ª Turma/4ª Seção = 50

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 6)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 123 7ª Turma - 31
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 123 7ª Turma/4ª Seção = 31

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 7)**

Turma	Turma: 1ª Turma - 184 7ª Turma - 62
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 184 7ª Turma/4ª Seção = 62

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 8)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 88 7ª Turma - 39
Seção	Seção: 1ª Seção – 04 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 92 7ª Turma/4ª Seção = 39

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 9)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 30 7ª Turma - 1
Seção	Seção: 1ª Seção – 2 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 32 7ª Turma/4ª Seção = 1

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 10)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 259 7ª Turma - 46
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 260 7ª Turma/4ª Seção = 49

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
 (Mês 11)**

Turma	Turma: 1ª Turma - 512 7ª Turma - 24
Seção	Seção: 1ª Seção – 3 4ª Seção - 3
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 515 7ª Turma/4ª Seção = 27

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	Turma: 1ª Turma - 354 7ª Turma - 25
Seção	Seção: 1ª Seção – 2 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 356 7ª Turma/4ª Seção = 25

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	Turma: 1ª Turma - 2392 7ª Turma - 564
Seção	Seção: 1ª Seção – 22 4ª Seção - 10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 2414 7ª Turma/4ª Seção = 574

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	Turma: 1ª Turma – 199,3 7ª Turma - 47,0
Seção	Seção: 1ª Seção – 1,8 4ª Seção – 0,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 201,2 7ª Turma/4ª Seção = 47,8

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Turma: 1ª Turma – 81 7ª Turma - 218
Seção	Seção: 1ª Seção – 7 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 88 7ª Turma/4ª Seção = 218

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Turma: 1ª Turma – 93 7ª Turma - 160
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 94 7ª Turma/4ª Seção = 160

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	Turma: 1ª Turma - 143 7ª Turma - 104
Seção	Seção: 1ª Seção – 2 4ª Seção -
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 145 7ª Turma/4ª Seção = 104

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	Turma: 1ª Turma - 220 7ª Turma - 70
Seção	Seção: 1ª Seção – 2 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 222 7ª Turma/4ª Seção = 71

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	Turma: 1ª Turma - 310 7ª Turma - 124
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 311 7ª Turma/4ª Seção = 124

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	Turma: 1ª Turma - 113 7ª Turma - 42
Seção	Seção: 1ª Seção – 5 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 118 7ª Turma/4ª Seção = 42

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	Turma: 1ª Turma - 549 7ª Turma - 128
Seção	Seção: 1ª Seção – 14 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 563 7ª Turma/4ª Seção = 128

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	Turma: 1ª Turma - 351 7ª Turma - 88
Seção	Seção: 1ª Seção – 8 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 359 7ª Turma/4ª Seção = 88

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	Turma: 1ª Turma - 70 7ª Turma - 3
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 71 7ª Turma/4ª Seção = 4

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	Turma: 1ª Turma - 140 7ª Turma - 1
Seção	Seção: 1ª Seção - 3 4ª Seção - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 143 7ª Turma/4ª Seção = 3

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	Turma: 1ª Turma - 87 7ª Turma - 6
Seção	Seção: 1ª Seção - 10 4ª Seção - 5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 97 7ª Turma/4ª Seção = 11

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	Turma: 1ª Turma - 139 7ª Turma - 3
Seção	Seção: 1ª Seção - 7 4ª Seção - 5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 146 7ª Turma/4ª Seção = 8

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	Turma: 1ª Turma - 2296 7ª Turma - 947
Seção	Seção: 1ª Seção - 61 4ª Seção - 14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 2357 7ª Turma/4ª Seção = 961

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	Turma: 1ª Turma – 191,3 7ª Turma – 78,09
Seção	Seção: 1ª Seção – 5,1 4ª Seção – 1,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 196,4 7ª Turma/4ª Seção = 80,01

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	1ª Turma/1ª Seção: 6176/514,60 7ª Turma/4ª Seção: 3773/317,9
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	1ª Turma/1ª Seção: 6276/523 7ª Turma/4ª Seção: 1745/145,4

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Faz parte também das metas do gabinete julgar sempre mais processos do que os recebidos na distribuição, reduzindo o acervo passivo.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	Turma: 1ª Turma – 87 7ª Turma - 243
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 88 7ª Turma/4ª Seção = 243

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	Turma: 1ª Turma – 150 7ª Turma - 216
Seção	Seção: 1ª Seção – 2 4ª Seção - 5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 152 7ª Turma/4ª Seção = 221

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 134 7ª Turma - 188
Seção	Seção: 1ª Seção – 0 / 4ª Seção - 10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 134 7ª Turma/4ª Seção = 198

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 134 7ª Turma - 136
Seção	Seção: 1ª Seção – 0 / 4ª Seção - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 134 7ª Turma/4ª Seção = 138

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 143 7ª Turma - 316
Seção	Seção: 1ª Seção – 4ª Seção - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 143 7ª Turma/4ª Seção = 318

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 75 7ª Turma - 170
Seção	Seção: 1ª Seção – 0 / 4ª Seção - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 75 7ª Turma/4ª Seção = 172

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Mês 7)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 80 7ª Turma - 171
Seção	Seção: 1ª Seção – 0 / 4ª Seção - 8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 80 7ª Turma/4ª Seção = 179

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Mês 8)**

Turma	Turma: 1ª Turma - 127 7ª Turma - 253
Seção	Seção: 1ª Seção – 09 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 137 7ª Turma/4ª Seção = 254 Corte Especial: 1

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Mês 9)**

Turma	Turma: 1ª Turma - 344 7ª Turma - 300
Seção	Seção: 1ª Seção – 10 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 354 7ª Turma/4ª Seção = 301

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Mês 10)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 13 7ª Turma - 242
Seção	Seção: 1ª Seção – 0 / 4ª Seção - 1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 13 7ª Turma/4ª Seção = 243

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Mês 11)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 25 7ª Turma - 258
Seção	Seção: 1ª Seção – 1 4ª Seção - 2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 26 7ª Turma/4ª Seção = 260

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Mês 12)**

Turma	Turma: 1ª Turma – 60 7ª Turma - 250
Seção	Seção: 1ª Seção – 2 4ª Seção - 8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 23 7ª Turma/4ª Seção = 258

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Mês Total)**

Turma	Turma: 1ª Turma - 1292 7ª Turma - 2743
Seção	Seção 1ª Seção – 25 4ª Seção - 42
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 1318 7ª Turma/4ª Seção = 2785 Corte Especial: 1

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
 (Média)**

Turma	Turma: 1ª Turma –107,7 7ª Turma – 228,6
Seção	Seção: 1ª Seção – 2,1 4ª Seção – 3,5
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 109,8 7ª Turma/4ª Seção = 232,1 Corte Especial: 0,1

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	Turma: 1ª Turma – 1431 7ª Turma – 1172
Seção	Seção: 1ª Seção – 139 4ª Seção – 100
Órgão/Corte Especial	Órgão/Corte Especial: 1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Total: 1ª Turma/1ª Seção = 1571 7ª Turma/4ª Seção = 1272 Corte Especial: 1

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	Turma: 1ª Turma – 23,1% 7ª Turma – 36%
Seção	Seção: 1ª Seção – 4,9% 4ª Seção – 7,1%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	Turma: 1ª Turma – 44,4% 7ª Turma – 44,4%
Seção	Seção: 1ª Seção – 22,2% 4ª Seção – 27,8%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1ª Turma/1ª Seção = 44,2% 7ª Turma/4ª Seção = 44,2%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	<p style="text-align: center;">Primeira Turma</p> <p>Na 1ª Turma ocorreram 25 sessões no período de 01/11/2011 a 28/06/12, tendo o Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira comparecido a 20 e substituído em 5 solenidades, como segue:</p> <p style="padding-left: 40px;">29/02/2012 - 1ª Turma – Férias 07/03/2012 - 1ª Turma – Férias 14/03/2012 - 1ª Turma – Férias 21/03/2012 - 1ª Turma – Férias 25/04/2012 - 1ª Turma – Licença Nojo (falecimento de familiar)</p> <p>OBS. O Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira foi substituído pelo Juiz Federal Artur César de Souza, em virtude de férias no período de 23/02/2012 a 23/03/2012</p> <p style="text-align: center;">Sétima Turma</p> <p>Na 7ª Turma ocorreram 17 sessões no período de 29/06/12, tendo o Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira comparecido a 8 e substituído em 9 solenidades, como segue:</p> <p style="padding-left: 40px;">31/07/2012 - 7ª Turma - Licença Tratamento de Saúde 08/08/2012 - 7ª Turma - Licença Tratamento de Saúde 15/08/2012 - 7ª Turma - Licença Tratamento de Saúde 22/08/2012 - 7ª Turma - Licença Tratamento de Saúde 29/08/2012 - 7ª Turma - Licença Tratamento de Saúde 05/09/2012 - 7ª Turma - Licença Tratamento de Saúde 12/09/2012 - 7ª Turma - Férias 26/09/2012 - 7ª Turma – Férias 03/10/2012 - 7ª Turma – Férias</p> <p>OBS. O Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira foi substituído pelo Juiz Federal Artur César de Souza, em virtude de licença para tratamento de saúde e férias no período de 06/08/2012 a 09/10/2012.</p>
Seção	<p style="text-align: center;">Primeira Seção</p> <p>Na 1ª Seção ocorreram 8 sessões no período de 01/11/2011 a 28/06/2012 tendo o Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira comparecido a 6 e se ausentado em 2 solenidades, como segue:</p> <p style="padding-left: 40px;">16/01/2012 - 1ª Seção – Ausência por motivo de consulta médica previamente agendada em outro Estado 31/05/2012 - 1ª Seção – Ausência por motivo de consulta médica previamente agendada em outro Estado</p> <p style="text-align: center;">Quarta Seção</p> <p>Na 4ª Seção ocorreram 4 sessões no período de 29/06/2012</p>

	<p>a 31/10/2012 tendo o Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira comparecido em 1 e se ausentado em 3 solenidades, como segue:</p> <p>19/07/2012 - 4ª Seção - Licença Tratamento de Saúde 16/08/2012 - 4ª Seção - Licença Tratamento de Saúde 17/09/2012 - 4ª seção – Férias</p> <p>OBS. O Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira foi substituído pelo Juiz Federal Artur César de Souza, em virtude de licença para tratamento de saúde e férias no período de 06/08/2012 a 09/10/2012.</p>
Órgão/Corte Especial	<p>Na Corte Especial Judicial ocorreram 11 sessões nos últimos 12 meses, tendo o Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira se ausentado em 1 solenidade, como segue:</p> <p>26/04/2012 - Corte Especial - Licença Nojo (Falecimento de membro da família)</p> <p>Na Corte Especial Administrativa ocorreram 10 sessões nos últimos 12 meses, tendo o Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira comparecido a todas as solenidades em que convocado (4 ocasiões)</p>
Plenário	<p>Plenário Judicial: Não houve sessão do Plenário Judicial no período, conforme informação da Secretaria Processante.</p> <p>No Plenário Administrativo ocorreram 10 sessões ordinárias e 2 sessões extraordinárias nos últimos 12 meses, tendo o Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira se ausentado em 6 ocasiões, como segue:</p> <p>19/12/2011 – Plenário Administrativo – Ausência por motivo de consulta médica previamente agendada em outro Estado 23/02/2012 – Plenário Administrativo – Férias 22/03/2012 – Plenário Administrativo – Férias 26/04/2012 – Plenário Administrativo - Licença Nojo 24/05/2012 – Plenário Administrativo - Ausência por motivo de consulta médica previamente agendada em outro Estado 27/09/2012 – Plenário Administrativo – Férias 07/08/2012 - Plenário Administrativo (Extraord.) – Licença para tratamento de saúde 11/09/2012 - Plenário Administrativo (Extraord.) - Licença para tratamento de saúde</p>
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	<p>Primeira Turma</p> <p>Na 1ª Turma ocorreram 9 convocações para compor quórum, mas apenas em 1 houve a substituição do Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira, como segue:</p> <p>25/04/2012 - 1ª Turma – Licença Nojo (falecimento de familiar)</p> <p>Sétima Turma</p> <p>Na 7ª Turma ocorreu 1 substituição do Desembargador Federal Álvaro Eduardo Junqueira pelo Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado, como segue:</p> <p>31/07/2012 - 7ª Turma - Licença Tratamento de Saúde</p>
Seção	Não informado pela Secretaria Processante.
Órgão/Corte Especial	Não informado pela Secretaria Processante.
Plenário	Não informado pela Secretaria Processante.
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	<p>Primeira Turma</p> <p>1ª Turma - período de 01/11/2011 a 28/06/2012 - Duas, conforme informação fornecida pela Secretaria Processante, restando impossível a este gabinete declinar o motivo do cancelamento, pois que a decisão pertence ao Presidente da Turma.</p> <p>Sétima Turma</p> <p>7ª Turma - período de 29/06/2011 a 31/10/2012 - Uma, conforme segue:</p> <p>19/09/2012 - sessão cancelada - impossível a este gabinete declinar o motivo do cancelamento, pois que a decisão pertence ao Presidente da Turma.</p>
Seção	<p>1ª Sessão - período de 01/11/2011 a 28/06/2012 – Nenhuma</p> <p>4ª Turma - período de 29/06/2011 a 31/10/2012 - Nenhuma</p>
Órgão/Corte Especial	<p>Corte Especial Judicial:</p> <p>2 sessões canceladas, em 26/01/2012 e 26/07/2012 - impossível a este gabinete declinar o motivo do cancelamento, pois que a decisão pertence ao Presidente da Corte.</p>

	Corte Especial Administrativa: Nenhuma
Plenário	Plenário Judicial: Não houve sessão do Plenário Judicial no período, conforme informação da Secretaria Processante. Plenário Administrativo: 1 sessão cancelada, impossível a este gabinete declinar o motivo do cancelamento, pois que a decisão pertence ao Presidente da Corte.
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	1ª Turma - período de 01/11/2011 a 28/06/2012 - Nenhuma 7ª Turma - período de 29/06/2011 a 31/10/2012 - Nenhuma
Seção	1ª Seção - período de 01/11/2011 a 28/06/2012 - Nenhuma 4ª Seção - período de 29/06/2011 a 31/10/2012 - Nenhuma
Órgão/Corte Especial	Corte Especial Judicial: Nenhuma. Corte Especial Administrativa: Nenhuma
Plenário	Plenário Judicial: Não houve sessão do Plenário Judicial no período, conforme informação da Secretaria Processante. Plenário Administrativo: 2, conforme informação da Secretaria Processante.
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Triagem realizada pela assessora adjunta (ou substituta), bacharel em direito, que verifica a competência e a prevenção, autuação, existência das peças necessárias ao seguimento regular do processo na Corte, sanando desde logo problemas relativos à competência ou forma dos autos. Também detecta as prioridades legais e pedidos de preferência e faz o controle primário da prescrição penal

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Localizados nos armários ou nas mesas dos servidores, conforme a etapa de processamento, observando os critérios de atribuição de tarefas do gabinete.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Controles mensais realizados por assessor/chefe de gabinete, com elaboração de planilhas respectivas, a partir de dados estatísticos fornecidos pelo sistema informatizado deste Regional e Ferramenta “Controle de Acervo” do GEDPRO.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim.

01 JGR – João - assessor – CJ-03

1. Revisão Criminal
 - 1.1. Embargos Infringentes e de Nulidade
 - 1.2. Mandado de Segurança Originário
 - 1.3. Revisão dos votos de Membros da Seção e Turma
2. Revisão geral de decisões e votos dos Servidores e Estagiários
3. Conferência da Pauta e Mesa
4. Decisões e despachos em geral em todos os tipos de ações
5. Corte Especial
 - 5.1. Arguição de Inconstitucionalidade
6. Orientação aos servidores
7. Controles estatísticos e funcionais (levantamento da produção, distribuição de funções, substituições, etc.)
8. Agendamento de viagens, conferências e outros compromissos do Desembargador
9. Assuntos gerais

02 MSE – Melissa - Chefe de Gabinete – CJ-02

1. *Habeas corpus* e Correição Parcial
2. Controles administrativos
3. Controles funcionais
4. Agendamento de viagens, conferências e outros compromissos do Desembargador
5. Controle e envio de bilhetes de viagens do Desembargador/Juiz Convocado para ressarcimento
6. Acompanhamento das estatísticas
7. Assuntos gerais

03 ABJ – Anelise - assessora adjunta – CJ-01

1. *Habeas Corpus* e Correição Parcial
 - 1.2. Medidas de urgência (liminares, agravos de instrumento)
2. Decisões e despachos em geral em todo tipo de ação
3. Crimes diversos
4. Triagem dos processos físicos e eletrônicos
5. Assuntos gerais, especialmente E-Proc e Secretaria Processante
6. Assessoramento ao Desembargador nas sessões de julgamento
7. Plantão Judicial

04 IBE – Ivonete - Diretor de Núcleo – FC-06

1. Crimes de falsidade
2. Crimes de estelionato
3. Crimes de violação de direito autoral
4. Crimes de pedofilia
5. Triagem dos processos físicos

05 RRG - Rodrigo -Supervisor – FC-05

1. Crime contra o Sistema Financeiro
2. Crimes de peculato
 - 2.1. Corrupção ativa e passiva
3. Crimes de tráfico internacional de drogas
4. Crime ambiental (processos físicos)

06 DCB – Daniel - Oficial de Gabinete – FC-05

1. Crimes de sonegação de contribuição previdenciária
2. Crimes contra a ordem tributária
3. Crimes de tráfico internacional de armas e munições
4. Crime contra o Sistema Nacional de Armas

07 AOM – Ângela - Assistente Adm/Jud IV – FC-04

1. Questões processuais
 - 1.1. Execução penal
 - 1.2. Mandado de segurança
2. Crime ambiental (processos eletrônicos)
3. Crimes de calúnia e difamação
4. Crimes de contrabando e descaminho

08 MMP – Miriam - Assistente Adm/Jud IV – FC-04

1. Crimes de contrabando e descaminho
2. Crimes de falsificação de medicamentos (art. 273, CP)

**09 LAS – Luiz Armando - Assistente Adm/Jud IV – FC-04
(Processamento)**

1. PAUTA e MESA
2. Controle de processos
3. Atividades complementares

**10 FAS – Francisco - Técnico Jud./Administrativa/Segurança e
Transporte – FC-04 (Agente de Segurança)**

1. Atividades externas
2. Atividades internas
 - 2.1. Correspondências
 - 2.2. Atendimento eventual ao telefone e às partes no balcão.

11. Estagiários (Todos os tipos de processos)

1. Despachos
2. Embargos de declaração

3. Digitação em geral
4. Crimes de contrabando e descaminho (Valor inferior a R\$ 20.000,00)

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Em regra são detectados já na distribuição, eventualmente na checagem de controle de acervo e são solicitados a serem minutados com preferência aos demais, devendo o servidor reportar o progresso às chefias.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos são solicitados a serem minutados com preferência aos demais, devendo o servidor reportar o progresso às chefias, que acompanham a inclusão em mesa e julgamento no menor prazo possível.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Detectadas preferência legal, metas do CNJ, réu preso e possível prescrição, os processos nestas condições são solicitados a serem minutados com preferência aos demais, devendo o servidor reportar o progresso às chefias, que acompanham a inclusão em julgamento no menor prazo possível.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Em regra, são observadas as preferências legais (processos originários, incidentais com efeito suspensivo, ações coletivas, idoso, etc.), as metas do CNJ (antiguidade), os processos com réu preso, os processos com risco de prescrição em gabinete, os processos físicos (mais antigos) e o resto do acervo por ordem de antiguidade.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Não. Pode ocorrer, mas não é essencial para a compreensão das metas do gabinete pelos servidores.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. É feito de forma constante, sob a direção do assessor, a partir das expectativas do Desembargador, observadas a estatística geral do gabinete e individual do servidores, visando sempre a consecução das metas do gabinete.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. É feita mensalmente, a partir da estatística do gabinete e individual dos servidores para a elaboração das metas do gabinete.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Acompanham a estatística e produtividade mensal, as metas são definidas sempre observando os critérios legais de tramitação de processos, as metas do CNJ e as expectativas de produtividade do gabinete, visando à prestação jurisdicional célere e de qualidade.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Feito mensalmente por assessor/chefe de gabinete, analisando produtividade individual, do grupo e o atendimento das metas definidas no gabinete.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Eventualmente, quando detectado algum atraso nas metas do gabinete ou algum excesso de distribuição pontual ou, ainda, na eventualidade de suprir a ausência inesperada de algum servidor responsável pela matéria, são organizados mutirões para evitar acúmulo de trabalho. É considerada medida preventiva no gabinete e só é acionada se não for encontrada outra forma de solucionar demandas pontuais, até porque entendemos que o trabalho é adequadamente distribuído entre todos os servidores e não deve ser constantemente remanejado porque provoca solução de continuidade nas rotinas do gabinete.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

As férias obedecem escala interna, onde os servidores previamente apontam o período pretendido, observando-se a preferência em favor dos servidores mais antigos no gabinete, sendo comum os substitutos e titulares combinarem os períodos entre si para evitar colisões e, também, procura-se fazer coincidir as férias dos servidores que possuem filhos com as férias escolares. Em qualquer caso, sempre ficam no gabinete, pelo menos, o assessor ou a chefe de gabinete ou a assessora adjunta (titulares), que tiram férias em período de revezamento entre si. Todas as funções comissionadas do gabinete possuem substitutos automáticos previamente designados, observando-se o critério de merecimento, dedicação e capacidade de exercício da função na ausência do titular.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Atendimento observando clareza e urbanidade, divulgando-se apenas informações disponíveis na consulta pública. Vista dos autos e carga dos mesmos são realizadas sempre em secretaria processante, a quem compete tais atos.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

O Gabinete elabora a minuta e entra em contato com o revisor, que despacha no eventual impedimento do relator. Se o revisor não estiver disponível, buscamos entre os demais integrantes da turma, da seção e das turmas anteriores, nesta ordem, até encontrarmos um desembargador disponível para assinar o despacho. Nunca ocorreu neste Gabinete de uma urgência não ser despachada de imediato por ausência de desembargador para assinar a minuta elaborada pelo Gabinete.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

37 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.

JUSTIFICATIVA

Assumi em 29/6/2012 o gabinete, cujo acervo esteve sob a competência do Desembargador Néfi Cordeiro.

1.2 Pontos positivos encontrados

O gabinete se encontra com o fluxo de processos controlado e divisão racional de trabalho entre os funcionários.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

Prejudicado.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

Prejudicado.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (uma amostra de 10 processos)

Publicação na média de 2 a 3 dias para lavratura de acórdãos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal. Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 26/01/2012 (Ato n. 11, de 11 de janeiro de 2012)
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	Antes de 26/01/2012 na 6ª Turma (Previdenciário)

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	4ª Turma (competência residual, ou seja, todas as matérias que não são afetas 1ª, 3ª e 4ª Seções) - Administrativo, Civil e Comercial
Seção	2ª Seção (competência residual, ou seja, todas as matérias que não são afetas 1ª, 3ª e 4ª Seções, composta pelos integrantes da 3ª e da 4ª Turmas)
Órgão/Corte Especial	Eleito em 27/08/2010, com mandato a partir de 11/09/2010 - reconduzido em 11/09/2012

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	Comissão de Regimento Interno – 29/07/2011 a 31/07/2013
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	30/01/2012 a 28/02/2012 e 28/05/2012 a 26/06/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Juiz Federal Loraci Flores de Lima convocação para compor TRF de 28.05.2012 a 26.06.2012 (Férias do Desembargador) Juiz Federal Loraci Flores de Lima convocação para compor TRF de 30.01.2012 a 28.02.2012 (Férias do Desembargador).

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Juiz Federal Loraci Flores de Lima convocação para compor função auxílio ao TRF de 24/01/2012 a 25/01/2012 (Mutirão Prev.). Juiz Federal Loraci Flores de Lima convocação para compor função auxílio ao TRF 25/07/2011 a 19/12/2011 (Mutirão Prev.)

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Antiguidade na carreira, conhecimento e produtividade, empatia com o Desembargador e equipe, confiança, disponibilidade.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	16
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	1
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem	16

vínculo)	
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	15
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5. Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6. Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Zero.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

379,2.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

4ª Turma (competência residual, ou seja, todas as matérias que não são afetadas às 1ª, 3ª e 4ª Seções) - Administrativo, Civil e Comercial; e 2ª Seção (competência residual, ou seja, todas as matérias que não são afetadas às 1ª, 3ª e 4ª Seções, composta pelos integrantes da 3ª e da 4ª Turmas)

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	6039
Atualmente	5689

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	5618
Seção	71
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	829
Seção	40
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

6.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

19.

3.8 Número de processos extraviados

2.

3.9 Número de ações de restauração de autos

2.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1422.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	4
Encaminhados para voto-vista	11
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	16

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

2.

3.13 Número de processos virtuais

4672.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	523
Apelações e remessas oficiais	5093
Embargos infringentes	37
Demais	14
Total	5667

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	4
Ações populares	9
Ações de improbidade administrativa	19
Ações civis públicas	253
Ações de desapropriação	36
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	3
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	
Total	

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	10
Ações rescisórias	43
Exceções de incompetência ou suspeição	2
Conflitos de competência	8
Ações cautelares	12
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	170
Embargos de declaração	446
Total	616

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

5228.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	03
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	10
Seção	04
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	4
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	7
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	50
Outros	
Total	57

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zera.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	13
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	16

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	840
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	847

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	781
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	785

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	763
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	767

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	494
Seção	13
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	507

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	540
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	551

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	516
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	532

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	566
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	574

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	567
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	573

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	580
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	600

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	591
Seção	13
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	604

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	486
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	496

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	586
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	598

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	7310
Seção	124
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7434

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	609,2
Seção	10,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	619,5

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	19
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	19

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	28
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	28

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	60
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	61

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	7
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	repetido
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	19
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	19

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	11
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	191
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	195

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	15,9
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16,3

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	1059
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1059

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	353
Seção	15
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	368

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	145
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	145

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	326
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	331

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	384
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	391

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	632
Seção	04
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	636

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	624
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	628

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	668
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	670

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	367
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	374

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	422
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	434

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	509
Seção	15
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	524

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	5497
Seção	78
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5575

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	458,1
Seção	6,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	464,6

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	162
Seção	13
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	175

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	122
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	122

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	102
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	102

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	102
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	102

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	78
Seção	22
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	101

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	61
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	75

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	88
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	98

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	71
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	78

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	83
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	91

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	79
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	88

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	84
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	86

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	109
Seção	17
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	126

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1141
Seção	102
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1244

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	95,1
Seção	8,5
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	103,7

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	6228/519,0
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	7434/619,5

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Ao trocarmos de matéria/competência tivemos um acréscimo no acervo de mais de 2.000 processos. Em Previdenciário tínhamos, no final de dezembro de 2011, um acervo de remanescentes em torno de 3.000 processos e recebemos no novo gabinete, de Administrativo, Civil e Comercial, em razão da aposentadoria da Des. Sílvia Goraieb, um acervo de mais de 5.200 processos remanescentes. Além disso, em razão desta troca de matéria, houve um natural período de adaptação de toda a equipe. Houve ainda a ingrata surpresa de verificar que os, aproximadamente, 4.000 processos eletrônicos que recebemos no novo gabinete, não estavam triados - se encontravam todos em praticamente, duas pastas: Apelação e Parecer MP -, pelo que foram gastos tempo e energia para triá-los por matéria.

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	243
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	216
Seção	05
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	221

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	188
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	198

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	136
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	316
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	318

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	170
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	172

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	171
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	179

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	253
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	254

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	300
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	301

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	242
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	243

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	258
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	260

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	250
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	258

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	2743
Seção	42
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2785

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	228,6
Seção	3,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	232,1

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	3373
Seção	137
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3510

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	37,1%
Seção	7,8%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34,6%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	37,8%
Seção	735,8%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	37,8%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	12/02 (Férias)
Órgão/Corte Especial	11/01 (Férias)
Plenário	
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	16
Seção	
Órgão/Corte Especial	11 (quórum)
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	1 (Cancelada)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	2
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Tanto os processos físicos quanto os eletrônicos são triados ao chegarem ao gabinete. Há um servidor que tria os físicos e dois que triam os eletrônicos. Além disso, há uma servidora que tria os agravos de instrumento.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos são localizados por matéria e/ou por servidor. Os físicos têm localizadores nos armários e os eletrônicos em pastas.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Há controle mensal do acervo de processos. O Chefe de Gabinete, mensalmente, elabora tabelas do número de processos que entraram e que saíram, controle do acervo, produtividade dos servidores e produtividade do gabinete frente aos demais gabinetes da mesma Seção.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Há servidores que são especializados por matérias e há outros que são especializados por tipo de processo. Por exemplo: para os agravos há 2 ou 3 servidores, dependendo da demanda; para as tutelas de urgência veiculadas em meios outros que não os agravos há uma servidora e os processos da Seção são de outra.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Mensalmente, por meio de relatórios enviados pela Aplang deste Tribunal, o chefe de Gabinete separa os processos que sejam Meta do CNJ e os distribui entre os servidores para que sejam trabalhados com prioridade.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Em princípio, sim. Os processos em mesa ordinariamente são julgados em uma ou duas semanas, caso de adiamentos, pedidos de vista, embargos de declaração.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Não. Na atual situação, em que ficamos com um acervo absurdo como este que nos foi repassado é inviável este controle.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Procuramos julgar os processos mais antigos, que são os físicos, com certa prioridade, mas também os eletrônicos, porque, caso contrário, se ficássemos apenas com os mais antigos que são, geralmente, os mais trabalhosos que nos foram legados, a distribuição nos atropelaria.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Não.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O Chefe de Gabinete mensalmente procura acertar os rumos do gabinete, conversando com o Desembargador, a fim de implantar estratégias de como melhorar o rendimento da equipe e conseguir baixar o número de remanescentes que recebemos. Procuramos verificar o perfil mais adequado de cada servidor para cada matéria e/ou tipo de processo, a fim de que o rendimento seja maximizado.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Mensalmente o Chefe de Gabinete elabora relatórios de produtividade de cada servidor e do gabinete como um todo e os repassa ao Desembargador.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Há metas mensais, no momento, de, no mínimo 60 processos julgados por mês, por servidor; meta essa que é revista oportunamente.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Mensalmente o Chefe de Gabinete elabora tabelas de produtividade e as repassa ao Desembargador.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Em determinados momentos em que alguma matéria/tipo de processos ganha destaque pelo número de processos ou pelo interesse do gabinete em procurar zerar aquele determinado assunto, são feitos mutirões entre os servidores.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Os servidores antes de marcarem suas férias, falam com o Chefe de Gabinete a fim de que este verifique a possibilidade de marcação naquele determinado período, por meio de tabela de férias por ele elaborada. Ordinariamente, no final do ano, antes dos meses do verão, em que a procura por férias no Sul é mais acentuada, o Chefe de Gabinete faz circular uma tabela em que os servidores devem apor sua intenção de férias naqueles meses, a fim de que verifique se não haverá um número muito grande de requerimentos para um determinado mês, procurando fazer as adaptações necessárias. Não deve nunca haver mais da metade dos servidores do gabinete em férias. O assessor e o chefe de gabinete não tiram férias concomitantes. As substituições dos CJs são definidas em reunião com o Desembargador, e geralmente recaem em quem tenha mais experiência, disponibilidade, capacidade de gestão e conhecimentos jurídicos adequados para a função.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Os advogados para serem recebidos pelo Desembargador devem, preferencialmente, agendar horário com a chefia/assessoria. Ordinariamente o Desembargador atende os advogados nas segundas e quartas-feiras, das 14 às 16 horas. Excepcionalmente, ele atende os advogados em outros dias e horários, desde que o advogado demonstre a urgência no atendimento e/ou oportunidade (caso, por exemplo, quando advogados de fora já têm agendamento com outro(s) Desembargador(es), a fim de que possa aproveitar a viagem.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Em casos de ausência do Desembargador os casos de urgência são levados a outro desembargador da mesma Turma, ou, em não havendo, da mesma Seção, ou, não havendo também, do Tribunal, dando-se preferência por antiguidade.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

100 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.

JUSTIFICATIVA

Com assunção em 26/1/2012 na competência Administrativa.

SOLUÇÃO PROPOSTA Após a realização de triagem geral dos processos e da prática assimilada pelos servidores em relação à matéria, o acervo atingirá o controle almejado, com a ajuda dos servidores emprestados pela Presidência.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Quadro insuficiente para as necessidades atuais.

JUSTIFICATIVA

Grande acervo existente para um número insuficiente de servidores lotados na unidade.

ANÁLISE DA EQUIPE

Além dos 16 servidores que trabalham na área fim do Gabinete, a Presidência do Tribunal disponibilizou mais 8 servidores pelo período de 6 meses para ajudar no acervo. A equipe entende que a quantidade de servidores é suficiente.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Distribuição desproporcional em relação a outras turmas ou seções.
- Assunção de acervo elevado.
- Complexidade do acervo.
- Fluxo permanentemente negativo: META 1 – CNJ.

JUSTIFICATIVA

O gabinete informou que há uma distribuição desproporcional em relação a turmas de outras competências, principalmente criminal.

No tocante à Meta 1-CNJ, após triagem e treinamento dos servidores com a nova matéria, o que já vem ocorrendo, a equipe estará apta a trabalhar para o atingimento da referida meta.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Sugere-se a redistribuição das matérias entre as turmas, passando, por exemplo, matéria ou classe de ação, como as ações civis públicas e ações de improbidade para as turmas de competência penal.

ANÁLISE DA EQUIPE

Há desproporção entre o número de processos distribuídos nas turmas criminais, nas turmas administrativas e previdenciárias. As reuniões com a equipe para o estabelecimento de Metas são feitas com o Chefe de Gabinete.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Dez dias para lavratura de acórdãos.

3.3 Pontos positivos encontrados

- Bom relacionamento entre os servidores.
- Estabelecimento de metas individuais por servidor com instituição de benefícios de horário para quem atingi-las.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal JOEL ILAN PACIORNIK

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Joel Ilan Paciornik

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	O Desembargador Federal Joel Ilan Paciornik assumiu este gabinete em fevereiro de 2006 como Juiz Federal convocado. Tomou posse como Desembargador Federal em 14/08/2006.
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	1ª Turma
Seção	1ª Seção
Órgão/Corte Especial	Corte Especial, desde 22/03/2012

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	13/02/2012 23/04/2012 20/06/2012 16/07/2012 08/10/2012
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Vice-Corregedor, desde 21/06/2011

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	- 09/01/2012 a 13/01/2012 (1º período 2010/2011); - 02/05/2012 a 31/05/2012 (2º período 2010/2011): as férias dos dias 02, 03 e 04 foram interrompidas, por necessidade do serviço, pela Portaria n. 308, de 3 de abril de 2012. - 19/07/2012 a 27/07/2012 (1º período 2010/2011): as férias dos dias 19 e 20 foram interrompidas, por necessidade do serviço, pela Portaria n. 623, de 10 de julho de 2012. - 03/09/2012 e 04/09/2012 (1º período de 2010/2011) e 05/09/2012 e 06/09/2012 (2º período de 2010/2011); - 1º/10/2012 a 30/10/2012 (1º período de 2011/2012): as férias dos dias 29 e 30 foram interrompidas, por necessidade do serviço, pela Portaria n. 912, de 11 de outubro de 2012.
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	Feriado religioso - 26/09/2012
Período total de afastamento (em meses e dias)	72

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

- 02/05/2012 a 31/05/2012: Juiz Federal Leandro Paulsen
- 01/10/2012 a 30/10/2012: Juiz Federal Luiz Carlos Canalli

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Antiguidade; afinidade com a matéria.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	16
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	0
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	1, vacância em função de aposentadoria por invalidez, desde 27/09/2012.
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	14 servidores e 4 estagiários.
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2 servidores: estes servidores também têm funções relacionadas a processos, tais como distribuição, triagem, montagem da pauta de julgamentos, acompanhamento do Desembargador nas sessões, etc.

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	<ul style="list-style-type: none"> - Alessandra Zenker Rillo: LTS: 25/06/2012 a 26/06/2012; 10/08/2012; - Alessandro Richter Giacomini: LTS: 02/05/2012 a 04/05/2012; - Edelweiss Ramos Silva: LTS: 03/10/2011 a 04/10/2011; 18/10/2011 a 20/10/2011; 31/10/2011; 01/12/2011 a 05/12/2011; 01/06/2012. Licença motivo doença em pessoa da família: 09/02/2012 a 20/02/2012. - Eduardo Diedrich: LTS: 03/05/2012 a 04/05/2012. - Etiane Fioravanti Melo: LTS: 05/03/2012 a 07/03/2012; 16/03/2012; 30/07/2012 a 02/08/2012. - Francisco Ostermann de Aguiar: LTS: 30/08/2012 A 31/08/2012. - Fábio Trombka: LTS: 12/12/2011 A 12/12/2011; 17/07/2012 A 20/07/2012. - Giovani Sasso Lopes: LTS: 21/11/2011 A 05/12/2011. - Jeanine Rosa Pölking: LTS: 13/12/2011, 18/01/2012, 06/08/12 A 31/08/12. Licença motivo doença pessoa da família: 18/06/12 a 22/06/12; 11/07/12. - Kelline Frigo de Moraes: LTS: 22/08/12 a 24/08/12. - Lílian Paes Monego: LTS: 05/12/2011 a 14/12/2011. - Neiva Maria Dalcégio: LTS: 05/10/11 a 07/10/11; 20/10/11 a 21/10/2011; 03/11/11 a 04/11/11; 01/12/11 a 02/12/11; 16/12/11; 03/02/2012; 16/02/12 a 17/02/12; 01/03/12 a 02/03/12; 14/03/2012 a 26/09/2012.
Outros	<ul style="list-style-type: none"> - Edelweiss Ramos Silva: gozo referente trabalho eleitoral: 10/10/2011 a 11/10/2011. - Eduardo Diedrich: gozo referente trabalho eleitoral: 18/11/2011, 26/01/2011, 15/08/2011. - Francisco Ostermann de Aguiar: Compensação dias trabalhados em plantão: 06/02/2012, 22/02/2012. - Laura Fernandes Parchen: Compensação dias trabalhados em plantão: 21/10/2011; 16/07/2012. - Patrícia Brum Beresford: gozo referente trabalho eleitoral: 13/02/2012.

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Nenhuma.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

Segundo a APLANG/TRF, o gabinete, atualmente, tem 3.553 processos em tramitação e 14 servidores na atividade fim, o que representa 253,78 processos por servidor.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Competência tributária.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4/5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	Na data em que o Desembargador assumiu de fato o gabinete, em 15/02/2006, havia 3.998 processos. Na data da posse como Desembargador, em 14/08/2006, havia 3.598 processos.
Atualmente	3.553

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	3.523
Seção	24
Órgão/Corte Especial	6
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	398
Seção	26
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

1.

3.7. Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

79.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

935.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-vista	7
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	2
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	70
Outras situações (especificar quais)	0
Total	79

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)
2006.72.02.010238-8.

3.13 Número de processos virtuais
3.061.

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	430
Apelações e remessas oficiais	3.180
Embargos infringentes	1
Demais	
Total	3.539

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	31
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	1
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	282
Ações penais	
Total	314

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	2
Ações rescisórias	15
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	4
Ações cautelares	2
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	5
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	28

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	70
Embargos de declaração	453
Total	523

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento 3.085.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	72
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	72

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	63
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	63

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	2
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	114
Outros	
Total	116

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

3.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	13
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	2
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	15

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	10

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	405
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	409

3.31. Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	314
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	321

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	401
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	404

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	417
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	421
-------	-----

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	464
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	476

3.35. Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	428
Seção	15
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	443

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	470
Seção	6
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	477

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	459
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	464

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	537
Seção	11
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	549

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	466
Seção	4
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	471

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	385
Seção	8
Órgão/Corte Especial	4
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	397

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	469
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	470

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5.215
Seção	79
Órgão/Corte Especial	8
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5.302

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	434,6
Seção	6,6
Órgão/Corte Especial	0,7
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	441,8

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	18
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	18

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	78
Seção	
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	80

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	6,5
Seção	
Órgão/Corte Especial	0,2
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6,7

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	596
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	596

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	167
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	169

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	491
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	491

3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	197
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	199

3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	241
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	241

3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	360
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	363

3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	473
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	473

3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	239
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	241

3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	383
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	388

3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	310
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	310

3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	216
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	222

3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Total)

Turma	3674
Seção	21
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3695

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	306,2
Seção	1,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	307,9

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	84
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	84

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	104
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	104

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	71
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	71

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	85
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	85

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	138
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	101
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	101

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	49
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	49

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	146
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	147

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	124
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	106
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	106

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	87
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	87

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	137
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1232
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1234

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	102,7
Seção	0,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	102,8

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5067/422,3
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5302/441,8

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	O gabinete tentou dar mais atenção aos processos mais antigos, o que demandou maior tempo de exame. O volume de distribuição também teve um aumento significativo. O gabinete teve por um longo período afastamentos de servidores por licença.

**3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 1)**

Turma	91
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	91

**3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	251
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	254

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	217
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	222

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	128
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	128

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	136
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	156

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	136
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	136

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	57
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	59

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	269
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	269

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	158
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	158

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	373
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	389

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	88
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	88

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	45
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	45

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	1949
Seção	46
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1995

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	162,4
Seção	3,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	166,3

**3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média
mensal nos últimos 12 meses)**

Turma	1915/159,6
Seção	89/7,41
Órgão/Corte Especial	7/0,58
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2011/167,58

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	27,5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	27,5

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	41,6
Seção	11,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	41,0

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	41/14: motivo ausências: - férias nas datas de 02/05/2012, 09/05/2012, 16/05/2012, 23/05/2012, 30/05/2012, 05/09/2012, 03/10/2012, 10/10/2012, 17/10/2012, 24/10/2012; - ausência por exercício do cargo de Vice-Corregedor: 08/02/2012, 26/06/2012, 18/07/2012; - ausência em função de feriado religioso: 26/09/2012.
Seção	12/05: motivo ausências: férias nas datas de 03/05/12, 31/05/12, 06/09/12, 04/10/12 e 29/10/12.
Órgão/Corte Especial	- Corte Especial Judicial: 11/4 (2 ausências por férias nas datas de 24/05/2012 e 25/10/2012; 1 ausência, na data de 28/06/2012, em face do exercício do cargo de Vice-Corregedor fora de Porto Alegre; e 1 ausência, na data de 23/08/2012, por motivo de saúde). - Corte Especial Administrativa: 10/3 (2 ausências por férias nas datas de 24/05/2012 e 24/10/2012 e 1 ausência, na data de 28/06/2012, em face do exercício do cargo de Vice-Corregedor fora de Porto Alegre);
Plenário	- 10 sessões ordinárias/3 ausências: motivo: 2 por férias e 1 por exercício do Cargo de Vice-Corregedor fora de Porto Alegre; - 2 extraordinárias/1 ausência: motivo: perda de voo

	em razão de problema com aeronave da Cia. aérea, que não foi substituída a tempo de estar em Porto Alegre na sessão do dia 11/09/2012.
Total	86/30

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	17: 12 por impedimento; 6 por ausência de Desembargador (3 por correição; 1 por feriado religioso; 1 por falecimento de familiar; 1 por férias)
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	17

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	4: falta de quórum
Seção	
Órgão/Corte Especial	2: falta de quórum
Plenário	1
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	2
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110. Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. A triagem dos processos é feita por matéria, bem como por antiguidade, e tipo de processo e ação (originários do Tribunal, ações coletivas, etc.). Os processos são triados, em regra, no dia em que chegam ao gabinete e são destinados ao servidor especializado na respectiva matéria e tipo de ação, ou ao respectivo localizador. Desde logo, verifica-se se a turma ou seção é o órgão competente para o julgamento do feito. Em caso negativo, o Desembargador determina a imediata redistribuição ao órgão competente.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos físicos que chegam ao gabinete são triados por matéria ou tipo de recurso e, sempre que possível, já são atribuídos a um servidor.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Há acompanhamento e elaboração mensal de relatórios periódicos de dados estatísticos de processos distribuídos, processos colocados em pauta, levados em mesa e com decisão terminativa.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Cada servidor é especializado em um rol de matérias ou tipo de processo, sendo por eles responsável.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. É dada prioridade de tramitação aos feitos com preferência legal ou com meta. Nos processos eletrônicos, é posto um localizador auxiliar que os identifica. Nos processos físicos, é designado um servidor para examiná-lo.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. É dada prioridade aos agravos legais e aos embargos de declaração, sendo que o servidor que fez a minuta da decisão monocrática ou do voto fica responsável pela preparação da respectiva minuta do agravo legal ou dos embargos declaratórios. Os estagiários também auxiliam na elaboração de minutas dos julgamentos dos agravos legais e embargos de declaração.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. O prazo fixado pelo gabinete como razoável para o julgamento dos embargos de declaração e dos agravos legais é de 3 meses; e para a decisão final nos agravos de instrumento é de 6 meses. Cada servidor é responsável por manter em dia os processos que lhe são atribuídos. Os gestores da unidade fiscalizam o cumprimento mediante o relatório estatístico.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. A ordem de julgamento dos processos obedece, além da preferência legal, aos seguintes critérios: antiguidade, tipo de ação/recurso e matéria controvertida.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Há presença diária e constante do Desembargador no Gabinete, sempre orientando e revisando o trabalho dos servidores, examinando diretamente os processos de maior complexidade, bem como atendendo aos advogados, sempre que solicitado. Há também reuniões periódicas com a equipe, a fim de orientar, passar novas metas e divulgar informações.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O Desembargador fixa, a cada início de ano, os objetivos para o ano em curso, sempre atentando para o julgamento dos processos mais antigos.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Há planilhas individuais de produtividade semanal dos servidores. Há relatórios mensais sobre os processos julgados no órgão e comparação da evolução da produtividade do gabinete.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Há fixação de metas individuais, de acordo com a complexidade dos processos examinados e da capacidade do servidor.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Há planilhas individuais de produtividade. Cada servidor tem acesso apenas a sua planilha. A chefia tem acesso às planilhas de todos os servidores. Na planilha, é preenchida a produção semanal do servidor.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Não.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

A organização de férias tenta harmonizar o interesse do servidor com a necessidade do serviço. O critério para substituição dos cargos em comissão leva em consideração o merecimento e a capacitação para desempenhar as atividades do substituído.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Os advogados são atendidos no horário de atendimento externo do Tribunal pelos assessores sem necessidade de prévio agendamento. Para atendimento pelo Desembargador, tenta-se agendar previamente a data mediante contato telefônico.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Nos casos de ausência ocasional do Desembargador, procura-se outro Desembargador integrante da Turma para despachar pedidos urgentes; sucessivamente, procura-se outro desembargador integrante da Seção.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização
Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

87 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Acúmulo de atribuições jurisdicionais;
- Acúmulo de atribuições administrativas;
- O Magistrado informou que a análise de apelações é feita apenas por um único servidor do Gabinete, mais experiente, refletindo-se na produtividade nesta classe processual.

JUSTIFICATIVA

O magistrado indicou que a função de vice-corregedor regional exige afastamento constante, porém justificou a inexistência de prejuízo em função do método de trabalho, pelo qual cada um dos membros da Turma elabora uma pauta por mês, fazendo o revezamento com os demais.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Remanejamento das atividades da assessoria para permitir que mais servidores sejam alocados para análise de apelações com a adoção de fluxo por data de distribuição, observando prioridades legais.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Dificuldade de preenchimento de cargos ou funções vagas;

JUSTIFICATIVA

O Magistrado informou dificuldades no provimento de uma vaga, em virtude da capacitação exigida.

ANÁLISE DA EQUIPE

Treinamento do servidor pelo próprio Gabinete para adequação às necessidades internas, já que o perfil desejado nem sempre está disponível para provimento inicial de vaga.

2.2 Pontos positivos encontrados

Equipe aparentemente motivada e adaptada ao perfil do magistrado.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Distribuição desproporcional em relação a outras turmas ou seções.
- O número de feitos aguardando exame de pedidos urgentes e julgamento em mesa é significativo, embora não esteja fora de controle; gestão específica nestas duas fases processuais é possível e foi recomendada no relatório final.

JUSTIFICATIVA

O magistrado alegou discrepância na distribuição entre as turmas criminais e as demais, sugerindo alterações para compensar o volume de distribuição.

ANÁLISE DA EQUIPE

Aparentemente, o volume de distribuição é mais concentrado nas turmas administrativas e previdenciárias do que nas tributárias, assim eventual revisão de competências internas, se necessária, haveria de se levar em consideração tal situação.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Média de 2 dias para o período de 12 meses, abrangidos na inspeção.

3.3 Pontos positivos encontrados

Apesar do volume de processos em tramitação, existe um nítido empenho da equipe e gestão do magistrado no sentido de manter fluxo positivo no curto prazo e estabelecer meta de médio prazo para redução do volume de feitos e do tempo de tramitação.

4 Observações da equipe

O magistrado tem assento no Tribunal Pleno, Corte Especial, 1ª Seção de Direito Tributário, 1ª Turma e Conselho de Administração. Exerce a Vice-Corregedoria Regional.

O quadro de pessoal é de 20 auxiliares, entre servidores e estagiários. São 16 servidores efetivos e 4 estagiários; com as seguintes funções: 1 CJ-3, 1 CJ-2, 1 CJ-1, 1 FC-6, 2 FC-5, 5 FC-4, 4 FC-3 e 1 FC-2.

Os levantamentos estatísticos utilizados pela Inspeção abrangem o período-base de novembro/ 2011 a outubro/2012. Foram listados e inspecionados 87 processos, sendo 32 eletrônicos e 55 físicos.

O magistrado assumiu o Gabinete em 14/8/2006, com acervo de 3.598 feitos, possuindo atualmente 3.553 processos em tramitação. A relação número de feitos/número de servidores é de 253,78 processos por servidor.

Considerando o acervo quando da assunção do Gabinete e o atual, o fluxo global foi positivo, porém, nos últimos 12 meses, houve fluxo negativo (5.302 distribuídos e 5.067 julgados). O Gabinete relatou que tal situação foi em decorrência da opção pela priorização no julgamento de processos mais antigos em detrimento do fluxo positivo.

Existem 3.085 feitos no aguardo de primeiro julgamento, e 523 pendentes de julgamento em mesa, agravos e embargos de declaração. O Gabinete informou a existência de 2 processos pendentes de lavratura de acórdão e, segundo dados levantados a partir do sistema processual do Tribunal, o tempo médio de lavratura de acórdão pelo Gabinete é de 2 dias, no período abrangido pela inspeção.

O Gabinete indicou 1 processo da META 2 CNJ. Existem 70 processos do acervo sobrestados em virtude de arguição de inconstitucionalidade, 7 com pedido de vista de outro desembargador, 2 encaminhados para lavratura de acórdão, e 79 em virtude de decisão do STF/STJ. São 72 processos pautados e adiados, sendo que 63 há mais de 30 dias; além de 116 processos com pedidos urgentes pendentes de análise, mandados de segurança e cautelares originárias, agravos de instrumento etc. Há 13 processos com pedido de vista, sendo 10 há mais de 30 dias.

No acervo dos processos mais antigos do Gabinete, excluídos os de META 2 CNJ, a pesquisa de feitos em tramitação apurou a existência de feitos distribuídos a partir de 2007 (3), 2008 (19), 2009 (40), 2010 (146), 2011 (1.013) e 2012 (2.377). O acervo físico encontra-se bem organizado; porém verificou-se a necessidade de melhor divisão da força de trabalho a fim de priorizar a tramitação de recursos de apelação, que são os feitos com maior predominância e com distribuição mais antiga no Gabinete.

Recomendação: Priorização na análise e julgamento de feitos com pedidos urgentes, liminares e antecipações de tutela recursal, os pendentes de julgamento em mesa, bem como os de distribuição mais antiga, objetivando permanente fluxo positivo de processos e a redução do acervo, assim como o exame de pedidos de vista com mais de 30 dias de conclusão ao Gabinete.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal RÔMULO PIZZOLATTI

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 28 de setembro de 2011.
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	Na 5ª Turma/3ª Seção até 27 de setembro de 2011.

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	2ª Turma
Seção	1ª Seção
Órgão/Corte Especial	Corte Especial e Corte Especial Administrativa em eventuais convocações.

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	Férias do Desembargador Rômulo Pizzolatti de 09/01/2012 a 07/02/2012 e de 27/08/2012 a 25/09/2012.
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	2 meses

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Convocado o Juiz Federal Luiz Carlos Cervi para substituir o Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti em suas férias nos períodos de 09/01/2012 a 07/02/2012 e 27/08/2012 a 25/09/2012.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	14
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	13
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	3 - um ano de vacância
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	5
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	12
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	1 servidora afastada por licença gestante de 28/04/2012 a 24/10/2012.
Outros	Compensação de dias trabalhados em plantão = 2 dias Gozo referente a trabalho eleitoral = 11 dias Licença para tratamento de saúde = 181 dias Ausência para doação de sangue = 1 dia

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	4
FC3	2
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

1 FC4
2 FC3

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

1962 processos : 12 servidores = 163,5 processos por servidor

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

2ª Turma/1ª Seção - competência Trabalhista e Tributária

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	8 convocações ao longo do ano
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	1440 processos em 28 de setembro de 2011
Atualmente	1962 processos

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	1910
Seção	50
Órgão/Corte Especial	2 com pedido de vista
Plenário	1 P.A.D. n. 0000276-55.2011.404.8000/RS, em que é acusado Juiz Federal.
Outros (especificar quais)	4 processos relativos a auxílio-moradia em que são autores juízes federais, para cujos feitos muitos julgadores se deram por suspeitos, permanecendo o Des. Rômulo como relator, feitos estes distribuídos ainda quando o Desembargador fazia parte da 5ª Turma deste Tribunal.

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	950
Seção	15
Órgão/Corte Especial	
Plenário	1
Outros (especificar quais)	4 processos relativos a auxílio-moradia.

3.6 Número de processos baixados em diligência

2

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

50

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1207

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	22
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	23

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta 2/2009 = 3

Meta 2/2012 = 1

Total = 4

3.13 Número de processos virtuais

1640

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	210
Apelações e remessas oficiais	1739
Embargos infringentes	4
Demais	2
Total	1955

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	7
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	1
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	1
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	152

Ações penais	
Total	161

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	4
Ações rescisórias	29
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	15
Ações cautelares	1
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	1
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	50

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	26
Embargos de declaração	175
Total	201

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

1781

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	4
-------	---

Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	4
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	47
Outros	
Total	51

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Um.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	6

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	408
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	413

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	313
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	319

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	409
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	411

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	412
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	417

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	476
Seção	13
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	489

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	426
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	442

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	466
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	480

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	451
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	455

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	529
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	541

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	474
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	478

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	411
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	414

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	467
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	469

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5242
Seção	86
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5328

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	436,8
Seção	7,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	444

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	19
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	19

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.47. Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	10
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	12
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	16
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	18
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	18

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	20
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	20

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	28
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	29

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	189
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	192

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	15,8
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	16,1

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	397
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	397

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	511
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	512

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	64
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	64

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	453
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	453

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	358
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	359

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	296
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	296

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	292
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	293

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	350
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	351

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	307
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	307

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	383
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	384

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	269
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	270

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	245
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	247

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	3925
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3933

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	327,1
Seção	0,7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	327,8

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	118
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	118

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	103
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	103

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	74
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	75

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	118
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	118

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	105
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	117

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	90
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	100

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	121
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	122

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	99
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	104

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	124
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	130

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	85
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	86

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	84
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	85

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	79
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	79

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1200
Seção	37
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1237

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	100
Seção	3,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	103,1

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Total 5695 Média mensal = 474,6
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	Total 5328 Média mensal = 444

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	174
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	83
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	85

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	5
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	28
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	21
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	22

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	30
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	30

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	27
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	32

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	64
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	66

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	28
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	28

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	22
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	23

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	504
Seção	21
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	525

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	42
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	43,8

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	2606
Seção	83
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2689

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	Decisões 1200 Recursos 319 Recorribilidade de 26,6%
Seção	Decisões 37 Recursos 3 Recorribilidade de 8,1%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	Decisões 1237 Recursos 322 Recorribilidade 26,0%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	Decisões 4429 Recursos 2077 Recorribilidade de 46,9%
Seção	Decisões 29 Recursos 4 Recorribilidade de 13,8%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	Decisões 4458 Recursos 2081 Recorribilidade de 46,7%
-------	--

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Verificação de competência ou prevenção e realocização por matéria.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Por matéria.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Controle de acervo por localizador, que compreende a divisão por matéria e uso das ferramentas do GEDPRO.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Atribuição de processos aos servidores conforme a matéria e prioridade de apreciação.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. No caso de agravos de instrumento, mandados de segurança e outros urgentes ou com pedido de tutela antecipada.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Com apreciação imediata após o ingresso desses recursos.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Não.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Pela ordem de ingresso combinada com os casos em que há entendimento firmado pelo Desembargador sobre a matéria.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Para orientações gerais ou sobre determinada matéria ou método de trabalho.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Com base nos dados estatísticos e metas fixadas, orientando a atuação dos servidores e respectivas atribuições.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Mediante análise dos resultados estatísticos e controle de qualidade do trabalho produzido.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Não.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Controle mensal de produtividade.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Não.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Controle para que não haja férias concomitantes entre servidores que exercem as funções referidas, bem como escala de férias entre os demais servidores de modo a não prejudicar a normalidade do andamento dos trabalhos.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Atendimento pessoal, por e-mail e por telefone. Agendamento de audiências com o Desembargador com dia fixo na semana para advogados da região metropolitana de Porto Alegre e a qualquer dia e horário do expediente para advogados de outras regiões.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Não vivenciamos esta experiência. O Desembargador está presente em todos os dias normais de trabalho e em horário integral.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO PREENCHIDO PELA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

61 processos.

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.
- Dificuldades na funcionalidade do colegiado.
- Dificuldade e demora no deslocamento ao Tribunal (trânsito, distância residência/tribunal).

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Dificuldade de preenchimento de cargos ou funções vagas.
- Falta de motivação dos servidores.
- Dificuldades para atividades de gestão.

2.2 Pontos positivos encontrados

Avaliação de produtividade dos servidores com quadro minucioso do que foi feito.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Distribuição desproporcional em relação a outras turmas ou seções.
- Assunção de acervo elevado.
- Complexidade do acervo.
- Alta rotatividade de servidores.
- Elevado número de feitos com pedidos de antecipação de tutela recursal ou outras urgências sem apreciação.

JUSTIFICATIVA

Sobre os pontos indicados foram apresentadas como justificativas a complexidade da matéria, o elevado número de processos e grande incidência de pedidos de tutelas antecipadas.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Padronizar e sistematizar as matérias já decididas para que não haja dificuldade dos servidores em adaptar os julgados, a fim de que reste tempo para análise das questões mais complexas.

ANÁLISE DA EQUIPE

Os servidores são de bom nível, precisando apenas de uma maior aproximação com as chefias para ser alcançado um eficiente nível de realização de tarefas.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Imediata. Sempre são preparados os acórdãos antes do julgamento para em seguida ser posto o processo em pauta.

4 Observações da equipe

4.1 Constatações

Em regra, o Gabinete tem desenvolvido bem o seu trabalho. O Desembargador informou à equipe de inspeção que a matéria envolve certa complexidade, dada à peculiaridade do tributo no Estado do Rio Grande do Sul envolvendo atividades agropastoris. Está havendo fluxo normal dos processos que entram e saem do Gabinete. Os processos que não foram analisados ainda se restringem, em regra, aos dois últimos anos, porém não há processos antigos no gabinete.

Constatou-se que o gabinete está desenvolvendo seus trabalhos com certa regularidade. Há registro de que os processos são relativamente complexos e em grande número, o que dificulta um melhor desempenho em termos de número da equipe. Não há processos das metas de 2009 e 2010 do CNJ. Procura a equipe atender a atual meta de julgar e dar baixa nos processos em maior número em relação ao que entra no gabinete. Tem sido difícil atender essa meta em razão do grande volume de processos e a complexidade das matérias. Os processos que não registram movimentação no último ano se dão em razão da preferência quanto aos processos mais antigos, registrando que não há processos no gabinete anteriores a 2009. De 2009 e 2010, existem

apenas 22 processos. De 2011, 464 processos, e o restante, de 2012, totalizam atualmente 2092 processos.

Entre a data da informação do Tribunal e o momento em que está se realizando a inspeção, houve um aumento de 130 processos no gabinete.

4.2 Recomendações

O que se recomenda é a continuidade do trabalho com o aperfeiçoamento de algumas técnicas de gestão para maior eficiência do trabalho, sem que isso implique sobrecarga de serviço. Alguns pontos de gestão foram discutidos durante a visita para facilitação do trabalho.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.



Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 17/03/2010
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	5ª Turma
Seção	3ª Seção
Órgão/Corte Especial	Embora não seja integrante do Órgão Especial, tem sido convocado com frequência para participar das sessões.

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	Comissão de Vitaliciamento desde 07/11/2011; Comissão de Regimento desde 11/09/2007.
Comissão de Concurso	Comissão de Concurso desde 13/08/2012.
Outras (especificar quais)	Comissão de Delegação de Competência desde 28/08/2012; Ouvidoria desde 20/06/2011; Presidência de Turma desde 20/06/2011.

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	26/01/2012 a 24/02/2012 e 19/07/2012 a 17/08/2012.
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	

Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	60 dias.

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

26/01/2012 a 24/02/2012 e 19/07/2012 a 17/08/2012, por motivo de férias.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Atuação na mesma matéria e disponibilidade, procurando observar a antiguidade.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	16
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	1
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	16
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	0
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	5
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	14
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	3

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	<p>11605 - Ana Cristina Britto Granetto Feijo Serv. 05/03/2012, 23/07/2012 a 27/07/2012 e 10/08/2012 C/Rem. Licença motivo doença em pessoa da família 14/05/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>11652 - Anelise Rocha Almeida Serv. 01/03/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>10843 - Graziela Fernanda Seibel Rodriguez Serv. 07/11/2011, 20/01/2012 A 24/01/2012, 09/02/2012, 14/05/2012 a 17/05/2012 Licença para tratamento de saúde 14/06/2012, 13/08/2012 a 14/08/2012, 13/09/2012 C/Rem.Licença motivo doença em pessoas da família 18/09/2012 a 19/09/2012, 27/09/2012 a 28/09/2012, 08/10/2012 a 10/10/2012, Licença para tratamento de saúde</p> <p>10854 - Lúcia Barrionuevo Serv. 10/04/2012 a 20/04/2012, 21/04/2012 a 25/04/2012 e 18/05/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>10745 - Marília Dall Agnol de Moura Vieira Serv. 30/05/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>10676 - Maurea Dill Ferreira Serv. 14/09/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>11437 - Rafael Poll Cannavô Serv. 22/03/2012 a 23/03/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>11530 - Ricardo Wey Rodrigues Serv. 11/05/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>10962 - Rita Fabiana Leivas da Silva Ávila Serv. 16/11/2011, 12/01/2012 a 13/01/2012, 27/02/2012 a 28/02/2012, 05/03/2012 a 09/03/2012, 11/05/2012, 06/08/2012, 28/08/2012 a 25/10/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>11505 - Roberto Lubianca Kohem Serv. 09/11/2011 Licença para tratamento de saúde</p> <p>11188 - Rosana Maier Dos Santos Serv. 08/02/2012, 26/09/2012, 01/10/2012 a 03/10/2012 e 11/10/2012 Licença para tratamento de saúde</p> <p>11774 - Samir Vigne Dib Moinho Serv. 28/02/2012 Licença para tratamento de saúde</p>
----------	---

Outros	11668 - Luís Otávio Junges Serv. 12/03/2012 Gozo referente a trabalho eleitoral 27/09/2012 Gozo referente a trabalho eleitoral 11437 - Rafael Poll Cannavô Serv. 12/12/2011 a 13/12/2011 Gozo referente a trabalho eleitoral 11505 - Roberto Lubianca Kohem Serv. 05/06/2012 Curso promovido pelo TRF (quando superior a 6h/dia) 11774 - Samir Vigne Dib Moinho Serv. 06/06/2012 Gozo referente a trabalho eleitoral 26/10/2012 Gozo referente a trabalho eleitoral 11066 - Sandra Mara Cornelius da Rocha Serv. 02/04/2012 03/04/2012 Compensação de dias trabalhados no plantão
--------	---

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	0

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Zero.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

$2643/14 = 188,78$

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1. Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Especialidade Previdenciária.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3 a 4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	0

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	2112
Atualmente	2643

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	2624
Seção	19
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	2643

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	1841
Seção	25
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0

3.6 Número de processos baixados em diligência

9

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

219

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

1

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1468

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	56
Encaminhados para voto-vista	7
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0

Total	64
-------	----

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Zero.

3.13 Número de processos virtuais

1773

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	238
Apelações e remessas oficiais	2428
Embargos infringentes	9
Demais	2
Total	2677

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	0
Ações populares	0
Ações de improbidade administrativa	0
Ações civis públicas	3
Ações de desapropriação	0
Interesse de idosos	dado indisponível
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	dado indisponível
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	0
Mandados de injunção	0
Execuções fiscais	10
Ações penais	0
Total	13

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	1
Ações rescisórias	16
Exceções de incompetência ou suspeição	1
Conflitos de competência	1
Ações cautelares	0
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	0
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	0
Mandados de injunção	0
Ações penais	0
Demais	0
Revisões criminais	0
Total	19

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	10
Embargos de declaração	258
Total	268

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento 2381

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	9
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	9

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	1
Seção	0

Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	2
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	62
Outros	0
Total	64

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	3
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	4

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	640
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	644

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	417
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	418

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	546
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	550

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	546
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	
Total	550

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	769
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	771

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	602
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	610

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	744
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	748

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	686
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	692

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	791
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	798

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	708
Seção	5
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	713

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	656
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	658

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	897
Seção	13
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	910

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	8002
Seção	60
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	8062

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	666,8
Seção	5,0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	671,8

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	0
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	0
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	5
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	7

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	12
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	16

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	1,0
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1,3

**3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 1)**

Turma	690
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	690

**3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	508
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	511

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	295
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	296

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	441
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	441

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	546
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	550

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	435
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	436

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	536
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	544

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	538
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	538

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	571
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	572

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	667
Seção	50
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	717

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	741
Seção	5
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	746

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	640
Seção	9
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	649

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	6608
Seção	82
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6690

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	550,7
Seção	6,8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	557,5

**3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa
nos últimos 12 meses (Mês 1)**

Turma	42
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	42

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	79
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	81

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	51
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	52

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	34
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	35

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	71
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	72

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	38
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	38

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	45
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	48

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	48
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	49

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	40
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	43

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	53
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	54

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	60
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	60

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	67
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	70

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	628
Seção	16
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	644

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	52,3
Seção	1,3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	53,7

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	7751/645,9
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	8062/671,8

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Houve no período pesquisado uma distribuição de 8.062 feitos ao gabinete, com o julgamento de 7.751, ou seja, 96,1423% do total distribuído. A diferença negativa apurada (3,8576% - 311 processos), representa uma média de 25,91 processos/mês, o que se tentará solucionar. Deve ser observado, contudo, que a distribuição nos últimos seis meses pesquisados vem se mantendo elevada, em uma média de 753 processos mês, tendo ultrapassado 900 processos no último mês, o que demonstra que as Turmas previdenciárias estão sobrecarregadas, tendo a maior distribuição entre as

	<p>especialidades do Tribunal. Caso a distribuição se mantenha nesses níveis, no médio e no longo prazo os gabinetes previdenciários terão sérias dificuldades para julgar mais processos do que os distribuídos. O problema é um pouco mais complexo em relação aos processos eletrônicos. O processo eletrônico representou um avanço, e o modelo do TRF4 é muito prático, agilizando a tramitação. O controle do acervo eletrônico, contudo, é mais complexo do que o controle do acervo de papel (no previdenciário há muitos processos de competência delegada, que tramitam no meio físico), havendo necessidade de aperfeiçoamento. Ademais, a despeito de o processamento ser mais rápido, o julgamento dos processos eletrônicos é mais demorado, pois a consulta a documentos ainda é mais difícil no computador, devendo ser salientado que processos previdenciários atualmente, em sua maior parte, envolvem questões de fato. O que se tem percebido é que a despeito dos ganhos advindos do processo eletrônico, a elaboração de minutas e de votos pela assessoria e pelos Juízes e Desembargadores tornou-se mais demorada, pelo maior tempo necessário à leitura dos autos eletrônicos. As Turmas previdenciárias são um bom exemplo disso, pois apresentam distribuição de processos de papel semelhante à de processos eletrônicos (a distribuição dos processos físicos é até um pouco maior), mas em todos os gabinetes o acervo de processos eletrônicos é maior do que o acervo de processos físicos. Isso é sintomático e demonstra a maior dificuldade para julgamento dos processos eletrônicos. Agrava o quadro a necessidade de apreciação dos embargos de declaração. As partes, em especial o INSS, opõem sistematicamente embargos de declaração para fins de prequestionamento. Em todas as sessões os Desembargadores julgam muitos embargos de declaração, muitas vezes centenas, o que demanda um trabalho muito grande do gabinete, prejudicando a solução dos processos que aguardam julgamento.</p>
--	--

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	201
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	201

**3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 2)**

Turma	144
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	148

**3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	192
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	193

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	165
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	165

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	327
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	333

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	256
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	256

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	381
Seção	16
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	398

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	246
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	247

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	281
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	287

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	216
Seção	12
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	228

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	133
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	135

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	371
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	374

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	2913
Seção	50
Órgão/Corte Especial	2
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2965

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	242,8
Seção	4,2
Órgão/Corte Especial	0,2
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	247,1

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	2799
Seção	144
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	
Total	2943

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	16,7%
Seção	25,0%
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	16,9%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	37,6%
Seção	20,2%
Órgão/Corte Especial	100%
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	37,4%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	38 sessões; 6 ausências em razão de férias e 1 ausência em razão do falecimento da irmã.
Seção	12 sessões; 2 ausências em razão de férias.
Órgão/Corte Especial	6 sessões por convocação com base no art. 62, <i>caput</i> , do Regimento Interno.
Plenário	9 sessões; 1 ausência (23/02/2012) em razão de férias.
Total	65 sessões; 10 ausências em razão de férias e de óbito da irmã.

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	3 em razão de férias dos Desembargadores.
Seção	0
Órgão/Corte Especial	10 para completar quórum.
Plenário	0
Total	13

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	2, em razão de ausência de quórum.
Plenário	1
Outro (especificar quais)	0
Total	3

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	2
Outro (especificar quais)	0
Total	4

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. A triagem inicial de processos é feita no gabinete por uma funcionária determinada, com supervisão da chefia, observando os critérios de classe e matérias. Após triados, os processos são destinados a localizadores específicos: agravos de instrumento, mandados de segurança, conflitos de competência, outros feitos da 3ª seção (embargos infringentes e ações rescisórias), aposentadoria por tempo de contribuição (com cômputo de tempo urbano e/ou rural e/ou especial), pensões, invalidez (aposentadoria por invalidez e auxílio-doença), auxílio-acidente, auxílio-reclusão, revisão de benefício, execução, benefício assistencial, aposentadoria por idade urbana, aposentadoria por idade rural, salário-maternidade. As aposentadorias por tempo de contribuição, cujo volume é maior e em relação às quais existe algum acúmulo, também tem localizador específico com o ano de distribuição no Tribunal.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. A separação física de processos existentes no Gabinete é feita a partir da triagem. Os processos cujas matérias encontram-se zeradas são passadas diretamente para a mesa dos responsáveis e os demais localizados nos armários específicos. Praticamente só as aposentadorias por tempo de contribuição são colocadas nos armários, pois existe um volume maior. Quanto aos demais benefícios a preparação da minuta é feita logo que o processo é distribuído.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. O acervo e sua situação são controlados a partir da emissão de estatísticas específicas (exemplo: embargos de declaração não julgados, agravos de instrumento distribuídos etc.).

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Os servidores executam tarefas atendendo critérios de especialização por classe e matérias. Há servidores responsáveis pelos agravos de instrumento, mandados de segurança, conflitos de competência, outros feitos da 3ª seção (embargos infringentes e ações rescisórias), aposentadoria por tempo de contribuição (com cômputo de tempo urbano e/ou rural e/ou especial),

pensões, invalidez (aposentadoria por invalidez e auxílio-doença), auxílio-acidente, auxílio-reclusão, revisão de benefício, execução, benefício assistencial, aposentadoria por idade urbana, aposentadoria por idade rural, salário-maternidade.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos com prioridade legal são localizados com os servidores responsáveis pela matéria em suas mesas, sendo os eletrônicos em pastas de preferência. Cada servidor cuida de sua pasta de preferências, priorizando os processos ali constantes.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos para julgamento em mesa também contam com localizadores específicos para cada servidor, sendo orientação do Gabinete examiná-los o mais breve possível para julgamento em até duas semanas.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. A meta do Gabinete para o julgamento de feitos é dividida. Somente as aposentadorias por tempo de contribuição, que demandam análise complexa de provas, estão acumuladas. Assim, em relação a todos os demais feitos, como aqueles em que se postulam pensões, benefícios por incapacidade (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente), auxílio-reclusão, benefício assistencial, aposentadoria por idade urbana, aposentadoria por idade rural, salário-maternidade, bem como nos de revisão de benefício, execução, agravos de instrumento, mandados de segurança, conflitos de competência, outros feitos da 3ª seção (embargos infringentes e ações rescisórias), a meta é que sejam apreciados imediatamente, o que leva em média dois meses, ressalvados os casos em que ocorre algum incidente adicional, ou que demanda pesquisa diferenciada. Para as aposentadorias por tempo de contribuição, a meta atual é examiná-los no prazo médio de um ano, sendo o controle feito mediante relatórios estatísticos. Atualmente no gabinete só há processos distribuídos a partir de 2011, sendo que em relação aos processos físicos há pouquíssimos processos distribuídos em 2011.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Além dos feitos com preferência legal, o Gabinete utiliza como critério para pautar duas frentes de trabalho: (1) processos de fácil solução, que possam ser feitos em quantidade, para fazer frente à distribuição média de 700 processos mensais; e (2) processos mais trabalhosos, observando o critério de antiguidade.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Quando há necessidade de definir diretrizes a serem observadas quanto

à execução das tarefas e entendimentos para o julgamento dos feitos. De todo modo, os servidores têm acesso ao gabinete do Desembargador a qualquer momento para solicitar informações e esclarecer dúvidas. Desta forma, o contato com os servidores acontece à medida das necessidades e dúvidas. A assessora também recebe orientações regularmente para repassar aos demais servidores do gabinete.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. As atividades do Gabinete são planejadas levando em consideração as matérias que têm sido distribuídas e seu volume, em cotejo com o número de servidores, a fim de alocar os recursos humanos da melhor forma possível. Em razão de férias e oscilação da distribuição, há necessidade de controle permanente da distribuição de tarefas.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. A avaliação é feita semanalmente, através de controles estatísticos.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. A fixação de metas periódicas de produtividade de cada servidor é feita levando em consideração a complexidade da matéria que lhe incumbe. Processos fáceis, como algumas revisões de benefício, têm uma meta de 4 a 5 processos diários, enquanto as aposentadorias por tempo de contribuição de 1 a 2, e os demais processos têm metas em torno de 3 processos diários. Os estagiários, que elaboram minutas de processos mais fáceis, como aposentadoria por idade rural e salário-maternidade, têm uma meta de 2 processos diários.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O controle de produtividade também é feito semanalmente, através da emissão de relatórios estatísticos.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Historicamente, o Gabinete realizou diversos mutirões. Inicialmente, para zerar matérias específicas, como benefícios assistenciais, aposentadorias por invalidez e pensões. A única matéria que remanesce não zerada são as aposentadorias por tempo de contribuição. Ainda, quando a distribuição de uma determinada matéria fica muito acima de sua média, é feito um novo mutirão para mantê-la zerada. Por fim, também há necessidade de realizar mutirões para enfrentar os feitos remanescentes por antiguidade.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Anualmente é passada uma lista para que os servidores preencham o(s)

período(s) em que pretende usufruir férias. Em geral, há uma distribuição natural dos servidores que realizam as mesmas tarefas, de modo que não saem em períodos coincidentes. Quando isso ocorre, os servidores são chamados pela chefia para verificar outras possibilidades de períodos de férias. Para a substituição da função comissionada do assessor, é levado em consideração o conhecimento já adquirido das matérias bem como do funcionamento do Gabinete. Para a substituição da função comissionada do chefe de gabinete, é levado em consideração precipuamente o conhecimento sobre as rotinas do eproc, bem como de outras questões administrativas (controle de *emails* e de material).

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Os advogados em geral são recebidos por uma funcionária que executa tarefas administrativas e eventualmente por outros funcionários. Quando há apenas solicitação de informações sobre o andamento dos feitos, a própria funcionária as apresenta. Quando o advogado solicita, conversa com o assessor ou com o Desembargador ou marca um horário caso não haja possibilidade de contato imediato. O Desembargador atende os advogados em qualquer horário e em qualquer dia da semana.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, a orientação é para que o assessor entre em contato com o Gabinete de outro Desembargador da mesma Turma para ver a possibilidade de despachar. Não houve, contudo, no período, necessidade de qualquer medida nesse sentido.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

83 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Acúmulo de atribuições jurisdicionais.

- Acúmulo de atribuições administrativas.

JUSTIFICATIVA

As outras atividades desempenhadas pelo Magistrado, como as jurisdicionais na Seção e no Pleno e as administrativas como Ouvidoria e Comissão de concurso, terminam por comprometer as atividades rotineiras do Gabinete.

SOLUÇÃO PROPOSTA

A eficiência nos trabalhos do Gabinete será retomada quando cessadas algumas dessas atividades assumidas pelo Magistrado.

1.2 Pontos positivos encontrados

- O gabinete está bem organizado;
- Há preocupação de alcançar a meta de julgar mais processos do que é distribuído;
- Verificação de trabalho de gestão analisando números e organizando o desempenho da equipe.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Falta de motivação dos servidores.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Assunção de acervo elevado.
- Complexidade do acervo.

JUSTIFICATIVA

- Volume de processos com a distribuição no presente exercício que extrapolou a média de anos anteriores;
- A natureza e complexidade das matérias para análise fática.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Busca de gestão administrativa e judiciária para alcançar maior índice de produtividade.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (uma amostra de 10 processos)

Imediato. Em regra, os acórdãos são preparados antes da pauta e quando ocorrem os julgados, são encaminhados para assinatura.

3.3 Pontos positivos encontrados

Espelho de pauta. Esse recurso técnico oportuniza qualquer um dos julgadores a ter acesso ao voto de outro desembargador, como forma de trocar ideias antes do dia do julgamento.

4 Observações da equipe

4.1 Constatações

A equipe de inspeção registrou a ocorrência de excessivo número de processos distribuídos no decorrer do ano de 2012, o que tem causado preocupação ao Magistrado. Porém, essa constatação foi observada em todos os gabinetes de matéria previdenciária. No gabinete em tela, a média do ano gira em torno de 700 processos mensais. Mesmo assim não há processos anteriores ao ano de 2009.

Nos anos de 2009 e 2010 só existem 7 processos. Do ano de 2011, 302 processos. O restante está situado como processos com ingresso no ano de 2012, totalizando no momento da inspeção 2.632 processos.

O número de processos existentes por ocasião da inspeção, no entanto, está compatível com o número que foi registrado quando do pedido para inspeção. Naquela ocasião existiam 2.643 processos. Na realidade, as recomendações

feitas para dar andamento aos processos que estão paralisados nos últimos 15 meses são no sentido de promover meros impulsos processuais, pois a falta de andamento de mérito é apenas em razão do critério utilizado, qual seja julgar os processos mais antigos. Por isso é que os feitos paralisados concentram-se naqueles ingressos no ano de 2012. Estamos diante de uma constatação de critério bem definido de um trabalho de gestão.

No que se refere à questão em torno do entrosamento da equipe, constatou-se bom desenvolvimento nos trabalhos do grupo. Há propósito de trabalhar com base em planejamento, dados, metas e acompanhamento do que vem sendo feito, com ideias de gestão de processos no gabinete.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.



Desembargadora Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MUNCH

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal LUCIANE AMARAL CORRÊA MUNCH

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 26/11/2007 - como desembargadora federal. Desde 14/05/2007 - como juíza convocada, na mesma turma e seção, porém no gabinete do então desembargador federal Dirceu de Almeida Soares
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Segunda
Seção	Primeira
Órgão/Corte Especial, desde	

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Comissão de Vitaliciamento, desde 07/11/2011

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	21/11/2011-20/12-2011 19/01/2012-17/02-2012 16/07/2012-14/08/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	

Período total de afastamento (em meses e dias)	
--	--

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

21/11/2011-20/12-2011 - férias - convocação Dra. Cláudia Maria Dadico.
19/01/2012-17/02-2012 - férias - convocação Dra. Cláudia Maria Dadico.
16/07/2012-14/08/2012- férias - convocação Dra. Cláudia Maria Dadico.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não houve.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Desde que assumi a titularidade como desembargadora federal (26/11/2007), somente convoquei três juízas, Dra. Marciane Bonzanini, Dra. Cláudia Maria Dadico e Dra. Carla Evelise Justino Hendges. Os critérios utilizados são o conhecimento da matéria e a capacidade de manter a mesma sistemática de trabalho utilizada pelo gabinete. Procuo convocar sempre a mesma pessoa, justamente para que o fluxo de trabalho do gabinete permaneça o mesmo, salvo impossibilidade de parte do convocado.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Dedico-me exclusivamente ao trabalho de desembargadora federal.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	15
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	2 servidores cedidos da Justiça Federal de 1ª instância do Rio Grande do Sul
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3 servidores concursados
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões	

e/ou turmas suplementares	
---------------------------	--

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	20
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	1 servidor com atividades relativas à expedição e secretaria interna do gabinete. O gabinete não tem carro nem motorista. A desembargadora utiliza veículo próprio.

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	Uma servidora - licença saúde de 14/11 a 23/11
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Não há.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1 - Ângelo Aguiar Martins
CJ2	1 - Maria Teresa Santafé Aguiar Pizzolatti
CJ1	1 - Romário José Espindula Filho
FC6	1 - Eduardo Mello da Silva
FC5	2 - Kátia Rosane Camiza Bittencourt e Maria Julia dos Santos Cabral
FC4	5 - Maria de Fátima Orsatto Prestes de Paula Flávia Costa Dias Jacqueline Pereira Bazanella Cláudia de David Ávila Cíntia Körbes
FC3	4 - Daniela Moura de Mello Fagundes Tamara Streliaev Dziekaniak Aline Trentini Luís Ernesto Prestes da Silva
FC2	1 - Eduardo Gonçalves
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)
Não há.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

32,25 processos por servidor (conforme relatório da APLANG emitido para fins da inspeção em 12/11/2012. Como houve sessão de julgamento no dia 13/11/2012, em que este gabinete julgou 312 processos em pauta e 184 em mesa, o número atualmente deve ser menor. Porém, ainda não possuímos os dados consolidados).

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção
Tributário e trabalhista.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	Normalmente, três, tendo em vista que uma das boas práticas da Turma é que um desembargador pauta por vez, o que facilita a leitura e conferência dos votos e processos. Porém, existe sempre a possibilidade de uma sessão extra com pauta conjunta, se necessário.
Seção	Uma
Órgão/Corte Especial	Não compõe a Corte Especial
Plenário	Uma
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	Assumi o gabinete em 26/11/2007. Conforme relatório elaborado para inspeção do CJF/2010, o número de processos remanescentes com o relator (aguardando primeiro julgamento) era 4.288. Havia também 517 embargos de declaração e 103 processos com pedidos de vista do relator que sucedi.
Atualmente	516 processos no total, abrangendo processos aguardando primeiro julgamento e embargos de declaração (conforme relatório da APLANG emitido para fins da inspeção em 12/11/2012. Como houve sessão de julgamento no dia 13/11/2012, em que este gabinete julgou 312 processos em pauta e 184 em mesa, o número atualmente deve ser menor. Porém, ainda não

	possuímos os dados consolidados).
--	-----------------------------------

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	496
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	728
Seção	21
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

Não há.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

72

3.8 Número de processos extraviados

Não há.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Não há.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1.388

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	2
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	60
Outras situações (especificar quais)	
Total	62

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Não há.

3.13 Número de processos virtuais

404

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	96
Apelações e remessas oficiais	420
Embargos infringentes	1
Demais	
Total	517

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	40
Ações penais	
Total	40

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	1
Ações rescisórias	15
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	3
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	19

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	26
Embargos de declaração	238
Total	264 (conforme relatório da APLANG emitido para fins da inspeção em 12/11/2012. Como houve sessão de julgamento no dia 13/11/2012, em que este gabinete julgou 312 processos em pauta e 184 em mesa, o número atualmente deve ser menor. Porém, ainda não possuímos os dados consolidados).

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

267 (conforme relatório da APLANG emitido para fins da inspeção em 12/11/2012. Como houve sessão de julgamento no dia 13/11/2012, em que este gabinete julgou 312 processos em pauta e 184 em mesa, o número atualmente deve ser menor. Porém, ainda não possuímos os dados consolidados).

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	1 (julgado na sessão do dia 13/11/2012).
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	1
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	36
Outros	
Total	37

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Não há.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	11 (todos julgados na sessão do dia 13/11/2012)
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	11

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	410
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	415

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	316
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	319

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	403
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	407

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	416
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	424

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	468
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	473

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	429
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	445

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	476
Seção	05
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	481

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	473
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	475
-------	-----

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	544
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	551

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	469
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	475

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	392
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	398

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	478
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	479

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5.274
Seção	68
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5.342

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	439,5
Seção	5,7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	445,2

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	12
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	15
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	15

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	12
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	106
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	106

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	8,8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8,8

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	138
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	138

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	227
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	227

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	236
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	236

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	356
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	356

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	448
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	448

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	345
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	351

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	493
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	493

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	309
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	478
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	479

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	412
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	419

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	336
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	337

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	3.779
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3.795

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	314,9
Seção	1,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	316,3

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	376
Seção	01
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	377

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	137
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	141

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	64
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	65

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	106
Seção	01
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	107

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	130
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	141

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	100
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	102

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	142
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	154

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	143
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	144

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	172
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	173

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	170
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	178

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	121
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	201
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	203

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1.862
Seção	47
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1.909

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	155,2
Seção	3,9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	159,1

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5.761 média 480,1
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5.342 média 445,16

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Foi cumprida a META 1 do CNJ - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	75
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	75

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	269
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	271

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	355
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	357

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	213
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	215

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	281
Seção	3

Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	284

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	220
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	220

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	152
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	153

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	212
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	212

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	263
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	265

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	257
Seção	1
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	258

3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	265
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	266

3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	388
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	392

3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês Total)

Turma	2950
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2966

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	245,8
Seção	1,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	247,2

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	2.766/230,5
Seção	81/6,75
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	2.847/237,25

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	23,9%
Seção	4,3%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	23,4%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	42,8%
Seção	66,7%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	42,9%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	33 sessões (11/2011 a 10/2012) Ausências 10 - Motivo: férias
Seção	12 sessões (11/2011 a 10/2012) - Ausências 3 - Motivo: férias
Órgão/Corte Especial	
Plenário	12 sessões - 3 ausências (férias) e 2 ausências por doença ocasional de filho (4 anos)
Total	57

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	20 Motivo: Processos com impedimentos de alguns dos Desembargadores da Turma Observação: a participação se deu apenas para julgar os impedimentos, tendo os integrantes originários da Turma participado do restante dos julgamentos
Seção	1 motivo: completar o quórum
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Total	21
-------	----

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	1 - sessão do dia 04/09/2012. Em substituição, foi realizada sessão extraordinária no dia 03/09/2012
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	1

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	2
Outro (especificar quais)	
Total	5

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Todos os processos que ingressam no gabinete são submetidos à triagem minuciosa, realizada pelo assessor da desembargadora (Ângelo Aguiar Martins). Nessa triagem os processos são classificados por matéria, sendo destacados os casos de prioridade legal de julgamento (idosos, mandado de segurança, etc.), bem como a existência de preliminares que podem levar a julgamento de plano (decisão monocrática terminativa) e se há pedido de decisão liminar/antecipação de tutela. Especificamente quanto aos recursos de Agravo de Instrumento, a análise é feita pela chefe de gabinete tão logo o processo ingressa no gabinete, de forma a possibilitar que, em situações urgentes, a decisão monocrática seja proferida imediatamente e disponibilizada na página da internet, com a expedita comunicação ao juízo de origem. As decisões monocráticas (liminares, antecipações de tutela e outras providências urgentes), são proferidas e assinadas, na maioria dos casos, em 24 horas e não ultrapassando 48 horas.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos físicos, após triados, são colocados diretamente na mesa do servidor que fará a minuta. Os processos eletrônicos são colocados, após triados, no localizador eletrônico do servidor, sigla respectiva do sistema. Este expediente permite a visualização constante e imediata do volume do acervo do gabinete, facilitando, assim, o controle da produtividade.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. A produção do gabinete é acompanhada constantemente, através de relatórios de estatísticas emitidos pelo sistema E-PROC, referente aos processos físicos e eletrônicos.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Internamente o gabinete é dividido em setores, havendo, periodicamente, conforme a oportunidade e o volume de processos, o remanejamento entre matérias, de forma a não concentrar em um ou em poucos servidores, a exclusividade de análise de determinada matéria. Como regra, os setores internos do gabinete são: a) Expedição/secretaria interna do gabinete composto por 1 servidor, auxiliado por 1 estagiário, este em rodízio semanal com os demais estagiários

Funções: a.1 encarregado do controle do ingresso e da saída de processos do gabinete (processos físicos); a.2 atribuição lançar eventos relativos à decisão monocrática no processo eletrônico, assim como realizar as respectivas intimações; a.3 incluir os processos (físicos e eletrônicos) no bloco pauta/mesa; a.4 demais funções administrativas do gabinete. b) Execuções fiscais, embargos às execuções fiscais e embargos de terceiro

Composto por 5 servidores, auxiliados por 1 estagiário - Função: minutar decisões e votos/acórdãos pertinentes ao julgamento de execuções fiscais, embargos às execuções fiscais, embargos de terceiro e outros incidentes relativos a estas ações. c) Agravos de instrumento composto por 4 servidores, sob a coordenação da chefe de gabinete, auxiliados por um estagiário - Função: minutar decisões e votos/acórdãos pertinentes ao julgamento de agravos de instrumento, tanto do meio físico como do processo eletrônico. d) apelações cíveis em ações ordinárias, mandados de segurança, cautelares, execuções de sentença.

Composto por 4 servidores, auxiliados por 2 estagiários - Função: minutar decisões e votos/acórdãos pertinentes ao julgamento de apelações cíveis em ações ordinárias, mandados de segurança, cautelares, execuções de sentença e outros incidentes relativos a estas ações. e) Setor das ações de competência originária do Tribunal e demais processos de competência da 1ª Seção do TRF-4 composto por 1 servidor - Função: minutar decisões e votos/acórdãos pertinentes ao julgamento de ações de competência originária do Tribunal e demais processos de competência da 1ª Seção do TRF-4. Ainda auxilia minutas das decisões e votos/acórdãos de apelações cíveis de maior complexidade. f) Assessoria Funções:- triagem dos processos; distribuição dos processos por servidor/estagiário; - controle de estatística e produção do gabinete; - orientações na elaboração de minutas de decisões e votos, inclusive em relação ao entendimento determinado pela Desembargadora; - controle do fluxo de trabalho e da frequência de horário. De modo geral, realizar a gestão do grupo de trabalho; - Organização e preparo dos processos

que são incluídos em pauta de julgamento; - Consultor do processo eletrônico, no gabinete e também no Tribunal; g) Chefia de Gabinete - Função: Agravo de instrumento: triagem, distribuição por servidor/estagiário, orientações em geral, inclusive em relação ao entendimento determinado pela Desembargadora; controle do fluxo de trabalho e da frequência de horário. De modo geral, realizar a gestão do grupo de trabalho, em conjunto com o assessor. Sempre que possível, há rodízio de atribuições/matérias entre os servidores, como forma de capacitar o grupo como um todo e não restringir determinada matéria a poucos servidores;

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. No momento da triagem, os processos são classificados por matéria, sendo destacados os casos de prioridade legal de julgamento (idosos, mandado de segurança, etc.). Não temos processo de META do CNJ. Na elaboração dos votos dos processos que são pautados para o julgamento coletivo, é seguida a prioridade de julgamento estabelecida na triagem, dando-se preferência aos casos de prioridade legal de julgamento (idosos, mandado de segurança, etc.). Outrossim, são julgados com prioridade os processos mais antigos (no tribunal e na primeira instância – com o ajuizamento mais antigo).

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos levados em mesa são embargos de declaração, agravos legais, adiados há menos de um mês ou com pedido de vista. Após o envio da pauta à Secretaria, o gabinete procura zerar os embargos de declaração e os agravos legais que ingressaram, em regra, até o dia anterior ao fechamento do bloco mesa (cinco dias antes da sessão). Quanto aos adiados e com pedidos de vista, normalmente são levados na sessão seguinte da Turma (pauta de outro relator), ou na próxima sessão em que a desembargadora pauta.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. O gabinete sempre fixa metas de julgamento. Atualmente, procura-se julgar em cada sessão todos os processos distribuídos até 60 dias, ou menos, se possível, antes da sessão e aptos para serem julgados (por exemplo, na sessão do dia 13/11/2012, foram incluídos em pauta todos os processos aptos para julgamento com distribuição até 26/10/2012). O controle do cumprimento dessas metas é diário e feito pelo assessor da Desembargadora através da ferramenta Controle de Acervo. Quanto aos agravos de instrumento, quando julgados por decisão monocrática, o julgamento se dá normalmente num prazo máximo de 48 horas.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. A meta do gabinete é que os processos sejam pautados em no máximo 60 dias contados da distribuição. Atualmente, estamos conseguindo pautar

num prazo máximo de trinta dias contados da distribuição ao gabinete. Por exemplo, na sessão do dia 13/11/12, foram julgados todos os processos distribuídos ao gabinete até o dia 26/10/2012, à exceção daqueles que se encontravam no Ministério Público Federal, dentro do prazo legal para oferecimento de parecer, ou com prazo para contrarrazões em agravo de instrumento, ou rescisórias em processamento. Quanto aos agravos de instrumento, quando julgados por decisão monocrática, o julgamento se dá normalmente num prazo máximo de 48 horas.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O contato da desembargadora com a equipe é diário. Os servidores são orientados a discutir os processos e as dúvidas diretamente com ela, sempre que for necessário. Os questionamentos por parte dos servidores quanto às matérias em julgamento são estimulados, tendo em vista que sempre contribuem para que se chegue a uma melhor solução para os casos, sendo também uma forma de qualificar a equipe. O contato com a Desembargadora se dá também por e-mail, telefone, ou pelo PSi, que é um mecanismo para conversação *online* próprio do TRF. Como o processo é eletrônico e pode ser visualizado de qualquer computador, o acesso à desembargadora, especialmente por meio do Psi, não se limita aos horários em que ela ou os servidores se encontrem no gabinete. A relação com a Desembargadora é informal, com total acesso.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O planejamento do gabinete é feito a partir das metas estabelecidas. O gabinete busca sempre conciliar produtividade quantitativa com qualidade, procurando manter reduzido o acervo sem abrir mão da qualidade na prestação jurisdicional, com especial atenção ao exame dos fatos que envolvem o processo. Desde que a Desembargadora assumiu o gabinete, em 26/11/2007, buscou-se diminuir o acervo aguardando o primeiro julgamento (à época, 4.288 processos). Na Inspeção do CJF realizada em 13/08/2010, este gabinete havia diminuído esse remanescente para 242 processos e hoje, para aproximadamente (com base na estatística de 31/10/2012, dado informado ao CNJ), 126 processos. Nosso objetivo atual é manter a pouca quantidade de processos e conseguir julgar no prazo máximo de trinta dias a contar da distribuição no gabinete, sem, contudo, abrir mão da qualidade, investindo sempre no aperfeiçoamento da equipe. Quanto aos agravos objeto de decisão monocrática, normalmente são julgados em no máximo 48 horas. O método de trabalho desenvolvido para alcançar esses objetivos é, em síntese, o seguinte: Assim que os recursos/ações ingressam no gabinete, o assessor realiza minuciosa triagem. Nessa triagem, os processos são classificados por matéria e classe, sendo destacados os casos de prioridade legal de julgamento (idosos, mandado de segurança, etc.), bem com a existência de preliminares que podem levar a julgamento de plano (decisão monocrática terminativa) e se há pedido de decisão liminar/antecipação de tutela. No tocante aos processos pautados mensalmente, é estabelecida uma produção mínima de processos a

ser atingida (uma meta), sempre considerando uma quantidade de processos a mais do que o número de processos que foram distribuídos ao gabinete no mês anterior.

Outrossim, tão logo a minuta de relatório/voto/ementa é elaborada, o processo é localizado no localizador pauta. Desta forma, através da verificação da quantidade de processos que há neste localizador, é feito um acompanhamento da produção diária de minutas de relatório/voto/ementa, mediante o sistema e-proc na ferramenta Controle de Acervo. Para agilizar e qualificar o exame dos processos e a elaboração das minutas, os servidores têm orientação para levarem as dúvidas imediatamente até a desembargadora, sem deixar o processo esperando. Antes das minutas de relatório/voto serem disponibilizadas aos gabinetes dos outros desembargadores que participam da sessão de julgamento, a desembargadora faz a conferência e, se for necessário, são feitas alterações. Como a comunicação é muito boa na equipe, os servidores estão bem sintonizados com os entendimentos da Desembargadora e sua forma de abordar as questões *sub judice* e selecionar os fatos e fundamentos relevantes; conseqüentemente, são pouquíssimas as alterações que se fazem necessárias após a elaboração das minutas. Ainda, além do sistema padrão de trabalho acima descrito, em que há a conferência das minutas pré-confeccionadas pela desembargadora, o gabinete adota diferentes estratégias para agilizar os julgamentos, que são aplicadas conforme o contexto. Por exemplo, em alguns casos, inverte-se a ordem do trabalho, ou seja, a desembargadora examina o processo em primeiro lugar e passa ao servidor com a orientação para a redação da minuta, ou examina juntamente com o servidor, tudo com o objetivo de tornar mais ágil e eficiente a prestação jurisdicional. Em casos específicos, peculiares e de maior complexidade, a própria desembargadora redige os votos.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Tão logo a minuta de relatório, voto e ementa é elaborada, o processo é localizado no localizador pauta. Desta forma, através da verificação da quantidade de processos que há neste localizador, é feito um acompanhamento da produção diária de minutas de relatório, voto e ementa, mediante o sistema e-proc na ferramenta Controle de Acervo. Para agilizar e qualificar o exame dos processos e a elaboração das minutas, os servidores têm orientação para levarem as dúvidas imediatamente até a desembargadora, sem deixar o processo esperando.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. São metas internas do gabinete: a) Sempre pautar mais processos do que o número de processos distribuídos ao gabinete, de forma que, considerando as decisões terminativas monocráticas (art. 557 do CPC), o acervo do gabinete constantemente seja reduzido; b) Mensalmente zerar os embargos de declaração, após o envio da pauta à Secretaria, para o que são destinados 2 ou 3 dias de esforço concentrado do grupo; atualmente, o

gabinete tem como meta julgar, na próxima pauta da desembargadora, para 11/12/2012, todos os processos distribuídos até 15/11/2012 que estejam prontos para julgamento (que podem, portanto, ser pautados). Quanto aos agravos que são julgados monocraticamente, procura-se manter o prazo de no máximo 48 horas.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Idêntico ao da avaliação periódica. Também se controla o acervo através dos relatórios fornecidos pelo e-proc.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Quando necessário. Por exemplo, no ano passado fizemos um mutirão para julgar todos os processos do Funrural (em torno de 800), que estavam suspensos aguardando o julgamento de arguição de inconstitucionalidade (lei 10.256/01) pela Corte Especial deste Tribunal. Optamos por fazer por decisão terminativa. Porém, a Fazenda Nacional, a quem a decisão nos parecia favorável, opôs agravo legal em todos os processos, ocasionando um acúmulo de trabalho, com conseqüente aumento temporário do acervo do gabinete, já que todos esses processos tiveram que ser pautados para julgamento. Para resolver o problema, fizemos outro mutirão. Porém, atualmente, não é necessário fazer qualquer mutirão no gabinete, já que o acervo (processos aguardando primeiro julgamento) é menor do que 200 processos.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Para os meses de janeiro e fevereiro é feita uma escala de férias, com intuito de manter um número mínimo de servidores em atividade para o bom andamento do gabinete. Nos demais meses, não há necessidade de se fazer escala.

As substituições das funções comissionadas de assessor e chefe de gabinete são distribuídas pelo critério de antiguidade e conhecimento das respectivas funções.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Praticamente todos os advogados têm o costume de ligar para marcar horário para atendimento, até porque muitos vêm de outras cidades e isso facilita sua organização. Normalmente, são atendidos no horário marcado.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

É raríssimo ocorrer ausência ocasional da Desembargadora. Porém, se ocorrer, outro desembargador da Turma despachará os processos urgentes.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

11 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

1.2 Pontos positivos encontrados

- Utilização dos sistemas informatizados mesmo fora do ambiente de trabalho para decisões de urgência.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

Prejudicado.

2.2 Pontos positivos encontrados

1 - Metas coletivas estabelecidas de forma a estimular a participação e o comprometimento dos servidores;

2 - Triagem rigorosa e constante dos processos, de forma a dar rápido encaminhamento à equipe responsável;

3 - Equipes de trabalho especializadas, experientes e motivadas.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

Prejudicado.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Dois dias.

3.3 Pontos positivos encontrados

- 1 - Intimação realizada pelo próprio Gabinete nos processos eletrônicos;
- 2 - Decisões monocráticas proferidas no prazo máximo de 48 horas;

4 Observações da equipe

4.1 Boas Práticas

- Triagem constante e rigorosa dos processos que ingressam no Gabinete, utilizando-se dos recursos fornecidos pelo sistema informatizado, obtendo-se completo controle do fluxo dos processos, os quais são imediatamente encaminhados para o servidor responsável.
- Julgamento dos recursos, quando cabível, por decisões monocráticas, principalmente para os agravos de instrumento em que se constatou baixo índice de recursos (10% nas decisões terminativas).
- Os acórdãos são assinados eletronicamente pela Desembargadora no mesmo dia do julgamento e encaminhados no próprio dia ou no dia seguinte;
- Interlocução direta e constante com os servidores, para orientação e para dirimir qualquer dúvida.

4.2 Constatações

A Desembargadora Luciane Munch assumiu o gabinete em 26/11/2007, tendo recebido um acervo de 4.288 processos. Considerando aquele acervo existente, destaque-se que o gabinete passou pela primeira inspeção ordinária em 5/8/2010 com a marca de 242 processos em tramitação. Hoje o acervo conta com 126 processos. O que demonstra que todas as Metas do CNJ foram cumpridas pelo Gabinete, merecendo destaque o cumprimento da Meta 1, de 2010.

No que diz respeito ao conhecimento do acervo processual, verificou-se que noventa por cento é composto por processos eletrônicos. Os processos físicos são virtualizados e após, movimentados eletronicamente.

Quanto à organização em gabinete, os processos são organizados por matéria ou assunto, classe (tipo de recurso ou de ação), natureza do pedido a examinar e por antiguidade.

A partir do ingresso dos feitos, faz-se uma triagem de todos os processos, ocasião em que são classificados por matéria, sendo destacados os casos de prioridade legal de julgamento, bem como detectada a existência de eventual preliminar que pode ser imediatamente decidida.

Desde que assumiu o Gabinete, a Desembargadora Luciane Munch desenvolveu um programa de metas e um sistema de gestão que colocou o serviço em situação exemplar, sendo os recursos julgados em um prazo médio de 60 dias.

Ao chefe do gabinete cabe o exame dos agravos de instrumento, em que se busca identificar situações de urgências para a pronta decisão. Proferida, é de imediato disponibilizada na página da internet, com a respectiva comunicação ao juízo de origem. Conforme se verificou, o diretor utiliza o sistema informatizado de forma eficiente, controlando o fluxo de processos e a produtividade dos servidores de forma individual e coletiva.

Dentro do estabelecido como meta de gestão dos processos e as prioridades legais e de prioridades, as medidas de urgência, liminares e tutelas, são apreciadas em um prazo médio de 48 horas.

Outra situação verificada de exitoso sucesso no gabinete diz respeito aos recursos que são julgados, quando cabíveis, por decisões monocráticas com propósito de obter celeridade processual, principalmente para os agravos de instrumento em que se constatou baixo índice de recursos, cerca de 10% nas decisões terminativas.

O Gabinete obedece às prioridades legais na elaboração de votos para o julgamento coletivo dos processos pautados, como nos casos de idosos e mandados de segurança, sem esquecer-se de observar a antiguidade de ajuizamento dos processos.

No mesmo caminho da efetividade estabelecida, o gabinete adotou para cumprimento da Meta 4-CNJ, a disponibilização dos acórdãos assinados à Secretaria imediatamente ou na primeira hora do dia seguinte ao da sessão de julgamento.

Outro compromisso estabelecido pelos componentes da Turma e aceito pelos gabinetes foi estabelecer que a cada semana um desembargador pautaria os seus processos, de forma a propiciar uma eficiente organização dos gabinetes e melhor apreciação das sinopses de julgamento, encaminhadas pelo sistema GEDPRO.

No escopo das metas internas e de forma coletiva, estabeleceu o gabinete sempre pautar mais processos do que o número distribuído, de forma que, considerando as decisões terminativas monocráticas (art. 557 do CPC), o acervo seja constantemente reduzido; gerenciar mensalmente o fluxo de embargos de declaração com o propósito de zerar mensalmente o estoque, após o envio da pauta à Secretaria, para o que são destinados 2 ou 3 dias de esforço concentrado do grupo.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 15/03/2010
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	Terceira
Seção	Segunda
Órgão/Corte Especial	não

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	não
Núcleo Central de Conciliação	não
Coordenação de JEF	não
Escola de Magistrados	não
Conselhos Administrativos	Desde 20/06/2011, como suplente.
Comissões Permanentes	Desde 29/07/2011 (Comissão de Regimento)
Comissão de Concurso	não
Outras (especificar quais)	Desde 07/11/2012 (comissão de vitaliciamento); Desde 06/07/2012 (comissão de interiorização das TRs); Desde 28/08/2012 (comissão sobre a competência federal delegada na 4ª Região).

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	19/1/2012 a 17/02/2012 (30 dias), 16/07/2012 a 14/08/2012 (30 dias)
--------	--

	dias) 15/08-2012 (1 dia) e 16/08/2012 a 18/08/2012 (3 dias)
Licenças	0
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	0
Outros	08/11/2011 a 10/11/2011 (afastamento a serviço); 20/08/2012 a 31/08/2012 (afastamento a serviço), 09/10/2012 (afastamento frequência a curso de até 30 dias), 17/10/2012 (afastamento a serviço), 22/10/2012 a 24/10/2012 (afastamento frequência curso de até 30 dias) e 05/11/2012 a 06/11/2012 (afastamento frequência curso até 30 dias).
Período total de afastamento (em meses e dias)	2 meses e 26 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Convocação do Juiz Federal Nicolau Konkell Júnior nos períodos de 19/01/2012 a 17/02/2012, 16/07/2012 a 15/08/2012 e 16/08/2012 a 22/08/2012.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não houve.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

a) Tempo de Justiça Federal; b) experiência em colegiado; e c) atuação na área de especialização da Turma.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não exerce.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
--	----

Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	16
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	0
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	1, desde 28/08/2012
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	4
Número de estagiários (nível superior)	1
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	14 servidores e 1 estagiário.
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	<p>Adriana Vanni (gozo referente ao trabalho eleitoral no dia 06-06-2012);</p> <p>Antônio Ricardo Ulguim Pereira (LTS nos dias e períodos de 17-11-2011, 10-04-2012, 02-07-2012, 31-07-2012 a 06-08-2012, 28-08-2012, 29-10-2012 e 30-10-2012);</p> <p>Cândida Fonseca Soares (LTS nos períodos de 30-12-2011 a 23-01-2012 e 18-07-2012 a 20-07-2012);</p> <p>Carlos Alberto da Cunha Brito (LTS nos dias e períodos de 15-02-2012 a 29-02-2012, 10-08-2012, 11-08-2012 a 17-08-2012);</p> <p>Daniela Garcia Giacobbo (LTS nos dias e períodos de 02-05-2012, 25-06-2012 a 09-07-2012 e gozo referente a trabalho eleitoral no período de 27-10-2012 a 31-10-2012);</p> <p>Débora de Souza Vissoni (gozo referente a trabalho eleitoral no dia 12-04-2012 e LTS nos períodos de 17-05-2012 a 18-05-2012, 24-05-2012 a 25-05-2012 e 09-10-2012 a 10-10-2012);</p> <p>Letícia Rezende Balle (gozo referente a trabalho eleitoral nos dias e períodos de 15-12-2011 a 16-12-</p>
----------	---

	2011 e 05-03-2012, e LTS nos dias e períodos de 13-08-2012 a 16-08-2012, e licença gala no período de 22-09-2012 a 29-09-2012; Luciana Lucion MC Mannis (LTS no dia 02-07-2012 e licença motivo doença em pessoa da família no dia 10-09-2012; Marcos Vaz Ferreira (LTS nos dias e períodos de 15-12-2011 a 16-12-2011, 17-12-2011 a 19-12-2011, 09-01-2012 a 20-01-2012, 14-05-2012 a 16-05-2012, 17-05-2012 a 25-05-2012 e gozo referente a trabalho eleitoral no dia 03-02-2012, e compensação de dias trabalhados no plantão nos dias 13-04-2012 e 21-09-2012; Maria Eugenia Heck Griep (licença à gestante no período de 14-09-2012 a 31-10-2012; Maricélia Rigon (LTS nos dias 26-06-2012 e 17-09-2012;
Outros	0

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	0

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Uma FC02.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

4.415 : 14 = 315,35

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Administrativo.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	mediante convocação
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	15/03/2010. 7.868 processos
Atualmente	4.415 processos

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	4.382
Seção	33
Órgão/Corte Especial	não se aplica.
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	698
Seção	32
Órgão/Corte Especial	não se aplica.
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0

3.6 Número de processos baixados em diligência

2

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

4

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

2.177

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	0
Encaminhados para voto-vista	5
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	5
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	10

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Zero.

3.13 Número de processos virtuais

4.254

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	452
Apelações e remessas oficiais	3.958
Embargos infringentes	20
Demais	5
Total	4.435

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	2
Ações populares	5
Ações de improbidade administrativa	10
Ações civis públicas	53
Ações de desapropriação	24
Interesse de idosos	dado não disponível (apenas controle interno)
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	dado não disponível (apenas controle interno)
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	1
Mandados de injunção	0
Execuções fiscais	103
Ações penais	não se aplica
Total	198

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	4
Ações rescisórias	4
Exceções de incompetência ou suspeição	0
Conflitos de competência	19
Ações cautelares	0
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	0
<i>Habeas data</i>	0
<i>Habeas corpus</i>	0
Mandados de injunção	0
Ações penais	não se aplica
Demais	
Revisões criminais	não se aplica
Total	27

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	46
Embargos de declaração	292
Total	338

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

4.111

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0

Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	3
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	50
Outros	0
Total	53

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	0
Recebidos para voto-vista	12
Recebidos para declaração de voto	0
Recebidos para lavratura de acórdão	0
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	0
Total	12

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0

Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	6
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	550
Seção	13
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	563

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	394
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	401

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	419
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0

Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	426

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	499
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	506

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	540
Seção	12
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	552

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	538
Seção	13
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	551

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	574
Seção	14
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	588

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	600
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0

Outros (especificar quais)	0
Total	608

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	593
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	601

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	590
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	596

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	493
Seção	12
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	505

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	581
Seção	17
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	598

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	6.371
Seção	124
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0

Total	6.495
-------	-------

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	530,9
Seção	10,3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	541,3

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	6
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	7

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	5
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	5

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	6
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	9
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	9

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	8
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	8

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	6
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	12
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	13

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	mês 10 no item 3.53.
Seção	mês 10 no item 3.53.
Órgão/Corte Especial	mês 10 no item 3.53.
Plenário	mês 10 no item 3.53.
Outros (especificar quais)	mês 10 no item 3.53.
Total	mês 10 no item 3.53.

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	4
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	4

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	8
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	8

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	73
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	75

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	6,1
Seção	0,2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6,3

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	263
Seção	18
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	281

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	194
Seção	11
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	205

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	218
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	218

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	331
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	331

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	937
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	945

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	677
Seção	11
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	688

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	768
Seção	18
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	786

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	589
Seção	14
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	603

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	607
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	610

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	499
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	499

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	692
Seção	10
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	702

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	216
Seção	14
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	230

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	6.028
Seção	108
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	6.136

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	502,3
Seção	9,0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	511,3

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	311
Seção	22
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	333

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	146
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	149

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	57
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	57

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	49
Seção	11
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	60

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	201
Seção	8
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	209

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	127
Seção	5
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	132

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	141
Seção	5
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	146

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	81
Seção	6
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	87

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	126
Seção	15
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	141

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	43
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	45

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	91
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	92

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	55
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	62

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1.428
Seção	85
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	1.513

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	119
Seção	7,1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	126,1

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	7.840 / 653,3
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	6.495 / 541,3

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	meta atingida, tendo sido julgados 1.345 processos a mais do número de processos distribuídos no período. $7.840 : 6.495 = 1.345$.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	581
Seção	3
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	584

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	66
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	68

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	199
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	199

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	221
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	221

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	302
Seção	9
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	311

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses Mês
6)**

Turma	335
Seção	1
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	336

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses Mês
7)**

Turma	383
Seção	4
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	387

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses Mês
8)**

Turma	567
Seção	2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	569

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	408
Seção	5
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	413

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	459
Seção	0
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	459

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	300
Seção	7
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	307

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	94
Seção	5
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	99

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	3.915
Seção	38
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	3.953

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	326,3
Seção	3,2
Órgão/Corte Especial	0
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	329,4

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	2.754 / 229,50
Seção	200 / 16,66
Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	2.954 / 246,16

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	30,5%
Seção	4,7%
Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	29,1%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	46,9%
Seção	34,2%
Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	0
Outros (especificar quais)	0
Total	46,7%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	41 sessões / 10 ausências, sendo 8 por motivo de férias e 2 a serviço do Tribunal.
Seção	12 sessões / 0 ausências.
Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	0 / 0
Total	43 sessões / 10 ausências.

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	4ª Turma: 7 sessões, por impedimento do Relator.
Seção	0

Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	não se aplica
Total	5 sessões

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	4
Seção	0
Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	0
Outro (especificar quais)	0
Total	4

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	não se aplica
Plenário	0
Outro (especificar quais)	0
Total	0

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos recebidos no Gabinete são triados observando-se os pressupostos formais de admissibilidade, a matéria neles versada e a classe do processo. Nesse momento procura-se filtrar aqueles casos em que a discussão envolva apenas matéria processual ou que, sendo o debate sobre o direito material, possa ser facilmente solucionado por se tratar de matéria com entendimento pacificado.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. O acervo de processos eletrônicos do Gabinete é organizado internamente por meio de localizadores (a) temáticos, de (b) classe, de (c) servidores e estagiários, e (d) processuais: a) os localizadores temáticos são identificados por códigos que indicam a matéria dos processos; b) os localizadores de classe indicam a classe do processo e são exclusivamente para os originários; c) os localizadores de servidores e estagiários indicam que o processo está sendo examinado por um servidor ou estagiário e os identificam; d) os localizadores processuais, por sua vez, possibilitam o controle e monitoramento dos processos movimentados no Gabinete. Também são identificados por códigos e descrições. Indicam geralmente se o processo está com o magistrado ou servidor para análise, ou se está incluído em pauta, por exemplo. Todos esses localizadores contêm dados como quantidade de processos e a data em que nele foram incluídos. Os processos em meio físico são localizados diretamente pelos servidores para exame e elaboração de minutas, visto inexistir acervo remanescente.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. o sistema de controle de acervo que possibilita a confecção de variados relatórios de acervo indicando quantidade e situação dos processos.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Há no Gabinete sistema de especialização, sendo feita a distribuição das atividades entre os servidores com a observância das aptidões individuais para definir a matéria e classe dos processo que cada um recebe para a análise e elaboração de minutas. Também são observados critérios quantitativos, que associam quantidade/grau de dificuldade, de modo a gerar o necessário equilíbrio visando a melhor produtividade do Gabinete.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos com casos de prioridade legal são destacados no momento da triagem da distribuição e incluídos em localizador específico. Inexistem no Gabinete processos das metas do CNJ remanescentes.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos com recursos para julgamento em Mesa são priorizados no Gabinete, sendo encaminhados imediatamente para os respectivos servidores que examinaram o caso originalmente, em localizadores específicos, para elaboração de minutas.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. O Gabinete trabalha com sistema de metas, geral e individuais de produtividade, de modo que são fixados prazos para o cumprimento dessas metas, mas não para processos específicos.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. O Gabinete tem como sistema permanente de trabalho a manutenção do saneamento do acervo de processos, mediante o encaminhamento para julgamento ou outra providência pertinente dos processos de natureza prioritária, seja pela classe da ação e/ou recurso, como por exemplo, mandados de segurança, medidas cautelares, ações rescisórias, execução, agravos de instrumento, embargos infringentes, embargos de declaração, agravos regimentais/legais; ou pela situação de andamento em que se encontram, tais como adiamento, retirada de pauta, pedido de vista, juízo de retratação (art. 543-C, II, do CPC), lavratura de voto divergente, despacho de petição, etc.

O objetivo desse procedimento é o de manter no acervo de processos do Gabinete preferencialmente os recursos em ações ordinárias, que, em regra, não demandam medida urgente, e que representam mais de 90% do volume

de ações, possibilitando o melhor planejamento do trabalho. Para esse acervo de processos remanescentes adota-se o critério da antiguidade, considerada a data da distribuição no Tribunal.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O Desembargador mantém permanente contato com a equipe, orientando e definindo os objetivos do Gabinete, assim como acompanhando os resultados obtidos.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O planejamento do Gabinete feito no início do ano passa pela definição das metas, geral e individuais, e distribuição das atividades objetivando alcançá-las.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Há vários momentos de avaliação de resultados das atividades do Gabinete: quando da apuração das metas individuais, mensalmente e semestralmente por meio de estatística interna que possibilita o comparativo de processos distribuídos/julgados, e anualmente, ao término do ano judiciário com a apuração da meta geral do Gabinete.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. O Gabinete trabalha com sistema de metas, geral e individuais, de produtividade. A meta geral, estabelecida no início do ano, prevê o percentual de redução do acervo de processos remanescentes a ser atingido no período, assim como a manutenção do saneamento do Gabinete. As metas individuais são estabelecidas em períodos menores durante o ano, geralmente de um a dois meses, dependendo das peculiaridades de cada lote de processos destacado. As metas individuais estabelecem o julgamento de um número de processos em determinado período de tempo levando-se em conta a produtividade média diária.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Idem ao item 3.120.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Atualmente não, em face do nível de especialização e planejamento do trabalho do Gabinete.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

As férias dos servidores são organizadas mediante escala para os meses de

janeiro e fevereiro, de modo a não gerar desequilíbrio na força de trabalho nesses meses que são prioritários para férias, e nos demais meses do ano deferidas de acordo com as possibilidades para os meses solicitados. As substituições obedecem a critérios de capacidade, merecimento e alternância, sendo que a do assessor é automática pelo assessor adjunto.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

O atendimento de advogados pelo Des. Federal é previamente agendado, sem prejuízo do atendimento sem agendamento quando procurado no Gabinete. O atendimento pela assessoria não requer agendamento.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Se o caso não puder aguardar o retorno do Des. Federal, providencia-se o encaminhamento do processo para ser despachado por outro magistrado em substituição, nos termos do art. 59 do Regimento Interno do TRF da 4ª Região.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

68 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

Pouco tempo de atuação no Tribunal.

JUSTIFICATIVA

Cerca de dois anos no Tribunal.

1.2 Pontos positivos encontrados

Controle de fluxo e divisão de trabalho. Acervo de processos em curva descendente.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

Prejudicado.

2.2 Pontos positivos encontrados

Bom ambiente de trabalho e atuação que vem baixando o acervo paulatinamente no tempo.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

Prejudicado.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Sem anormalidade. Em média 2 dias.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal MÁRCIO ANTONIO ROCHA

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 26/04/2010
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	7ª Turma
Seção	4ª Seção
Órgão/Corte Especial	

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	Comissão Permanente de Segurança da Justiça Federal da 4ª Região, desde fevereiro de 2012.
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Plenário Administrativo do TRF4ª Região, desde 26/04/2010.

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	7 de maio a 5 de junho de 2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	1- afastamento, sem prejuízo da jurisdição, para participar do Workshop sobre E-Proc Criminal, promovido pela EMAGIS, no período de 1 a 2/12/2011, em Foz do

	<p>Iguaçu/PR, com base no art. 73, inc. I, da Lei Complementar n. 35/79, e art. 1º, inc. VII, da Resolução n. 9, de 12/07/96, alterada, em parte, pela Resolução n. 16, de 25/04/03.</p> <p>2-afastamento, sem prejuízo da jurisdição, para participar do <i>Workshop Grotius Cooperação nas Fronteiras</i>, junto ao Ministério da Justiça em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2011, por indicação da Des. Federal Presidente deste Tribunal, Dra. Marga Inge Barth Tessler.</p> <p>3- afastamento, sem prejuízo da jurisdição, nos dias 13 e 14 de março de 2012 para participar de reunião com Superintendente da Polícia Federal em Florianópolis, tratando de assuntos relativos à Comissão Permanente de Segurança.</p> <p>4- afastamento, sem prejuízo da jurisdição, para participar do Curso de Segurança para Magistrados, promovido pela Escola Nacional de Magistratura, em São Paulo/SP, no período de 10 a 13/04/2012, com base no art. 73, inc. I, da Lei Complementar n. 35/79, e art. 1º, inc. VII, da Resolução n. 9, de 12/07/96, alterada, em parte, pela Resolução n. 16, de 25/04/03.</p> <p>5- afastamento, sem prejuízo da jurisdição, para participar do <i>Workshop Criminal Propostas de Alteração do Código Penal e Processo Eletrônico</i>, promovido pela EMAGIS, no período de 2 a 4/5/2012, em Foz do Iguaçu/PR, com base no art. 73, inc. I, da Lei Complementar n. 35/79, e art.</p>
--	---

	<p>1º, inc. VII, da Resolução n. 9, de 12/07/96, alterada, em parte, pela Resolução n. 16, de 25/04/03.</p> <p>6- afastamento, sem prejuízo da jurisdição, para participar do Seminário Franco-Brasileiro sobre a Luta contra a Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos, no período de 11 a 14/06/2012, promovido pelo Conselho da Justiça Federal, em Brasília/DF, com base no art. 73, inc. I, da Lei Complementar n. 35/79, e art. 1º, inc. VII, da Resolução n. 9, de 12/07/96, alterada, em parte, pela Resolução n. 16, de 25/04/03.</p> <p>7- Afastamento, sem prejuízo da jurisdição, no período de 31/07 a 04/08 de 2012 para cumprir cronograma de visitas às Subseções Judiciárias do Paraná, em assuntos da Comissão Permanente de Segurança.</p> <p>8- Afastamento para participar do curso sobre o tema Novas Tendências do Direito Ambiental, no período de 17 a 21/09/2012, promovido pela Associação de Juizes Federais do Brasil - Ajufe e <i>Universitat Internacional de Catalunya</i>, em Barcelona/Espanha, com base no art. 73, inc. I, da Lei Complementar n. 35/79, e art. 1º, inc. VII, da Resolução n. 9, de 12/07/96, alterada, em parte, pela Resolução n. 16, de 25/04/03.</p>
<p>Período total de afastamento (em meses e dias)</p>	<p>Afastamento da jurisdição por 1 mês e 5 dias, sendo 1 mês em férias e 5 dias em razão do último afastamento listado no item 8 acima. Afastamento, sem prejuízo da jurisdição, por 23</p>

	dias, conforme itens 1 a 7 acima. Total de afastamentos: 1 mês e 28 dias.
--	--

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Juiz Federal Luiz Carlos Canalli - 7 de maio a 5 de junho de 2012 - em substituição durante o período de férias.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Antiguidade e pertinência temática da atuação do magistrado convocado.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	10
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	10
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	0
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	0
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	0
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	0
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	0
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	0

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	4
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	0

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	12
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	0
Outros	0

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6. Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	4
FC3	0
FC2	0
FC1	0

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Zero.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

$561 / 12 = 46,75$

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Criminal

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4 (em média)
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	1
Outros (especificar quais)	Plenário Administrativo: 1 por mês.

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	960
Atualmente	319

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	297
Seção	22
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	193
Seção	38
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

9

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

8

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

62

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	61
Encaminhados para voto-vista	3
Encaminhados para declaração de voto	0
Encaminhados para lavratura de acórdão	3
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	0
Outras situações (especificar quais)	
Total	67

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

1 processo da Meta 2 do CNJ (processo 20057107001297-2). Trata-se de ação penal por crime contra a ordem tributária. Foi remetido ao revisor em 18/01/2012, e pautado para 28/02/2012, porém, foi retirado de pauta em virtude de juntada de documentos informando parcelamento do débito pelo réu. Em face disso, foram efetuadas as diligências necessárias, como a expedição de ofício à Receita Federal solicitando informações. O processo se encontra atualmente em vista ao MPF para manifestação sobre os documentos. Será incluído em mesa, assim que vier conclusivo, para julgamento do pedido de suspensão do processo em razão do parcelamento.

3.13 Número de processos virtuais

160

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	1
Apelações e remessas oficiais	234
Embargos infringentes	6
Demais	42
Total	283

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	189
Total	189

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	3
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	1
Conflitos de competência	1
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	18

Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	2
Total	25

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	
Embargos de declaração	5
Total	5

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

296

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	0
-------	---

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	2
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	2

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	14
Recebidos para voto-vista	2
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	16

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	1 (aparentemente, trata-se do processo 0032308-39.2007.404.7100, que veio concluso à revisão em 30/07/2012, porém, foi constatada hipótese de prevenção de um Des. da 8ª Turma, razão pela qual o processo retornou ao Gab. do Relator e foi remetido à análise de prevenção junto à 8ª Turma, onde foi acolhida a prevenção e redistribuído o processo em 27/09/2012. Por possível inconsistência dos sistemas de dados, permaneceu a informação de remanescente para revisão. Já foi contatada a Diretoria Judiciária para regularização do <i>status</i> do processo). Na realidade, em gabinete, não há nenhum processo concluso para revisão há
-------	--

	mais de 30 dias.
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	77
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	82

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	65
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	72

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	56
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	58

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	78
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	80

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	112
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	113

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	75
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	79

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	109
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	112

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	108
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	113

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	139
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	144

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	116
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	123

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	99
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	109

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	120
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	129

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	1154
Seção	60
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1214

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	96,2
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	101,2

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	6
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	4
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	11
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	6
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1 (obs.: o mês 10 está repetido)

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	9
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	4
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	4
-------	---

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	54
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	58

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	4,5
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4,8

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	76
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	76

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	17
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	20

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	32
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	32

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	60
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	60

3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	45
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	45

3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	61
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	61

3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	117
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	119

3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	37
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	37

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	67
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	67

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	35
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	58
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	62

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	618
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	628

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	51,5
Seção	0,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	52,30

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	1
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	6
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	9
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	8
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	6
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	2
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	3
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	44
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	46

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	3,7
Seção	0,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3,9

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	1265 / 105,4
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	1214 / 101,16

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Foram julgados mais processos que os distribuídos nos últimos 12 meses, conforme números acima, pois foram distribuídos/redistribuídos 1.214 processos e julgados 1.265 processos. Obs.: os números acima, fornecidos pela área técnica do Tribunal, aparentemente não contabilizam processos do Relator já remetidos ao Revisor e ainda não julgados, os quais já não integram o acervo dos remanescentes do Relator. Se fossem considerados, o índice de produtividade seria maior.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	46
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	48

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	29
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	32

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	41
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	41
-------	----

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	46
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	52

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	39
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	42

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	77
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	78

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	41
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	45

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	65
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	67

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	104
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	109

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	70
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	75

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	93
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	93

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	66
Seção	13
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	79

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	717
Seção	44
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	761

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	59,8
Seção	3,7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	63,5

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	718 / 59,83
Seção	86 / 7,16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	804 / 67

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	6,8%
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6,8%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	10,1%
Seção	2,1%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12,2%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	7ª Turma: 44 sessões/7 ausências Motivo: sessões de 08/05, 15/05, 22/05, 29/05 e 05/06 em razão de férias; sessão de 06/12/2011 - participação no <i>Wokshop</i> Grotius, em Brasília, por indicação da Des.
-------	---

	Presidente deste Tribunal. Motivo: sessão de 12/06/2012, participação do seminário franco-brasileiro sobre a luta contra lavagem de dinheiro e recuperação de ativos.
Seção	4ª Seção: 12 sessões/2 ausências Motivo: sessão de 17/05 em razão de férias e sessão de 17/09/2012, participação no Evento Novas Tendências do Direito Ambiental, realizado no período de 17 a 21 de setembro de 2012, com base no art. 73, inc. I, da Lei Complementar n. 35/79, e art. 1º, inc. VII, da Resolução n. 9, de 12/07/96, alterada, em parte, pela Resolução n. 16, de 25/04/03.
Órgão/Corte Especial	O Des. não integra a Corte Especial, mas foi convocado para compor quórum em duas sessões, das quais participou, em 28/06 e 23/08/2012.
Plenário	
Total	56 sessões / 9 ausências justificadas.

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	10 sessões Motivos: ausências, impedimentos e suspeições
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	10 sessões

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	7ª Turma - 1 sessão, de 19/09/2012. Motivo: não havia disponibilidade dos Desembargadores da 8ª Turma para compor quórum em face do afastamento do Des. Márcio para participação no Evento Novas Tendências do Direito Ambiental, realizado no período de 17 a 21 de setembro de 2012, com base no art. 73, inc. I, da Lei Complementar n. 35/79, e art. 1º, inc. VII, da Resolução n. 9, de 12/07/96, alterada, em parte, pela Resolução n. 16, de 25/04/03.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar)	

quais)	
Total	1 sessão da 7ª Turma.

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Há um servidor do gabinete que faz a triagem quando os processos são recebidos.

Verifica-se de onde o processo vem remetido: secretaria ou distribuição.

- *Apelação criminal da distribuição*: verificação acerca da necessidade de intimação para os fins do art. 600, § 4º, CPP, e, também, de intimação para contrarrazões de recurso; verificação sobre eventual necessidade de retificação na autuação quanto à situação da parte (apelante/apelado) ou, ainda, no que respeita à circunstância de “réu preso”; verificação acerca da necessidade de decretação do segredo ou do sigilo do processo; verificação acerca da necessidade de encaminhar os autos a outros gabinetes para exame de prevenção, quando apontada pela distribuição; e verificação se é caso de prioridade por força do Estatuto do Idoso. Após remete-se ao Ministério Público Federal para parecer.

- *Apelação criminal recebida da secretaria*: no retorno do Ministério Público Federal com parecer, faz-se a triagem da matéria, cálculo da prescrição (calculamos com base na pena mínima quando a sentença é absolutória, por critério do gabinete, para prevenir eventual prescrição), anotando os dados em ficha elaborada nos termos da Resolução 112 do CNJ, a qual é grampeada à capa do processo, quando físico, ou adicionado lembrete na “capa” do processo eletrônico, sendo o prazo prescricional de cada processo informado também em tabela geral no formato “excel”, a qual é mantida atualizada e também utilizada para o controle de prescrição.

Se for processo com réu preso, *habeas corpus*, correção parcial, mandado de segurança, embargos de declaração, encaminha-se diretamente para o servidor que deverá analisar e elaborar a minuta de decisão ou relatório/voto. Os demais são organizados nos armários ou localizadores eletrônicos, e minutados conforme os critérios de prioridade, antiguidade, controle de prescrição, etc.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos são organizados por matéria e/ou tipo de recurso, nos armários ou localizadores eletrônicos específicos, com registro na capa (etiqueta ou lembrete) sobre questões relevantes, como, por exemplo, o controle da prescrição e a eventual prioridade na tramitação.

Os processos e recursos urgentes são colocados diretamente na mesa do servidor responsável pela elaboração de minuta.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Os sistemas utilizados proporcionam várias ferramentas eficientes para o controle dos processos. Há ferramentas para geração de dados estatísticos e para controle do acervo, que permitem elaboração de listagens e planilhas conforme critérios definidos na realização da pesquisa, com filtragem por assunto, tipo de processo, etc., permitindo inclusive a geração de planilhas excell, com identificação de prioridades, como réu preso, processos mais antigos, etc.

O Gabinete mantém uma planilha excell atualizada diariamente, com o controle dos prazos de prescrição.

Também foi implantado e está em fase inicial de utilização um mecanismo de controle de prescrição nos processos eletrônicos, a partir dos dados já incluídos no processo pela Primeira Instância.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Há em princípio especialização de determinados servidores em determinadas matérias, de modo a utilizar de forma mais eficiente as capacidades e conhecimentos de cada um. Não obstante a especialização, os servidores eventualmente podem trabalhar em processos de outras matérias, atendendo às necessidades do serviço, conforme critérios do Gabinete.

Em regra, a elaboração de minutas de votos e decisões é feita conforme o tipo de processo e a matéria, sendo organizada em quatro grupos de trabalho: 1) competência originária; 2) ACR de maior complexidade; 3) recursos em sentido estrito e incidentes processuais; 4) demais processos.

3.114. Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Todos os processos com prioridade de tramitação tem tratamento específico, sendo encaminhados diretamente aos servidores responsáveis pela elaboração de minutas, como, por exemplo, os pedidos de liminares, *habeas corpus*, processos com réus presos, Metas CNJ.

Os processos relativos a Metas são identificados, separados e tratados com prioridade, tendo sido cumpridas todas as Metas do CNJ para 2012:

Meta 1: foram julgados mais processos do que os distribuídos, com constante redução do acervo.

Meta 2: foram julgados e/ou encaminhados ao revisor todos os processos do Gabinete, distribuídos até 2007, bem como todos os de 2008 e todos os de

2009.

Obs.: remanesce no acervo do Gabinete um processo distribuído em 2003, suspenso por força de decisão do STJ (2003.04.01.015415-3), e um processo distribuído em 2007, que já havia sido remetido ao revisor em 2011 e pautado para julgamento em fevereiro/2012, mas foi retirado de pauta em virtude de petição da defesa informando parcelamento do débito (2005.71.07.001297-2). Encontra-se em fase de vista ao MPF.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. É dada prioridade para o julgamento de todos os processos que devem ser apresentados em mesa, como *habeas corpus*, embargos de declaração, correção parcial, pedidos de vista, conflitos de jurisdição, exceções de suspeição, com especial atenção aos que envolvam réu preso.

São encaminhados diretamente ao servidor responsável pela elaboração de minuta, e submetidos em seguida ao Desembargador para as correções que se fizerem necessárias, seguindo-se a imediata inclusão em mesa na sessão subsequente.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. É feito planejamento e controle de prazos para o julgamento dos processos com prioridades legais, relativos a Metas, bem como dos que têm prazo prescricional mais curto, para fins de cumprimento dos prazos.

O controle é feito mediante as ferramentas disponíveis nos sistemas processuais e planilhas, que permitem elaborar listas de processos conforme a prioridade, data de distribuição, data de prescrição, com acompanhamento mensal ou em período menor, diligenciando-se para que a elaboração da minuta e a aprovação pelo Desembargador ocorra com a necessária antecedência.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Além da observância das prioridades legais, os processos são julgados preferencialmente por ordem de antiguidade e/ou menor prazo prescricional. Também são selecionados processos de menor complexidade, cuja elaboração da minuta é atribuída aos estagiários, de acordo com a capacidade de trabalho de cada um deles.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O Desembargador participa de reuniões, conforme necessário, com a assessoria.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Os trabalhos são planejados pela assessoria e pelo Desembargador, ao início de cada ano, visando ao cumprimento das metas prioritárias do CNJ e

outras definidas pelo Gabinete, além de buscar sempre a melhoria da qualidade do serviço público prestado. O planejamento das atividades é acompanhado pelo assessor e chefe de gabinete, podendo ser alterado no curso do tempo, atendendo a intercorrências eventuais nas atividades.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O desempenho do gabinete é acompanhado periodicamente, pela assessoria e pelo Desembargador, através dos dados estatísticos e controle de acervo dos processos, mediante uso das diversas ferramentas disponíveis nos sistemas processuais utilizados.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Além das metas prioritárias do CNF, durante o ano de 2012 o Gabinete estabeleceu como meta a redução constante do acervo, acompanhada através do controle estatístico, o que foi alcançado, não obstante a ocorrência de eventuais variações no número de processos julgados em cada mês, determinadas por circunstâncias particulares, como a necessidade de julgamento de processos prioritários, às vezes complexos, que demandam mais tempo que os demais processos, ou períodos em que alguns servidores tiram férias.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. A produtividade do gabinete é acompanhada periodicamente, pela assessoria e pelo Desembargador, através dos dados estatísticos e controle de acervo dos processos, verificados em períodos entre 15 e 20 dias. A produtividade individual dos servidores e estagiários é controlada mediante a conferência, pela assessoria, das minutas feitas, bem como através dos mecanismos disponíveis no sistema Gedpro, no qual são elaboradas as minutas dos documentos, que permitem extração de planilhas com números de minutas feitas por cada servidor.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Quanto recebido o Gabinete em 2010, foram realizados mutirões para triagem, controle de prescrição e elaboração de minutas de processos prioritários, especialmente os com réu preso e com prescrição próxima. Atualmente, a situação do Gabinete não exige realização de mutirão.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

As férias anuais são organizadas verificando inicialmente o interesse de cada servidor, procurando compatibilizá-los com a necessidade do serviço, visando manter sempre um número adequado de servidores para a realização do trabalho. As férias do assessor e da chefe de gabinete são alternadas, de modo que um deles sempre está presente.

As substituições de funções são feitas atendendo a critérios de merecimento em razão da qualidade e quantidade do trabalho realizado pelo servidor designado. As substituições de assessor e chefe de gabinete são feitas considerando também a capacidade do servidor substituto em face das atribuições inerentes à função, além dos requisitos legais objetivos.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

O Desembargador atende aos advogados em gabinete, durante o expediente forense, por ordem de chegada, nos termos do art. 7º, inc. VIII, da Lei 8.906/94. Os advogados que não pretendem se dirigir ao Desembargador são atendidos pelo assessor, chefe de gabinete ou outro servidor presente, em antessala existente na entrada do gabinete, com acomodação para consulta de processos. Os servidores do Gabinete também prestam as informações cabíveis por telefone aos advogados.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Nos casos urgentes, e na hipótese de ausência ocasional do Relator, o processo é remetido ao revisor, se houver, ou ao Desembargador imediato em antiguidade, na Seção ou na Turma, conforme a competência, de acordo com o que determina o Regimento Interno (art. 59, I).

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

56 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

Prejudicado.

2 Pontos positivos encontrados

- Gabinete com acervo e fluxo controlados.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

2.2 Pontos positivos encontrados

Bom ambiente de trabalho; divisão de processos por matérias entre os funcionários; controle de fluxo.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

Prejudicado.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Nenhuma anormalidade detectada. Em média 2 a 3 dias para lavratura de acórdãos.

4 Observações da equipe

A equipe de inspeção verificou a existência de processos conclusos ao Desembargador Relator com parecer do MPF, há aproximadamente um ano. Sugere-se a adoção de planejamento voltado a priorizar o julgamento dos feitos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal ROGÉRIO FAVRETO

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Rogério Favreto

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Na 5ª Turma e na 3ª Seção desde 11/07/2011
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	5ª Turma (previdenciário)
Seção	3ª Seção (previdenciário)
Órgão/Corte Especial	

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Membro da Comissão de Articulação Federativa e Parlamentar do Conselho Nacional de Justiça.

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	18/09/2012 a 20/08/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	Compôr Fórum Interinstitucional Previdenciário da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, em 27/04/2012.
Período total de afastamento (em meses e dias)	31 dias

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Convocação do Juiz Federal Roger Raupp Rios no período 18/08/2012 a 20/12/2012, em razão de férias.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Convocação do Juiz Federal Sergio Renato Tejada Garcia, no período de 25/07/2011 a 19/12/2011, em auxílio ao Gabinete.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Tempo de exercício na magistratura, reconhecido saber jurídico, experiência em convocações anteriores por outros membros do Tribunal e distinção na carreira.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2. ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	17
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	6
Número de estagiários (nível superior)	5
Número de estagiários (nível médio)	1

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	20
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	2

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	1 servidor em licença-saúde.
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	3
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Uma FC3.

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

Considerando o número de processos em tramitação no Gabinete (2954) e o número de servidores na atividade fim (15), existem 196,33 processos por servidor.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Previdenciário.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	Em 11/07/2012, 5304 processos
Atualmente	2954

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	2939
Seção	18
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	2235
Seção	29
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

65

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

438

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1400

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	182
Encaminhados para voto-vista	5
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	4
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	191

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

2

3.13 Número de processos virtuais

1866

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	253
Apelações e remessas oficiais	2755
Embargos infringentes	4
Demais	3
Total	3015

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	3
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	3
Ações penais	
Total	

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	1
Ações rescisórias	11
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	1
Ações cautelares	1
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	14

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	39
Embargos de declaração	512
Total	551

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

2335

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total;	1

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	6
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total;	4

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	8
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	2
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	86
Outros	
Total	88

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Um processo administrativo de competência do Plenário Administrativo com pedido de vista feita pelo Magistrado.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	56
Recebidos para voto-vista	1
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	1
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	

Total	58
-------	----

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	21
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	21

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	649
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	653

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	407
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	415

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	699
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	702

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	551
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	555

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	791
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	792

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	618
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	624

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	764
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

Total	767
-------	-----

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	692
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	697

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	782
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	792

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	717
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	718

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	658
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	658

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	908
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	917

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	8236
Seção	54
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8290

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	686,3
Seção	4,5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	690,8

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	repetição do item 3.53
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	repetição do item 3.53

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	17
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	34
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	2,8
Seção	0,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2,9

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	757
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	757

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	447
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	452

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	325
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	331

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	525
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	527

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	710
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	716

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	524
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	524

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	547
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	554

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	750
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	750

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	864
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	872

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	1173
Seção	38
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1211

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	1244
Seção	33
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1277

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	1278
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1294

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	9144
Seção	121
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9265

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	762,0
Seção	10,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	772,1

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	19
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	21

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	44
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	44

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	16
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	18

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	61
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	61

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	60
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	62

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	27
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	27

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	70
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	70

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	80
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	80

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	67
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	69

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	78
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	78

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	52
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	53

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	94
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	95

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	668
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	678

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	55,7
Seção	0,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	56,5

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	10241/853,4. Descontados os processos julgados em função de auxílio pelo Juiz Federal Sergio Renato Tejada Garcia, foram julgados 9646.
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	8.290/690,33

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	Foram julgados 1951 processos a mais do que distribuídos/redistribuídos nos últimos 12 meses.
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	359
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	359

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	138
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	140

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	152
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	152

**3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	156
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	160

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	247
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	261

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	130
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	130

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	326
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	327

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	237
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	237

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	359
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	367

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	504
Seção	51
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	555

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	441
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	442

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	506
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	506

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	3555
Seção	86
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3641

3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	296,25
Seção	7,16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	303,41

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	3448/287,3
Seção	420/35
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3868/322,3

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	19,0%
Seção	30%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	19,2%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	36%
Seção	18,3%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35,8%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	Foram realizadas 38 sessões na 5ª Turma, sendo que o Desembargador Rogério Favreto não participou de três, por motivo de férias.
Seção	Foram realizadas 12 sessões na 3ª Seção, sendo que o Desembargador Rogério Favreto não participou da sessão do dia 31/05/2011, pois devido ao atraso para a abertura dos trabalhos resultaria no cancelamento de viagem previamente agendada à cidade de São Paulo para o lançamento da 2ª edição do livro Comentários à Lei de Improbidade Administrativa.
Órgão/Corte Especial	
Plenário	Foram realizadas 10 sessões ordinárias do Plenário Administrativo, não estando presente na sessão do dia 19/12/2012, pois participou, na qualidade de representante do TRF/4R, da posse da nova Ministra do STF, Rosa Maria Weber, nesse mesmo dia, às 10 horas, no Plenário daquele Tribunal, em Brasília/DF.
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	3 sessões da 5ª Turma: 17/04/2012, ausência justificada do Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira; 5ª Turma: 24/04/2012, em razão ausência justificada do Juiz Federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior; e 5ª Turma: 07/08/2012 em razão de impedimento.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	1 sessão do Plenário Administrativo não realizada.
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	2 sessões extraordinárias, em 14/12/2011 e 20/03/2012.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	2 sessões extraordinárias do Plenário Administrativo.
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. A triagem é feita logo que o processo é recebido no Gabinete (diariamente). No procedimento é realizada a verificação da classe e assunto. Nesse momento também é verificado se a questão é somente de direito, ou, demanda exame de provas.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos são separados por assunto e dentro do assunto observada a antiguidade. Especificamente quanto aos processos de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, por constituir a maior parte do acervo, são utilizados os seguintes critérios de separação: 1. concessão e 2. revisão; 1.1. concessão só com tempo rural; 1.2. concessão com tempo de urbano/especial; 1.3. concessão com rural e urbano; quanto às revisões são utilizados as mesmas subdivisões das concessões; 3. revisões do cálculo do benefício (são divididos, por exemplo, em desaposentação, retroação da dib, urv, tetos das EC, etc. 4. processos de invalidez; 5. execução; 6. pensão por morte; 7. benefício assistencial; 8. questões processuais (geralmente casos em que a sentença é proferida sem exame do mérito), entre outros assuntos. Esses últimos assuntos não demandam uma subdivisão nos moldes das ATSS tendo em conta o reduzido número de processos neste gabinete.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. O controle de acervo dos processos, atualmente, é feito por meio de ferramenta disponível no sistema de processo eletrônico, onde reúne informações dos processos físicos e eletrônicos. Além disso, em relação aos processos físicos, são feitas vistorias nos armários, assim como nos localizadores dos processos eletrônicos.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. No Gabinete os servidores são reunidos em grupos responsáveis pela análise dos processos separados por matéria.

3.114. Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Por meio de relatórios, são resgatados do acervo os processos mais antigos, inclusive aqueles relacionados na META. Os feitos com prioridade são atendidos na medida do possível, especialmente em relação aqueles feitos em que o litigante possui mais de 65 anos de idade, pois nas questões previdenciárias, grande parte dos autores já se enquadram nesse requisito. Também é dada prioridade a mandados de segurança e ações coletivas.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Na medida do possível, quando concluso ao gabinete, são levados na sessão seguinte.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Nos processos eletrônicos, todas as decisões monocráticas proferidas são juntadas e intimadas as partes pelos servidores do próprio gabinete. Assim, como o controle do decurso dos prazos. Periodicamente é feita revisão dos processos com prazo aberto.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. De regra, são levados a julgamento os processos com data mais antiga de distribuição neste Gabinete.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O Magistrado orienta os servidores sobre o entendimento pessoal de forma individualizada ou para todo o grupo.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. São realizadas reuniões, em regra, trimestrais. Nessas oportunidades são interpretados os dados estatísticos passados e traçadas as metas futuras, sejam coletivas ou individuais.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Avaliações de produtividade do grupo e individual são feitas mensalmente.

3.121. Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Estabelecimento de metas individuais e coletivas a serem alcançadas em determinado prazo previamente fixado, mediante reunião com a participação dos servidores e Magistrado.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Controle mensal da produtividade, mediante relatório preenchido pelos servidores do Gabinete e elaboração de planilhas da produção individual e coletiva repassadas para o Magistrado.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Eventualmente, cada grupo responsável pela sua matéria realiza mutirões, especialmente quando há reunião de processos semelhantes ou quando há algum desequilíbrio na distribuição, sobrecarregando algum dos grupos.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

De regra, há liberdade para escolha de data para fruição do período de férias. Todavia, é realizada planilha para controle nos períodos de maior procura, janeiro, fevereiro e julho, de forma a não comprometer os trabalhos do gabinete.

As substituições das funções, geralmente, são conferidas aos servidores que efetivamente irão exercer as tarefas do substituto. Também é conferida alguma substituição como premiação de produtividade ou contribuição individual ao grupo.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

De regra, durante o horário de expediente normal do Tribunal, os servidores e o Magistrado do Gabinete atendem a todos os advogados e partes litigantes, sem necessidade de prévio agendamento.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Ainda não houve ocorrência nesse sentido. Todavia, a orientação seria a busca de outro Magistrado das turmas de Direito Previdenciário para analisar o pedido.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

76 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no Tribunal.
- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.
- Acúmulo de atribuições jurisdicionais.

JUSTIFICATIVA

Apesar de estar há um ano e meio no tribunal, tem-se relacionado muito bem no desempenho das atividades.

Acumula atribuições da turma, seção e o pleno.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Procurar dar continuidade ao trabalho da equipe com a busca de motivação para alcançar o máximo de eficiência no desempenho das atividades.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Falta de motivação dos servidores.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Procurar motivar os servidores por outros meios, como demonstrar a relevância de seu trabalho para a sociedade.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Assunção de acervo elevado.
- Complexidade do acervo.

JUSTIFICATIVA

- Grande acervo de processos.
- Há grande número de distribuição de feitos.
- Complexidade das matérias, mesmo dentro da mesma especialidade, Direito Previdenciário.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Sistematização com acompanhamento diário e semanal da produção realizada em Gabinete comparada à quantidade de processos distribuídos.

ANÁLISE DA EQUIPE

Constatou-se haver preocupação constante com o desenvolvimento eficiente do trabalho no Gabinete.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Imediata. O acórdão é preparado antes da sessão.

3.3 Pontos positivos encontrados

- Visão consciente da gestão de gabinete.
- Sistematização do trabalho de equipe.
- Preferência dos processos pelo tempo, matéria e eficácia da decisão em relação aos autores da ação.

- Estímulo aos trabalhos dos servidores.
- Prêmios por cada meta alcançada.

4 Observações da equipe

A equipe da inspeção constatou que o Gabinete está imbuído de um propósito efetivo de gestão dos processos em andamento. O Des. Titular, Rogério Favreto tomou posse há um ano e cinco meses. Encontrou pouco mais de 5.000 processos, estando hoje com 3.131.

Há registro de um grande número de processos distribuídos. A especialização é previdenciária, cuja matéria teve um crescimento excessivo no ano de 2012, sendo distribuído cerca de 700 processos mensais. Mesmo assim, a vazão dos feitos é bem superior à distribuição.

O gabinete trabalha com metas, acompanha dados, estabelece critérios de desempenho e há preocupação semanal no que vem sendo realizado e do que necessita realizar. Há uma verdadeira ideia de gestão de gabinete, de que estão imbuídos o Desembargador, assessores e funcionários.

Ao se recomendar "procurar dar andamento ao processo", significa o ordinário impulso do processo, o qual já vem ocorrendo com boa eficiência.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargador Federal JORGE ANTÔNIO MAURIQUE

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Jorge Antonio Maurique

1.2. Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 08/08/2012 (PA 12.1.000094050-5)
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	Em 24/2/2012 - Posse cargo Desemb. Federal, c/lot. inicial junto à 6ª Turma (Ato 78/2012) (PA 12.1.000017883-2) - 3ª Seção Em 9/4/2012 - Transferência da 6ª para 4ª Turma TRF-4ª R. (PA 12.1.000031821-9) - 2ª Seção

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	1ª Turma
Seção	1ª Seção
Órgão/Corte Especial	

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	Integrante da comissão para estudar a viabilidade de retomar a competência federal delegada – art. 109, § 3º, da Constituição Federal - no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região (Portaria n. 752, de 28 de agosto de 2012)

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	10/09/2012 a 09/10/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	Trânsito: 27/02/2012 a 07/03/2012 (10 dias); Afastamento a serviço: 09.03.2012 a 09/03/2012; Afastamento frequência cursos até 30 dias: 03/05/2012 a 04/05/2012; Afastamento a serviço: 11/07/2012 a 11/07/2012; Afastamento frequência cursos até 30 dias: 22/10/2012 a 24/10/2012.
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Convocação Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz Período: 10/09/2012 a 09/10/2012 - Férias.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Integrante da primeira quinta parte da lista de antiguidade.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	16
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	1
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	16
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	4
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	14
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	3

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	1 Servidor
	13/03/2012 8112 20 licença para tratamento de saúde
	14/03/2012 ARTS. 185, I, d, 202 E 203 DA LEI 8112/90
	2 Dia(s)
	317
	11/04/2012 8112 21 licença para tratamento de saúde (prorrogação)
	25/04/2012 ARTS. 185, I, d, 202, 203 E 204 DA LEI 8112/90
	15 Dia(s)
	419
	26/04/2012 8112 21 licença para tratamento de saúde (prorrogação)

	25/05/2012 ARTS. 185,I,d, 202, 203 E 204 DA LEI 8112/90 30 Dia(s) 419 INSPEÇÃO 27/4/12-IVAN 26/05/2012 8112 21 licença para tratamento de saúde (prorrogação)
	24/07/2012 ARTS. 185,I,d, 202, 203 E 204 DA LEI 8112/90 60 Dia(s) 803 perícia ext-27/6(2cardio/1 m.trab) 25/07/2012 8112 21 licença para tratamento de saúde (prorrogação)
	23/08/2012 ARTS. 185,I,d, 202, 203 E 204 DA LEI 8112/90 30 Dia(s) 803 24/08/2012 8112 21 licença para tratamento de saúde (prorrogação)
	21/09/2012 ARTS. 185,I,d, 202, 203 E 204 DA LEI 8112/90 29 Dia(s)
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

354,4285714285714

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

1ª Seção (competência tributária, composta pelos integrantes da 1ª e da 2ª Turmas)

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	08/08/2012 5023
Atualmente	4962

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	4930
Seção	32
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	4 (4ª Turma - Administrativo)

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	394
Seção	18
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

2.

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

288.

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Zero.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

547.

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	2
Encaminhados para voto-vista	1
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	24
Outras situações (especificar quais)	
Total	27

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta 2/2009 1

3.13 Número de processos virtuais

4407

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	619
Apelações e remessas oficiais	4318
Embargos infringentes	
Demais	
Total	4937

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	66
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	2
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
Habeas data	2

<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	281
Ações penais	
Total	351

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	9
Ações rescisórias	16
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	10
Ações cautelares	2
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	37

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	389
Embargos de declaração	1064
Total	1453

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento 3890.

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	4
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	96
Outros	
Total	100

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	8
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	8

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	0
Seção	0
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	695
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	699

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	475
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	479

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	585
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	590

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	620
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	625

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	741
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	751

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	368
Seção	20
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	388

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	433
Seção	12
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	445

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	422
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	429

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	488
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	499

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	466
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	472

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	406
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	412

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	484
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	487

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	6183
Seção	93
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6276

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	515,3
Seção	7,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	523

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	7
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	17
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	17

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	10
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	113
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	114

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	9,4
Seção	0,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9,5

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	307
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	315

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	86
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	86

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	87
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	87

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	158
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	159

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	204
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	205

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	123
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	123

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	184
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	184

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	88
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	92

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	30
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	32

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	259
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	260

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	512
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	515

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	354
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	356

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	2392
Seção	22
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2414

3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Média)

Turma	199,3
Seção	1,8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	201,2

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	81
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	88

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	93
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	94

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	143
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	145

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	220
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	222

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	310
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	311

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	113
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	118

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	549
Seção	14
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	563

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	351
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	359

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	70
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	71

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	140
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	143

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	87
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	139
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	146

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	2296
Seção	61
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2357

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	191,3
Seção	5,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	196,4

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5854/487,8
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	6276/523,0

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Ao assumir este gabinete em 08/08/2012, foram distribuídos ao Des. Jorge Antonio Maurique, 1721 processos até o mês de outubro. Foram julgados neste período 1607 feitos.

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	13
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	13

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	23
Seção	

Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	23

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	25
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	25

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	27
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	27

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	80
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	80

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	320
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	320

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	
Seção	1
Órgão/Corte Especial	

Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	294

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	237
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	237

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	27
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	28

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	20
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	23

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	1078
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1083

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	89,8
Seção	0,4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	

Outros (especificar quais)	
Total	90,3

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	119,25
Seção	11,58
Órgão/Corte Especial	0,08
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	130,91

3.104. Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	23,1
Seção	4,9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	22,7

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	44,4
Seção	22,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	44,2

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	12 sessões/3 ausências Motivo: Férias
Seção	1 sessão integrante da 3ª Seção/1 ausência - Motivo: Trânsito; 4 sessões integrantes da 2ª Seção/1 ausência - Motivo: afastamento a serviço; 3 sessões integrante da 1ª Seção/0 ausência
Órgão/Corte Especial	
Plenário	8 sessões 2 ausências - Motivo: Férias 1 ausência - Motivo: Afastamento a serviço.
Total	28 sessões/8 ausências

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	6 sessões - Motivo: 4 para compor quórum em decorrência de impedimento; 1 por férias do Des. Fed. Joel Ilan Paciornik e 1 por celebração religiosa (26/09) - Des. federal Joel Ilan Paciornik.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	1 Falta de quórum.
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Análise da petição inicial, sentença e apelo.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Após triagem, separação por assunto.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Relatório estatístico.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Não.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Dentro das possibilidades e conforme antiguidade no gabinete.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. No momento, devido ao elevado n. de processos remanescentes com recurso para julgamento em mesa, prioridade máxima para julgamento de tais recursos.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Não.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Não.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Orienta e determina as diretrizes de trabalho.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Separação por matéria e com atribuições específicas para cada servidor.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. É feita com base no relatório estatístico.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Objetivo é julgar número maior do que o da distribuição.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. De acordo com a matéria e a capacidade de cada servidor.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Medida que está sendo implementada no atual momento. (Idem 3.115)

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

São divididas no sentido de sempre que possível, tenhamos um n. maior de servidores no gabinete. As substituições ocorrem conforme a capacitação dos servidores.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Geralmente são atendidos pelo chefe de gabinete e após, se for necessário, encaminhados ao Desembargador.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Após consulta aos demais desembargadores integrantes da Turma, encaminham-se os autos ao magistrado que se propôs despachar.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

82 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Não foram encontrados problemas nem fatores funcionais ou pessoais que afetem a gestão administrativa e a atuação jurisdicional do magistrado, apesar do pouco tempo de atuação no atual Gabinete.

1.2 Pontos positivos encontrados

Percebe-se que as práticas estão ainda sendo desenvolvidas a fim de se buscar a gestão eficiente do acervo. O magistrado tem ciência plena da situação e convencimento acerca da estratégia de trabalho a ser desenvolvida no gabinete.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

ANÁLISE DA EQUIPE

- Não foram identificados problemas neste aspecto no Gabinete.

2.2 Pontos positivos encontrados

- A equipe encontra-se aparentemente motivada.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Assunção de acervo elevado.

ANÁLISE DA EQUIPE

O magistrado informou que o Gabinete possuía mais feitos do que o estimado, exigindo planejamento específico, inclusive quanto ao significativo número de processos pendentes de recurso para exame em mesa.

2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Média de 3,2 dias para o período de 12 meses, abrangidos na inspeção, que considera período anterior e posterior à assunção do magistrado no Gabinete.

3.3 Pontos positivos encontrados

Apesar do volume de feitos em tramitação, existe um nítido empenho da equipe e do Magistrado no sentido de manter fluxo positivo no curto prazo e estabelecimento de meta de médio prazo para redução do volume de feitos e do tempo de tramitação.

4 Observações da equipe

O magistrado tem assento no Tribunal Pleno, 1ª Seção de Direito Tributário e 1ª Turma.

O quadro de pessoal é de 21 auxiliares, entre servidores e estagiários. São 17 servidores efetivos e 4 estagiários; com as seguintes funções: 1 CJ-3, 1 CJ-2, 1 CJ-1, 1 FC-6, 2 FC-5, 5 FC-4, 4 FC-3 e 1 FC-2.

Os levantamentos estatísticos utilizados pela Inspeção abrangem o período-base de novembro de 2011 a outubro de 2012. Foram listados e inspecionados 82 processos, sendo 54 eletrônicos e 28 físicos; e houve ainda seleção aleatória de mais 5 processos físicos, resultando no total inspecionado de 87 processos.

O Magistrado assumiu o Gabinete em 8/8/2012, com acervo de 5.023 feitos, possuindo atualmente 4.962 processos em tramitação. A relação número de feitos/número de servidores é de 354,43 processos por servidor.

Considerando o acervo quando da assunção do Gabinete e o atual, o fluxo global foi positivo, e assim, igualmente, se considerados os últimos 12 meses, 6.276 distribuídos e 5.854 julgados, com redução de acervo.

Existem 3.890 feitos no aguardo de primeiro julgamento, e 1.453 pendentes de julgamento em mesa, agravos e embargos de declaração. Não constam processos com lavratura de acórdão em aberto. Segundo dados levantados a partir do sistema processual do Tribunal, o tempo médio de lavratura de acórdão pelo Gabinete é de 3,2 dias, no período abrangido pela inspeção.

O Gabinete informou a existência de 1 feito da META 2 CNJ. Existem 24 processos do acervo sobrestados em virtude de arguição de

inconstitucionalidade, 1 em virtude de voto-vista de outro desembargador, e 288 em virtude de decisão do STF/STJ. Há 8 processos aguardando voto-vista há menos de 30 dias, e 1 pautado e adiado. São 100 processos com pedidos urgentes pendentes de análise, mandados de segurança e agravos de instrumento etc.

No acervo dos processos mais antigos do Gabinete, excluídos os de META 2 CNJ, a pesquisa de feitos em tramitação apurou a existência de feitos distribuídos a partir de 2007 (1), 2008 (27), 2009 (30), 2010 (336), 2011 (1.959) e 2012 (2.423). O acervo físico encontra-se bem organizado.

Recomendação: Priorização na análise e julgamento de feitos com pedidos urgentes (liminares e antecipações de tutela recursal), os pendentes de julgamento em mesa, que representam um volume significativo do atual acervo, e os de distribuição mais antiga, objetivando permanente fluxo positivo de processos e a redução do acervo.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.



Desembargador Federal CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Na vaga do Desembargador Edgard Antônio Lippman Júnior (afastado), como Juiz Federal Convocado, no período de 08/11/2011 a 16/12/11. Na vaga da Desembargadora Silvia Gonçalves Goraieb (aposentada), como Juiz Federal Convocado, no período de 19/12/2011 a 24/01/2012. A partir de 08/08/2012, como Desembargador Federal, recebendo o acervo que foi do Desembargador Wilson Darós.
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	Na 5ª Turma, como Juiz Federal Convocado, no período de 27/01/2012 a 07/08/2012.

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	4ª Turma
Seção	2ª Seção
Órgão/Corte Especial	

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	Presidente da Comissão de Saúde e Processo Eletrônico, instaurada pela Portaria 1035, de 13 de setembro de 2011, (processo SEI n 11.1.000104783-2), com objetivo de estudar os impactos do sistema de processo eletrônico e-Proc sobre a saúde e designar

	<p>seus integrantes. No ano de 2011, essa Comissão procurou estudar e buscar alternativas para mitigar e reduzir os impactos do processo eletrônico sobre a saúde dos respectivos usuários. No ano de 2012, tem-se procurado discutir e divulgar essas questões que envolvem a saúde no trabalho.</p>
Comissão de Concurso	
Outras (especificar quais)	<p>Participação como coordenador do grupo de trabalho sobre Justiça Ambiental, indicado pelo CJF/STJ, durante as oficinas de trabalho e reuniões preparatórias para a XVI Cumbre Judicial Ibero-americana (durante 2010-2012), culminando com a Declaração de Buenos Aires sobre atuação dos juízes e Poderes Judiciários Ibero-americanos em matéria de informação, participação e acesso à justiça em matéria de meio ambiente (Buenos Aires, 2012). Participação como representante do Brasil no grupo de trabalho sobre Justiça Ambiental, indicado pelo CJF/STJ, durante a reunião preparatória para a XVII Cumbre Judicial Ibero-americana (2012-2013), com proposta aprovada para elaboração e execução de curso a distância de direito ambiental para magistrados ibero-americanos (com projeto-piloto para realização do curso em abril e maio de 2013, com juízes federais da 4ª Região). Participação no projeto “TRF4 na Rio+20”, contribuindo com a concepção, elaboração e realização da participação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região durante a Rio+20, no Rio de Janeiro (2012). O projeto teve dois objetivos: (a) divulgação do trabalho institucional realizado</p>

	<p>pele TRF4 sobre jurisdição e gestão em matéria socioambiental;</p> <p>(b) educação ambiental e conscientização de juizes e servidores da 4ª Região sobre temática de meio ambiente.</p> <p>Atuação como conteudista e tutor em curso de ensino a distância sobre “A Construção do Texto Judiciário”, voltado para servidores que prestem auxílio direto nos gabinetes e procurando discutir questões relacionadas ao processo eletrônico e ao processo de e-trabalho judiciário na redação de minutas de sentenças e projetos de votos. Foram realizadas duas edições do curso, uma delas voltada para servidores dos gabinetes do TRF4 (setembro de 2012) e outra voltada para oficiais de gabinete da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (outubro de 2012).</p>
--	---

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	19/01/2012 a 17/02/2012, 16/07/2012 e 06/08/2012 e 13/08/2012 a 14/08/2012 (férias interrompidas no período de 08 a 11/08 pela participação no I Congresso Internacional de Magistrados sobre Meio Ambiente em Manaus).
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	Participação na Tercera Ronda Talleres, da XVI Cumbre Judicial Ibero-americana, em Cádiz, na Espanha, de 12 a 18 de novembro de 2011 (autorização processo SEI n. 11.1.000118770-7); Participação da 3ª Reunião Preparatória da XVI Cúpula Judicial Ibero-americana, em Quito, Equador, no período de 29 de fevereiro a 02 de março de

	2012 (documento SEI 0727158); Participação na Segunda Reunião Preparatória do Congresso Mundial das Nações Unidas sobre Justiça, Governo e Direito para a Sustentabilidade Ambiental, em Buenos Aires, Argentina, no período de 25 a 27 de abril de 2012 (processo SEI 12.1.000027524-2); Participação no I Congresso Internacional de Justicia Ambiental, na Costa Rica, no período de 06 a 10 de junho de 2012 (documento SEI 0775679); Participação no Projeto Tribunal Regional Federal da 4ª Região na Rio + 20 , no Rio de Janeiro, no período de 16 a 20 de junho de 2012; Participação no I Congresso Internacional de Magistrados sobre Meio Ambiente, ocorrido nos dias 8 a 11 de agosto de 2012, com organização pela Escola Nacional de Magistratura e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (processo SEI 12.1.000063572-9); Participação na Primeira Reunião Preparatória para XVII Cúpula Judicial Ibero-Americana, em Guadalajara, México, no período de 24 a 26 de setembro de 2012.
Período total de afastamento (em meses e dias)	60 dias de férias e 26 dias de outros afastamentos.

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

De 19/01/2012 a 17/02/2012, convocado Juiz Federal Guilherme Beltrami; de 16/07/2012 a 06/08/2012 e 13/08/2012 a 14/08/2012, convocada Juíza Federal Cláudia Cristina Cristofani.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

Não houve.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

Os critérios foram definidos pela Presidência do TRF, em face da condição de juiz federal convocado.

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Não houve.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	16
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	1 de agente de segurança, vago desde a posse do Desembargador , em 08/08/2012.
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	4
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	15
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	1

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Nenhum.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4
FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

Uma vaga de Agente de Segurança (GAJ).

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

5070/15= 334,4 processos/servidor.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

Administrativa, cível e comercial.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3
Seção	1
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	4751
Atualmente	4237

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	4170
Seção	67
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	824
Seção	38
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

6

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

293

3.8 Número de processos extraviados

Nenhum.

3.9 Número de ações de restauração de autos

Nenhuma.

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

1104

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	7
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	9
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	16

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

META2/2009 - 5

3.13 Número de processos virtuais

3766

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	817
Apelações e remessas oficiais	3379
Embargos infringentes	33
Demais	9
Total	4238

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	5
Ações populares	4
Ações de improbidade administrativa	19
Ações civis públicas	145
Ações de desapropriação	27
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	1
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	57
Ações penais	
Total	258

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	7
Ações rescisórias	38
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	8
Ações cautelares	2
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	55

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	174
Embargos de declaração	507
Total	681

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

3627

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	4
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	134
Outros	
Total	138

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Nenhum.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	90 (processos de competência previdenciária ainda não regularizados no sistema, Gab. Desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha).
Recebidos para voto-vista	5
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	11
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	106

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	87 (processos de competência previdenciária ainda não regularizados no sistema, Gab. Desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha).
Seção	3 (processos de competência previdenciária ainda não regularizados no sistema, Gab. Desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha).
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	90

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	4
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	69
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	70

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	34
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	36

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	475
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	479

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	734
Seção	11
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	745

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	917
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	924

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	799
Seção	15
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	814

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	914
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	921

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	850
Seção	13
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	863

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	884
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	890

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	647
Seção	16
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	663

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	501
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	508

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	594
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	603

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	7418
Seção	98
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7516

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	618,2
Seção	8,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	626,3

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	5
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	12
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	8
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	8

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	11
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	11
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	12

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	9
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	9

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	23
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	23

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	90
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	92

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	7,5
Seção	0,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	7,7

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	71
Seção	12
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	84

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	27
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	29

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	199
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	200

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	126
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	127

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	434
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	435

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	188
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	188

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	124
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	1040
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1040

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	770
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	774

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	207
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	210

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	239
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	244

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	279
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	285

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	3704
Seção	35
Órgão/Corte Especial	1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3740

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	308,7
Seção	2,9
Órgão/Corte Especial	0,1
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	311,7

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	37
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	38

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	43
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	44

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	54
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	57

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	78
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	85

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	32
Seção	8
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	40

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	111

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	129
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	132

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	116
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	118

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	120
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	124

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	57
Seção	5
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	62

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	68
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	71

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	106
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	116

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	945
Seção	53
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	998

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	78,8
Seção	4,4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	83,2

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5167/430,6
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	7516/626,3

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	Convocação anterior em matéria diversa (previdenciário) e recente posse como desembargador (em 8/8/2012).

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	560
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	566

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	177
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	181

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	14

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	41
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	42

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	37
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	37

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	213
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	215

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	103
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	103

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	80
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	82

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	29
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	29

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	35
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	41

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	372
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	376

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	1661
Seção	25
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1686

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	138,4
Seção	2,1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	140,5

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	4016/334,66
Seção	164/13,66
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	4180/348,33

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	38,9%
Seção	17,0%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	37,8%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	46,5%
Seção	42,9%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	46,5%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	4ª Turma - ausente 2 sessões - dias 14/02/2012 e 14/08/2012 - por motivo de férias. 5ª Turma - ausente 3 sessões - dias 17/07/2012; 31/07/2012 e 07/08/2012 - por motivo de férias.
Seção	3ª Seção - ausente 1 sessão - 1º/03/2012 - por participação da 3ª Reunião Preparatória da XVI Cúpula Judicial Ibero-americana, em Quito, Equador, no período de 29 de fevereiro a 2 de março de 2012 (documento SEI 0727158).
Órgão/Corte Especial	
Plenário	Plenário - ausente 1 sessão - 27/09/2012 - devido à participação na Primeira Reunião Preparatória para XVII Cúpula Judicial Ibero-Americana, em Guadalajara, México, no período de 24 a 26 de setembro de 2012.

Total	7 (incluindo férias)
-------	----------------------

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	4ª Turma - sessão de 24/10/2012. 5ª Turma - sessão de 20/03/2012
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	2

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Triagem diária e qualificada, feita pela assessoria (servidores com CJ2 e CJ3) do Desembargador, para o fim de identificar e encaminhar (se for o caso) os processos repetitivos, os para redistribuição, os com impedimento/suspeição e as preferências legais. Também são identificados os processos cuja matéria já foi enfrentada pelo Desembargador para pronto julgamento.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos físicos são priorizados, já que são os mais antigos em tramitação, sendo encaminhados direto para julgamento na medida do possível.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Os processos são controlados pelo Controle de Acervo do e-Proc V2, através dos quais são extraídas planilhas, configuradas de acordo com a

necessidade e interesse. São realizadas reuniões periódicas da assessoria, e da assessoria com os servidores para compartilhar as informações acerca da situação do acervo, momento em que são reavaliadas/readequadas as prioridades.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Estabelecimento de atribuições equivalentes entre assessor e chefe de gabinete, de forma a possibilitar a continuidade e regularidade do serviço, em especial nos períodos de férias e afastamentos. Dois servidores são especializados nos agravos de instrumento (decisão inicial) e os demais são especializados por matéria. Nesta fase inicial de estruturação do gabinete (primeiros 3 meses na matéria) os servidores foram agrupados em duplas ou trios para estudo e aprendizagem dos temas (que foram atribuídos por perfil do servidor e por afinidades/conhecimento anterior da matéria), devendo o gabinete sofrer nova organização em breve.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Os processos da META são priorizados à medida que recebidos no gabinete, pois já foi dado andamento aos que já constavam do acervo por ocasião do recebimento deste. Os com prioridade legal têm preferência e são julgados na medida do possível. Essa orientação é passada aos servidores.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Em razão de termos recebido um grande volume de processos com recursos para julgamento em mesa (cerca de 900 embargos de declaração e de 200 agravos legais) foram priorizados, em primeiro lugar, os mais numerosos/antigos. Diante dessa situação, atribuímos a minuta dos embargos de declaração aos estagiários à medida que foram lotados (não havia nenhum estagiário no grupo), mediante treinamento direcionado e qualificado. Como resultado, tivemos uma significativa redução no acervo desses recursos. O mesmo já começou a ser feito em relação aos agravos legais.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Por meio do Controle de Acervo do e-Proc V2 são verificados os processos que estão há mais tempo sem movimentação ou que, por qualquer motivo, devem ser priorizados.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Os critérios levam em conta a antiguidade, a repetição, a facilidade e o anterior enfrentamento da matéria. Dessa forma, a assessoria, por ocasião da triagem, encaminha diretamente ao servidor responsável pela matéria aquelas já conhecidas ou de mais fácil solução. Por outro lado, por ocasião da pauta de julgamentos, identifica-se as matérias julgadas pela Turma e Seção,

encaminhando aos servidores outros processos análogos para pauta futura.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. São realizadas reuniões periódicas com toda equipe ou, tão somente, com a assessoria. Da mesma forma, o Desembargador atende individualmente os servidores, prestando as orientações necessárias aos casos mais complexos.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. O planejamento é definido em reuniões do Desembargador com a assessoria, para fins de definições organizacionais e estratégicas, principalmente. Os integrantes da assessoria também se reúnem periodicamente para o planejamento e solução de questões menores e cotidianas.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. A avaliação é feita relativamente à equipe, bem como ao servidor, individualmente. Para tanto, utiliza-se a área de trabalho do GEDPRO.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Nestes primeiros três meses de adaptação e conhecimento da matéria, não foram observadas metas numéricas, sendo prioridade o aprendizado, estudo e conhecimento do entendimento do desembargador e dos componentes da Turma e Seção. Nesta nova etapa que se inicia, verificamos a partir dos dados e resultados desse período, os pontos críticos a serem trabalhados de forma a melhorar os resultados futuros.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Controle semanal (a cada pauta), através da área de trabalho do GEDPRO (servidor) e através do Controle de Acervo do eproc (equipe).

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. A partir desta primeira fase (3 meses) passamos a conhecer melhor o acervo do gabinete (diversidade e quantidade), estando previstos, em breve, pequenos mutirões internos (3 ou 4 servidores) para trabalhar com matérias cujo volume seja significativo.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

É feita escala semestral de férias, disponível na rede, para consulta dos colegas e do Desembargador. As pessoas que desempenham cargo de assessor (CJ3) e chefe de gabinete (CJ2), tiram férias em períodos diversos,

em face da equivalência das atribuições; as substituições são definidas, observando as seguintes regras: o assessor adjunto (CJ1) substitui o assessor (CJ3), nas férias e outros afastamentos. Pela diversidade dos temas, grande quantidade de feitos e frequentes urgências no julgamento dos agravos de instrumento, as pessoas que trabalham nas decisões iniciais (pedido de efeito suspensivo ou antecipação de tutela) recebem as substituições das funções superiores. As demais substituições observam o critério da maior produtividade.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Há procedimento específico, de acordo com a orientação do Desembargador. O agendamento e atendimento inicial é feito pela servidora que desempenha funções administrativas. Havendo pedido ou necessidade, o advogado é encaminhado à assessoria ou ao Desembargador.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

Com o processo eletrônico, esta dificuldade é praticamente eliminada, já que o Desembargador pode visualizar, decidir e assinar documentos a distância, ainda que o processo seja físico.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

83 processos.

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no Tribunal.
- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.

JUSTIFICATIVA

O magistrado teve assento no Tribunal em junho/2012. Ainda está organizando e conhecendo o acervo e formando a equipe.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Por enquanto, o Magistrado está preocupado em não deixar o acervo aumentar, pois acredita que a partir do próximo ano já conseguirá começar a diminuir o acervo.

1.2 Pontos positivos encontrados

Análise da equipe: O juiz é muito dinâmico, dedicado e interessado na carreira. Com certeza atingirá o resultado a que se propõe.

2 ATIVIDADE JURISDICIONAL

2.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Falta de recursos humanos adequados à competência da turma e seção.
- Falta de planejamento e fixação de metas de trabalho.
- Falta de controle de prazo ou prioridade para julgamento de processos.
- Apreciação de feitos sem observância de critérios de preferência legal ou de tempo de distribuição.

JUSTIFICATIVA

O Desembargador está há muito pouco tempo no Tribunal. Ainda está se ambientando e se organizando.

ANÁLISE DA EQUIPE

Com o interesse, capacidade e dinamismo do magistrado, ele logo estará dominando o acervo.

2.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Menos de dez dias.

3 Pontos positivos encontrados

O Desembargador participa de diversos projetos para melhorar a atividade e capacitação dos magistrados.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Desembargadora Federal VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	Desde 08/08/2012
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	25/07/2011 a 19/12/2011 - Convocação para auxílio junto ao gabinete do Des. Federal João Batista Pinto Silveira 19/01/2012 a 17/02/2012 - 2ª Turma - convocação para substituir o Desembargador Otávio Pamplona em férias 01/03/2012 a 29/03/2012 - 4ª Turma - 2ª seção 30/03/2012 a 28/06/2012 - 6ª Turma - 3ª Seção 29/06/2012 a 07/08/2012 - 1ª Turma - 1ª Seção

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	5ª Turma
Seção	3ª Seção
Órgão/Corte Especial	Desde 09/11/2012

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	Desde 23/06/2011
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	De 20/08/2012 a 08/11/2012
Outras (especificar quais)	

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	A Desembargadora não tirou férias desde que foi convocada para atuar no Tribunal em 01/03/2012.
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

A Desembargadora não se afastou de suas atividades desde que foi convocada para atuar no Tribunal em 01/03/2012, não tendo sido substituída. No que tange ao acervo da 5ª Turma, atualmente de titularidade da Dra. Vivian Cam, de 2010 até 27/09/2011, o titular era o Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti, tendo sido substituído de 29/08/2011 a 27/09/2011 pelo Juiz Federal Ézio Teixeira.

De 28/09/2011 a 26/02/2012 atuou neste acervo, como convocada, a Juíza Federal Cláudia Cristofani; de 27/02/2012 a 15/07/2012 o Desembargador Federal Cândido Leal assumiu a titularidade do acervo; de 16/07/2012 a 07/08/2012 a Juíza Federal Cláudia Cristofani atuou em substituição às férias do Des. Cândido Leal. A Dra. Vivian Caminha assumiu o acervo em 08/08/2012 como juíza convocada e como desembargadora titular após sua posse nesta Corte em 08/11/2012.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

De 03/08/2011 a 19/11/2011 – mutirão com a atuação da Juíza Federal Marina Vasquez para auxílio no julgamento dos processo do acervo de titularidade atual da Desembargadora Vivian Caminha. Na época, entretanto, a Dra. Vivian não atuava neste acervo.

1.8 Critérios de convocação de magistrados

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

UFRGS - segundas e quintas - 7h30 as 9h15.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1. Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	17
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	17
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	3 com vínculo – nenhum sem vínculo
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	5
Número de estagiários (nível superior)	5
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	16
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	1

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

Zero.

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	1
CJ2	1
CJ1	1
FC6	1
FC5	2
FC4	5
FC3	4

FC2	1
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)
Zero.

2.8. Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

471

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção
Previdenciário.

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	3 a 4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	1
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	7547 + 2083 processo para revisão
Atualmente	6903 + 85 processos para revisão

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	6834
Seção	69
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	1 pedido de vista da 1ª Turma - competência tributária

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	1572
Seção	34
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

32

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

300

3.8 Número de processos extraviados

Zero.

3.9 Número de ações de restauração de autos

1

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

835

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	2
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	1
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

Meta2/2009 - 3

3.13 Número de processos virtuais

3845

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	262
Apelações e remessas oficiais	6538
Embargos infringentes	49
Demais	5
Total	6854

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	

Ações civis públicas	7
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	5
Ações penais	
Total	12

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	
Ações rescisórias	46
Exceções de incompetência ou suspeição	1
Conflitos de competência	13
Ações cautelares	2
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	62

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	12
Embargos de declaração	194
Total	206

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

6616

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	1
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	3
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	78
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

Zero.

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	91
Recebidos para voto-vista	
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	3
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	102

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	31
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	31

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	67
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	68

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	41
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	45

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	43
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	47

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	58
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	435
Seção	9
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	444

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	647
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	653

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	758
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	759

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	669
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	671

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	538
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	545

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	656
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	658

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	660
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	661

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	912
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	922

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	5484
Seção	48
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5532

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	457
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	461

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	0

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	1
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	3
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	2
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	1

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	4
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	5

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	21
Seção	4
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	1,8
Seção	0,3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	2,1

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	48
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	50

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	53
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	55

**3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 3)**

Turma	41
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	41

**3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 4)**

Turma	52
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	53

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	71
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	71

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	10
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	10

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	457
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	457

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	435
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	438

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	353
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	353

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	382
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	388

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	730
Seção	62
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	792

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	699
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	709

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	3331
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	277,6
Seção	7,2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	284,8

**3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa
nos últimos 12 meses (Mês 1)**

Turma	33
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	34

**3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa
nos últimos 12 meses (Mês 2)**

Turma	22
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	22

**3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa
nos últimos 12 meses (Mês 3)**

Turma	5
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	6

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	21
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	21

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	11
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	11

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	14
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.79 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	30
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	30

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	33
Seção	2
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	35

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	60
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	61

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	61
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	29
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	29

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	48
Seção	1
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	367
Seção	7
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	30,6
Seção	0,6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	31,2

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	4071/339,3
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	5532/461

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	<p>Dadas a sucessão de diferentes Magistrados na gestão do presente acervo e a atuação da Des. Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha em quatro Turmas desta Corte ao longo do ano de 2012, os números apontados no questionário preenchido previamente à inspeção não refletem a realidade do Magistrado, tampouco do acervo, eis que utilizados critérios distintos para a obtenção dos dados estatísticos referentes aos processos eletrônicos (e-proc) e aos processos físicos (SIAPRO).</p> <p>Segundo informação prestada pela Diretoria Judiciária: (a) para os processos físicos, foram contabilizados os números referentes à distribuição e aos julgados pelo “Gab 05” e “GabMut6t11b”, em um período de doze meses – inclusive dados relativos à atuação do Des. Federal Wilson Darós, hoje aposentado; (b) para os processos eletrônicos, foram contabilizados os números referentes AP acervo do “Gab 51” da 5ª Turma – acervo este que foi administrado por quatro Magistrados diferentes nos últimos doze meses. A Dra. Vivian Caminha assumiu o acervo somente a partir de 08/08/2012.</p>

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	294
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	294

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	222
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	228

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	59
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	59

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	197
Seção	6
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	203

3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	238
Seção	3
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	241

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	155
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	155

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	148
Seção	43
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	191

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	287
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	287

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	454
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	454

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	783
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	783

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	175

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	364
Seção	10
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	374

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	3375
Seção	69
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3444

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	281,25
Seção	5,75
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	287

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	3194/266,1
Seção	424/35,3
Órgão/Corte Especial	1/0,08
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	3619/301,58

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	28,9%
Seção	42,9%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	29,1%

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	49,8%
Seção	19,2%
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	49%

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	7 sessões/1 ausência - em virtude de viagem à Brasília agendada antes da troca de Seção em que a Dra. Vivian vinha atuando. 01/03/2012 a 29/03/12 - 2ª Seção (4ª Turma) - participou de 2 sessões 30/03/2012 a 28/06/2012 - 3ª Seção (6ª turma) - participou de 2 sessões 29/06/2012 a 07/08/2012 - 1ª Seção (1ª Turma) participou de 1 sessão e se ausentou de 108/08/2012 até hoje - 3ª Seção (5ª Turma)30/03
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	52 sessões/1 ausência

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	A Dra. Vivian Caminha participou de 7 sessões na 4ª Turma para compor o quórum diante da ausência ocasional dos desembargadores que habitualmente compõem o órgão fracionário ou para julgar impedimentos.
Seção	

Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110. Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Separados por matéria (apelações e remessa), entrada de petição, pedidos urgentes, embargos de declaração, embargos infringentes, agravos, ações originárias e prioridades.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Por matéria, data de entrada no Tribunal e prioridade.

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Pelo sistema Controle de Acervo e pelos localizadores do sistema.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

Sim. Cada servidor trabalha primordialmente em duas matérias específicas para julgamento de apelação. Também há dois servidores destacados para apreciação dos agravos de instrumento e outros para análise das petições. Estagiários fazem minutas do embargos de declaração.

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

Sim. Tentamos, na medida do possível, atender todas as prioridades concedidas por decisão judicial e os processuais mais antigos.

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

Sim. Tentamos sempre julgar os embargos de declaração e os agravos legais imediatamente na medida em que chegam.

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

Sim. Quanto a petições e pedidos de urgência, tentamos apreciar em até 10 dias. Apelações e outros, damos preferência aos mais antigos no Tribunal.

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

Sim. Data de entrada no Tribunal, agravos de instrumento.

Dentre as apelações, damos preferência às ações que postulam concessão de benefício às revisionais.

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. Reuniões eventuais para definição de serviço e metas, solução de dúvidas.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Planejamento normalmente definido pela Desembargadora em reunião com chefe de gabinete e assessor.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. Análise das estatísticas de distribuição e julgamento de processos disponível no Controle de Acervo.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Além da meta de julgar mais processos do que distribuídos, eventualmente o Gabinete fixa uma meta coletiva para uma determinada matéria ou determinado recurso, conforme a necessidade.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. Controle coletivo da produção pelo Controle de Acervo.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

Sim. Adotamos a prática de mutirão quando há uma distribuição excessiva/acúmulo de uma determinada matéria ou recurso.

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Férias escalonadas para evitar a ausência de um grande número de servidores no mesmo período.

A substituição das funções comissionadas é determinada de acordo com a qualificação do servidor. Chefe de gabinete e assessor assumem as funções um do outro e, preferencialmente, não se ausentam no mesmo período.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Advogados são atendidos inicialmente por chefe de gabinete ou assessor e são recebidos pela Desembargadora sempre que ela se encontra no Gabinete, sem a necessidade de prévio agendamento.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

O processo eletrônico e o sistema de gerenciamento de documentos do processo (GEDPRO) ligado à internet, bem como a assinatura digital, permitem que a Desembargadora aprecie processos e pedidos urgentes, mesmo se estiver ausente do Tribunal por uma necessidade eventual.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

90 processos

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.

JUSTIFICATIVA

A Magistrada tomou assento no Tribunal na primeira quinzena de novembro/2012, pouco antes da inspeção. Recebeu um acervo de mais de 7000 mil processos.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Organizar todo acervo como forma de iniciar um trabalho de desempenho eficiente no julgamento dos feitos. Preparação da equipe para alcançar os objetivos de eficiência.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

- Falta de motivação dos servidores.

ANÁLISE DA EQUIPE

A despeito da pouca motivação verificada na equipe de trabalho, há, por outro lado, a percepção de um grupo interessado em desenvolver um eficiente trabalho.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos

- Assunção de acervo elevado.

- Complexidade do acervo.

- Número do acervo físico incompatível com o acervo estatístico.

- Falta de magistrado em decorrência de vacância ou ausências do titular.

- Elevado número de feitos com pedidos de antecipação de tutela recursal ou outras urgências sem apreciação.

JUSTIFICATIVA

Foram apresentadas as seguintes justificativas:

- Constantes substituições de juízes no Gabinete com a aposentadoria do desembargador titular anterior;
- A vacância do cargo com a demora no preenchimento levou ao aumento do acervo;
- Grande número de processos no Gabinete;
- Recente assunção da Magistrada no Gabinete;
- Muitos pedidos de tutelas antecipadas para análise.

SOLUÇÃO PROPOSTA

Planejamento e preparação da equipe para desenvolver trabalho que alcance o máximo de eficiência num menor espaço de tempo possível.

3.2 Qual o tempo médio na lavratura de acórdãos? (amostra de 10 processos)

Imediata. Em regra o acórdão é preparado antes da data do julgamento. Após a sessão põe-se apenas a assinatura no acórdão.

3.3 Pontos positivos encontrados

Plano de desenvolvimento do trabalho a ser iniciado.

4 Observações da equipe

4.1 Constatações

Constatou-se um grande número de processos no Gabinete. Trata-se de gabinete no qual só foi preenchido a titularidade há menos de um mês. A equipe está trabalhando a fase de organização para o desempenho eficiente de suas tarefas. Há propósito de desempenho dos trabalhos voltados para uma

gestão eficiente. Todos estão imbuídos desse propósito.

A Desembargadora titular tem muitas experiências na área administrativa. Já assessorou a Corregedoria. Está imbuída do propósito de uma gestão eficiente no Gabinete.

Foram discutidos vários pontos de técnicas de gestão de processos, os quais serão aplicadas na medida em que o trabalho for desenvolvido.

4.2 Recomendação

- Continuidade do serviço com a estabilização do titular e sua equipe nos trabalhos que serão desempenhados.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Gabinete da Conciliação

	Número do Processo	Observação
1	996220084047009	Processo fora. Grupo de trabalho do INSS.
2	5641920094047200	Processo fora. Gabinete.
3	6619820084047000	Processo fora. Gabinete.
4	30034320084047100	Processo fora. 1º grau.
5	131892320104049000	Processo fora. Revisor.
6	173244420114049000	Processo fora. Secretaria da turma.
7	182807520074047000	Processo fora. Conciliação Paraná.
8	321679720054047000	Processo fora. Secretaria da Turma.
9	199970000099488	
10	200372000079300	Processo fora. Secretaria de Recursos.
11	200571000233604	Processo fora. 1º grau.
12	200571000407539	Processo fora. Conciliação Rio Gde do Sul.
13	200671000081420	Processo fora. Conciliação Rio Gde do Sul.
14	200671080110855	Processo fora. Gabinete.
15	200671100034221	Processo fora. 1º grau.
16	200671180001584	Processo fora. Gabinete.
17	200672140021471	Processo fora. 1º grau.
18	200770030035736	Processo fora. Gabinete.
19	200770070016157	Processo fora. Gabinete.
20	200771000102580	Processo fora. Secretaria Turma.
21	200771100007568	Processo fora. Grupo de trabalho do INSS.
22	200771990103923	Processo fora. Grupo de trabalho do INSS.
23	200772110005832	Processo fora. Grupo de trabalho do INSS.
24	200971990000067	Processo fora. Gabinete.
25	200971990012719	Processo fora. Grupo de trabalho do INSS.
26	200971990056620	Processo fora. Secretaria da Turma.

Escola de Magistrados da Justiça Federal da 4ª Região

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

- 1. Com relação aos objetivos de uma Escola de Magistratura Federal, qual é o papel da Escola quanto aos seguintes aspectos:**
 - a. formação inicial do magistrado;**
 - b. vitaliciamento do magistrado;**
 - c. aperfeiçoamento continuado do magistrado;**
 - d. promoção por merecimento do magistrado e;**
 - e. seleção do magistrado? Como a escola atua em cada um desses aspectos?**

Instituída pela Resolução n. 08, de 02 de março de 2001, a Emagis, desde sua implantação e de acordo com disposição regimental desta Corte (art. 52), congrega três objetivos principais: o aperfeiçoamento e o treinamento de seus magistrados; a pesquisa e a publicação de revistas e periódicos que servem de veículo para difusão da jurisprudência da Justiça Federal da 4ª Região e da produção intelectual de magistrados; e, por fim, o apoio administrativo da Escola em todas as etapas de realização do concurso público para o provimento de cargo de juiz federal substituto da 4ª Região.

No tocante ao aperfeiçoamento e treinamento dos magistrados, cumpre informar que a Escola organiza atividades que abrangem curso de formação inicial, cursos voltados para o vitaliciamento e para o aperfeiçoamento de magistrados, válidos para fins de promoção por merecimento, sendo todos os cursos credenciados pela Enfam. Por ocasião dos concursos de promoção, a Escola encaminha todos os registros de cursos dos magistrados que concorrem à promoção, incluindo tabela de valoração instituída pela Escola e referendada pelo Tribunal.

Quanto ao processo de seleção de magistrados, cabe ressaltar que a Emagis foi pioneira em âmbito federal dentre as escolas de magistratura institucionais a executar as atividades atinentes ao concurso público para ingresso na carreira da magistratura federal por meio da prestação de apoio administrativo à Comissão de Concurso em todas as etapas do certame, desde o XI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, realizado em 2004, sendo que atualmente está em curso o XV Concurso.

- 2. Qual a missão da Escola? E o que a Escola tem feito para cumprir sua missão?**

Promover a seleção e o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados da 4ª Região, incentivando a produção de conhecimento para uma prestação jurisdicional eficaz e célere.

A Escola vem, desde sua criação, oferecendo e aprimorando atividades de ensino para magistrados, sempre com a preocupação precípua de atendimento de demandas por aperfeiçoamento encaminhadas pelos juízes, órgãos do

TRF4, como Corregedoria, Sistema de Conciliação, Juizados Especiais Federais, Comissão para Aperfeiçoamento e Viabilização do Processo Judicial Eletrônico no Âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, bem como demandas encaminhadas pela Administração do TRF.

A execução e o aprimoramento das competências da Escola ao longo desse período podem ser conferidos pelas muitas realizações empreendidas, tais como criação de um curso regular de aperfeiçoamento para magistratura de 1º grau; implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem para oferecimento de cursos na modalidade online; Revista de Jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região nas versões impressa e virtual; Revista de Doutrina eletrônica para divulgar artigos jurídicos da lavra de magistrados e de outros operadores do Direito; Boletim Jurídico, coletânea de ementas dos julgados mais recentes dos tribunais superiores e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com a inclusão de julgados da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Regionais de Uniformização dos Juizados Especiais Federais; acervo em fitas VHS e em DVD de todos os eventos promovidos pela Escola para difusão entre magistrados e servidores; e inscrição para o concurso para o provimento de cargo de juiz federal substituto realizada totalmente via Internet – projeto desenvolvido em parceria com a Divisão de Tecnologia da Informação e a Secretaria de Controle Interno deste Tribunal –, contribuindo para a economia de papel e evitando o deslocamento de servidores de suas funções originais para recebimento das inscrições preliminares dos candidatos.

3. Que estratégias e ações concretas a Escola tem empregado para adequar-se aos pressupostos constitucionais e da ENFAM para vitaliciamento e promoção de Magistrados?

Nesse sentido, esta escola institucional da magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desde a sua criação, tem trabalhado no aprimoramento das diversas competências confiadas à Escola segundo as disposições contidas no Regimento Interno desta Corte, que, atualmente, encontram-se integralmente consolidadas pelo disposto na edição das Resoluções e Instruções Normativas da Enfam e do próprio Conselho Nacional de Justiça.

A implantação e o desenvolvimento regular das seguintes atividades de ensino e pesquisa demonstram que a Escola vem ao encontro das demandas estabelecidas pela Constituição e pela Enfam:

- incentivo à pesquisa científica com a edição de obras contendo artigos da lavra de juizes federais participantes dos cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Emagis;
- convênios com outras escolas de magistratura ou similares, instituições públicas ou particulares e instituições universitárias, destinadas a atividades afins ou que com elas possam colaborar, situadas no Brasil ou no exterior, a exemplo do Projeto CNJ Acadêmico em parceria com a UNISINOS e a UNIVALI, além do Acordo de Cooperação Técnica que celebram entre si o

Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a Câmara Federal de Apelações de Corrientes (Corte Suprema de Justiça da nação Argentina);

- registro e averbação de atividades de capacitação realizadas por magistrados federais de primeiro grau, para fins de participação nos concursos de promoção por merecimento, com a criação de um banco de dados de forma a sistematizar todas as informações atinentes aos dados de formação dos juízes;
- administração do Programa de Estímulo ao Aperfeiçoamento dos Magistrados de 1º e 2º graus da 4ª Região, visando ao incentivo de magistrados prosseguirem seus estudos em nível de pós-graduação;
- acompanhamento da participação de magistrados em atividades acadêmicas previstas no art. 35 da Loman;
- elaboração de material didático para atividades presenciais e a distância;
- edição da Revista do Tribunal, da Revista Eletrônica de Doutrina, como meio de difusão da produção intelectual de magistrados e servidores, do Boletim Jurídico e de outras publicações oficiais do Tribunal;
- elaboração e administração do Programa de Vitaliciamento dos magistrados da 4ª Região, buscando um trabalho conjunto com a Corregedoria e juízes formadores, a fim de que sejam atendidas as reais necessidades de qualificação e aperfeiçoamento dos novos magistrados;
- participação em todas as etapas dos quatro últimos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura, quais sejam, XI, XII, XIII, XIV e XV Concursos Públicos para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, sendo este último em andamento;
- encaminhamento de dados de avaliação das atividades de ensino realizadas e promovidas por esta Escola ao Conselho da Justiça Federal para fins de consolidação de resultados e do Planejamento Estratégico da Justiça Federal como um todo; bem como ao Conselho Nacional de Justiça e à Enfam para efeitos de avaliação das atividades realizadas e divulgação junto ao público externo do que vem sendo realizado pelas escolas no tocante à formação da magistratura nacional;
- credenciamento junto à Enfam dos diversos cursos promovidos pela Emagis visando à sua validação para os processos de vitaliciamento e promoção por merecimento dos juízes federais.

4. Considera o modelo de atuação da Escola adequado para cumprir as normas constitucionais e as da ENFAM?

A Escola tem buscado atender as demandas que lhe são apresentadas, porém atualmente não conta com estrutura, tanto no que respeita a número de servidores como qualificação dos mesmos para que possa atender adequadamente o previsto pelas normas da Enfam. O quadro de servidores na área de ensino, responsável por todas as atividades de formação, vitaliciamento e aperfeiçoamento para fins de promoção, além de administrar programas que visem ao incentivo da formação de magistrados em nível de pós-graduação, restringe-se a cinco pessoas, incluindo a direção da área. Não há servidor com formação na área de pedagogia, o que seria desejável para a

formatação do projeto pedagógico necessário ao credenciamento das atividades. Além disso, o número reduzido de servidores tem-se mostrado um limitador para atendimento da demanda dos magistrados por capacitação, considerando-se que cada magistrado precisa cumprir no mínimo 40h de curso por ano para concorrer a concursos de promoção pelo critério de merecimento, bem como as 60 horas anuais necessárias por magistrado durante o período de vitaliciamento – 2 anos. Some-se a isso a exigência do curso de formação inicial de 480 horas para os magistrados ingressantes, que também demandará disponibilidade de servidores.

5. A Escola tem encontrado dificuldades para realizar o programa de formação inicial e de aperfeiçoamento de Magistrados? Se sim, quais e que medidas foram adotadas?

O programa de formação inicial não se desenvolve tal qual previsto na Resolução n. 01, de 2011, da Enfam, que estabelece que ele deve se constituir etapa do concurso público para seleção de magistrados. O curso de formação inicial para os magistrados aprovados no XIV Concurso Público teve carga horária de 80 horas, desenvolvido em duas semanas.

Observou-se que, mesmo realizando o curso em duas semanas, há certa urgência por parte das administrações do Tribunal e das seções judiciárias para que o novo magistrado entre em exercício jurisdicional, o que deve se configurar em nova dificuldade para a implementação de curso de formação inicial de 480 horas como prevê a Enfam, ainda que posterior ao encerramento do concurso.

O curso nos moldes da Enfam, enquanto etapa do concurso, pressupõe a possibilidade de remuneração por meio de bolsa ao concursando, o que no âmbito da Justiça Federal deverá ser precedido de projeto de lei. Outra questão igualmente importante e já referida anteriormente é a necessidade de estrutura tanto física quanto de pessoal para atendimento às demandas do curso.

No que se refere a pessoal, deverá haver, no mínimo, dois servidores destacados para acompanhamento dessa atividade, visto tratar-se de um curso longo, que demandará material didático, registro de frequência e atendimento aos ministrantes e participantes, bem como registro apurado do aproveitamento dos alunos.

Paralelamente, a Escola deve continuar com as atividades dos cursos voltados ao aperfeiçoamento dos magistrados e válidos para fins de promoção e vitaliciamento, havendo igualmente necessidade de espaço físico adequado e pessoal para atendimento com qualidade das demandas requeridas pelo planejamento, execução e finalização dos eventos. Cumpre destacar que a Escola conta com uma sala de aula com capacidade para quarenta participantes, equipada com projetor multimídia, um aparelho de televisão de plasma, mesa de áudio. Para atividades concomitantes, utiliza-se a estrutura do auditório modulável, compartilhada com as demais áreas do Tribunal.

6. Que medidas são necessárias para institucionalização de um programa de formação inicial que prepare o Magistrado Federal para a prática das funções que irá exercer?

Sensibilização da administração quanto à necessidade de ser estabelecido um programa extenso;

Preparação e remuneração de ministrantes, especialmente porque em sua maioria serão magistrados federais;

Definição de um programa-base comum à magistratura federal com conteúdos que atendam as necessidades de formação básica, especialmente no que diz respeito à preparação prática do juiz, atendendo o que estabelece os normativos da ENFAM, mas que principalmente considerem as especificidades de cada região. Ressalte-se que já há um esforço do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal para o estabelecimento de um programa de formação inicial comum aos regionais. Já foram implementadas as edições na 2ª e 3ª Regiões, e em curso a edição da 5ª Região. As experiências têm-se mostrado bem sucedidas, o que demonstra que o esforço conjunto das Escolas coordenadas pelo CEJ é de fundamental importância para o êxito dos programas de aperfeiçoamento

7. A Escola participa de algum modo do processo de seleção de magistrados? Como?

Sim, conforme já afirmado anteriormente, a Escola tem entre suas atribuições a prestação de apoio administrativo em todas as etapas que envolvem o processo de seleção de magistrados, sendo que à assessora da EMAGIS cabe também o cargo de Secretária do Concurso. Atualmente, estão encarregados, além da Secretária, dois servidores que prestam o apoio administrativo, responsáveis por todas as atividades relativas à execução do concurso, que tem a duração aproximada de um ano.

8. A Escola tem metodologias de ensino-aprendizagem institucionalizadas para eventos, ou categorias de eventos, destinados a magistrados?

As metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas para os programas de formação inicial, vitaliciamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de magistrados baseiam-se nas diretrizes emanadas do Programa Nacional de Aperfeiçoamento - PNA, cuja elaboração e idealização é fruto de um trabalho conjunto coordenado pelo Diretor do CEJ, Ministro João Otávio de Noronha, contando com a participação de magistrados e assessores das escolas de magistrados dos cinco tribunais regionais federais visando à formatação de uma base conjunta para a capacitação de juízes. O PNA é um programa modelo abrangente, no qual constam as diretrizes para os programas de formação e aperfeiçoamento de magistrados, sendo constantemente aprimorado por meio das discussões nas reuniões do Conselho das Escolas de Magistratura Federal- CEMAF e do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento e

Pesquisa, CETAP. Essa prática, coordenada pelo Ministro Diretor do Centro de Estudos Judiciários, proporciona a construção de um programa voltado à realidade das Escolas de Magistratura, considerando os estágios de desenvolvimento de cada região e suas realidades e especificidades. Por outro lado, a realização de atividades em parceria com o Centro de Estudos Judiciários e as Escolas de Magistratura tem promovido a integração dessas escolas, bem como intenso intercâmbio de juízes que tem ampliadas as oportunidades de capacitação.

A interdisciplinaridade, destacada pelo PNA, é especialmente considerada nos cursos oferecidos pela EMAGIS, havendo o tratamento das questões técnico-jurídicas associadas à abordagem humanística, trazendo à tona aspectos históricos, sociais, culturais e psicológicos sobre os temas em debate. Também é enfatizada nos programas de cursos da Escola a associação dos temas com a prática jurídica, trazendo os temas para a concretude do dia a dia do magistrado.

No que tange às avaliações, cumpre destacar que as mesmas contemplam relatórios que propõem ao magistrado uma reflexão crítica sobre os eventos, abordando suas contribuições para as atividades, preferencialmente apontando um caso prático de sua aplicação.

9. Os eventos destinados a magistrados contemplam abordagem prática além do conteúdo teórico? De que forma?

As atividades sempre procuram associar o conteúdo teórico à prática jurídica, privilegiando a apresentação de casos práticos e demandando dos participantes em relatórios posteriores à realização do evento uma reflexão sobre aplicabilidade dos temas à atividade jurisdicional. Além disso, em cursos de atualização jurídica, preponderantemente realizados na modalidade a distância, os magistrados são incentivados a debaterem as implicações práticas das alterações, por meio dos fóruns.

10.A Escola tem formalizado plano de metas ou de trabalho? Em que consiste e como é elaborado, executado e acompanhado?

Anualmente é elaborada a programação de cursos, buscando-se atender às necessidades registradas pelos magistrados ao longo do ano, pelos órgãos como Sistema de Conciliação, Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, Corregedoria, Comissão para implantação e viabilização do processo eletrônico.

Para cada evento há um planejamento minucioso com cronograma específico das diversas etapas até que seja realizado o evento. Após, segue-se um minucioso procedimento pós-evento relativo aos fechamentos dos registros de frequência, solicitação e acompanhamento de entrega de relatórios, envio de agradecimento e certificado aos ministrantes, envio, após conferência de registros de frequência e aproveitamento, de certificado aos participantes, registro dos dados de avaliação de reação. Para estabelecimentos dos prazos de cada etapa, há um programa desenvolvido pela Escola para que seja

efetuado o acompanhamento das atividades necessárias à execução de cada curso.

11. A Escola tem planejamento orçamentário?

Anualmente, é demandada pela Administração a apresentação de uma proposta orçamentária para o desenvolvimento das atividades. Essa proposta é apresentada com uma antecedência de dois anos, sendo solicitada uma revisão no início de cada exercício para adequação dos investimentos à programação anual.

12. Como funcionam os núcleos nos Estados?

Não há núcleos nos Estados. A Escola solicita o apoio das unidades operacionais como transporte e serviços gerais e núcleos de recursos humanos de cada seção judiciária quando do desenvolvimento de atividades em local diverso do TRF, contando com o apoio das direções locais.

13. Quais as melhores práticas da Escola que poderiam ser compartilhadas com as demais Escolas Federais?

Podem ser citadas as seguintes práticas que se constituíram como base para o desenvolvimento da Escola e sua afirmação na Instituição:

a) A instituição de um curso oficial da Escola – Currículo Permanente que constitui um programa regular de atualização e aperfeiçoamento continuado, destinado ao estudo de matéria jurídica afeta diretamente à competência federal observando uma perspectiva de interdisciplinaridade e matiz crítica, voltado para o aprimoramento da atividade jurisdicional, como um dos requisitos para promoção e vitaliciamento do magistrado.

b) A parceria com os órgãos envolvidos em temáticas específicas, como Sistema de Conciliação, Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, Recursos Humanos sem dúvida pode ser considerada uma prática exitosa. A partir dessa parceria é possível a formulação de atividades que venham aos interesses da magistratura e da instituição, concretizando programas identificados com demandas específicas e que realmente contribuam para a promoção de seleção e do aperfeiçoamento contínuo dos magistrados da 4ª Região, incentivando a produção de conhecimento para uma prestação jurisdicional eficaz e célere (missão da Escola da Magistratura definida pelo Planejamento Estratégico em dezembro de 2011).

c) O investimento na modalidade ead, sendo realizado um planejamento cuidadoso envolvendo previamente o desenvolvimento de servidores, a preparação dos ministrantes, o aperfeiçoamento contínuo do ambiente e de metodologias que facilitem a interatividade e que proporcionem facilidades aos participantes dos cursos *online*.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

A Emagis é órgão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, dirigida, no biênio 2011/2013, pelo Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteadado, e tendo como conselheiros os Desembargadores Federais Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz e Otávio Roberto Pamplona.

Além da função de escola da magistratura federal, executa atividades de apoio à realização do concurso público de ingresso na magistratura federal e à publicação de revistas e periódicos do TRF da 4ª Região. Para atender tais funções, a Emagis conta com uma estrutura organizacional formada por uma Divisão de Ensino, uma Divisão de Publicações e uma Divisão de Editoração e Artes, além de uma assessoria à direção da Escola.

A Divisão de Ensino promove cursos credenciados para magistrados junto à ENFAM, inclusive e especialmente os voltados ao processo de vitaliciamento e promoção de juízes substitutos. Foram organizados cursos de até 30 horas-aula, além do acompanhamento de magistrados no programa de estímulo ao aperfeiçoamento em instituições oficiais de ensino.

Em 2012, foram realizadas as seguintes atividades pela Escola: Curso de Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e o Dano Ambiental; Seminário sobre Execução Fiscal; Jornada da Justiça Federal de Bagé; Curso sobre Tráfico Internacional de Seres Humanos; Conferência O Lugar do Direito no Mundo Contemporâneo: Desafios, Escalas e Problemas; Seminário sobre os 10 Anos dos Juizados Especiais Federais e IX FONAJEF; I Jornada Ouvidores e Ouvidorias Públicas; Fórum de Direito Previdenciário; Encontro dos Magistrados dos JEFs Previdenciários e Processo Eletrônico; Conferência de Aspectos Controvertidos da Lei de Improbidade Administrativa; Curso *Online* Ética para Magistrados; Seminário sobre Legislação Aduaneira; Encontro dos Magistrados das Turmas Recursais e Processo Eletrônico; Seminário de Direito Comparado Brasil - Estados Unidos; Curso sobre Improbidade Administrativa e Agentes Públicos; Curso Alterações do Código de Processo Penal; e IV Seminário de Direito à Saúde.

Ouvidoria

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Identificação

Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira.

1.2 Tempo de atuação

Na atual Turma e Seção	2011/2013 (2 anos) – eleito juntamente com os cargos de dirigentes da Corte.
Em outras Turmas e Seções no período de abrangência da inspeção e respectivas datas	

1.3 Atribuições jurisdicionais (órgãos dos quais participa, além do Plenário)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	

1.4 Outras atribuições e períodos respectivos, especificando conforme o caso

Tribunal Regional Eleitoral	
Núcleo Central de Conciliação	
Coordenação de JEF	
Escola de Magistrados	
Conselhos Administrativos	
Comissões Permanentes	
Comissão de Concurso	Comissão de concurso: Membro suplente da Comissão do XIV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª Região em 2010 (Resolução n. 19 de 07/04/2010) e Membro Titular da Comissão do XV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª

	Região em 2012 (Resolução n. 84 de 13/08/2012).
Outras (especificar quais)	Membro da Comissão de Vitaliciamento Membro da Comissão de Regimento Membro da Comissão para estudar a viabilidade da retomada da competência delegada Presidente da 5ª Turma

1.5 Afastamentos nos últimos 12 meses, especificando período respectivo e o fundamento, conforme o caso

Férias	26/01/2012 a 24/02/2012 e 19/07/2012 a 17/08/2012
Licenças	
Convocações (STJ, Conselhos etc.)	
Outros	
Período total de afastamento (em meses e dias)	

1.6 Períodos de convocação de magistrados em substituição

Não, em caso de afastamentos ou impedimentos, é a Presidente quem responde às demandas.

1.7 Períodos de convocação de magistrados em auxílio, especificando o motivo

1.8 Critérios de convocação de magistrados

1.9 Docência (indicar instituições, dias da semana e horários)

Eventuais palestras e aulas em cursos de pós-graduação.

1.10 Magistrado reside fora da região metropolitana em que localizada a sede do TRF?

Não.

2 ADMINISTRATIVO DO GABINETE

2.1 Composição de Servidores

Número de cargos previstos para o Gabinete	2
Número de servidores efetivos (do quadro do Tribunal)	2
Número de servidores sem vínculo com o serviço público	
Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público)	
Número de servidores em auxílio (cedidos por outros setores)	
Número de servidores em cargos comissionados (com ou sem vínculo)	2
Número de cargos vagos e respectivos prazos de vacância	
Número de servidores cedidos para mutirões e/ou turmas suplementares	

2.2 Estagiários

Número de vagas de estagiários previstas para o Gabinete	
Número de estagiários (nível superior)	
Número de estagiários (nível médio)	

2.3 Número total de servidores em atividade e estagiários

Número de servidores em atividade fim (minuta de despachos, decisões, relatórios, votos e ementas, e pesquisa e análise de doutrina, legislação e jurisprudência)	
Número de servidores em atividade meio (atividades administrativas, motorista etc.)	

2.4 Número de servidores afastados (exceto férias), especificando motivos e períodos

Licenças	
Outros	

2.5 Número de terceirizados em auxílio

2.6 Número de cargos e funções comissionados preenchidos

CJ3	
CJ2	
CJ1	Assessoria Administrativa e Ouvidoria desempenha duas funções: a) apoio ao Gabinete da Presidência, administrando os compromissos da agenda eletrônica da Presidente e prestando as informações necessárias para a edição da agenda que é divulgada no Portal do TRF da 4ª Região. Também é responsável pelo acompanhamento e controle dos

	processos eletrônicos do e-CNJ que se relacionem com o Tribunal Regional Federal; b) atua à frente da Ouvidoria, responde demandas aos advogados e partes pelos diversos meios de comunicação e elabora, juntamente com o Desembargador Federal Ouvidor, as atividades da ouvidoria, tais como, ações de sensibilização, de troca de experiência entre órgãos.
FC6	
FC5	Seção de Publicações da Presidência e Apoio à Ouvidoria desempenha duas funções: a) agendamento de matérias a serem publicadas na Imprensa Nacional, bem como o gerenciamento do Diário Eletrônico Administrativo da Justiça Federal da 4ª Região; b) auxiliando a Assessoria Administrativa e Ouvidoria, respondendo demandas aos advogados e partes pelos diversos meios de comunicação e ajudando na elaboração das atividades da Ouvidoria, tais como, ações de sensibilização, de troca de experiência entre órgãos.
FC4	
FC3	
FC2	
FC1	

2.7 Número de funções comissionadas vagas (especificar por funções)

2.8 Relação número de processos e número de servidores na atividade fim (dividir o número de feitos em tramitação pelo número de servidores em atividade fim)

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Especialidade (Competência) da Turma e Seção

3.2 Número de sessões de julgamento, por mês

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.3 Número de processos em tramitação no Gabinete

Na data da assunção (especificar data e quantidade)	
Atualmente	

3.4 Número de processos em tramitação no Gabinete, conforme órgãos julgadores

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.5 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação nas unidades processantes/subsecretarias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	

3.6 Número de processos baixados em diligência

3.7 Número de processos sobrestados por decisão do STF ou STJ atribuídos ao gabinete

3.8 Número de processos extraviados

3.9 Número de ações de restauração de autos

3.10 Número de processos de relatoria do magistrado em tramitação na Presidência e/ou Vice-Presidência

3.11 Número de processos do Gabinete com pendência junto a outros relatores ou órgãos

Encaminhados para revisão	
Encaminhados para voto-vista	
Encaminhados para declaração de voto	
Encaminhados para lavratura de acórdão	
Suspensos por arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	

Total	
-------	--

3.12 Número de processos previstos em META do CNJ (especificar)

3.13 Número de processos virtuais

3.14 Número de processos em fase recursal, por tipo de recurso

Agravos de instrumento	
Apelações e remessas oficiais	
Embargos infringentes	
Demais	
Total	

3.15 Número de processos em fase recursal, por objeto ou tipo de ação

Mandados de segurança coletivos	
Ações populares	
Ações de improbidade administrativa	
Ações civis públicas	
Ações de desapropriação	
Interesse de idosos	
Interesse de portadores de necessidades especiais ou de doença grave	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Execuções fiscais	
Ações penais	
Total	

3.16 Número de processos originários

Mandados de segurança	
Ações rescisórias	
Exceções de incompetência ou suspeição	
Conflitos de competência	
Ações cautelares	
Incidentes de arguição de inconstitucionalidade	
<i>Habeas data</i>	
<i>Habeas corpus</i>	
Mandados de injunção	
Ações penais	
Demais	
Revisões criminais	
Total	

3.17 Número de processos aguardando julgamento em Mesa

Agravos legais/regimentais	
Embargos de declaração	
Total	

3.18 Número de processos aguardando primeiro julgamento

3.19 Número de processos aguardando novo julgamento, em decorrência de anulação, reforma, juízo de retratação (arts. 543-B e 543-C do CPC) etc.

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.20 Número de processos pendentes de lavratura de acórdão

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.21 Número de processos adiados e ainda pendentes de julgamento

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.22 Número de processos adiados há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.23 Número de processos retirados de pauta e ainda não julgados

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.24 Número de processos com pedidos urgentes pendentes de análise

Liminares em mandados de segurança, cautelares e outras ações originárias	
Antecipações de tutela em agravos de instrumento e outros recursos	
Outros	
Total	

3.25 Número de processos administrativos em tramitação, inclusive disciplinares contra magistrados

3.26 Número de processos de outros relatores com pendência no Gabinete

Recebidos para revisão	
Recebidos para voto-vista	
Recebidos para declaração de voto	
Recebidos para lavratura de acórdão	
Recebidos para relatoria de arguição de inconstitucionalidade	
Outras situações (especificar quais)	
Total	

3.27 Número de processos com conclusão para revisão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.28 Número de processos com conclusão para voto-vista há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.29 Número de processos com conclusão para declaração de voto ou lavratura de acórdão há mais de 30 dias

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.30 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.31 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.32 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.33 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.34 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.35 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.36 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.37 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.38 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.39 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.40 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.41 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.42 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.43 Número de processos distribuídos e redistribuídos (entradas) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.44 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.45 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.46 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.47 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.48 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.49 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.50 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.51 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.52 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.53 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.54 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.55 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.56 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.57 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.58 Número de processos redistribuídos (saídas: incompetência, prevenção etc.) nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.59 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.60 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.61 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.62 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.63 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.64 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.65 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.66 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.67 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.68 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.69 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.70 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.71 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Total)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.72 Número de processos julgados por pauta nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.73 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.74 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.75 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.76 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.77 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 5)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.78 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 6)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.79. Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 7)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.80 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 8)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.81 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 9)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.82 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 10)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.83 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 11)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.84 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Mês 12)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.85 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Total)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.86 Número de processos julgados por decisão monocrática terminativa nos últimos 12 meses (Média)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.87 META - CNJ (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos)

Processos julgados nos últimos 12 meses (total e média mensal)	
Processos distribuídos/redistribuídos (entrada) nos últimos 12 meses (total e média mensal)	

3.88 Cumprimento da META 1 - CNJ (fluxo positivo) (justificar)

Sim	
Não	

3.89 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 1)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.90 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 2)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.91 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 3)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.92 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses (Mês 4)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.93 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 5)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.94 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 6)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.95 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 7)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.96 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 8)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.97 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 9)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.98 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 10)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.99 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 11)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.100 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês 12)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.101 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Mês Total)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

**3.102 Número de processos julgados em mesa nos últimos 12 meses
(Média)**

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.103 Número de processos com decisões interlocutórias (total/média mensal nos últimos 12 meses)

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.104 Grau de recorribilidade em decisões monocráticas: percentual de feitos, julgados por decisão terminativa, objeto de recurso ao relator ou ao colegiado específico, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.105 Grau de recorribilidade em decisões colegiadas: percentual de feitos, julgados por decisão colegiada, objeto de recurso ao próprio órgão, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outros (especificar quais)	
Total	

3.106 Número de sessões/ausências, por órgão julgador , com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.107 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Total	

3.108 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.109 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma	
Seção	
Órgão/Corte Especial	
Plenário	
Outro (especificar quais)	
Total	

3.110 Triagem inicial de processos, detalhar conforme o caso

Sim. Com a adoção do SEI, foi possibilitada a vinculação das demandas formuladas pelo mesmo usuário, por meio do registro do seu CPF. Assim, cada vez que o cidadão acessar a Ouvidoria pelo Portal, o sistema permite um controle efetivo sobre todas as mensagens emitidas pelo mesmo usuário, bem como permite uma memória de acessos.

Ao receber a demanda, verifica-se se a resposta pode ser fornecida imediatamente, ou se demanda maiores esclarecimentos. Nesse caso, a mensagem é encaminhada ao gabinete onde está localizado o processo ou ao setor responsável pela resposta e é enviada uma resposta, imediatamente, à parte interessada, informando para onde foi enviada sua mensagem.

3.111 Separação física de processos, detalhar conforme o caso

3.112 Métodos auxiliares de controle do conteúdo e situação do acervo (planilhas, mapas etc.), detalhar conforme o caso

Sim. No Sistema Eletrônico de Informações – SEI há uma ferramenta denominada “acompanhamento especial”, que é utilizada como uma lista de

controle das demandas recebidas e já encaminhadas, porém aguardando manifestação da área técnica para o cidadão. Diariamente, a Ouvidoria verifica se a demanda já foi respondida.

3.113 Especialização de servidores (matéria, fase ou classe processual etc.), detalhar conforme o caso

3.114 Tratamento específico para feitos com prioridade legal ou META CNJ, detalhar conforme o caso

3.115 Prioridade a processos com recursos para julgamento em Mesa, detalhar conforme o caso

3.116 Fixação e controle de prazo para julgamento de feitos, detalhar conforme o caso

3.117 Critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, detalhar conforme o caso

3.118 Participação direta do Desembargador Federal em reuniões com a equipe, detalhar conforme o caso

Sim. O Desembargador se reúne com a equipe sempre que necessário. O SEI permite que o magistrado, do seu próprio gabinete, verifique e oriente a equipe na solução das demandas. Instrumento muito importante, em especial em face da Lei de Acesso à Informação que impôs prazo para a solução da demanda.

3.119 Planejamento das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. A cada gestão (biênio) o Desembargador-Ouvidor estabelece metas para cumprir nos 2 anos. Na atual gestão, já foram cumpridas, a saber:

- Em 15/12/2011, foi lançado o livro comemorativo aos 10 anos da Ouvidoria neste Tribunal, intitulado “Ouvidoria Judicial: uma década de atuação no TRF da 4ª Região”. A obra teve como principais objetivos efetuar resgate histórico, contribuir para a produção de doutrina acerca da matéria dentro do poder Judiciário e prestar contas à sociedade do trabalho prestado;
- No âmbito deste Tribunal, foi dada continuidade, ainda, ao processo de sensibilização, por meio telefônico e presencial, junto aos gabinetes e demais setores administrativos, no sentido de destacar a importância da brevidade da resposta ao interessado.
- Em agosto de 2011, o Tribunal investiu na capacitação da equipe da

Ouvidoria, que participou do 7º Seminário Nacional de Ouvidores e Ouvidorias, realizado na cidade de Curitiba pelo Instituto Brasileiro Pró-Cidadania e contou com a presença de nomes de expressão ligados à área, tanto do setor público como do privado.

- As sucessivas gestões da Ouvidoria sempre buscaram aprimorar continuamente o trabalho. Dessa forma, em 14/09/2012, foi realizada a I Jornada de Ouvidores e Ouvidorias, com o objetivo de fomentar a discussão e a troca de experiências entre órgãos públicos e suas ouvidorias; atender à demanda por capacitação dos servidores atuantes na ouvidoria do TRF4ª Região e nas Seções Judiciárias; trocar experiências com outras Ouvidorias de órgãos do Poder Judiciário (e entidades interessadas); e atender às exigências da Resolução n. 103 do CNJ. O evento contou com a participação de diversos órgãos públicos.

3.120 Avaliação periódica de resultados das atividades do Gabinete, detalhar conforme o caso

Sim. No acompanhamento especial, é verificada a lista de controle das demandas recebidas e já encaminhadas, porém aguardando manifestação da área técnica para o cidadão. Diariamente, a Ouvidoria verifica se a demanda já foi respondida.

Há outra funcionalidade denominada geração automática de estatística. O sistema permite controles como disponibilização dos dados em tempo real, geração de gráficos, estatística por tipo de demanda e por unidade de Ouvidoria da 4ª Região (TRF4 e seções judiciárias do RS, SC e PR). A título de exemplificação, no ano de 2012 (até 14/11/2012) foram protocoladas, somente no âmbito deste Tribunal, mais de 3.000 demandas na Ouvidoria, tendo sido respondidas quase na sua totalidade.

3.121 Fixação de metas periódicas de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. No acompanhamento especial, é verificada a lista de controle das demandas recebidas e já encaminhadas, porém aguardando manifestação da área técnica para o cidadão. Diariamente, a Ouvidoria verifica se a demanda já foi respondida.

Há outra funcionalidade denominada geração automática de estatística. O sistema permite controles como disponibilização dos dados em tempo real, geração de gráficos, estatística por tipo de demanda e por unidade de Ouvidoria da 4ª Região (TRF4 e seções judiciárias do RS, SC e PR). A título de exemplificação, no ano de 2012 (até 14/11/2012) foram protocoladas, somente no âmbito deste Tribunal, mais de 3.000 demandas na Ouvidoria, tendo sido respondidas quase na sua totalidade.

3.122 Controle periódico de produtividade, detalhar conforme o caso

Sim. No acompanhamento especial, é verificada a lista de controle das demandas recebidas e já encaminhadas, porém aguardando manifestação da área técnica para o cidadão. Diariamente, a Ouvidoria verifica se a demanda já foi respondida.

Há outra funcionalidade denominada geração automática de estatística. O sistema permite controles como disponibilização dos dados em tempo real, geração de gráficos, estatística por tipo de demanda e por unidade de Ouvidoria da 4ª Região (TRF4 e seções judiciárias do RS, SC e PR). A título de exemplificação, no ano de 2012 (até 14/11/2012) foram protocoladas, somente no âmbito deste Tribunal, mais de 3.000 demandas na Ouvidoria, tendo sido respondidas quase na sua totalidade.

3.123 Adoção de mutirão entre os servidores do Gabinete para atividades internas, detalhar conforme o caso

3.124 Procedimento para organização de férias de servidores e critérios para substituição de funções comissionadas, especialmente assessor e chefe de Gabinete, especificar

Há sempre um servidor treinado e capacitado para atender às demandas da Ouvidoria. As duas servidoras fazem revezamento de férias e durante o período do recesso, garantindo o atendimento integral.

3.125 Procedimento para atendimento de advogados, especificar

Os advogados e as partes são atendidos da seguinte forma: acessando o link “Ouvidoria” no Portal do TRF4 e preenchendo o formulário com alguns dados obrigatórios, entre eles o CPF, bem como por meio de cartas, telefonemas, FAX e atendimento presencial.

3.126 Procedimento adotado em relação a processos com pedidos urgentes, nos casos de ausência ocasional do Desembargador Federal, especificar

As demandas urgentes são acompanhadas com maior atenção pela Ouvidoria. Muitas vezes os advogados ou partes são acompanhados até os setores ou efetuam contato direto com os gabinetes e setores técnicos.

O processo de sensibilização é constante por meio telefônico e presencial, junto aos gabinetes e demais setores administrativos, no sentido de destacar a importância da brevidade da resposta ao interessado.

4 Processos com determinações da inspeção anterior, pendentes de cumprimento ou regularização

Não.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

1 SITUAÇÃO FUNCIONAL E PESSOAL DO MAGISTRADO

1.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais fatores da situação funcional ou pessoal do magistrado que interferem na gestão administrativa e atuação jurisdicional

- Pouco tempo de atuação no atual órgão julgador.
- Acúmulo de atribuições jurisdicionais.
- Acúmulo de atribuições administrativas.

1.2 Pontos positivos encontrados

A organização do Gabinete foi ponto de relevância constatado, a equipe de trabalho demonstra conhecimento e eficiência, indicando excelente administração.

2 ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE

2.1 Identificação pela equipe de inspeção dos principais problemas relacionados ao quadro e gestão dos servidores e estagiários do Gabinete

Até 2010 não havia a atual composição da Ouvidoria e, até o período da Inspeção, a atividade era realizada pela Presidência do Tribunal, encontrando-se a equipe deslocada no referido gabinete.

2.2 Pontos positivos encontrados

O quadro de composição da Ouvidoria é formado por duas servidoras, que mantém a demanda de trabalho em dia, com organização para o atendimento das demandas, elaboração das jornadas, seminários e demais mecanismos de divulgação da Ouvidoria do TRF da 4ª Região.

3 ATIVIDADE JURISDICIONAL

3.1 Identificação pela equipe de inspeção das principais dificuldades e situações, relativas a aspectos como organização estrutural do Tribunal, acervo, produtividade, gestão do tempo processual, entre outros, que reflitam no desempenho jurisdicional, exigindo aprimoramento de rotinas, métodos.

- Falta de recursos materiais, inclusive sistema de informática adequado e eficiente.

3.3 Pontos positivos encontrados

Constatou-se que a equipe da Ouvidoria mantém o controle do trabalho, e não foi verificada a existência de demandas pendentes de atendimento.

Não se restringem a atividades corriqueiras, procurando meios de divulgação e valorização do trabalho realizado pela Ouvidoria.

Utilizam um *software* – SEI - Sistema Eletrônico de Informação – que permite a automatização dos encaminhamentos, bem como o contato rápido e a troca de experiências com as ouvidorias seccionais (PR, SC, RS), facilitando a coordenação destas pelo Ouvidor-Geral do TRF da 4ª Região, que estipula as diretrizes a serem observadas.

As ouvidorias seccionais são autônomas, mas não independentes, e buscam auxílio constantemente na cartilha de respostas elaborada pela ouvidoria do Tribunal.

4 Observações da equipe

Criada em 2001, a Ouvidoria, inicialmente, era vinculada ao desembargador-presidente do TRF 4.

Em 2010, o Tribunal Pleno daquela Corte elegeu o primeiro Ouvidor para um mandato fixo de 2 anos. Atualmente, exerce o mandato o Desembargador Ricardo Teixeira do Valle Pereira.

4.1 Estrutura

A Ouvidoria é composta por duas servidoras.

4.2 Atendimento

O atendimento para o público externo foi fixado das 13 às 18 horas.

O setor recebe demandas pessoalmente, por carta ou via eletrônica.

Utiliza um *software* chamado SEI (Sistema Eletrônico de Informações), que permite o armazenamento das demandas por meio de CPF.

O sistema facilita também a coordenação das ouvidorias seccionais (PR/SC/RS), que são autônomas, mas não independentes. Possuem seus próprios ouvidores, mas estão sempre em constante intercâmbio de informações com o TRF4.

4.3 Procedimentos

Para as manifestações, se procede da seguinte forma: o requerente, ao postular seu pedido, tem a demanda encaminhada à unidade competente, via eletrônica, que responde diretamente ao manifestante. Nesse fluxo de atendimento, a Ouvidoria mantém o controle do acompanhamento e desfecho dos pedidos.

4.4 Ponto negativo

Transferência do atendimento a outras unidades.

4.5 Demandas - Estatística

- a) Acesso à informação pública;
- c) Elogios;
- d) Pedidos de informação;
- e) Pedidos de preferência;
- f) Reclamações/denúncias;

g) Sugestões.

O sistema permite a visualização dos processos em suas diversas fases de andamento na unidade, bem como o tempo médio de tramitação no período.

As demandas são atendidas em 24 horas.

Conforme dados estatísticos apresentados, em 2012 a Ouvidoria recebeu, em média, cerca de 300 reclamações por mês.

Já as ouvidorias seccionais receberam no período comparativo, a seguinte média de manifestações por mês:

- a) PR – 350;
- b) SC – 70;
- c) RS – 150.

4.6 Iniciativas positivas

a) Elaboração de livreto em homenagem aos 10 anos da Ouvidoria no TRF4, bem como um vídeo com a finalidade de divulgar os trabalhos e a importância do órgão como meio de acesso à informação ao cidadão.

b) I Jornada de Ouvidores e Ouvidorias Públicas, em 14 de setembro de 2012, com apoio da Escola da Magistratura - EMAGIS.

II – UNIDADES PROCESSANTES

Coordenadoria de Juizados Especiais Federais

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

Órgão vinculado à Presidência do TRF4 e fisicamente localizado no 8º andar do prédio judicial do TRF4R.

1.2. Servidores em Atividade

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	1
Estagiários nível superior	2

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	
CJ3	1
CJ4	
FC1	
FC2	
FC3	3
FC4	
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	10. Nenhuma ausência
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	Não se aplica
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	0

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: _____	
Seção: _____	
Órgão/Corte Especial: _____	
Plenário: _____	
Outro _____: _____	
Total: _____	0

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

A COJEF é a unidade que auxilia a Presidência do Tribunal no gerenciamento administrativo dos JEFs e Turmas Recursais (Regimento Interno TRF4R, art. 53). Abrange a Turma Regional de Uniformização dos JEFs da 4ª Região (TRUJEFs4R), com a responsabilidade sobre a Secretaria da Turma, além do Gabinete da Presidência da TRU, que tem competência de revisão da admissibilidade de PUs regionais, bem como a admissibilidade de PUs nacionais e Recursos Extraordinários incidentes sobre as decisões da TRU.

O Coordenador e o Vice-Coordenador da COJEF, são desembargadores do TRF, eleitos de dois em dois anos. Exercem os mandatos no atual biênio (2011-2013) a Desembargadora Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère, como Coordenadora e o Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira, como Vice-Coordenador.

Internamente, a unidade é assim organizada:

Assessoria da COJEF e Secretaria da Turma Regional de Uniformização dos JEFs da 4ª Região

Servidora Lilian Rose Cunha Motta

Seção de Controle e Análise de Informações Gerenciais e Procedimentos dos JEFs e Turmas Recursais

Servidores: Henry Cracco Dürks

Sibele de Almeida Vaucher

Sylvane Paiva dos Santos

Estagiário: Anderson Luis Silva Chaves (2º grau)

Seção de Coordenação de Julgamentos e Procedimentos dos Feitos da Turma Regional de Uniformização

Servidores: Caetano Spadaro Jacques

Cláudia Geane Batista

Nivia Carvalho Ramos

Regina Maria Fluck

Estagiários: Daniel Stangler Diefenthaler (Superior)

Marcia Regina Borba dos Santos Xavier (Superior)

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Os processos físicos remanescentes em tramitação ficam armazenados nas dependências da COJEF em escaninhos, separados por procedimentos.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Autos agrupados em boletins (quando da publicação de acórdãos), expedientes (publicação de despachos/decisões/atos ordinatórios), processos sobrestados (aguardando julgamento no STJ e/ou STF) e pendentes de assinatura da Presidência da TRUJEFs4R.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

O trabalho da unidade observa a divisão em atividades judiciais, atividades gerenciais dos JEFs e atividades administrativas.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Os processos são detectados na triagem, respeitando-se a prioridade de atendimento.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

O atendimento é realizado conforme demandado pelo interessado: diretamente na sede da COJEF, por telefone, por mensagem eletrônica, por meio da Ouvidoria, em canais disponíveis no sistema judicial. São observadas as regras legais quanto a sigilo e as normas implícitas ao Sistema de Processo Eletrônico.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

No menor tempo possível posterior à sessão ou à assinatura da decisão.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

A estatística é extraída diretamente dos sistemas processuais, remanescendo alguns controles manuais para a TRU.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

O controle é realizado via sistema processual.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

Os processos tramitam na unidade, em regra, dentro dos prazos codificados em lei ou nos regimentos internos.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Aponta-se a itinerância das sessões de julgamento entre as seções judiciárias da região, a divulgação das decisões da TRU imediatamente ao final da sessão de julgamento, por meio de informativo virtual distribuído aos magistrados e ao público em geral, a gestão das sessões de julgamento de forma a acelerar os resultados dos feitos, considerando-se a peculiaridade estrutural da TRU.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Melhoria dos sistemas de estatísticas, acrescentando relatórios de gestão, como forma de aprimorar o gerenciamento da unidade.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Encaminha-se a petição ao local onde estão tramitando os autos no momento (no caso de eles estarem conclusos com os relatores). Em outro caso (carga com alguma das partes), é lançado o registro da pendência no sistema processual, para que, tão logo retornem os autos, seja procedida a juntada e o devido encaminhamento da petição. Semanalmente, a lista de petições pendentes é revisada e atualizada.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

1.22 Há metas individuais de produtividade?

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Mensal, com exceção do mês de janeiro.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

É de responsabilidade dos relatores, que são os presidentes das turmas recursais da 4ª Região, juízes federais de 1º grau.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

São geradas nos sistemas processuais.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos-vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Sim.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

9 processos.



Secretaria de Recursos

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

4º andar da torre judicial.

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	24
Servidores sem vínculo	0
Estagiários nível médio	1
Estagiários nível superior	14

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	2
CJ2	1
CJ3	0
CJ4	0
FC1	0
FC2	3
FC3	0
FC4	6
FC5	7
FC6	0

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	Não se aplica

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	Não se aplica

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	Não se aplica

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos doze meses

Turma: ____/____ Motivo:	
Seção: ____/____ Motivo:	

Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	Não se aplica

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

À Diretoria da Secretaria de Recursos estão subordinadas a Divisão de Procedimentos Diversos e a Divisão de Processamento.

A Seção de Apoio Judiciário está diretamente subordinada à Diretoria da Secretaria e responde pelo atendimento às partes e advogados, recebimento e protocolo de petições, retirada e devolução de processos em carga e dá suporte a outras atividades, especialmente no tocante ao processo eletrônico. À Seção estão subordinados o Setor de Expedição e o Setor de Atendimento.

À Divisão de Procedimentos Diversos estão subordinadas a Seção de Contrarrazões, a Seção de Publicação de Expedientes e a Seção de Procedimentos Diversos.

A Seção de Contrarrazões recebe os processos físicos com recursos excepcionais das secretarias processantes, confere o preparo recursal, intima os recorridos para apresentarem contrarrazões aos recursos excepcionais, mediante expediente a ser disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou remessa de processos em carga a entidades recorridas, como a Caixa Econômica Federal, União Federal, Fazenda Nacional, Procuradoria Regional Federal, Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal. Em processos eletrônicos, confere o preparo recursal e intima os recorridos, em bloco ou individualmente, conforme a complexidade do processo, fixando o prazo legal. À seção está subordinado o Setor de Contrarrazões.

A Seção de Publicação de Expedientes publica expedientes, expede ofícios, mandados e cartas precatórias, bem como tria os feitos eletrônicos do localizador “recebidos”.

A Seção de Procedimentos Diversos recebe os processos da Vice-Presidência, intima as partes das decisões e despachos proferidos pela Vice-Presidência, mediante expediente a ser disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou remessa de processos em carga a determinados entes públicos. Em processos eletrônicos intima as partes das decisões e despachos, em bloco ou individualmente, fixando o prazo legal.

À Divisão de Processamento estão subordinadas a Seção de Processamento de Recursos, a Seção de Processamento de Agravos de Instrumento e a Seção de Recursos Extraordinários.

A Seção de Processamento de Recursos responde pela juntada de petições e contrarrazões, conclusão para Vice-Presidência, baixa definitiva, remessa dos

processos físicos, anotação de procurações e substabelecimentos sem reserva de poderes. Nos processos eletrônicos, controla o localizador “DECURSO DE PRAZO” e providencia a realocação ou movimentação processual adequada. À Seção estão subordinados o Setor de Recebimento e Remessa de Processos e Setor de Baixa de Recursos.

A Seção de Processamento de Agravos de Instrumento intima o agravado para apresentar contraminuta ao agravo de decisão denegatória de recurso excepcional, mediante expediente a ser disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou remessa de processos em carga a determinados entes públicos e junta petições relativas a agravos. Em processos eletrônicos intima os agravados, em bloco ou individualmente, fixando o prazo legal, bem como controla o localizador ‘DECURSO DE PRAZO’ e providencia a realocação ou movimentação processual adequada. À Seção está subordinado o Setor de Registro de Agravos de Instrumento.

A Seção de Recursos Extraordinários atualiza fases e sobresta processos físicos, conforme paradigma ou tema de recurso repetitivo e repercussão geral e conclui para a Vice-Presidência os processos solicitados pela Coordenadoria de Acompanhamento dos Recursos Paradigmas e de Jurisprudência – CORJUR. Recebe os processos provenientes dos tribunais superiores e analisa o julgamento para adotar um procedimento (novo julgamento ou manifestação do Tribunal, baixa definitiva, sobrestamento de recurso excepcional, conclusão à Vice-Presidência).

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Na Secretaria de Recursos, em duas salas localizadas no 2º e no 5º andares e nos armários localizados no corredor de acesso à sala da Taquigrafia. As portas das salas e dos armários do corredor são mantidas fechadas, e as chaves guardadas na secretaria.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Os relatórios de expedientes elaborados a partir de processos físicos são repassados para a Diretora da Divisão de Processamento que agenda a data do decurso de prazo, agrupando os relatórios conforme o dia em que as Seções da Divisão deverão dar seguimento aos processos: conclusão, baixa, sobrestamento, remessa, realocação, certificação. A Seção de Recursos Extraordinários realoca os processos físicos, agrupando-os conforme os paradigmas ou temas de recursos repetitivos ou por repercussão geral indicados nas decisões em que foram determinados o sobrestamento dos recursos especiais e extraordinários. O controle desse acervo é feito numa planilha Excel. Os processos eletrônicos são distribuídos em 306 localizadores, sendo 182 para agrupar processos sobrestados em razão de recurso repetitivo ou por repercussão geral. Os processos dão entrada na secretaria pelos localizadores ‘RECEBIDOS’ (provenientes de secretarias ou

gabinetes para processamento dos recursos excepcionais) e 'DESPACHOS' (provenientes do Gabinete da Vice-Presidência com decisões/despachos). Após a intimação, os processos são localizados no 'CR Decurso' (intimação dos recorridos para apresentarem contrarrazões), 'AG BX/RECURSO/SOBRE' (intimação das decisões/despachos), "AG SOBREST DESP" (intimação somente de decisões determinando sobrestamento de recurso excepcional) e 'AG CONTRAMINUTA' (intimação do agravado para apresentar contraminuta ao agravo de decisão denegatória de recurso excepcional). Decorrido o prazo ou com a apresentação de petição, os processos são movimentados com lançamento de eventos ou realocizados.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

Procura-se distribuir as atividades conforme a atribuição de cada seção, porém há atividades executadas por servidores lotados em mais de uma seção: - análise dos julgamentos dos tribunais superiores para verificar qual procedimento deverá ser adotado (solicitar processo para novo julgamento ou manifestação do Tribunal, baixar definitivamente, imprimir e juntar as peças processuais nos processos localizados no Tribunal); - envio pelo Sistema de Comunicação Eletrônica da 4ª Região - SISCOM para vara de origem de arquivos contendo peças processuais referentes a julgamentos dos tribunais superiores à vara de origem (para onde os processos físicos foram remetidos, após sua digitalização e envio eletrônico ao tribunal superior); - sobrestamento de recursos, conforme paradigmas ou temas de recurso repetitivo ou por repercussão geral indicados nas decisões proferidas nos processos eletrônicos; - controle do localizador 'DECURSO DE PRAZO' dos processos eletrônicos.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

No processo físico, cola-se etiqueta na capa. Dá-se especial atenção ao processo de matéria criminal em termos de celeridade. Agrupam-se os processos conforme o tipo de recurso, de recorridos, bem como de decisões/despachos e recorrentes, de modo que a intimação ocorra dentro dos 10 dias, procurando-se, assim, agilizar o processamento, otimizar o espaço e facilitar a organização para a próxima fase. Quanto aos processos eletrônicos, a meta fixada é de intimação dentro de 2 dias.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

O serviço de atendimento ao público é realizado pela Seção de Apoio. Não há balcão de atendimento. As partes e os advogados acessam a senha eletrônica, selecionam uma das modalidades (atendimento prioritário, atendimento geral, devolução de xerox ou órgãos públicos) e aguardam a chamada. Ao ser chamado a parte ou o advogado, acomoda-se na cadeira de aproximação aposta na frente da mesa do atendente que possui um

microcomputador para consultar processos e executar tarefas. As atividades de atendimento estão regradas na IN-42-J-04.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

Em processos físicos, normalmente, a intimação das decisões é feita no prazo de 10 dias. Os processos são agrupados conforme o tipo de decisão e recorrente para a elaboração de expedientes, por exemplo, admite recurso, não admite recurso ou nega seguimento ao recurso de entidade (prazo em dobro para agravar), não admite recurso ou nega seguimento de recurso de não entidade (prazo simples para agravar), determina sobrestamento e decisões diversas. Desse modo, busca-se agilizar o processamento e otimizar a ocupação de espaço, visto que o decurso de prazo ocorre na mesma data para os processos incluídos no mesmo expediente. Quanto aos processos eletrônicos, procura-se intimar as partes no prazo de 2 dias.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

Os controles estatísticos são elaborados mensalmente. Os dados estatísticos de processos físicos são obtidos no Sistema de Informação e Acompanhamento Processual - SIAPRO e no Sistema Único de Protocolo - SUP que fornecem a quantidade de processos recebidos, de atos ordinatórios para intimação dos recorridos para apresentarem contrarrazões e de decisões e despachos disponibilizados no Diário Eletrônico, de processos conclusos à Vice-Presidência, de processos baixados, de processos remetidos ao Núcleo de Digitalização de Processos Judiciais - NUDIPRO, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, de agravos de decisões denegatórias de recursos especiais, de agravos de decisões denegatórias de recursos extraordinários, de contrarrazões, de embargos de declaração, de agravo regimental, de pedido de reconsideração e demais petições, bem como a quantidade de atendimentos presenciais obtida pelo controle de senha eletrônica.

Quanto aos processos eletrônicos, o sistema ainda não apresenta um relatório preciso. Ainda assim, pode-se obter a quantidade de processos recebidos, conclusos à Vice-Presidência, de despachos, de suspensão/sobrestamento de recursos extraordinários e recursos especiais e de recursos e de agravos.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

O controle é feito conforme previsão da IN-42-J-04. Os processos são retirados em carga mediante registro no sistema com impressão de guia de remessa, assinada pelo advogado ou autorizado pelas entidades e arquivada em secretaria. O controle de processos retirados em carga é feito mensalmente. Emite-se o relatório de processos em carga e não devolvidos obtido pelo Sistema de Informação e Acompanhamento Processual - SIAPRO, Estatística de Fases, Modelo de Estatística n. 8. Para a cobrança

dos autos, observa-se a IN-42-J-04- Serviços de atendimento das Secretarias, MÓDULO 3 - Carga de Processos, item 6 “A cobrança dos autos será feita, inicialmente, via contato telefônico e, após, por ato ordinatório ou por meio de ofício do(a) Diretor(a) da Secretaria, com Aviso de Recebimento - AR ao advogado responsável pela retirada dos autos. Resultando infrutífera a diligência, a Secretaria informará ao(à) Desembargador(a) Federal competente.”

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

Procura-se observar o prazo legal de cada ato processual. No caso de ofício expedido com a finalidade de intimar a parte para constituir novo advogado ou para regularizar a representação processual, também deve ser levado em conta o tempo que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT leva para entregar a correspondência e o retorno do aviso do recebimento. O prosseguimento dos feitos com recursos excepcionais sobrestados em razão de recursos repetitivos e por repercussão geral depende do julgamento dos paradigmas e temas pelos tribunais superiores e do recebimento do rol elaborado pela Coordenadoria de Acompanhamento dos Recursos Paradigmas e de Jurisprudência - CORJUR dos processos a serem conclusos à Vice-Presidência.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Criação da página da Secretaria de Recursos contendo certidões de intimação de despachos com automação das datas e informações relativas às atividades da secretaria; utilização do PSI para agilizar a comunicação entre os servidores e estagiários dentro da unidade e do Tribunal; reuniões mensais para troca de informações, orientações e deliberações com a participação de todos os servidores e estagiários, triagem de processos, publicações e intimações em lote.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Aprimorar o sistema do processo eletrônico: atualização de lembrete, quando o processo não se encontra na secretaria, exclusão de localizador em bloco. Converter processo digitalizado no Núcleo de Digitalização de Processos Judiciais - NUDIPRO em processo eletrônico, quando o tribunal superior determinar novo julgamento ou manifestação do TRF4, eliminando-se, assim, a necessidade de solicitação do processo físico para vara de origem. Digitalizar os processos com recursos sobrestados em razão de recurso repetitivo ou pela repercussão geral e convertê-los em processos eletrônicos, eliminando-se, assim, a necessidade de guardá-los fisicamente no Tribunal.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

O controle das petições pendentes de juntada é feito duas vezes por semana, em média, através de pesquisa no Sistema Único de Protocolo - SUP. Se a petição se encontrar na situação “Aguardando juntada” e já estiver fisicamente juntada nos autos, registra-se a sua juntada no SUP. Caso a petição não esteja juntada, e o processo estiver localizado em outra unidade do Tribunal, é atualizado lembrete no sistema e solicitado o processo para juntada da petição. Se o processo foi retirado em carga, atualiza-se lembrete no sistema para juntá-la na devolução da carga.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

As cartas de ordem são expedidas no Sistema de Mandados SMWEB, e o controle é feito revisando os localizadores. No processo físico, consulta-se o localizador ‘AGUARDAMI’, onde são guardados os processos com mandado expedido. No processo eletrônico, consulta-se o localizador “REMETIDOS-DIL/CONC” e o evento lançado automaticamente pelo sistema: ‘Juntado - Mandado Cumprido’, ‘Juntado – Mandado Parc Cumprido’ e “Juntado – Mandado Sem Cumprimento’.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Não há fixação de metas individuais de produtividade. Cada divisão ou seção é responsável para realizar as tarefas atribuídas a elas. No caso de sobrecarga, convocam-se, temporariamente, servidores de outras seções para prestar auxílio. Caso o aumento se perpetue, essa tarefa é atribuída a mais servidores, como ocorreu, recentemente, com o envio de comunicações de julgamento dos tribunais superiores e sobrestamento de processos eletrônicos de recursos repetitivos e por repercussão geral.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Não se aplica.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Não se aplica.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

Observam-se a Resolução n. 121/2010 do CNJ, e as Resoluções n. 28/2005, a Resolução n. 60/2012 da Presidência deste Tribunal. As certidões narratórias são fornecidas a pedido das partes ou advogados, mediante pagamento da despesa e requerimento por escrito, com prazo de uma semana, salvo pedidos urgentes. A certidão é disponibilizada na internet, quando solicitado pelo advogado, exceto, quando se tratar de feito que corre em segredo de justiça.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim, na intimação das partes recorridas/agravadas para o oferecimento de contrarrazões/contraminuta, na intimação para o advogado devolver o processo retirado em carga e não devolvido, após 3 contatos telefônicos, na juntada de petições.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim, atualizando-se fases/eventos e alterando-se o localizador do processo.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Não se aplica.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

Utilização do SISCOM- Sistema de Comunicação Eletrônica da 4ª Região, para enviar arquivos contendo peças processuais referentes a julgamentos dos tribunais superiores à vara de origem (para onde os processos físicos foram remetidos, após sua digitalização e envio eletrônico ao tribunal superior). Utilização do SISCOM para intimação de decisões da União Federal, Procuradoria Regional Federal, Instituto Nacional do Seguro Social e Banco Central. Utilização do *email* e do SISCOM para envio de documentos entre as unidades e varas federais. Utilização do malote digital para enviar correspondência aos tribunais superiores. Utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI para prestar informações solicitadas pelas partes à Ouvidoria.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

80 processos.

Constatações

Constatou-se a existência de diversos processos sobrestados pelo STF, nos quais que não havia informação no espelho do andamento processual de sua situação no Tribunal.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.



Secretaria do Plenário, Corte Especial e Seções

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

4º Andar – Torre A

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	02

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	1
FC3	
FC4	3
FC5	1
FC6	2

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	
--------------------------	--

Seção: ____/____ Motivo:	Primeira Seção: 12 sessões e 20 ausências (15 ausências por férias); Segunda Seção: 12 sessões e 15 ausências (10 ausências por férias); Terceira Seção: 12 sessões e 15 ausências (11 ausências por férias); Quarta Seção: 12 sessões e 18 ausências (13 ausências por férias); As demais justificativas serão fornecidas pelos respectivos gabinetes.
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	11 sessões e 28 ausências - (11 ausências por férias). As demais justificativas serão fornecidas pelos respectivos gabinetes.
Plenário: ____/____ Motivo:	Nenhuma sessão realizada no período
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	
Seção: ____ Motivo:	Primeira Seção: 1 (ausências e/ou férias); Segunda Seção: 1 (ausências e/ou férias); Terceira Seção: 0; Quarta Seção: 1 (ausências e/ou férias)
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	10 sessões (ausências e férias)
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	
---------------------	--

Seção: ____ Motivo:	Todas foram realizadas
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	2 sessões (26/01/2012 e 26/07/2012 – ausência de quórum em razão de ser período de férias da maioria dos Desembargadores)
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	
Seção: ____	0
Órgão/Corte Especial: ____	0
Plenário: ____	0
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

A unidade está organizada em dois núcleos: Núcleo de Processamento e Núcleo de Coordenação e Julgamentos. Cada núcleo desenvolve atividades específicas, de acordo com o Manual de Atribuições do Tribunal, atualizado pela Portaria n. 286, de 28/04/2010. Há também o Setor de Apoio Judiciário, que realiza o atendimento ao público na forma da Instrução Normativa n. 42 do TRF, bem como presta apoio geral aos núcleos antes referidos.

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Os autos ficam localizados em armários com localizadores específicos para cada fase processual.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Organização do acervo físico: nos localizadores representados por LETRAS ficam os feitos em processamento, e nos localizadores representados por

NÚMEROS ficam os feitos julgados e publicados, o que facilita o atendimento ao público mediante o encaminhamento imediato ao respectivo núcleo, se for o caso. Há localizadores específicos para processos suspensos/sobrestados, além de um armário (e-proc), onde ficam armazenados documentos físicos relacionados a processos eletrônicos. Existem escaninhos para a localização dos processos com acórdão pendente de publicação, voto-vista, para lavratura de acórdão que ficam localizados ao lado da mesa da servidora que trabalha diretamente na publicação dos feitos. Há também escaninhos localizados próximos ao balcão de atendimento e abaixo do balcão, onde estão identificados todos os gabinetes e alguns setores internos, assim como órgãos externos para onde normalmente se remetem os autos para os mais variados fins. Organização do acervo eletrônico: cada secretaria tem um *login* com localizadores próprios de sistema e outros criados pela Unidade, de acordo com as necessidades do processamento dos feitos. O controle da movimentação interna para físicos e eletrônicos se dá pela alteração de localizador no SIAPRO ou E-PROC, sempre que necessário.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

A distribuição interna das atividades observa as habilidades, capacidade e experiência do servidor, sempre de acordo com o setor em que atua.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

São processados com a devida urgência.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

O atendimento de partes e advogados é feito por telefone e no balcão da secretaria, de acordo com a Instrução Normativa n. 42 do Tribunal, onde foram uniformizados os procedimentos no âmbito das secretarias. Regras especiais: nos processos com sigredo de justiça, onde há documentos protegidos pela Constituição Federal ou onde a parte tem “silêncio concedido” somente é dado vista às partes e procuradores (com procuração nos autos e/ou substabelecimento). Nos processos criminais sigilosos (dependendo do nível) somente o Ministério Público Federal terá vistas dos autos. No e-proc a consulta é pública. O advogado sem procuração, e cadastrado no e-Proc, poderá consultar o processo desde que peticione no sistema em evento próprio, hipótese em que o acesso será automático. Os processos com sigredo não são acessíveis pela consulta pública, somente ao procurador constituído ou mediante autorização do Relator.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

As publicações de decisões e acórdãos são feitas assim que o processo

chega na secretaria com os documentos disponibilizados pelos gabinetes. Estando disponíveis, as decisões geralmente são publicadas em 2 ou 3 dias no máximo, exceto os casos urgentes, que são publicados de imediato. Os acórdãos, em regra, são publicados dentro do prazo estabelecido pela Meta 04/2010 do CNJ. No E-proc as decisões/acórdãos geralmente são publicadas pelos próprios gabinetes quando da remessa do processo para a Secretaria, momento em que os documentos são disponibilizados automaticamente no Portal.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

Os controles estatísticos são feitos periodicamente pelo sistema de “Controle de Acervo” disponibilizado na intranet do Tribunal e também por rotina específica no SIAPRO.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

O controle de cargas e remessas está incluso nos controles estatísticos realizados periodicamente. Os processos não devolvidos em prazo razoável são cobrados na forma determinada pela IN 42 desta Corte.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

O prazo de tramitação dos feitos na Unidade depende de cada ato processual e da classe da ação, sempre procurando observar o prazo legal.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Sim. A utilização da agenda eletrônica, que controla todos os processos físicos que aguardam diligência e decurso de prazos na Secretaria. Tal controle permite a verificação diária desses prazos e configura meio seguro para evitar demoras indevidas no andamento processual. E o controle de boletins e expedientes publicados – planilha onde são anotadas todas as publicações com as respectivas datas de decurso de prazo, bem como as datas de intimações dos órgãos públicos que demandam intimação pessoal, possibilitando andamento processual regular.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Mediante a maior integração entre as unidades da Instituição que realizam atividades complementares, como os gabinetes e as secretarias, para a otimização e padronização de procedimentos, visando à tramitação cada vez mais célere dos processos.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Petições pendentes de juntada: só há petições pendentes se o processo não estiver na Secretaria. Neste caso, ocorre uma das 3 hipóteses: a) se o feito estiver no Tribunal, é solicitado imediatamente à unidade em que se encontrada para a juntada; b) se estiver fora, a petição é protocolada (SUP), é lançado um lembrete no sistema e a petição fica guardada em pasta própria, até a devolução dos autos; e c) se o conteúdo da petição é de urgência e o processo não está no tribunal, ela é remetida ao gabinete, para análise do relator.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

Controle de cobrança de Cartas de Ordem: todos os processos que aguardam diligência são agendados de acordo com o prazo razoável para cumprimento da diligência; a secretaria consulta periodicamente o regular andamento da carta pela internet; se houver demora excessiva no cumprimento, mantém contato telefônico com o juízo ordenado e se, necessário, informa a situação ao relator. A partir de julho/2012, com a edição da Resolução n. 71/2012 do TRF, a expedição dos mandados passou a ser realizada pelo sistema SMWeb, diretamente pela secretaria, em substituição às cartas de ordem e precatórias, exceto quando demandar intervenção judicial para cumprimento ou quando o juízo ordenado não estiver cadastrado no sistema SMWEB. O controle é feito pelo SMWEB desde a distribuição do mandado à Central de Mandados (CEMAN) até a sua devolução, além de serem incluídos na agenda para controlar excesso de prazo no cumprimento, conforme antes referido.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Não há metas individuais. A meta de todos os servidores é sempre deixar o trabalho em dia, o que em geral é observado.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

As sessões de cada Seção e da Corte Especial Judicial são realizadas mensalmente. As sessões do Plenário Judicial são realizadas somente mediante convocação.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

As pendências de processos em gabinetes pode ser feita pelo sistema informatizado de Controle de Acervo, sendo feita pelos próprios gabinetes.

1.25. Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

A Secretaria fornece certidões narratórias e/ou explicativas às partes e procuradores nos processos cíveis e criminais, ressalvados os que tenham

segredo de justiça, mediante o preenchimento de formulário próprio e pagamento das respectivas custas. Nos processos sigilosos a certidão será fornecida somente com determinação do Desembargador Relator e nos processos com segredo de justiça, somente às partes e procuradores.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim, as movimentações internas são registradas mediante a alteração de localizador no sistema.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Os relatórios de pendências são gerados periodicamente para controle da Secretaria, mas são remetidos aos gabinetes somente mediante solicitação.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

A meta está cumprida. Mais de 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário são feitas pelo Sistema de Comunicação Eletrônica – SISCOM.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

127 processos.

1 Constatações

O controle de presença/ausência recebe apenas justificativas de férias, não constando as justificativas por motivos diversos.

Meta 4 - Seções - o número de julgamentos nas seções é bem reduzido, comparativamente aos julgamentos ocorridos perante as turmas. Assim, constatou-se uma variação significativa nos percentuais quando a verificação se faz mensalmente.

O controle de cargas e remessas é feito via sistema e permite a extração de relatório circunstanciado. Como já constatado em outras inspeções, o Ministério Público Federal apresenta o maior número de atrasos na devolução de autos. Cabe o registro de que tal fato não ocorre quando o processo é

eletrônico, vez que este não depende de devolução. Contudo, a Secretaria possui um grande acervo de processos físicos.

O acervo reduzido possibilita o imediato encaminhamento dos autos distribuídos ao servidor responsável pela atribuição.

A Secretaria realiza o controle dos processos por Agenda Eletrônica, em que são anotados o decurso de prazo e diligências a serem realizadas. Esses prazos são verificados diariamente, o que evita retardamentos nos cumprimentos. Para se evitar eventual falha de acompanhamento, são coladas etiquetas em cada processo, de fácil visualização, ocorrendo, também, um controle manual, mensal. A verificação do acompanhamento da agenda pelos servidores se faz mediante a identificação da atribuição do servidor, uma vez que vários servidores são incumbidos do acompanhamento.

O controle de cartas de ordem é feito mediante agenda eletrônica, com estabelecimento de prazo médio para cumprimento. No caso de eventual demora constatada por consulta periódica à agenda eletrônica e internet, faz-se contato com o juízo deprecado por telefone.

2 Recomendações

- Deverá ser incluída na planilha de controle não apenas as ausências por motivo de férias, mas de todas as ausências, seja qual for o motivo, devendo este ser registrado.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

1ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

A Secretaria da 1ª Turma está localizada no 2º andar da Torre Judicial do Edifício Sede do TRF4ª Região.

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	9
Servidores sem vínculo	0
Estagiários nível médio	0
Estagiários nível superior	5

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	2
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	41/27 motivo: 22 ausências por férias dos Des. Federais, 3 em função de realização de Correição, 1 por celebração religiosa -Yom Kippur, 1 por falecimento de familiar
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	17 sessões, sendo 12 para compor quórum em decorrência de impedimento, 3 em função de realização de Correição, 1 por celebração religiosa -Yom Kippur, 1 por falecimento de familiar, 1 em função de férias de Des. Federal. Obs. Dia 08/02 houve participação por ausência e por impedimento.
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	4 - falta de quórum
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	00
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

A Secretaria se divide em quatro núcleos, conforme a atividade a ser realizada: a) responsável pela pauta e pela publicação/intimação dos acórdãos; b) responsável pela publicação/intimação e cumprimento dos despachos e decisões; c) responsável pelos procedimentos diversos, como expedição de certidões narratórias e juntada de recursos; d) responsável pelo atendimento externo (advogados e partes) bem como pelo recebimento, cadastramento e encaminhamento de petições.

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Os autos dos processos que tramitam por meio físico ficam guardados dentro desta Secretaria em armários, com o registro do seu localizador no sistema SIAPRO (p. ex. P2C2 – Porta 2 Caixa 2)

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O critério principal da divisão do acervo nesta Secretaria é quanto à natureza do ato decisório, qual seja: acórdão ou despacho/decisão. Tal divisão marca inclusive o código dos localizadores dos processos físicos, pois quando se refere a acórdão este é por número (p. ex. P1, P2) e quando se trata de decisão é por letra (A, B, C). Outrossim, sempre que ocorre alguma movimentação (como intimação, juntada, expedição de AR), muda-se o localizador.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

A distribuição das atividades entre os servidores se dá em função da organização interna desta Secretaria, conforme informado no item 1.8, qual seja: a) responsável pela pauta e pela publicação/intimação dos acórdãos; b) responsável pela publicação/intimação e cumprimento dos despachos e decisões; c) responsável pelos procedimentos diversos, como expedição de certidões narratórias e juntada de recursos; d) responsável pelo atendimento externo (advogados e partes) bem como pelo recebimento, cadastramento e encaminhamento de petições. Todavia, visando uma maior agilidade na prestação da atividade jurisdicional, todos os servidores tem treinamento para ajudar os outros núcleos quando assim se faz necessário.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

É dado atendimento prioritário aos processos enquadrados nesta categoria desde que tal fato esteja anotado nos autos.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

O atendimento nos termos fixados pela Instrução Normativa IN-42-J-04, que regulamenta o serviço de atendimento das secretarias. No que se refere aos processos que tramitam por meio eletrônico, a consulta por advogado não cadastrado é realizada conforme a resolução n. 60/12

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

As decisões são publicadas, em média, em um ou dois dias da chegada dos autos na secretaria. Quanto aos acórdãos, uma vez que as sessões de julgamento desta Turma se dão às quartas-feiras, estes são publicados na terça-feira da semana seguinte, ou no mais tardar na quarta-feira. Tal prazo é necessário para que os autos sejam enviados à secretaria, conferidos e organizados em boletins para publicação. Outrossim, cumpre frisar que tais publicações são feitas dentro do prazo fixado pela Meta 04/2010 do CNJ.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

O controle estatístico é feito atualmente pelo ícone de controle do acervo da GEDPRO. Em relação aos processos eletrônicos também é utilizada a pesquisa no próprio localizador, estando este organizado por antiguidade. A lógica neste caso é levar em conta o prazo máximo que um processo deve ficar em um localizador (p. ex. no caso de uma intimação de acórdão em que uma das partes seja a União Federal – Fazenda Nacional, o processo deve permanecer no localizador acórdão intimado pelo prazo de 40 dias – 10 dias para a Fazenda Nacional abrir a intimação + 30 dias de prazo de recurso. Quanto aos processos físicos a lógica é que eles não podem ficar mais de 45 dias na Secretaria após a publicação do acórdão (15 dias para parte e outros 30 dias de prazo de Fazenda Nacional)

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

Ele é feito pelo controle de acervo do GEDPRO, bem como pela conferência periódica das Guias de Remessa.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

Busca-se observar, no que se refere ao prazo de tramitação dos feitos, o cumprimento dos prazos legais.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Entre as práticas que podemos destacar está o constante contato com os gabinetes visando estabelecer uma relação de cooperação e compreensão. Tal prática tem por fundamento a filosofia de que gabinetes e secretaria devem trabalhar juntos e integrados para uma melhor e mais célere prestação da jurisdição. Outra rotina adotada nesta Secretaria é o constante mapeamento das atividades visando localizar eventuais falhas ou bem como acelerar a tramitação dos feitos.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Quando o processo se encontra na secretaria, a petição, uma vez cadastrada na SUP, é imediatamente juntada aos autos. Caso o processo se encontre em outro órgão, este é solicitado para que a petição seja juntada.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

As eventuais Cartas de Ordem são monitoradas periodicamente.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

A Secretaria trabalha com metas coletivas de produtividade focada principalmente na meta 4/2010 do CNJ.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

São realizadas semanalmente.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Este controle é feito pelo ícone controle de acervo constante do sistema GEDPRO.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

A certidão é feita no sistema GEDPRO, assinada e fornecida ao solicitante, observado o art. 155 do CPC.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim, através da mudança do localizador do processo.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Casos solicitados, os relatórios podem ser encaminhados.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

O cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ vem sendo cumprida nesta Secretaria através das diversas ferramentas disponibilizadas pelo Tribunal, quais sejam: SISCOM, @PROC, SMmail.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

51 processos.

A Secretaria funciona com nove servidores efetivos e cinco estagiários, com as seguintes funções: 1 CJ-2, 2 FC-5, 2 FC-4 e 2 FC-2.

Atua no processamento dos feitos vinculados aos Gabinetes dos Desembargadores Federais Joel Ilan Paciornik, Jorge Antonio Maurique e Maria de Fátima Freitas Labarrère.

Atualmente estão em tramitação 1.816 processos, sendo 540 feitos físicos e 1.276 eletrônicos.

Os processos com tramitação prioritária recebem tratamento diferenciado, com a aposição de etiquetas, tarjas e alertas e atribuição de preferência, tanto por prioridades legais quanto por classes processuais.

Os processos físicos encontram-se distribuídos em armários com registro de localizador, usando o sistema SIAPRO, e são controlados estatisticamente por meio dos sistemas fornecidos pela TI do Tribunal, tanto Welmul e Gedpro; os eletrônicos, submetidos a localizadores virtuais, via e-Proc. O critério principal da divisão do acervo na Secretaria é quanto à natureza do ato decisório, acórdão ou despacho/decisão.

A amostragem a partir dos feitos inspecionados, conjugada a informações coletadas, revela que as publicações de decisões e acórdãos são realizadas em prazo não superior a dez dias, com a média de até dois dias a partir da chegada dos autos à Secretaria. No período de novembro/2011 a outubro/2012 foram publicadas 24.018 decisões, entre terminativas e acórdãos, de forma diária e mediante agrupamento de feitos no e-Proc.

O controle e procedimentos referentes a petições juntadas submetem-se à classificação por documentos, com base no dígito verificador, e são anotadas com lembretes no sistema como forma de controle de recebimento/remessa de tais peças.

Conforme relatório de 23/11/2012 fornecido pela Secretaria, constam 18 petições, protocoladas no período de 3/10 a 22/11/2012, pendentes de juntada no período da inspeção.

O controle de cargas (remessa/recebimento) é feito via sistema GEDPRO, bem como pela conferência periódica de guias de remessa, com rígida verificação de possíveis atrasos na realização de tais procedimentos. Especificamente em relação aos processos físicos, a Secretaria controla o prazo de permanência máxima, após publicação nos prazos legais de 45 dias, sendo 15 dias para o prazo da parte e 30 dias para o prazo da PFN.

Relativamente aos processos com vista ao Ministério Público Federal, observa-se prazo razoável entre as fases de remessa e recebimento e, conforme dado estatístico de 23/11/12, encontra-se pendente de devolução apenas um processo.

No que tange às cartas de ordem, são monitoradas periodicamente. O controle de cobrança faz-se por contato telefônico ou remessa de ofício.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

2ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

2º Andar, Torre A, Prédio Judicial.

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	2
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ___/___ Motivo:	13. Férias dos desembargadores
Seção: ___/___ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ___/___ Motivo:	
Plenário: ___/___ Motivo:	
Total: ___/___	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ___ Motivo:	20. Para impedimentos eventuais
Seção: ___ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ___ Motivo:	
Plenário: ___ Motivo:	
Total: ___	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ___ Motivo:	0
Seção: ___ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ___ Motivo:	
Plenário: ___ Motivo:	
Outro ___:___ Motivo:	
Total: ___	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	3
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

Direção de Secretaria e Apoio Judiciário Seção de Coordenação e Julgamentos e Setor de Julgamento Seção de Processamento e Procedimentos Diversos e Setor de Publicações Assistente Adm/Jud 02.

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Dentro de armários e marcados por localizadores. Quando estão sendo analisados, ficam sobre a mesa do responsável. Os autos eletrônicos, dentro de localizadores virtuais.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Quando da chegada dos autos ao setor, eles são localizados junto ao funcionário responsável pelo andamento seguinte do processo. Os processos, quando aguardando prazo ou diligência, ficam localizados em armários identificados e específicos para aquela diligência ou prazo. Com a mudança de localizador físico, há alteração também no sistema.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

Os servidores são agrupados em ilhas, com atribuições específicas daquela ilha. Seção que organiza as sessões de julgamento e publicação de acórdãos, Seção de publicação de despachos e decisões tanto em agravos de instrumento como em recursos em geral, o setor de atendimento e Seção responsável pelos processos após a publicação do acórdão e antes da inclusão em pauta, quando não se tratar de Agravos de Instrumento.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Eles recebem uma tarja referente, para o alerta e a eles é dada preferência,

obedecendo, sempre, os prazos e formas processuais.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

Temos a IN-42-J-04 desta Corte, que padronizou o atendimento às partes, a Resolução 121/10 do CNJ e a Resolução 60/12, referente ao processo eletrônico. A consulta aos autos pode ser feita pelas partes ou por qualquer advogado com inscrição na OAB. Nos processos com segredo de justiça, o acesso é restrito às partes e a eventuais procuradores dos autos.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

No prazo máximo de 10 dias do julgamento. Tanto processos físicos como processos eletrônicos.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

Pelos sistemas fornecidos pela TI do Tribunal, tanto pelo sistema Wemul, Gedpro ou Eproc.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

Os processos são remetidos através de guias de remessa. A cada 10 dias é rodada uma lista para verificação de eventuais atrasos.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

O tempo médio é o do prazo legal. Depende das partes que constam do processo e dos recursos cabíveis.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

As práticas adotadas nesta Unidade são as padronizadas pela Corte.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Como funcionária da casa há 18 anos, ocupante do mesmo cargo há 11 anos, participei de uma modernização fantástica neste TRF. Desde a máquina de escrever até o nosso atual processo virtual. A cada ano ele se moderniza e está sempre aberto a mudanças. No momento, com a implementação do processo eletrônico, só com o transcurso do tempo e quando toda a justiça for de processos virtuais poderemos ver claramente onde as rotinas ou a sua organização deverão melhorar. No início deste ano

tivemos a reestruturação das secretarias, com a diminuição de pessoal e realocação em outros setores, em função do processo eletrônico.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

As petições são colocadas em pastas conforme o dígito verificador e anotado no sistema a sua pendência. Quando o processo retorna à secretaria, e é recebido virtualmente, é localizada a petição e juntada pelo setor competente.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

Primeiro é feito um contato telefônico com o setor competente e, não atendido em uma semana, é remetido ofício fazendo a cobrança. Caso este também não seja atendido, conclui-se o processo para que o relator determina a medida necessária.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Neste setor, como os processos estão em dia, não. Nas excepcionalidades, dependendo do setor onde haja o acúmulo, sim.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Três sessões por mês.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Pelos meios estatísticos, controle de acervo.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

Certidões, logo que solicitadas, são confeccionadas. Neste setor temos o prazo máximo de 48 horas, se o processo estiver na Unidade.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim. Reiteração de intimações, ofícios por ordem, certificações.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Através da mudança de localizadores.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo

Quando solicitado, sim.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

Ofícios e correspondências, pelo SISCOM. Os mandados, pelo sistema SMWEB.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

37 processos.

A Secretaria da 2ª Turma funciona com oito servidores efetivos, com as seguintes funções: 1 CJ-2, 2 FC-5, 2 FC-4 e 2 FC-2.

Atua no processamento de feitos vinculados aos Gabinetes dos Desembargadores Federais Otávio Roberto Pamplona, Rômulo Pizzolatti e Luciane Amaral Corrêa Munch.

Atualmente estão em tramitação 2.424 processos na Turma, sendo que 844 são físicos e 1.589 feitos eletrônicos.

Os processos com tramitação prioritária recebem tratamento diferenciado, a partir da etiquetagem com tarjas, alertas e atribuição de preferência, obedecendo aos prazos e formas processuais.

No tocante aos processos físicos, o acervo tem localização em armários e marcados por localizadores; os processos eletrônicos, por sua via, por meio de localizadores virtuais.

O controle estatístico do acervo físico é feito pelos sistemas fornecidos pela TI do Tribunal, tanto pelo sistema Wemul, Gedpro e, e-Proc, no caso dos feitos eletrônicos.

As publicações de decisões e acórdãos são feitas em no máximo dez dias do julgamento, em conformidade com a Meta 4 do CNJ.

A Secretaria informou que no período de novembro de 2011 a outubro de 2012 foram publicadas 29.439 decisões, entre terminativas e acórdãos. A publicação

nos processos eletrônicos é feita diariamente, mediante agrupamento de feitos no e-Proc. No tocante aos processos físicos, a unidade padronizou a quarta-feira como o dia de publicação, exceção apenas para as urgências que são encaminhadas à publicação no mesmo dia. As retificações de extratos, quando ocorrem, podem extrapolar o prazo de 10 dias até a devida publicação.

O controle e os procedimentos adotados em caso de petições pendentes de juntada, segundo apurado, são feitos com a classificação dos documentos, conforme dígito verificador e, anotadas como lembretes no sistema, para a juntada ao feito logo que retorne à Secretaria. Atualmente, conforme relatório extraído em 23/11/2012, existem 45 petições protocoladas entre 5/11/2012 a 23/11/2012 pendentes de juntada.

O controle de cargas e remessas é feito por meio de guias e, segundo apurado, a cada 10 dias é rodada uma lista de feitos com cargas para verificação de eventuais atrasos na devolução.

De acordo com estatística retirada no mês de novembro de 2012, dez feitos tiveram remessa ao MPF no período de 1º/10/2012 a 1º/11/2012.

No tocante às cartas de ordem, o controle de cobrança é feito mediante contato telefônico com o setor competente e, no caso de não atendimento, é remetido ofício com a devida cobrança da diligência. Ainda que não efetivada devolução, os autos são conclusos ao relator para determinar a medida cabível.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

3ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

Localiza-se no 2º andar da torre judicial.

1.2. Servidores em Atividade

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	2
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	41 sessões ordinárias no período de 1/11/2011 a 31/10/2012; Des. Maria Lúcia Luz Leiria 6 ausências (período de férias e licença nojo) Des. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz 1 (ausência justificada) Des. Fernando Quadros da Silva 10 ausência (períodos de férias, frequência a curso e afastamento a serviço)
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ MOTIVO:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	Participação de Desembargadores Federais da 4ª Turma em 29 sessões do período, majoritariamente para compor quórum em julgamentos onde havia impedimento/suspeição de membro da 3ª Turma.
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	quatro editais de cancelamento: 09/11/11, 29/08/12, 24/10/12, 31/10/12
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	Não foi realizada nenhuma sessão extraordinária
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

Desde março deste ano temos três núcleos de trabalho: Direção da Secretaria e apoio (atendimento ao público), Seção de Coordenação e Julgamentos e a Seção de Processamento e Procedimentos Diversos. Exercemos as atribuições, conforme disciplinado na Portaria 608/12 da Presidência do Tribunal.

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Todos os processos dentro da sala da Secretaria da 3ª Turma. Estão localizados nos armários (os que aguardam prazo) e nos localizadores de trabalho da equipe (para juntada, vista ou outras providências).

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Uso obrigatório de localizadores nos processos mantendo-os sempre atualizados no sistema de informação processual - SIAPRO. Uso de TAGS identificadoras nos processos para localização mais rápida nas pilhas. Localizadores identificados nos armários e escaninhos. Mínimo de processos fora dos armários.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

As atividades são distribuídas dentro das Seções de Coordenação de Julgamentos, Processamento e Procedimentos Diversos e do Apoio conforme as competências pré-determinadas de cada grupo. Se a demanda de trabalho exigir, fazemos uma força tarefa emergencial.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Priorizamos a comunicação, publicação, e baixa dos mesmos. No caso dos processos com decisão liminar/antecipação de tutela ou despacho de urgência são processados assim que recebidos na Secretaria da 3ª Turma. Usamos também lembretes no sistema para facilitar a visualização destes casos.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

Temos a equipe de Apoio destacada exclusivamente para o atendimento às partes, procuradores e interessados. Além disso, todos os servidores prestam atendimento telefônico e, se necessário, presencial também. Uma das nossas principais preocupações é o atendimento às partes e procuradores. Quanto aos regramentos, seguimos a orientação da Instrução Normativa 42 -J-04 deste Tribunal que visa organizar e padronizar o atendimento no âmbito do TRF4. Atenção também às regras do processo eletrônico, prioridades de atendimento e trâmite dos processos com segredo de justiça.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

Em respeito ao prazo estabelecido na Meta 04/10 do CNJ, procuramos manter no mínimo de 90% das publicações e intimações em menos de 10 dias do julgamento ou do recebimento da decisão.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

Pelos sistemas disponibilizados pela TI do TRF4. No sistema de controle de acervo verificamos os processos sem movimentação num determinado período, pedidos de vista ainda não apresentados, processos em secretaria

pendentes de publicação, remessas/cargas ao MPF.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

Todas as cargas são registradas no Sistema Processual-SIAPRO. Mensalmente monitora-se neste sistema a devolução de autos.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

É observado o prazo legal de cada ato do processo. Em alguns casos (ex: processamento dos acórdãos) efetuamos planilhas para que não exceda os prazos estipulados em lei.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Uso de localizadores e TAGS. Organização da sala. Comprometimento dos servidores com a prestação de informações e atendimento ao público e com o processamento dos feitos. Integração da secretaria com as equipes dos gabinetes componentes da 3ª Turma o que garante uniformidade de procedimentos.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Aperfeiçoamento de ferramentas de gerenciamento dos dados e de ferramentas de trabalho. Aprimoramento da comunicação interna.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

As petições são juntadas assim que chegam à Secretaria da 3ª Turma, após protocolo no Sistema de Petições -SUP. Quando naquele momento o processo não se encontra na secretaria, por ex. em carga, há colocação de lembretes no processo para garantir que assim que o mesmo seja devolvido, seja efetivada a juntada. Caso o processo esteja em gabinete, solicitamos os autos para juntada de petições, efetivamos a juntada e devolvemos no mesmo dia. O controle de pendências é feito de forma visual e no controle de pendências do sistema.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem? Temos uma planilha de controle de cartas de ordem criada em 2010. Com o sistema atual, chamado SMWEB, verifica-se as pendências dentro do próprio sistema.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Existem metas, não exatamente em número de processos por servidor mas em execução e conclusão de atividades por parte das equipes.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Semanal.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Por meio das estatísticas do sistema do TRF4.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

Nos termos da IN 42-J-04 que regulamenta o serviço de atendimento no TRF4. Em regra, as certidões simples são fornecidas no mesmo dia e as certidões narratórias são fornecidas, no prazo máximo de 15 dias (em regra conseguimos entregar em prazo menor).

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim. Sempre que houver movimentação registra-se no SIAPRO. No caso dos eletrônicos efetuamos registros também.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Os relatórios são efetuados, segundo demanda do Presidente da Turma. Cabe observar que atualmente não há atraso na revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdãos na 3ª Turma. No caso dos votos-vista mantemos as assessorias dos três Gabinetes informadas sobre processos onde haja eventual pendência.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

Com o uso do sistema de comunicação - SISCOB para envio e recebimento de decisões e ofícios da Justiça Federal e comarcas cadastradas. Ressalta-se também, o uso do SMWEB para envio, cumprimento e recebimento das cartas de ordem e mandados de intimação no âmbito da 4ª Região.

RELATÓRIO DA EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

28 processos.

1 Boas Práticas

- Integração dos sistemas informatizados com a Justiça Estadual.

2 Constatções

- Controle eficiente acerca da devolução de autos físicos em carga externa;
- Controle eficiente quanto ao cumprimento da meta 4 do CNJ (93,8% em 2012; 43,5% em 2010);
- Utilização da ferramenta de controle do acervo, disponível no sistema e-Proc;
- Utilização de planilhas elaboradas pela secretaria para maior controle do acervo.
- Há um controle acerca das publicações, em prazo observado de 4 a 8 dias;
- As remessas ao MPF são feitas, atualmente, após a publicação, ao contrário do ocorrido à época da inspeção 2010, o que viabilizou o cumprimento da meta 4 do CNJ.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

4ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

A Quarta Turma localiza-se no 2º andar da Torre A do prédio judicial.

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	3

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	2
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	Ausente em 3 sessões - Des. Federal Luís Alberto D’Azevedo Aurvalle - Férias no período compreendido entre 30/01/2012 a 28/02/2012 e 28/05/2012 a 26/06/2012. Ausente em 2 sessões - Juiz Federal João Pedro Gebran Neto - Férias no período compreendido entre 24/05/2012 a 08/06/2012 e ausente sessão de 26/09/2012 - Viagem a Brasília (BSB). Ausente em 2 sessões - Des. Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior ausente sessão de 07/08/2012 Congresso Internacional de Magistrados sobre Meio Ambiente em Manaus e sessão de 24/10/2012 Congresso Internacional sobre Meio Ambiente em Guadalajara no México. Ausente em 1 sessão Des. Federal Jorge Antônio Maurique Férias no período de 08 a 24/05.
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ MOTIVO:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	Foram 23 sessões com participação de Desembargadores de outros órgãos, constando assim: 7 Desembargador Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz; 7 Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva; 9 Des. Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha e 1 Juiz Federal Nicolau Konkel Júnior.
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	5 sessões ordinárias designadas mas não realizadas: 10/04/2012 - Por determinação da Presidência da Turma; 15/05/2012 - Férias do Des. Federal Jorge Antônio Maurique; 29/05 Férias do Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle e Juiz Federal João Pedro Gebran Neto; 12/06 - Férias do Des. Federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle e 07/08/2012 – Participação do Des. Federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior no Congresso Internacional de Magistrados sobre Meio Ambiente em Manaus.
---------------------	--

Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	2 sessões extraordinárias realizadas: 07/11/2011 e 24/10/2012.
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

A Secretaria está dividida em 3 setores: Balcão; Acórdãos e Procedimentos Diversos.

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Nos armários.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Quando da chegada dos processos físicos é feita a conferência de despachos/acórdãos após é incluída para publicação e vai para os armários: despachos localizadores de 1-A e os acórdãos a partir do 13-A e assim por diante. Nos processos eletrônicos é feita a intimação do despacho, após vai para o localizador (decisão aguardando prazo) e os acórdãos vão para o localizador (acórdãos intimados).

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

Cada servidor já tem o seu trabalho específico, dependendo do trabalho a realizar.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Os processos com prioridade de tramitação são os primeiros a serem publicados, pois é um direito concedido por lei a determinadas pessoas de ver seu processo tramitar e ser julgado mais rapidamente, tendo em vista condições particulares, específicas.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

As regras são as observadas pela Resolução n. 121/2010 do CNJ, assegurando o direito de acesso às informações processuais a toda e qualquer pessoa, independentemente de prévio cadastramento ou de demonstração de interesse, bem como o sistema deve possibilitar que advogados, procuradores e membros do Ministério Público cadastrados, mas não vinculados a processo previamente identificado, acessem automaticamente todos os atos e documentos processuais armazenados em meio eletrônico, desde que demonstrado interesse, para fins, apenas, de registro, salvo nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

As publicações de despachos são feitas 24 horas após o recebimento da decisão e os acórdãos dentro do prazo estipulado pela Meta 4.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

O Controle estatístico da Unidade é feito pelo Controle de Acervo do GEDPRO e/ou no relatório do e-proc.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia Geral da União)?

Todas as sextas-feiras é impressa a remessa de carga para ver quais os processos com prazos vencidos, após é feito o contato com o Procurador para devolução dos autos.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

O prazo máximo estabelecido legalmente para o implemento de cada ato processual.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Não, pois todas as secretarias tem praticamente o mesmo padrão de serviço.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Quando chegam os agravos de instrumento na secretaria, os despachos são nos seguintes termos:

1. Indeferido o pedido de agregação de efeito suspensivo: o lançamento é feito no e-proc: Liminar/Antecipação de Tutela Indeferida.
2. Deferido o pedido de agregação de efeito suspensivo: o lançamento é feito no e-proc: Liminar/Antecipação de Tutela Deferida.
3. Sem pedido de efeito suspensivo: o lançamento é feito no e-proc: Despacho/Decisão – Determinando Intimação – e foi solicitada uma rotina com o lançamento sem pedido de efeito suspensivo. A resposta foi que a ST4 não poderia fazer tais pedidos, já que as rotinas foram projetadas nos encontros em Brasília pelos Diretores Judiciários e não sendo possível tal mudança.

Outro exemplo: foi solicitado que liberassem um campo de complemento do evento a ser lançado para melhor compreensão dos advogados, mas infelizmente a resposta foi a mesma.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

A petição quando é interposta e os autos encontram-se em secretaria a juntada é na hora. Porém, quando os autos encontram-se no gabinete e/ou em carga, entramos em contato com o Gabinete e solicitamos a remessa dos autos à Secretaria para posterior juntada ou aguardamos a devolução da carga para a juntada.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

Pelo Sistema SMWeb - Sistema de Mandados e/ou pelo Relatório de Carta de Ordem no e-proc.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Não.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Semanal.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Pelo controle de acervo.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

Quando solicitada a certidão pelas partes e/ou advogados é feita em até 72 horas e disponibilizada ou no *site* do TRF4 (físico) ou no processo eletrônico.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim, por exemplo nos embargos de declaração quando é pedido com efeitos infringentes, a secretaria já intima a outra parte para contrarrazoar.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Todas.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Somente mediante demanda, pois a mesma ferramenta está acessível a todos os gabinetes.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

Comunicação Eletrônica.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

50 processos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

5ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

3º andar do prédio judicial.

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	10
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	5

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	2
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	38 sessões ordinárias/11 ausências
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	3/impedimentos e ausências
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	0
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	2
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

Um setor de atendimento; um setor voltado às atividades envolvendo as pautas e processamento dos acórdãos e um último setor voltado ao processamento de despachos/decisões, recursos e baixas.

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Depois de devidamente processados, em armários.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Basicamente, localizadores criados pela secretaria e cadastrados no sistema.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

Na parte dos acórdãos e pauta, o supervisor é o responsável pelas atividades que envolvam a pauta (confeção, intimações, verificação de impedimentos, envio para publicação...) e os demais, pelas atividades que envolvam os acórdãos (montagem boletins, intimações, envio publicação, certificações), sempre respeitando as limitações físicas existentes no setor, causadas por LER/DORT, e as aptidões de cada um; na parte dos despachos/decisões, uma pessoa e dois estagiários são encarregados de processá-los; quanto às baixas, há uma divisão entre três servidores; com relação à juntada de petições e recursos, esta é realizada por estagiários; no atendimento, temos um servidor e um estagiário. Em caso de acúmulo de alguma tarefa faz-se mutirões com os próprios servidores da secretaria.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Com a devida prioridade.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

Uma servidora é encarregada do atendimento, auxiliada por uma estagiária. Quanto às regras, seguimos a Instrução Normativa 42, que versa sobre os serviços de atendimento das secretarias no Tribunal e que as estabelece para os processos físicos; quanto aos processos eletrônicos, seguimos a Resolução 60/12 deste Tribunal e Resolução 121/2010 do CNJ.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

Sempre que possível, dentro do prazo estipulado pela Meta 4.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

Através das ferramentas existentes no sistema e, algumas vezes, com a ajuda de nossa informática.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

Através de estatística mensal, com a cobrança dos autos, se necessário.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

Eletrônicos: 2 a 3 semanas; Físicos: acórdãos, 50 a 60 dias; decisões/despachos, 30 dias.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Os processos eletrônicos demandam uma organização especial e específica de localizadores que deve ser respeitada com rigor, para evitar atrasos na tramitação, ou até mesmo um longo período de inércia dos mesmos.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Periodicamente, encaminha-se aos gabinetes listagem atualizada de processos em que houve protocolo de petições, para que sejam remetidos à secretaria para a respectiva juntada. Em caso de petições que ainda se encontram na origem, faz-se contado para que sejam remetidas ao Tribunal, ou, dependendo do caso, para que sejam baixadas.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

Nos últimos doze meses não houve expedição de cartas de ordem pela secretaria. No passado, no caso de ser necessária a cobrança, esta era feita através de contato telefônico com as respectivas varas de origem.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Não.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Três semanas por mês

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Através de estatísticas.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

Seguindo nossa Instrução Normativa 42.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

A secretaria sempre procura resolver as pendências com o respectivo gabinete; não passamos, até o momento, por uma situação extrema, que gerasse esta necessidade.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

Sempre que viável, respeitando-a.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

57 processos.

Verificou-se que os trabalhos se desenvolvem com regular eficiência. Os processos fluem normalmente. Os prazos são cumpridos em regra. As publicações ocorrem frequentemente dentro dos prazos previstos nas resoluções dos conselhos. Há bom relacionamento entre os servidores e objetivos de eficiência entre todos eles.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

6ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

Terceiro andar do prédio judicial.

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	8
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	5
Estagiários nível superior	

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	2
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	34 sessões. A informação quanto a ausências e motivos é de competência dos respectivos gabinetes.
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	Uma sessão (26/09/12). Des. Federal Rogério Favreto convocado em função do impedimento do Des. Federal João Batista Pinto Silveira.
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	10 sessões. 6 destas (04/07/12, 08/08/12, 22/08/12, 19/09/12, 10/10/12 e 31/10/12) em função de readequação da frequência das sessões da Turma (edital publicado no final de 2011 havia consignado a frequência como
---------------------	---

	semanal); 4 sessões (16/11/11, 13/06/12, 29/08/12 e 12/09/12) em função de compromissos oficiais de Desembargador integrante da Turma.
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ MOTIVO:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	Não houve.
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

Três setores: (1) Atividades relacionadas às pautas de julgamento e processamento de acórdãos; (2) Atividades relacionadas ao processamento de despachos/decisões, recursos e baixas; e (3) Atendimento ao público.

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Armários. Identificação alfanumérica. Separação nos escaninhos conforme o antedígito do número do processo.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Para organização do acervo, o objeto da intimação (despachos/decisões ou acórdãos) e objetivo do processamento (baixa em diligência, declinação da

competência, sobrestamento). Para movimentação interna dos processos, página de intranet da secretaria, contendo tabelas dos boletins de acórdãos e expedientes de despachos/decisões; agenda (informatizada de uso comum entre os colegas de cada setor).

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

Dentro de cada setor as tarefas são registradas e distribuídas em agenda (programa de computador) de uso comum entre os colegas de cada setor. As tarefas são distribuídas, coordenadas e acompanhadas pelos supervisores.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Identificados por triagem, no momento da chegada dos autos na secretaria, e encaminhados ao setor com a competência específica.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

Em conformidade com a Instrução Normativa 42-J-04 (Serviço de atendimento das secretarias).

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

Dentro do prazo estabelecido pela Meta 04 do CNJ.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

São feitos em cada setor, nas suas órbitas de atuação. E também pelo diretor de secretaria. Agendada a periodicidade.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia Geral da União)?

Estatísticas informatizadas com agendamento.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

Prazo estabelecido em lei para a realização de cada ato processual.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Página de intranet da secretaria. Agenda informatizada de uso comum aos integrantes de cada setor.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Avaliar-se a conveniência da utilização de recursos materiais e humanos na preservação da competência criminal como unidade autônoma de processamento/julgamento, frente aos números estatísticos de ingresso de feitos, por matéria, no Tribunal.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Estatística realizada nos sistemas informatizados. Solicitações periódicas aos gabinetes com registro impresso.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

Contato telefônico com as varas/comarcas, ultrapassado um prazo razoável para o seu cumprimento.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Não. As metas são coletivas (e referem-se também às tarefas de competência dos outros setores da secretaria, como na hipótese de mutirões ou auxílios eventuais).

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Determinada pela Presidência da Turma.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Ferramentas estatísticas são disponibilizadas a todos os setores da área judiciária. Este controle diz respeito com a competência específica dos gabinetes da turma.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

No prazo médio de 24 horas (cientes do prazo consignado na IN 42-J-04, de até 15 dias).

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Apenas subsidiariamente e sob demanda. Ferramentas estatísticas são disponibilizadas a todos os setores da área judiciária. Este controle diz respeito com a competência específica dos gabinetes da turma. Foi amplamente divulgado pelo Tribunal as metas do CNJ e aprimorados os relatórios estatísticos.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

Pelos diversos sistemas informatizados (GEDPRO, Siscom, e-Proc, Central RH...) e por e-mail.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

47 processos.

1 Boas Práticas

- Integração dos sistemas informatizados com a Justiça Estadual.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

7ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

Prédio Judicial – Torre A – 3º andar

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	7
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	3

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	1
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	N. de sessões da Sétima Turma no período de novembro/11 à outubro/12: 44 sessões ordinárias Ausências dos integrantes da Sétima Turma: Des. Federal Elcio Pinheiro de Castro: 4 ausências Des. Néfi Cordeiro (período novembro/11 à junho/12): 4 ausências Des. Márcio Antônio Rocha: 7 ausências Des. Álvaro Eduardo Junqueira (período julho/12 à outubro/12): 9 ausências
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	
Total: ____/____	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	10 sessões com a participação de Desembargadores Federais de outros órgãos. Motivo: impedimentos, suspeições ou ausências por motivo justificado por parte de um dos integrantes da Sétima
---------------------	---

	Turma.
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ MOTIVO:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	1 sessão cancelada: A sessão prevista para o dia 19/09/2012 foi cancelada por determinação do Presidente da Turma, conforme edital de cancelamento disponibilizado no Diário Eletrônico de 17/09/12.
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ MOTIVO:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	Não houve sessão extraordinária na Sétima Turma nos últimos 12 meses.
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	

Total: _____	
--------------	--

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

A secretaria da Sétima Turma possui setores distintos: direção da secretaria, seção de coordenação e julgamentos, seção de processamento e procedimentos diversos e o apoio (balcão de atendimento). A distribuição das atividades entre os servidores é feita de acordo com a atribuição de cada setor (atribuições aprovadas pela Portaria n. 608/12 da Presidência e também Resolução n. 111/11 do TRF4 que dispõe sobre as funções comissionadas das secretarias de turma).

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Os autos estão localizados fisicamente dentro da Secretaria da Turma. Os processos são colocados nos armários, escaninhos ou nos carrinhos de processos (apensos) existentes na Secretaria, com localizadores específicos, que são registrados no sistema processual - SIAPRO (vinculação do n. do processo ao localizador cadastrado no sistema). Os localizadores físicos dos processos são identificados visualmente na secretaria, e também descritos no sistema processual.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

A organização do acervo/processos em tramitação na secretaria é feita de acordo com a competência/atribuição de cada seção de trabalho e também através dos localizadores (físicos ou eletrônicos) dos processos. O processo, depois de recebido na secretaria ou enviado para a secretaria (processo eletrônico), é colocado em um “localizador” específico; o sistema informatizado é alimentado com a indicação deste “localizador” (processo físico); a cada movimentação do processo, o “localizador” é alterado no sistema.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

São os critérios de competência e atribuições, mencionados do item 1.8 deste questionário. A direção da Secretaria atende e diligencia o andamento da Secretaria, em trabalho direto com as seções da unidade; assiste aos desembargadores componentes da Turma e seus respectivos gabinetes; secretaria as sessões de julgamento; acompanha e atualiza os sistemas processuais informatizados após o término das sessões e exerce as atribuições comuns aos titulares da unidade.

O setor de apoio (balcão de atendimento da secretaria) está encarregado, de uma forma geral, pela entrada e saída dos processos da secretaria (carga de processos e respectivo controle quanto à devolução). Presta, também, atendimento às partes, procuradores e público em geral; recebe e protocola

as petições e recursos (SUP – sistema único de protocolo); recebe e distribui os processos para cada setor da secretaria; recebe fax; arquiva documentos; faz o trâmite interno dos documentos da Secretaria e correspondência em geral e auxilia nas demais tarefas da secretaria, quando necessário (na ST7, o colega do atendimento auxilia na certificação do trânsito em julgado e baixa definitiva dos autos, com a remessa à vara de origem ou, no caso das ações originárias, na remessa dos autos para o arquivo do Tribunal).

A seção de coordenação e julgamentos executa todo o trabalho referente ao julgamento dos feitos, a partir da chegada dos autos com pedido de dia para o julgamento, até a publicação do acórdão (boletim) e controle dos prazos para a intimação das partes. A seção de processamento e procedimentos diversos executa atividades de cartório judicial, expedindo certidões, elaborando ofícios, entre outras atividades. Recebe, atualiza, cumpre, intima e publica (formação de expedientes para a publicação) os despachos monocráticos; junta petições, junta os recursos interpostos e dá andamento a eles, faz as certidões de trânsito em julgado, a baixa dos autos, seja por diligência, em cumprimento ao despacho do Relator, ou por trânsito em julgado para as partes (baixa definitiva).

Tendo presente essas atribuições, que estão relatadas de uma forma genérica, cada supervisor de seção organiza suas atividades com demais integrantes da sua respectiva unidade. E mesmo estando o servidor ou estagiário vinculado a determinada seção, isso não impede de que, se necessário, haja auxílio de todos em uma determinada tarefa, independente de qual setor da secretaria ela seja destinada.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Como a secretaria trabalha com a distribuição/movimentação diária dos feitos, os processos com prioridade legal (*habeas corpus*, mandados de segurança, idosos, réu preso, etc.) têm o seu processamento com preferência em relação aos demais (comunicação imediata do resultado do julgamento e das decisões liminares).

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

O atendimento das partes e procuradores é feito pelo telefone (informações telefônicas prestadas das 11 às 19h) ou pessoalmente (atendimento externo das 13 às 18 h), no balcão de atendimento da Secretaria (IN-42-J-04). Na consulta e movimentação dos autos, bem como em relação à publicidade dos documentos, a Secretaria observa as regras estabelecidas pela Resolução n. 25/05 do TRF4, bem como a Resolução n. 58/09 do Conselho da Justiça Federal (tratamento de processos com segredo de justiça e de publicidade restrita).

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

As decisões monocráticas são incluídas em expedientes para publicação. A secretaria recebe os autos (processos físicos), atualiza a decisão e inclui o despacho/decisão, de imediato, em expediente para publicação. São feitos, em média, 3 expedientes por semana. Em relação as intimações dos acórdãos, julgado o feito, recebido o processo na secretaria, efetuadas as conferências necessárias, é feita a remessa dos autos para intimação pessoal do Ministério Público Federal. No retorno do MPF, o acórdão é incluído, de imediato, em boletim para publicação.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

O TRF da 4ª Região coloca à disposição, através do GEDPRO (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais) e Sistemas Processuais, os controles estatísticos para organização de cada unidade. A Secretaria da Sétima Turma realiza, pelo CONTROLE DE ACERVO, as pesquisas pertinentes dentre os vários campos oferecidos pelo sistema (processos remanescente com o relator, processos suspensos/sobrestados, processos em tramitação, processos em carga MPF, etc.).

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

Através dos sistemas SIAPRO e GEDPRO a Secretaria da Sétima Turma faz o controle dos processos em carga com os procuradores constituídos, com a DPU (Defensoria Pública da União), com o Ministério Público Federal. Os sistemas buscam os dados estatísticos levando em conta a fase processual lançada (remessa externa – carga com procurador, remessa externa – carga com a DPU, remessa externa – carga para vista ou para intimação (no caso do Ministério Público Federal).

Em relação aos procuradores constituídos, o controle é feito por estatística gerada no SIAPRO e também com o controle das “guias de remessa na pasta carga”. No momento em que é feita a carga, é impressa a guia de remessa. Esta guia, com o dados do procurador (nome, telefone, n. OAB), é colocada na pasta carga; no retorno da carga, a guia é retirada da pasta carga e colocada na pasta “retorno de carga” e fica arquivada. Em relação à DPU, o controle é feito pelo sistema processual. A verificação dos processos em carga com os procuradores e em carga com a DPU é feita semanalmente pelo setor de apoio processual da Secretaria. Em relação ao MPF, a diretora da Secretaria, através do controle de acervo, verifica os processos remetidos ao MPF (físicos e eletrônicos), seja para vistas dos autos (parecer), ou para intimação pessoal. Esta lista de processos é atualizada regularmente. Não havendo devolução dos autos, pelo prazo superior a dois meses (no caso do envio de processo para parecer), a diretora da Secretaria encaminha listagem dos processos não devolvidos pelo MPF ao des. relator para conhecimento e possíveis providências.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

A Secretaria cumpre os prazos estabelecidos na legislação processual e no Regimento Interno do Tribunal. A Secretaria tem critérios de controle dos prazos (todos os “prazos em aguardo” estão agendados para controle individual de cada processo). Então o tempo médio é o estabelecido em lei para a implementação do ato processual, respeitadas as classes processuais, a tramitação dos mandados de intimação, ofícios e cartas expedidas pela Secretaria e os processos remetidos para - vista dos autos para parecer - ao MPF. Quando tais prazos são excedidos, a Secretaria, levando em conta os critérios de controle dos prazos, informa o Relator a respeito do ocorrido para conhecimento e possíveis providências.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

A secretaria da Turma zela pelo trabalho prestado com eficiência e cordialidade. A cordialidade e cooperação são sinônimos de produtividade e eficiência. A cordialidade se faz presente tanto no trato interno da Secretaria, da Secretaria com Gabinetes dos Des. Federais, com respeito pelo trabalho dos colegas e ajuda mútua, bem como o trato com as partes e procuradores.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Tendo em conta a implementação do processo eletrônico, secretaria da Turma tem feito algumas solicitações à área da TI do Tribunal. São ideias e sugestões que visam o aperfeiçoamento do sistema. Outras sugestões são dadas em relação ao sistema GEDPRO, principalmente na “rotina espelho de pauta”. Quando implementadas, essas sugestões alcançam a todos os usuários do sistema.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

As petições que chegam à Secretaria têm o seu processamento imediato. Se o processo está na Secretaria, a juntada é feita no mesmo dia; se o processo está no Gabinete, é solicitado o seu envio para juntar a petição. As solicitações para juntada de petição são feitas diariamente, a todos os gabinetes. Se o processo não está no Tribunal (carga com o MPF, DPU ou procurador) é lançado lembrete no sistema processual - SIAPRO dando conta que há petição pendente de juntada na Secretaria. A petição é acautelada na pasta adequada. Aguarda-se o retorno dos autos, se faz a devida juntada e remete-se o processo ao gabinete. Se a petição for urgente, estando os autos fora do TRF, a petição é, de imediato, encaminhada ao relator, por protocolo, para apreciação.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

A Secretaria agenda a data da expedição das cartas para a intimação das partes. Tendo em conta a data agendada e o prazo estabelecido para o seu cumprimento, é feito o controle. A cobrança se dá pelo telefone ou pelo envio de mensagem pelo *email* da Secretaria. Não havendo retorno de tal diligência, o Relator é informado. Com a implantação do Sistema Eletrônico de Mandados – SMWeb – no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, o mandado expedido pelo SMWeb substitui a expedição de carta precatória ou carta de ordem, exceto quando demandar intervenção judicial para cumprimento (§ 4º do art. 2º da Resolução n.º 71, de 5 de julho de 2012). A secretaria da Turma acompanha o trâmite dos mandados pelo sistema de mandados, fazendo assim o gerenciamento do cumprimento da ordem, nos mesmos moldes da carta de ordem antes mencionada.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

A secretaria trabalha com a distribuição diária dos processos. O trabalho é feito na medida em que os processos são recebidos em cada Seção. O supervisor da Seção, dentro de uma rotina já estabelecida, com atribuições individuais, gerencia a evolução do trabalho. É feito um “controle visual” em relação ao acervo de cada seção da secretaria. É importante ressaltar que, se uma seção está com uma demanda menor de trabalho do que a outra seção, que está com uma demanda maior, o auxílio é prestado.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Uma sessão de julgamento por semana. As sessões ordinárias da Sétima Turma são realizadas todas às quartas-feiras, exceto nos feriados, com início às 13h30, sala 4, Torre A - Prédio Judicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Se solicitado pelo Gabinete, o controle dos processos pendentes é feito através dos sistemas já mencionados (GEDPRO - Gestão Eletrônica de Documentos Processuais - e Sistemas Processuais - SIAPRO).

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

As certidões são fornecidas dentro dos parâmetros estabelecidos pela IN-42-J-04 deste Tribunal. Cabe ressaltar que, em se tratando de processos com segredo de justiça, a expedição de certidões está restrita às partes e seus procuradores. Se houver interesse por parte de terceiro em obter qualquer certidão, ele será orientado a requerer, mediante petição endereçada ao desembargador relator, a expedição da certidão.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim, as juntadas são praticadas.

1.27. As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Sim. Quando, por exemplo, se expede um mandado de intimação da parte, é lançada a fase - mandado expedido - no sistema. O processo tem seu prazo agendado, é colocado em um localizador específico e fica em secretaria aguardando o cumprimento do mandado. Todas as comunicações de decisões e julgamentos feitas pela secretaria à vara de origem também são registradas no sistema.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Não, esse relatório de pendências (voto-vista, lavratura de acórdãos, revisão de notas taquigráficas) só será encaminhado ao gabinete se for solicitado à secretaria da Turma.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

Despachos/decisões: As comunicações das decisões/despachos monocráticos, as solicitações de informações ao juízo de origem, a expedição de mandados, a expedição de ofícios, excetuando-se os casos em que o destinatário não está apto a recebê-las por meio eletrônico, são feitas por meio eletrônico (SISCON, SMWeb e E PROC).

Acórdãos: A expedição de mandados, tanto da pauta como intimação dos advogados dativos do teor do acórdão, a intimação da pauta ao MPF, a expedição de ofícios, a comunicação dos resultados do julgamento dos processos, o envio do inteiro teor do acórdão ao juízo de origem, excetuando-se os casos em que o destinatário não está apto a recebê-las por meio eletrônico, são feitas por meio eletrônico (SISCON, SMWeb e E PROC).

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

38 processos.

1 Boas Práticas

Integração dos sistemas informatizados com a Justiça Estadual.

2 Constatções

- As publicações são feitas após a remessa dos autos ao MPF, o que passou a determinar uma maior fluência de dias até a publicação e uma redução significativa do percentual de processos nos quais a meta 4 do CNJ é cumprida;
- Maior demora na distribuição de autos físicos, comparativamente àquela relativa aos eletrônicos.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

8ª Turma

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

Prédio Judicial - 3º andar

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	7
Servidores sem vínculo	
Estagiários nível médio	
Estagiários nível superior	3

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	
CJ2	1
CJ3	
CJ4	
FC1	
FC2	1
FC3	
FC4	2
FC5	2
FC6	

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	46 sessões e 34 ausências (férias e licença para tratamento de saúde): Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz: 17 ausências Des. Federal Luiz Fernando Wowk Penteado: 8 ausências Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus: 9 ausências
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	7 sessões casos de impedimento do Relator
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	1 sessão cancelada: 02/05/2012: encontro de juizes criminais em Foz do Iguaçu
Seção: ____ Motivo:	

Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	0
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

A estrutura funcional da secretaria está determinada pela Resolução n. 111/2011, da Presidência deste Tribunal, bem como pela Portaria 608/2012 (atribuições), assim disposta: - Diretor de Secretaria (CJ2) – Apoio (FC2) - Seção de Processamento e Procedimentos Diversos (FC5) - Setor de Publicações e Recursos (FC4) - Seção de Coordenação de Julgamentos (FC5). - Setor de Julgamentos (FC4).

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Em armários sem portas, em escaninhos (prateleiras) com localizadores específicos.

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

O SIAPRO e o GEDPRO têm a rotina de LOCALIZADORES, com o registro do código/sigla e a descrição. No SIAPRO registra-se a localização (sigla) e a descrição; no GEDPRO, na rotina “Localização Física”, faz-se o registro do localizador em “Cadastro de localização física” indicando o código e descrição. No sistema de Consulta Processual Unificada (Internet) visualiza-se o código do localizador na consulta feita pelo público externo, por tal razão optou-se por usar códigos/siglas, facilmente identificáveis pela secretaria ou por meio de consulta no SIAPRO/GEDPRO da descrição dos localizadores. A secretaria utiliza um número aproximado de 50 localizadores, sendo que os

principais contêm as seguintes descrições: processo incluídos em boletim, processos incluídos em expediente, processos aguardando transcurso de prazo da parte, processo aguardando cumprimento de carta de ordem/precatórias/mandados, processos aguardando resposta a ofícios, processos aguardando juntada de petições/recursos (o que é feito no mesmo dia do protocolo do documento, se o processo estiver em secretaria); processos aguardando transcurso de prazo recursal, processos suspensos, processos com segredo de justiça, apensos. O e-Proc tem seu funcionamento baseado em localizadores (do sistema e criados pela unidade).

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

As atribuições de cada cargo constam no Manual de Atribuições deste Tribunal (atualizado pela Portaria n. 608, de 04/07/2012, da Presidência, publicada no DE em 13/07/2012). O Diretor de Secretaria tem as seguintes atividades: dirigir e executar as atividades relacionadas com o processamento dos feitos de natureza penal, desde o seu recebimento até a respectiva baixa, bem como os serviços auxiliares de apoio ao julgamento; secretariar as sessões da turma; diligenciar pela regularidade procedimental dos feitos, certificando, se for o caso, as inconformidades; lavrar extrato de ata; manter permanente contato com os desembargadores; cumprir e fazer cumprir despachos exarados pelo Presidente e pelos desembargadores em processos de competência da turma; comunicar ao juízo de origem, por via eletrônica (quando for Justiça Federal) ou outro meio, o resultado de julgamento, quando forem urgentes; assinar os mandados de intimação às certidões extraídas dos processos judiciais; orientar o atendimento às partes e público em geral; proceder à autenticação de cópias dos processos e peças trasladadas.

O Apoio Judiciário (um servidor e um estagiário) tem como atividades: prestar atendimento às partes/procuradores/ advogados/público em geral; protocolar no sistema único de protocolo petições/recursos/documentos; fazer carga de processos, controlar a devolução e registrar a baixa na respectiva carga; manter atualizados no sistema informatizado os dados referentes a processos/petições/recursos que deram entrada ou saída da secretaria; distribuir os processos recebidos às unidades referidas nos despachos; prestar auxílio ao diretor da secretaria e aos supervisores de seção no que se refere às comunicações, envio de processos e correspondências externas e com os diversos órgãos do Tribunal, controlando os registros próprios; providenciar o encaminhamento da correspondência da secretaria (endereçamento, registro, conferência); levar processos conclusos de caráter urgente aos magistrados nos respectivos gabinetes; auxiliar nas tarefas das demais unidades da secretaria, sempre que houver determinação do diretor.

A Seção de Coordenação de Julgamentos (um servidor), executar os serviços de apoio aos julgamentos, assim como os relativos ao processamento dos feitos, a partir da chegada dos autos, com pedido de dia para julgamento, até

publicação do acórdão e controle de prazos; elaborar as pautas de julgamentos; certificar nos autos a data de disponibilização da pauta no Diário Eletrônico e providenciar as intimações; elaborar cronograma das sessões de julgamentos; preparar convocações de sessões extraordinárias; expedir mandados de intimação para o União Federal e Fazenda Nacional pelo inteiro teor dos acórdãos, certificando nos autos, e de intimação da pauta ou de outras decisões, por meio do SISCOM; acompanhar os processos pendentes de julgamento, os pedidos de vista e a conclusão de autos a relatores designados para lavratura de acórdãos; conferir as publicações oficiais e certificar nos autos; proceder a conferência da representação processual nos autos;

A Seção de Processamento e Procedimentos Diversos: expedir certidões, mandados, notificações, editais, cumprir despachos exarados pelo relator, realizando as diligências ordenadas no prazo legal; minutar ofícios e outras correspondências; certificar nos autos o decurso de prazo para recurso; controlar e acompanhar o transcurso dos prazos processuais, observadas as normas legais e regimentais; baixar autos em diligência, em cumprimento a despacho do relator, bem como, após o decurso do prazo *in albis*, baixar em definitivo os autos, enviando-os conforme a situação, ao juízo de origem ou à área de Memória Institucional deste Tribunal; baixar processos com decisões terminativas e trânsito em julgado e enviá-los à origem; receber, conferir, preparar e enviar matéria para publicação oficial (diário eletrônico).

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

As prioridades legais (idade, réu preso, HC e MS) são devidamente respeitadas na tramitação do feito, com cumprimento imediato das respectivas decisões/acórdãos.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

Com a observância das regras legais, em especial a Instrução Normativa 42-J-04, e o regramento quanto aos processos que tramitam em segredo de justiça (Resolução TRF-4ª Região n. 25/2005 e Resolução CJF n. 58/2009). Cumpre registrar que no sistema e-Proc (Resolução TRF n. 60/12 e Resolução CJF n. 121/10), há possibilidade de advogado sem estar habilitado nos autos, peticionar para ter acesso a eles.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

A inclusão dos acórdãos em Boletim e das decisões/despachos em Expediente, para disponibilização no Diário Eletrônico, é feita após a devida conferência dos documentos remetidos à secretaria. Se os documentos necessitarem de correção, o feito é devolvido ao gabinete do desembargador. Feita a conferência e estando os documentos aptos a serem disponibilizados

no diário eletrônico, por meio do GEDPRO, são realizados os procedimentos devidos para inclusão em boletim/expediente. Os *Habeas Corpus*, Correição Parcial e Mandado de Segurança merecem tratamento prioritário entre os outros feitos. Os boletins são disponibilizados no diário eletrônico duas vezes por semana, ordinariamente, às terças-feiras e quintas-feiras. A opção por disponibilizarmos os boletins em dois dias da semana visa auxiliar no cumprimento da Meta 4. É dada prioridade de inclusão em boletim e disponibilização deste no diário eletrônico considerada a data que o processo foi julgado. Ressalto que, uma vez enviado o boletim para publicação, o acórdão fica disponível na Internet, com o que se tem por bem cumprida a Meta 4. Neste ponto, para ilustrar, trago os seguintes dados referentes ao ano de 2012: foram julgados pelos desembargadores da 8ª Turma, 835 processos, tendo sido publicados dentro do prazo da Meta 4, 754 processos, o que perfaz 90,3%. A feitura de Expediente (despachos/decisões) para disponibilização no diário eletrônico ocorre diariamente. Tratamento diferenciado é dado aos processos em tramitação em segredo de justiça, tanto no que diz respeito aos acórdãos, quanto às decisões e despachos, conforme determinado pelo Relator do processo. Por vezes a disponibilização no diário eletrônico é vedada, por ordem do Desembargador, outras vezes somente são disponibilizados alguns documentos (p.ex., apenas a ementa). Quando a disponibilização no diário eletrônico é vedada, a intimação se faz, nos termos da lei processual, pessoalmente, por meio próprio.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

Tanto o SIAPRO, quanto o GEDPRO e o e-proc possuem controles estatísticos dos processos em tramitação no Tribunal. O GEDPRO e o e-Proc possuem a rotina “Controle de Acervo”, com as seguintes pesquisas (“Tipo de Consulta), entre outras: processos julgados – decisão terminativa; processos julgados – acórdãos; processos suspensos/sobrestados; processos remanescentes com o relator; processos em carga ao MPF; remanescentes com o juiz para revisão; processo do relator remanescente com revisão; remanescentes com juiz em face do pedido de vista; remanescentes com o juiz com embargos de declaração; processo em tramitação; processos julgados pendentes de publicação.

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia - Geral da União)?

Os procedimentos envolvendo a retirada em carga dos autos pelos procuradores ou remessas a órgãos externos (MPF, DPU, AGU, FN, AGU) é feita mediante lançamento de fase processual no SIAPRO, com anotação da OAB do procurador, se for o caso. É feita anotação em registro próprio do prazo, para que possa ser controlada a data de devolução. O controle de devolução dos autos é feito semanalmente por meio de estatística extraída no SIAPRO/GEDPRO/e-proc. Há regramento na IN-42 para os casos de não devolução dos autos no prazo legal, que inclui contato telefônico, ofícios do diretor da secretaria e do relator, até a expedição de mandado de busca e

apreensão.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

Há cumprimento estrito do prazo legal relativo ao ato processual ou procedimento cartorário a ser realizado, com o objetivo de que o mesmo não seja extrapolado. Não há registro de demora de feitos em secretaria, no que diz respeito ao cumprimento dos procedimentos cartorários, que são realizados dentro do mais exíguo tempo, frente à especialização em matéria penal. O transcurso dos prazos para cumprimento de decisões por parte de procuradores, partes, órgãos externos é devidamente controlado pelo setor competente. Uma vez extrapolado o prazo, é feita a devida certificação e os autos são conclusos ao Desembargador.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Utilização, desde a sua instituição, do SISCOM como meio oficial de comunicação, nos processos físicos, de decisões de cunho urgente, bem como aquelas com segredo de justiça às varas federais da 4ª região, mormente no cumprimento dos *habeas corpus*, uma vez que o sistema funciona como um *e-mail* (em termos de rapidez) e as mensagens são criptografadas, gerando segurança no envio das decisões. Certificação de intempestividade/tempestividade dos recursos (embargos de declaração, agravo regimental) a serem julgados no âmbito da Turma, bem como dos embargos infringentes. Conhecimento pelos servidores e estagiários de todas as atividades executadas pela secretaria na tramitação de processos, o que proporciona integração entre as unidades e possibilidade de auxílio entre elas quando for necessário.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Cabe registrar a importância dos sistemas GEDPRO e e-proc, que, desde suas implantações, seus recursos e ferramentas tem sido aprimorados.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Ao receber petição/recurso/documento a secretaria verifica a localização do processo e estando em tramitação na 8ª Turma utiliza-se o Sistema Único de Protocolo (SUP) para fazer o registro. Quando o processo está na secretaria, o documento será juntado e dado prosseguimento ao feito. No caso de os autos estarem no gabinete é feita a solicitação (com anotação em planilha própria), com lançamento de lembrete no SIAPRO. É realizado controle diário da remessa destas petições à secretaria. Se os autos estiverem fora do

Tribunal (MPF, DPU, FN, AGU), faz-se uma análise da urgência na apreciação da petição pelo Desembargador, com consulta à assessoria do Desembargador. Havendo urgência, é feito contato com órgão externo para solicitar a devolução ou previsão de devolução dos autos.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

Desde junho/2012 encontra-se em funcionamento o SMWeb (Sistemas de Mandados), não havendo mais a expedição de cartas de ordem. Por meio do sistema, a secretaria expede o mandado e o oficial de justiça o recebe para cumprimento, e certifica o resultado. As cartas expedidas antes da implantação do SMWeb, na 4ª Região da Justiça Federal, eram controladas por meio de planilhas e de consultas processuais.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

O desenvolvimento das atividades na secretaria tem por base realizar os atos/procedimentos no menor tempo possível e com qualidade e correção, sempre com o objetivo de realizar ou iniciar o ato/procedimento no mesmo dia em que recebido o processo. Tendo em vista a necessidade de cumprimento correto e ágil dos procedimentos a serem executados pela secretaria, cada unidade da secretaria cumpre suas atribuições, sob a supervisão direta do diretor de seção. O cumprimento em tempo exíguo das tarefas faz com que não tenhamos tarefas em atraso. Há conhecimento por todos os servidores e estagiários de todas as tarefas realizadas na secretaria. Assim, havendo necessidade de serviço, servidor de uma seção auxilia o outro núcleo no cumprimento das atividades.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

As sessões ordinárias da 8ª Turma realizam-se uma vez por semana, às terças-feiras, conforme edital de abertura de trabalhos, publicado no início do ano. Havendo necessidade, são realizadas sessões extraordinárias, com a publicidade exigida regimentalmente.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Tais controle são feitos pelos sistemas de estatísticas disponíveis (GEDPRO e e-proc).

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

São fornecidas certidões narratórias (com observância do prazo fixado na IN 42-J-04) e de ato(s) do processo independentemente de despacho, sendo que no caso de autos cobertos com segredo de justiça, somente são expedidas certidões ao procurador dos autos ou à parte.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

Sim.

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

As fases processuais lançadas registram os atos praticados pela secretaria, e, por meio do uso de localizadores (que possuem registro com descrição nos sistemas), há como identificar a movimentação e localização atual do processo na unidade.

1.28 É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos-vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Relatórios de pendência para os gabinetes podem ser feitos quando há solicitação neste sentido, o que raramente ocorre, uma vez que tais controles são realizados pelos próprios gabinetes do relator. Atualmente, é realizada estatística mensal dos processos remanescentes no MPF, por determinação do Presidente da Turma, cabendo à Secretaria o respectivo controle.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

A Meta 10/2010, exigindo 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário. A Resolução n. 63, de 17/12/2003, da Presidência deste Tribunal, publicada no BIE no dia 15/01/2004, instituiu o Sistema de Comunicação Eletrônica – SISCOM, para troca de documentos e decisões judiciais e administrativas, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região. A Resolução n. 30, de 18/09/2008, da Presidência deste Tribunal, disponibilizada no DE do dia 23/09/2008, dispôs sobre a consolidação normativa do SISCOM. A criação deste sistema como meio oficial de comunicação interna da Justiça Federal da 4ª Região, de acesso controlado, com cadastro de usuários, sendo os documentos transmitidos mediante recursos de criptografia, havendo registro de horário de remessa e acesso pelo destinatário, teve por objetivo a qualificação dos procedimentos de realização dos atos processuais, observando as disposições da Lei n. 11419/06.

No âmbito desta Secretaria, especificamente em relação aos *Habeas Corpus* e Mandados de Segurança, que demandam urgência na tramitação, o sistema propicia a imediatividade no envio do documento, além de todas as garantias de segurança quanto ao seu conteúdo, bem como quanto ao direcionamento do destinatário. Deve-se observar que seria desnecessário o envio dos documentos originais, oriundos do 1º grau, via malote, para este Tribunal, após o uso do SISCOM, uma vez que a via recebida pelo sistema reveste-se de total fidedignidade.

Além dos órgãos da JF da 4ª Região, faz-se uso do referido sistema para os

seguintes destinatários: PGFN, MPF, DPU, comarcas estaduais cadastradas. Importante referir que, seguindo a implantação do processo eletrônico no âmbito do TRF-4ª Região, foi disponibilizado, a partir de 29/10/2010 a distribuição de HC por meio eletrônico (no caso do processo originário tramitar em meio eletrônico), o que trouxe agilidade ao processamento deste processo, com comunicação de decisão à origem no mesmo momento em que registrado o evento de decisão liminar (o evento do HC replica no originário).

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

Processos inspecionados

45 processos.

1 Boas práticas

Integração dos sistemas informatizados com a Justiça Estadual.

Constatada a necessidade de providências específicas, as recomendações correlatas serão encaminhadas por meio do relatório individualizado à unidade inspecionada.

Secretaria de Registros e Informações Processuais

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1 DADOS DA UNIDADE

1.1 Localização

TRF4 - torre A – térreo.

1.2 Servidores em Atividade

Servidores efetivos	26
Servidores sem vínculo	0
Estagiários nível médio	1
Estagiários nível superior	4

1.3 Cargos e Funções Comissionadas em Atividade

CJ1	2
CJ2	1
CJ3	0
CJ4	0
FC1	0
FC2	1
FC3	0
FC4	4
FC5	5
FC6	1

1.4 Número de sessões/ausências, por órgão julgador, com as respectivas justificativas nos últimos 12 meses

Turma: ____/____ Motivo:	
Seção: ____/____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____/____ Motivo:	
Plenário: ____/____ Motivo:	

1.5 Número de sessões com participação de Desembargadores Federais de outros órgãos para composição de quórum nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.6 Número de sessões designadas, mas não realizadas, nos últimos 12 meses

Turma: ____ Motivo:	
Seção: ____ Motivo:	
Órgão/Corte Especial: ____ Motivo:	
Plenário: ____ Motivo:	
Outro ____: ____ Motivo:	
Total: ____	

1.7 Número de sessões extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses

Turma: ____	
Seção: ____	
Órgão/Corte Especial: ____	
Plenário: ____	
Outro ____: ____	
Total: ____	

1.8 Como a Unidade se encontra organizada?

Em três setores de autuação e distribuição (apelações cíveis; agravos de instrumento; processos criminais e redistribuições), um setor de atendimento ao público, sendo que o este setor, juntamente com os diretores, também prestam apoio aos usuários do Eproc (processo eletrônico).

1.9 Onde ficam localizados fisicamente os autos?

Após a triagem, entre o período de recebimento e distribuição, ficam em estantes nos respectivos setores de autuação, separados por ordem de chegada (que é também ordem de distribuição).

1.10 Quais são os critérios internos para organização do acervo e controle de movimentação interna dos processos?

Não há acervo. Os processos permanecem na secretaria somente o tempo para serem autuados e distribuídos. O controle desses processos, até o momento da distribuição, é feito visualmente por ordem de data. Após a distribuição é feita por meio de relatórios mensais do sistema visando verificar se houve movimentação.

1.11 Quais são os critérios internos para a distribuição de atividades entre os servidores?

- a) complexidade da tarefa;
- b) volume de trabalho;
- c) perfil do servidor e capacitação para a tarefa.

1.12 Como são tratados os processos tidos legalmente como prioritários?

Nos processos originários é informada a data de nascimento na qualificação da parte.

1.13 Como é feito o atendimento de partes e advogados? Há regras especiais a serem observadas na consulta aos autos?

O atendimento presencial é feito nas mesas de atendimento. Após a implantação do processo eletrônico, esse tipo de atendimento diminuiu. A intensidade maior de atendimentos se dá por telefone e *e-mail*. A consulta aos autos é, em regra, dada pelas secretarias processantes dos respectivos órgãos julgadores.

1.14 Em quanto tempo, normalmente, são feitas as publicações de decisões e de acórdãos?

Não se aplica.

1.15 Como são feitos os controles estatísticos da Unidade?

Nos setores de autuação de agravos e de apelações (setores de maior volume), através de planilhas alimentadas diariamente com a entrada, saída, média de produção e estoque a ser distribuído. Além disso, quando é necessário, afere-se a produtividade individual através de relatório no sistema SIAPRO. O controle de petições protocoladas por esta secretaria ou remetidas a esta secretaria são feitos pelos relatórios do Sistema Único de Protocolo (SUP).

1.16 Como é feito o controle de cargas e remessas (Advogados, Ministério Público; Fazenda Pública; Advocacia-Geral da União)?

Não são feitas cargas nesta secretaria. Após a distribuição, são feitas remessas de processos diretamente ao MPF quando se trata dos seguintes processos cíveis: Apelações em Mandado de Segurança; Apelações em que haja interesse de incapaz; Apelações cíveis cujo assunto se inclua no rol daqueles pré-determinados pelo relator para a remessa direta ao MPF – nestes casos a devolução é feita diretamente na secretaria processante do órgão julgador e o controle da devolução é realizado pelo gabinete do relator, ou, por delegação deste, pela respectiva secretaria processante.

1.17 Qual o tempo médio de tramitação dos feitos na Unidade?

Excepcionando os casos urgentes, a média de permanência na secretaria é de:

- Agravos de instrumento para distribuição: de 24 a 48 horas;
- Apelações cíveis para distribuição: em torno de 7 dias úteis;
- Processos criminais para distribuição: de 24 a 48 horas;
- Redistribuições: 24 horas.

1.18 Há práticas adotadas pela Unidade que possam ser consideradas como modelo e sem as quais o serviço não seria realizado com presteza, eficiência e efetividade?

Sim. O zelo pelo bom ambiente de trabalho visando que os servidores se sintam bem e tenham condições de desenvolver um bom trabalho. A

descentralização do conhecimento e a facilitação do acesso à informação necessária para a execução do trabalho em uma 'home page' da secretaria.

1.19 Em sua opinião, de que forma o Tribunal, como um todo, pode ser melhorado sob o ponto de vista organizacional e quais são as rotinas que poderiam ser criadas para fins de aprimoramento de sua Unidade e de outras?

Adaptações evolutivas no sistema de processo eletrônico, inserindo inteligência artificial que se encontra hoje nos saberes dos servidores.

Adaptações evolutivas nos sistemas visando otimizar o tempo utilizado para a análise processual.

Permanente capacitação dos servidores e gerentes com temas que sejam inerentes ao fazer e ao gerir cotidianos.

1.20 Como é feito o controle e qual o procedimento adotado em caso de petições pendentes de juntada?

Para petições iniciais do Tribunal é feito o controle pelo Sistema de Protocolo Único (SUP) verificando se alguma não foi autuada. Para petições a serem juntadas em processos que serão autuados e distribuídos (casos raros), é feito lembrete no sistema pelo n. de origem do processo que aparecerá na tela do servidor no momento do registro do processo.

1.21 Como é feito o controle de cobrança de Cartas de Ordem?

Não se aplica.

1.22 Há metas individuais de produtividade?

Já trabalhamos com metas individuais fixas construídas em conjunto com cada servidor. Atualmente trabalhamos com metas coletivas do setor e, havendo necessidade, constrói-se juntamente com o servidor uma referência de quantidade de produção individual que serve para sua orientação.

1.23 Qual a periodicidade das sessões?

Não se aplica.

1.24 Como é feito o controle de processos pendentes nos gabinetes (votos vencidos, lavratura de acórdão, etc.)?

Não se aplica.

1.25 Como são feitas as certificações do art. 141, V, do CPC?

Normalmente, as certidões a respeito do conteúdo do processo são fornecidas pelas secretarias processantes dos respectivos órgãos julgadores. Certidões 'negativas' são fornecidas diretamente no site do TRF. Certidões de antecedentes, para autoridades judiciárias, são acessíveis a estas por meio de convênio celebrado com o TRF4 ou fornecidas por esta secretaria por e-

mail. Havendo a necessidade de a certidão ser expedida pela secretaria, é fornecida diretamente ao solicitante pelo mesmo meio em que foi solicitada. Se o processo ao qual se refere a certidão corre em segredo de justiça é fornecida somente para a parte do processo, seu advogado ou para pessoa devidamente autorizada em instrumento procuratório.

1.26 A Unidade tem poderes para praticar atos meramente ordinatórios (art. 162, § 4º, do CPC)?

A vista obrigatória é realizada pelas secretarias processantes. As juntadas, eventualmente necessárias, em processos sob a responsabilidade desta secretaria são feitas de ofício e autorizadas pelo Regimento Interno art. 93, § 2º. Os atos meramente ordinatórios, como juntada e vista obrigatória, serão praticados de ofício pelo servidor, podendo ser revistos pelo Desembargador quando necessário (CPC, art. 162, § 4º).

1.27 As movimentações processuais, dentro da própria Unidade, são registradas em sistema?

Não. O fluxo da movimentação interna é muito simplificado, registrar eventuais movimentações, não agregaria valor à informação do processo. Ocorre, todavia, a alteração automática do *status* do processo de acordo com a ação executada pelo servidor, da seguinte forma: durante o registro do processo até a finalização da autuação o processo fica na situação 'contabilizado', assim que é distribuído passa para a situação 'movimento'.

1.28. É confeccionado e encaminhado aos Presidentes das Turmas um relatório de pendências para, por exemplo, votos vista, revisão de notas taquigráficas e lavratura de acórdão, quando ultrapassado um certo prazo?

Não se aplica.

1.29 Como está sendo feito o cumprimento da Meta 10/2010 - CNJ?

A totalidade das comunicações desta secretaria com outros órgãos do Poder Judiciário é feita por meio eletrônico (*e-mail*, SISCO ou malote digital).

E. GESTÃO ADMINISTRATIVA

CONTROLE INTERNO

I METODOLOGIA

O desenvolvimento dos trabalhos obedeceu ao estabelecido no Plano de Trabalho da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e no Plano de Trabalho em Apoio à Inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, da Secretaria de Controle Interno do CJF.

Os trabalhos realizaram-se *in loco*, nas dependências TRF4, com a análise de processos administrativos, após **seleção por amostragem**, questionários, entrevistas e outras verificações necessárias.

Como metodologia e ferramenta de trabalho foram produzidas matrizes de planejamento e de procedimento para o alcance de possíveis achados.

Como diretriz de boas práticas nos processos administrativos, observaram-se os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, a legislação aplicável e os normativos do CNJ e do CJF.

O resultado das análises e dos cruzamentos das informações apontou para as sugestões elencadas neste relatório com vistas à boa gestão dos recursos públicos, à luz dos princípios da eficiência, eficácia e efetividade aliados à economicidade e legalidade dos atos administrativos.

II DAS ANÁLISES

Preliminarmente, cabe registrar que foi encaminhada ao Tribunal, com antecedência, a solicitação de um rol de documentos e procedimentos necessários à realização dos exames, para que as unidades administrativas providenciassem a tempo o material para análise, o que foi prontamente atendido pela Diretoria de Controle Interno.

Portanto, a análise foi consubstanciada na verificação de processos e documentos, do sistema corporativo do Governo Federal (Sistema Integrado de Administração Financeira), bem como do sistema informatizado para emissão de Autorização de Viagem a Serviço – AVS, em entrevistas, e exame de diversos atos normativos do CNJ, CJF e TRF4, dentre outros.

I TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI

Do cumprimento das Resoluções 90/2009, 91/2009 e 99/2009 do CNJ

A partir das citadas normas, foi elaborada uma série de questionamentos, apresentados por meio de questionário encaminhado à DIRINF do TRF4, cujas respostas constam do processo 12.1.000140027-0, armazenado no sistema *sei!*, do Tribunal.

Do Quadro de Pessoal de Tecnologia da Informação e Comunicações -TIC

Item n. 1

Constituição de quadro de pessoal permanente de profissionais da área de Tecnologia de Informação e Comunicação. (art. 2º da Resolução CNJ n. 90/2009 e anexo 1)

A Diretoria de Tecnologia da Informação - DIRINF do TRF da 4ª Região conta com um quadro permanente constituído de 44 servidores, área Informática, especialistas em Tecnologia da Informação. Desse total, 18 cargos são de analista judiciário e 26 são de técnico judiciário. Atualmente, um analista judiciário (6%) e 4 técnicos judiciários (15%) do quadro de especialistas em tecnologia da informação exercem funções em outras lotações no tribunal.

Portanto, do quadro permanente de 44 servidores efetivos, especialistas em TI, 39, ou seja, 90,9% atuam efetivamente na DIRINF.

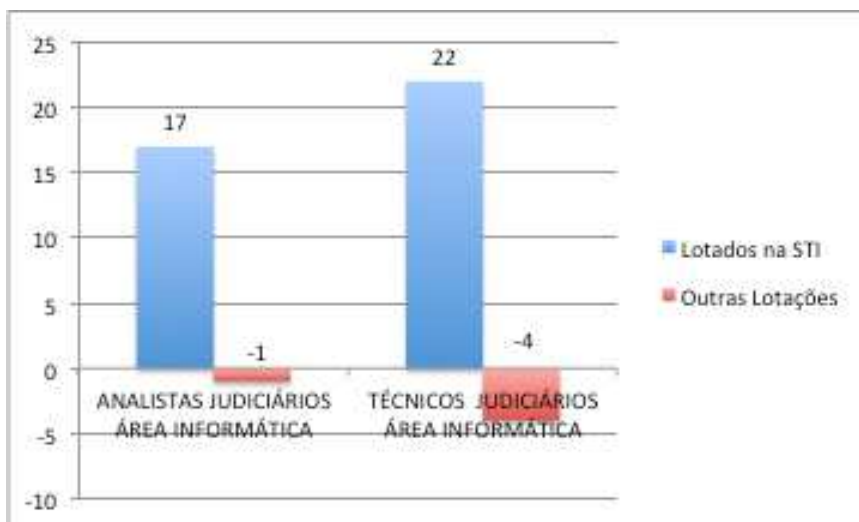


Gráfico 1 – Quadro permanente de servidores, área informática, distribuição

Completam o número de servidores do quadro permanente do TRF4 lotados na DIRINF, 3 analistas judiciários e 7 técnicos judiciários da área administrativa, além de 2 servidores oriundos de outros órgãos, por remoção. Não há cedidos, nem requisitados.

Há, portanto, um total de 60 servidores, efetivamente lotados na DIRINF.

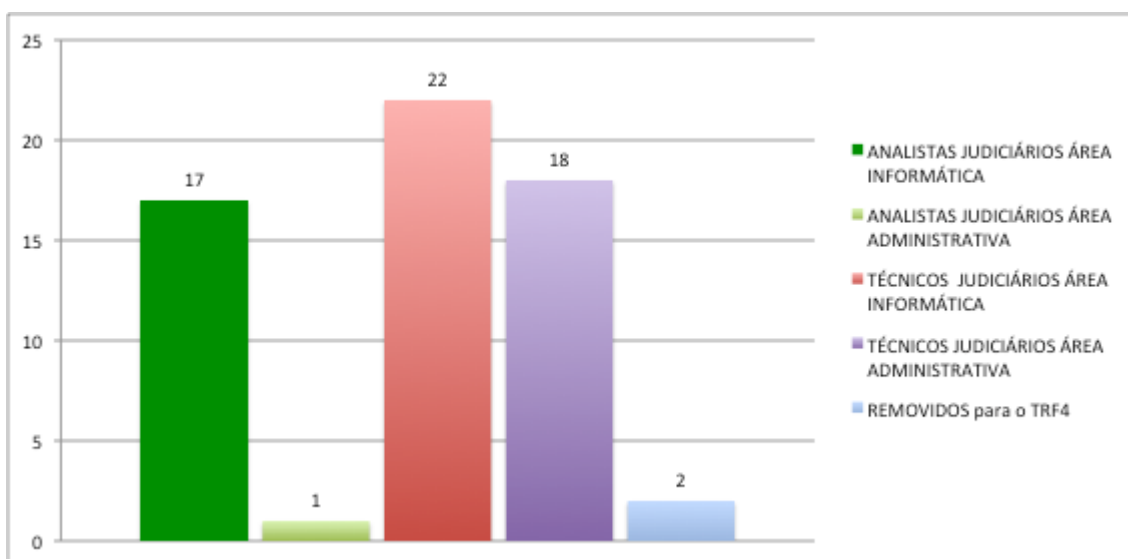


Gráfico 2 – Força de Trabalho atual da DIRINF, por cargo

O TRF4 mantém contratos de prestação de serviços para diversas atividades operacionais, como suporte à infraestrutura e desenvolvimento de sistemas. Esses não alocam numero fixo de profissionais, uma vez que são mensurados pelo serviço executado, portanto, não serão contados como força de trabalho (alocação de mão de obra).

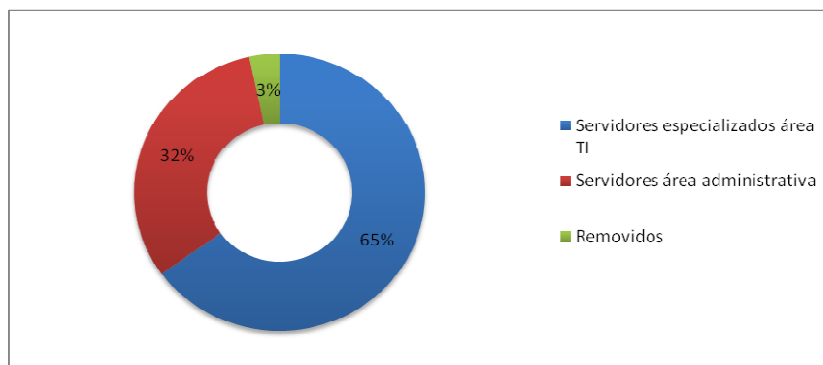


Gráfico 3 – Distribuição da força de Trabalho atual da DIRINF

O TRF4 procura atender às recomendações do TCU, fazendo com que os contratos de serviços de TI sejam baseados em níveis de serviço (SLA). Apesar de não utilizar a metodologia de mensuração por pontos de função, mas a estimativa de “horas técnicas” para os contratos de desenvolvimento, não se observou a configuração de mera alocação de postos fixos de trabalho por terceirizados. A mensuração nesses casos é feita por horas técnicas, e não por posto, sendo que tal mão de obra é flutuante e não pode ser contabilizada como força de trabalho pertencente ao Tribunal.

Avaliação do anexo 1 da Resolução CNJ 90/2009, que define a seguinte tabela:

Força de Trabalho Total Mínima Recomendada para a TI		
Total de Usuários de recursos de TIC	% mínimo da força de trabalho de TIC (efetivos, comissionados e terceirizados)	Mínimo necessário de profissionais do quadro permanente
Até 500	7 %	15
Entre 501 e 1500	5 %	35
Entre 1501 e 3000	4 %	75
Entre 3001 e 5000	3 %	120
Entre 5001 e 10000	2 %	150
Acima de 10000	1 %	200

Quadro 1 – Tabela Força de trabalho , anexo 1 da Resolução CNJ 90/2009

Segundo as informações do Diretor da DIRINF a estimativa do total de usuários do TRF4 é de 5.333, sendo 378 magistrados e 4.955 servidores, incluídos o tribunal e as seções judiciárias. Logo, aplicando-se a tabela do CNJ, verifica-se que o quadro de servidores especialistas em TI lotados na DIRINF do TRF4 corresponde a 26% do mínimo recomendado, pelo CNJ.

Ao se avaliar a força total de trabalho alocada em TI, observa-se um nível maior de aderência às disposições do CNJ, atingindo-se o índice de 56% do mínimo.

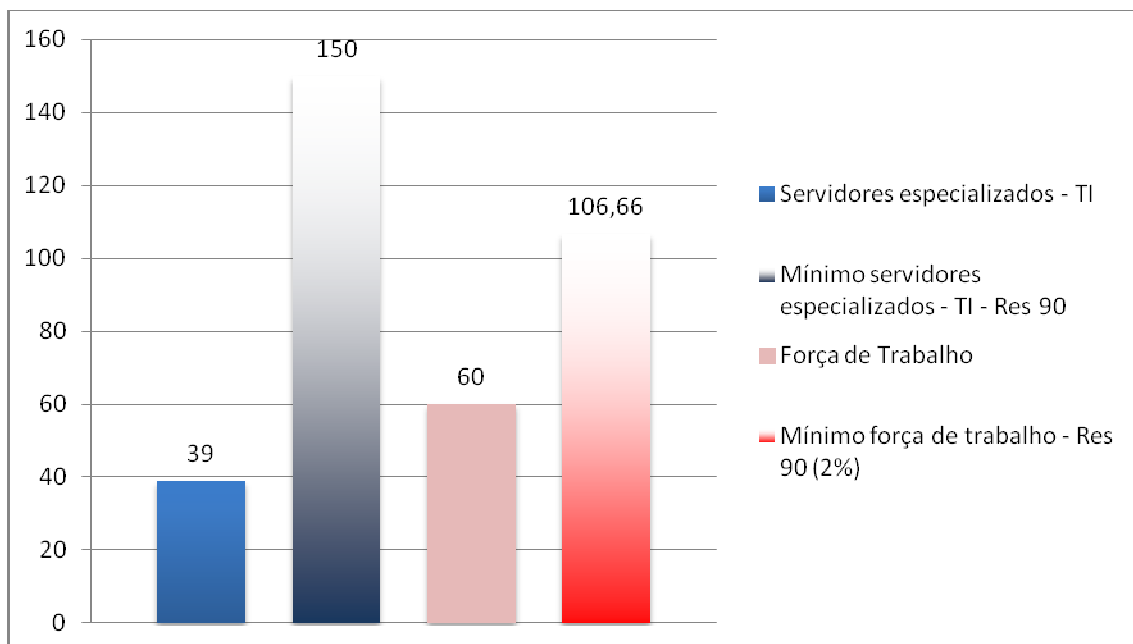


Gráfico 3 – Comparativo quadro atual x mínimo necessário conforme Resolução CNJ n. 90/2009.

Assim, conclui-se pela insuficiência da força de trabalho alocada se adotados os normativos citados como paradigma de confronto.

Obs.: Os cargos da Área Apoio Especializado, Especialidade Informática, Digitação e Operação de Computador, foram considerados como uma única especialidade: Especialista em TI, tendo em vista que a classificação original não mais se aplica na atual conjuntura tecnológica.

Item n. 2

Funções gerenciais e atividades estratégicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC exercidas por servidores efetivos (art. 2º, § 1º).

A DIRINF do TRF4 distribui as funções gerenciais e atividades estratégicas conforme preconizado no art. 2º da Resolução CNJ n. 90/2009. Segundo as informações levantadas, os servidores designados para as atividades consideradas estratégicas são do quadro permanente.

No entanto, não há definição formal e específica dessas responsabilidades e atribuições no manual do Tribunal ou documento oficial,

delegando ou atribuindo nominalmente a responsabilidade pelas atividades estratégicas.

As atividades de gerenciamento de projetos e análise de negócios estão difusas entre os titulares das áreas da TI e entre os servidores responsáveis pelas áreas de desenvolvimento de sistemas. Ou seja, não há gerentes de projetos e analistas de negócios especializados. Não existe estrutura dedicada à segurança da informação.

Segundo o diretor da DIRINF, essas atribuições estão definidas no manual de atribuições. De fato, verificamos que algumas das atividades estratégicas estão definidas no citado manual, contudo, de maneira difusa. Não há referência específica às atividades de governança, gerência de projetos, análise de negócio ou segurança da informação. Verifica-se também a inexistência de interação com a área de gerência de projetos do Tribunal, ou participação dessa área nos projetos de desenvolvimento, contratação de sistemas ou outros projetos da área.

A gestão de serviços terceirizados é atribuída, por portaria, a cada gestor de contrato.

RECOMENDAÇÃO

Adotar manual de atribuições das áreas de TI, atualizado e compatível com as atividades, bem como a formalização da atribuição das atividades estratégicas.

Quanto à atividade estratégica “segurança da Informação”, as Comissões previstas na Resolução CJF n. 006/2008 foram criadas e existe processo administrativo para acompanhar as atividades das comissões. No entanto, não há políticas de segurança da informação (documentos acessórios, conforme a citada resolução) publicadas.

RECOMENDAÇÃO

Aprimorar e fomentar ações destinadas à especialização das atividades ligadas à governança, análise de negócio e gestão de serviços terceirizados, mantendo o conhecimento estratégico do negócio em poder do tribunal, conforme determina a Resolução CNJ n. 90/2009, art. 2º, §§ 2º e 4º.

Item n. 3

Estabelecimento de política de gestão de pessoas que promova a fixação de recursos humanos na área de TIC. Elaboração e implantação de plano

anual de capacitação em operacionalização e gestão dos serviços de TIC.

O Tribunal possui normativo que trata do aperfeiçoamento e capacitação de servidores no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (IN-40-H-04 e Resolução 96/2011), que estabelece o Programa de Desenvolvimento Gerencial e institui o plano de capacitação para todos os gestores do TRF4. O plano de capacitação dos servidores de TI é construído com base no Levantamento de Necessidades de Capacitação.

Os documentos apresentados demonstram que a formação em atividades estratégicas, especialmente as relativas à aplicação de boas práticas e governança de TI, é ainda incipiente. Tal conclusão advém da solicitação, para a quase totalidade dos servidores que ocupam cargos gerenciais, de capacitação, nível básico, em COBIT e ITIL.

O restante das necessidades de treinamento levantadas referem-se a treinamentos operacionais. O mesmo se reflete nas tabelas de treinamentos realizados nos anos de 2011 e 2012.

RECOMENDAÇÃO

Dar maior ênfase na formação dos servidores do quadro da DIRINF, com especialização por atividade estratégica, de modo a promover o alinhamento das competências técnicas e gerenciais às melhores práticas de governança, bem como sua atualização tecnológica, conforme determina a Resolução 90/2009 CNJ, art. 2º.

Destaca-se, no entanto, a boa prática de inclusão, através do LNC, dos treinamentos de TI na programação de capacitação do tribunal.

Gestão de TI

Item n. 4

Adequação às melhores práticas preconizadas pelos padrões internacionais para governança e gerenciamento de serviços de TI (art. 10 - Resolução CNJ n. 90/2009).

Como observado nos itens anteriores, ainda não há capacitação suficiente nas bibliotecas e processos de boas práticas de gestão e governança

de TI. A capacitação foi incluída no levantamento de necessidades de capacitação (LNC), em nível fundamental.

Isso posto, verifica-se que a DIRINF ainda não possui maturidade que indique plena aderência às melhores práticas, conforme preconiza o art. 10 da Resolução CNJ 90/2009. Não há processos baseados em ITIL para gerenciamento de serviços e infraestrutura implantados. Não há estruturação voltada para a gerência de projetos ou documentação de processos de trabalho, muito embora existam projetos de desenvolvimento de *software*, em que se aplicam metodologias de gerência de projetos.

Da mesma forma, não foram identificados controles instituídos ou medidas, conforme preconiza o COBIT. Ou seja, os elementos encontrados não permitem concluir pela existência de efetiva “governança de TI”.

Note-se que, a despeito do panorama identificado, a gestão da DIRINF tem alcançado resultados expressivos, especialmente no que se refere às aplicações de virtualização de processos administrativos (SISTEMA SEI) e judiciais (sistema E-Proc).

Item n. 5

Elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI. Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI (art. 11 - Resolução CNJ n. 90/2009 e Resolução CNJ n. 99/2009).

O Conselho da Justiça Federal em conjunto com os Tribunais Regionais Federais, decidiu pela adoção de um único Planejamento Estratégico de TI, de âmbito nacional, conforme a Resolução/CJF n. 103/2010. Ainda não haviam sido divulgados no período inspecionado e até a data de encerramento da inspeção os dados referentes aos indicadores definidos no PETI vigente.

O PDTI - Plano Diretor de TI da Justiça Federal, foi recentemente publicado e desde 09 de março de 2010 foi designado comitê para a elaboração do PDTI da Justiça Federal, através da Portaria do Presidente do CJF N. 014, de 9 de março de 2010.

Considerando a recente finalização e publicação do PDTI, a revisão do PETI, e tendo em vista a Resolução CJF n. 187/2012 (que institui o Modelo de Contratação de TI da Justiça Federal – MCTI-JF), não existem recomendações a serem proferidas neste item.

Item n. 6

Constituição de comitê ou comissão multidisciplinar responsável por orientar as ações e investimentos de TI (art. 12 - Resolução CNJ n. 90/2009).

Existe comitê ou comissão multidisciplinar responsável por orientar as ações e investimentos de TI formalmente instituído no TRF4 pela Resolução n. 38/2010. Foram apresentadas atas das reuniões desse Comitê dos anos de 2011 e 2012. Essa comissão define a priorização dos investimentos tanto dos recursos oriundos do orçamento da união como os provenientes da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Item n. 7

Elaborar e aplicar Política de Segurança da Informação (art. 13 – Resolução/CNJ n. 90/2009).

A Política de Segurança da Justiça Federal foi instituída pela Resolução CJF n. 006/2008, que determina a criação de um Comitê Nacional e de Comissões Locais de Segurança da Informação e, ainda, de Resposta a Incidentes, definindo também suas respectivas atribuições e responsabilidades.

As Comissões Locais de Segurança da Informação (no âmbito dos tribunais e seções), devem garantir a implantação da Política de Segurança da Justiça Federal através da criação e implementação de **políticas de segurança regionais ou locais**, de acordo com as especificidades de cada órgão ou região. Essas políticas complementares são denominadas como **Documentos Acessórios à Política de Segurança da Justiça Federal**.

O TRF4 cumpriu o disposto na Resolução CJF n. 006/2008 quanto à criação das comissões. No entanto, a atuação das comissões é fraca, havendo apenas uma ata de reunião no processo administrativo de acompanhamento das ações da CLSI e uma minuta de política de acesso lógico, ainda não aprovada ou instituída no âmbito daquele tribunal.

RECOMENDAÇÃO

Maior comprometimento no atendimento às determinações das Resoluções ns. 006/2008 CJF e 90/2009 do CNJ, no tocante à criação e efetiva implementação de políticas de segurança, especialmente no que atine à atuação das Comissões Locais de Segurança da Informação e de Resposta a Incidentes, com efetiva participação de seus membros.

Infraestrutura de TI

A infraestrutura de TI do TRF4 está de acordo com a Resolução CNJ n. 90/2009.

Da Integração e da Disponibilidade

Item n. 8

Deve ser garantida a integração entre sistemas do primeiro e segundo grau e Tribunais Superiores (art. 7º – Resolução/CNJ n. 90/2009).

Informações sobre processos, andamentos e inteiro teor disponibilizados na internet (art. 8º – Resolução/CNJ n. 90/2009)

A integração entre os sistemas de 1º e 2º grau é completa e feita por sistema único, o E-PROC. Há poucos processos físicos ainda em tramitação, não só no tribunal como na região como um todo. Existe interação entre os sistemas das procuradorias regionais e Ministério Público. As alterações nos sistemas levam em conta as necessidades da Justiça Federal, das procuradorias do Ministério Público, dos advogados e da OAB.

As informações processuais, inclusive inteiro teor das decisões, estão disponibilizadas na internet.

Dos Sistemas de Automação

Não houve contratações recentes de sistemas no TRF4. O e-proc é desenvolvido e aperfeiçoado pelo próprio Tribunal, com o apoio de serviços contratados, segundo os preceitos da Resolução/CNJ n. 90/2009.

2 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N.: 10.1.000070727-1

Pregão PE 55/2010

RP 88/2010

Contrato n. 14/2011 Splenda

Objeto: Contratação de solução especializada em Tecnologia da Informação (TI) para a concepção e implementação de um Sistema de Informações Gerenciais Estratégicas para a Justiça Federal da 4ª Região. (Solução de BI).

Fundamento Legal: (Leis n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e no Decreto n. 5.450/2005.) Decreto 3.931/2001.

Trata-se de contratação com recursos oriundos de convênio entre o TRF4 e a CAIXA (11.1.000067181-8), de solução constituída por diversos componentes:

- a) Subscrições de *softwares*, serviços de instalação e configuração;
- b) Treinamento;
- c) Serviços de Desenvolvimento;
- d) *Hardware* com instalação e configuração;
- e) Treinamento no *hardware*;
- f) Garantia, suporte e manutenção.

ACHADOS

1 - Em que pese o uso de artefatos semelhantes aos definidos pela Res. CJF n. 187/2012 (MCTI), verificou-se que os artefatos utilizados pelo TRF4, e incluídos no processo em análise, ainda carecem de informações mais completas e detalhadas.

2 – Falta de clareza na definição do objeto licitado. O objeto não está objetivamente definido com todos os elementos que permitam sua completa caracterização. O produto resultante das 36.000 horas de treinamento não está definido.

3 – Não divisão do objeto em tantas partes quanto técnica e economicamente possível.

O objeto foi fracionado da seguinte forma, itens A e B, sendo que A constitui a parte de *software* e B seria o item referente a desenvolvimento.

O Item A abrange subscrições de 2 *softwares* (a1, a2 e a3), incluindo garantia, suporte e manutenção por 36 meses, treinamento, para os 2

softwares, instalação e configuração dos *softwares* e 36.000 horas técnicas de Desenvolvimento (a5).

Entende-se que para o item “A” haveria a possibilidade de maior divisão, possibilitando maior competitividade ao certame, especialmente se houvesse a separação do subitem “A.6” referente ao treinamento.

4 – Critério de julgamento da proposta que privilegia itens menos significativos na composição do custo da contratação. O peso atribuído ao subitem A.6 dentro do item A (de adjudicação global) restou distorcido ante a cotação do valor de 1 hora no valor total do lote, sendo que a estimativa de contratação montava em 36.000. Possibilidade de jogo de planilha, fazendo superestimar o valor individual da hora, o que teria baixo impacto no valor total do lote, como licitado.

5 – Contratação por hora de trabalho, sem ferramentas que possibilitem mensurar qualitativamente os produtos entregues. Adoção de mecanismos que possibilitem o pagamento em função das entregas efetuadas, e não pela mera medição de horas de serviço prestado. Nesse sentido, o recomendado é a utilização da medição de pontos por função.

6 - A ausência da anexação do documento formal de aprovação pelo SIJUS, assinado pelos membros dessa comissão.

7 – Ausência de fracionamento dos serviços de garantia, suporte e manutenção, que são distintos, autônomos e independentes, factivelmente possíveis de cotação e fornecimento separadamente.

8- Pagamentos dos serviços de desenvolvimento de forma regular e contínua, sem mensurar e avaliar os produtos individualmente, indicando possível contratação de serviços sem controle de demandas e entregas, de forma que fosse realizado o pagamento por resultado.

RECOMENDAÇÕES

1) Nas situações em que for identificada insuficiência de instrução processual, como ocorrido no DLC 0207705, suplementar com as informações necessárias antes do prosseguimento da contratação;

2) Descrever o objeto das licitações com todos os elementos necessários à sua perfeita caracterização, de forma que seja possível precisar previamente o objeto (produto) esperado da contratação;

3) Dividir o objeto das licitações em tantas parcelas quanto técnica e economicamente possíveis;

4) Adotar medidas administrativas para inibir o jogo de planilhas na composição de custos nas licitações;

5) Adotar mecanismos de avaliação de serviços que permitam a mensuração qualitativa dos produtos entregues;

6) Avaliar a possibilidade de contratar desenvolvimento de sistemas

por ponto de função;

7) Fazer juntar aos processos de contratação documento formal de aprovação pelo SIJUS;

8) Justificar sempre que promover a contratação de garantia, suporte e manutenção de forma conjunta, fazendo-os constar sempre de forma separada e autônoma na descrição do serviço e cotação;

9) Somente realizar contratações e pagamentos de serviços de desenvolvimento quando for possível estabelecer as demandas e os produtos, ambos estabelecidos de acordo com níveis de desempenho.

3 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N. 12.1.000021692

Pregão 24/2012

Contrato n. 21/2012

Contrato 45/2012

Objeto: Contratação de serviço especializados de suporte VMWARE

Fundamento Legal (Leis n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e no Decreto n. 5.450/2005.) Decreto 3.9.31/2001.

Trata-se de pregão eletrônico para contratação de serviços de suporte técnico para o ambiente de virtualização do tribunal (VMWARE), o qual suporta aplicações críticas do Tribunal.

O contratado não conseguiu preencher os níveis de atendimento exigidos no contrato, tendo sido aplicada multa e posteriormente rescindido o contato pela via amigável.

Realizou-se novo contrato com a 2ª colocada no certame, dando origem ao contrato 45/2012, nos mesmos termos do rescindido.

ACHADOS

1 – Não há documento formal do comitê do SIJUS, atestando aprovação da contratação, devidamente assinado. Consta apenas o formulário sem assinatura.

2 – A Resolução TRF4 n. 38, de 28 de junho de 2010, instituiu o comitê de Informática da Justiça Federal da 4ª Região. No entanto, não consta no processo aprovação da contratação pelo referido comitê.

RECOMENDAÇÕES

1) Fazer constar dos autos documento formal de aprovação do SIJUS na instrução das contratações; e

2) Fazer constar dos autos documento formal de aprovação do Comitê de Informática da Justiça Federal da 4ª Região.

4 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N. 10.1.000075186-6

CONTRATO: 36/2010

OBJETO: Contratação de serviços gerais

MODALIDADE: Contratação Direta – Dispensa (art. 24, XI, da Lei 8.666/1993)

VIGÊNCIA: 19.11.2010 a 02.05.2013 (33 meses)

ACHADO 1

Ausência de estudo técnico para estimar e justificar o quantitativo de postos de trabalho constante do projeto básico, denominado de Memorial Descritivo. Risco de super ou infraestimativa do objeto.

RECOMENDAÇÃO

Justificar a quantidade estimada de postos de trabalho mediante a apresentação de estudo técnico, nos termos dos arts. 7º, § 4º c/c 15, § 7º, II, da Lei 8.666/1993, e art. 15, V, da IN MPOG n. 2/2008.

ACHADO 2

Contratação por período superior à vigência do crédito orçamentário sem justificativa de que o prazo superior é mais vantajoso à Administração, contrariando o art. 57, II, da Lei 8.666/1993 e o art. 30 da IN MPOG n. 2/2008.

Nessa esteira, o Acórdão TCU n. 490-07/2012 – Plenário¹.

¹ [...] Quanto ao prazo de duração do contrato, a lei não veda que os contratos de serviços continuados possam ser celebrados por prazo superior a 12 meses, o que, a princípio, permite que seja firmado por 24 meses. Contudo, existe jurisprudência no sentido de que, em observância ao que estabelece o dispositivo supracitado, os contratos de serviço de natureza continuada não devem ter prazo de vigência superior a 12 meses, de forma que as prorrogações sejam precedidas de avaliação técnica e econômica, que demonstrem as vantagens e o interesse da Administração em manter a contratação (Acórdãos 1.467/2004-1ª Câmara, 1.626/2007-Plenário, 1.259/2010-Plenário, 5.820/2011-2ª Câmara).

RECOMENDAÇÃO

Limitar a duração dos contratos de prestação de serviços continuados aos respectivos créditos orçamentários, podendo prorrogá-los por iguais e sucessivos períodos, desde que comprovada técnica e economicamente a vantajosidade à Administração, respeitando-se o limite de 60 meses. Excetua-se a hipótese em que a Administração apresentar justificativa do benefício de contratação por prazo superior a 12 meses.

ACHADO 3

Não foram retidos os valores relativos aos encargos trabalhistas decorrentes da prestação de serviços continuados do Contrato n. 36/2010, contrariando a Resolução CNJ n. 98/2009 (atual Resolução CNJ n. 169/2013).

RECOMENDAÇÃO

Nos termos do Ofício/PR CJF n. 2011015128, do então Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro Ari Pargendler, constante do Processo 11.1.000133146-8:

a) firmar termo aditivo para determinar que seja realizado o contingenciamento dos encargos trabalhistas de que trata a Resolução CNJ n. 98/2009 nas parcelas vincendas e nas vencidas, retroagindo até o início da contratação, tendo em vista ser posterior à data da edição do citado ato normativo;

b) em caso de discordância da empresa, manter a contratação somente pelo período necessário à realização de novo procedimento licitatório.

ACHADO 4

Utilização do art. 24, XI, da Lei 8.666/93 (contratação direta de remanescente de obra ou serviço) para objeto de maior extensão do que o inicialmente contratado. A contratação do residual superou, de início, o período estabelecido para a contratação original.

RECOMENDAÇÃO

Assim, considerando que a regra é a contratação por prazo de 12 meses, com sucessivas prorrogações, a contratação por prazo maior de 12 meses somente deve ser adotada em casos justificados, onde fique demonstrado o benefício advindo desse ato para a Administração.

Quando houver necessidade de contratação do residual de obra ou serviço, com base no art. 24, XI, da Lei Geral de Licitações e Contratos, observar adstrinja-se aos termos da contratação original, abstendo-se de ampliar o objeto – qualitativa ou quantitativamente.

5 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N. 12.1.000023627-1

CONTRATO: Não há (contratação por nota de empenho)

CONTRATADA: JMS & CIA Limitada - Sociedade Simples

OBJETO: Contratação de Curso de Direito Processual Civil

MODALIDADE: Contratação Direta – Inexigibilidade (art. 25, II, 13, VI, da Lei 8.666/93)

ACHADO 1

Prevê o art. 38, VI e parágrafo único, da Lei 8.666/1993 que os procedimentos de licitação serão instruídos com pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Nessa esteira, o Acórdão TCU n. 11907/11 – 2ª Câmara².

Tratando especificamente das contratações diretas, o Acórdão TCU n. 2.121/2010 – Plenário, de lavra do Ministro Benjamin Zylber³.

É recomendável que se implemente no rito procedimental de contratações diretas, a submissão dos autos à unidade jurídica do órgão para análise da conformidade legal, não possuindo o parecer, neste caso, caráter vinculante, mas meramente opinativo.

² [...] observe, nos futuros procedimentos licitatórios custeados com recursos públicos federais, o disposto no art. 38, inc. VI e parágrafo único, da Lei 8.666/1993, **quanto à obrigatoriedade de se constar dos processos os pareceres jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade**, bem como a obrigatoriedade de emissão de pareceres jurídicos em relação às minutas dos editais de licitação e dos contratos (...) (grifo nosso).

³ [...] a compulsoriedade legal, no entanto, não alcança os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação. **Em que pese esteja prevista, no art. 38, inciso VI, da Lei n. 8.666/93, a juntada oportuna ao processo administrativo de pareceres técnicos ou jurídicos emitidos, a LLC não exige expressamente que se submeta a matéria à apreciação e à aprovação dos assessores jurídicos. Assim, apesar de bastante recomendável que a decisão pela dispensa ou pela inexigibilidade esteja respaldada em parecer jurídico, em não havendo exigência legal para a consulta, a manifestação do parecerista jurídico não se reveste de caráter vinculante, mas opinativo.** (grifo nosso)

RECOMENDAÇÃO

Submeter os procedimentos licitatórios de dispensa e inexigibilidade à unidade jurídica para emissão de parecer, nos termos do art. 38, VI, da Lei 8.666/1993 para análise da conformidade legal. Excetuando-se as hipóteses de contratação por valores inferiores a R\$ 8.000,00, onde o caráter sumário do procedimento restaria prejudicado.

6 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N. 12.1.000080946-8

CONTRATO: Ata de Registro de Preços n. 39, 41, 42, 43, 44 e 45/2012.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

ACHADO 1

O Projeto Básico deve conter o estudo de como as quantidades foram estimadas, com base no consumo provável do órgão para que não haja falta ou sobra de itens, conforme determina os arts. 7º, § 4º c/c 15, § 7º, II, da Lei 8.666/1993, e art. 15, V, da IN MPOG n. 2/2008.

Nesse sentido, dispõem os Acórdãos TCU n. 704/2004 – Plenário e n. 1219/206 1ª Câmara⁴.

Não há estudo técnico-quantitativo a justificar as quantidades descritas no Projeto Básico e Edital nos autos que versam sobre a aquisição de materiais de expediente que gerou a Ata de Registro de Preços n. 44/2012.

RECOMENDAÇÃO

Nas futuras licitações, instruir os autos com estudo técnico-quantitativo fundamentado no histórico de consumo dos anos anteriores, quando possível, ou outro método hábil a embasar as quantidades requeridas, para que reflitam a real necessidade do órgão.

⁴AC TCU N. 704/2004-P

[...] efetue estimativas mediante técnicas quantitativas adequadas, tendo por base o consumo e utilização prováveis, nos termos do art. 7º, § 4º, da Lei 8.666/93 c/c o art. 15 §7º, II, do mesmo diploma legal.

AC TCU 1219/2006 – 1ªC.

[...]1.7. atente para o disposto no inciso II do § 7º do artigo 15 da Lei n.º 8.666/93, quanto à inclusão no processo licitatório da estimativa da quantidade a ser adquirida em função do consumo e utilização prováveis, a qual deverá ser obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

ACHADO 2

Ausência de convite, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, a outros órgãos e entidades para participarem do registro de preços, nos termos do art. 3º, § 2º, I, do Decreto 3.931/2001⁵.

RECOMENDAÇÃO

Convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, outros órgãos ou entidades para participarem do registro de preços.

7 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N. 11.1.000142159-9

CONTRATO: 53/2011

OBJETO: Aquisição de Tablets

MODALIDADE: Adesão a Ata de Registro de Preços

ACHADO 1

O art. 8º do Decreto 3.931/2001 possibilitou a adesão tardia no Sistema de Registro de Preços, criando a figura do "carona"⁶.

Em uma evolução de entendimento quanto ao tema, o TCU, no Acórdão n. 2692, de 3 de outubro de 2012, firmou a seguinte compreensão:

[...] o quantitativo máximo dos itens a serem contratados, incluindo as adesões tardias ("caronas"), não deve superar o limite previamente fixado no edital. [...].
21. Embora as aquisições regidas pelo art. 3º e seus parágrafos, do Decreto 3.931/2001, efetuadas por órgãos "participantes" e as aquisições efetuadas por "caronas", nos termos do art. 8º, *caput*, e seus parágrafos, do referido Decreto, compartilhem de inúmeras vantagens comuns ao Sistema de Registro de Preços, como por exemplo a economia de escala, a prática do "carona" traz algumas desvantagens. Entre elas destaque, consoante discutido por ocasião do julgamento do Acórdão 1.233/2012 - Plenário, o aumento do risco de fraudes decorrente da utilização indevida dessa prática.

⁵ Atualmente, a matéria é regida pelo Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

⁶ A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

22. Assim, além de reduzir a possibilidade de fraudes, o entendimento firmado por esta Casa por meio dos Acórdãos 1.233/2012 e 2.311/2012 - Plenário traz também benefícios aos licitantes, uma vez que reduz a assimetria de informações do certame e diminui, em consequência, o risco de prejuízo decorrente de estimativas excessivamente otimistas, da quantidade total (incluindo as "caronas") que será efetivamente adquirida pelos órgãos públicos. Uma vez que cabe aos licitantes estimar a demanda global do bem licitado, quanto mais precisa for essa estimativa, não havendo conluio entre os licitantes, menor tenderá a ser o preço da proposta vencedora, uma vez que os ganhos de economia de escala poderão ser estimados com maior margem de segurança.

23. A dificuldade em estimar a quantidade global que será efetivamente adquirida pela Administração é justamente uma das principais fontes de críticas na jurisprudência e na doutrina ao instituto da "carona". As práticas adotadas pelos órgãos no sentido de aceitar a adesão tardia ilimitada ao SRP, consideradas indevidas pelo Acórdão 1.233/2012 - Plenário, reduzem as possibilidades de repasse de ganhos de escala, em face da incerteza na estimativa da demanda total por parte dos licitantes. De acordo com as práticas indevidas vigentes até a referida deliberação, hipoteticamente, um licitante, em uma licitação do SRP, poderia acordar secretamente com órgãos "carona" o fornecimento de grande quantidade adicional do bem licitado. Esse fato proporcionaria vantagens ao licitante fraudador, pois ele poderia apresentar, devido a ganhos de economia de escala, propostas de preço menores do que os concorrentes, que formulariam suas propostas com base em estimativas mais conservadoras de quantidades adicionais.

24. Dessa forma, a fixação do limite a ser adquirido em edital, conforme entendimento firmado pelo Acórdão 1.233/2012 - Plenário, dá plena transparência aos fornecedores a respeito da estimativa de quantitativos a serem adquiridos por cada participante. O entendimento detalhado pelo TCU na referida deliberação reduz a assimetria de informações associada à absoluta imprevisibilidade, na sistemática até então adotada pelos órgãos e entidades federais, do total de "caronas" que eventualmente poderiam ser agregados ao certame original e mitiga, assim, a possibilidade de comportamento oportunista por parte de eventuais licitantes fraudadores.

O Acórdão TCU n. 1233/2012, citado no excerto *supra*, explicita:

Nota-se, claramente, que a adesão ilimitada à Ata de Registro de Preços representa um desvirtuamento do SRP, que tem

como pressuposto principal o planejamento das aquisições pela Administração Pública, na medida em que propicia a contratação de muito mais itens do que a quantidade efetivamente licitada.

Dessume-se dos julgados citados que a orientação do TCU à época da contratação era no sentido de que todos os contratos derivados da ARP, fossem eles do gestor, partícipe ou caro, deveriam respeitar o limite quantitativo previsto no Edital que deu origem à Ata, privilegiando, dessa forma, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Nessa esteira, o Acórdão TCU n. 1619/2012, segundo o qual “a fixação, no termo de convocação, de quantitativos (máximos) a serem contratados por meio dos contratos derivados da ata de registro de preços [...] é obrigação e não faculdade do gestor”.

Nesse mesmo julgado, o TCU determina aos gestores que, “em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório [...], devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital”

RECOMENDAÇÃO

Ao aderir ata de outros órgãos e ao permitir a adesão por outros órgãos das atas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, respeitar os limites previstos no Edital que originou o Registro de Preços e zelar pela aplicação do Decreto n. 7.892/2013.

8 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N. 12.1.000123081-1

CONTRATO: Não há (nota de empenho)

OBJETO: Oficina de Sensibilização sobre o Trabalho de Segurança (fotografia)

MODALIDADE: Inexigibilidade (art. 25, II c/c 13, VI, da Lei 8.666/93)

ACHADO 1

Os autos que versam sobre a contratação de “Oficina de Sensibilização sobre o Trabalho de Segurança” não foram munidos de pesquisa mercadológica.

A correta instrução do processo de licitação para a aquisição de bens ou serviços torna imprescindível a existência de pesquisa de preços com

valores que reflitam a prática do mercado e dos demais órgãos públicos, conforme preceitua o art. 15, V, da Lei 8.666/1993.

Nessa esteira, Acórdão TCU n. 1.266/2011 – Plenário⁷.

Especificamente no tocante às contratações diretas, sejam por dispensa, sejam por inexigibilidade, a necessidade de levantamento de preços não é mitigada, conforme se verifica do Acórdão TCU n. 2324/2009⁸.

Excepcionam-se as inexigibilidades fundadas no art. 25, II, da Lei 8.666/1993, para a contratação de profissional ou empresa de notória especialização, hipótese em que deve ser juntado aos autos preços praticados pelo contratado em eventos similares que permitam verificar se os preços exigidos são coerentes.

RECOMENDAÇÃO

Instruir o processo administrativo de licitação com justificativa de preços a fim de refletir o mercado, com a eliminação de cotação situada nos extremos (mínimo/máximo) para elidir possíveis distorções na formação do preço de referência da contratação (preço médio), sempre observando a condição da apresentação de, no mínimo, três orçamentos válidos ou a justificativa diante da limitação de mercado.

ACHADO 2

Contratação de curso de fotografia para fins de cumprimento do Programa Anual de Reciclagem da Atividade de Segurança.

RECOMENDAÇÃO

Para fins de cumprimento do citado Programa, contratar curso que tenha estrita correlação com as atividades inerentes ao cargo de segurança institucional.

⁷[...] deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos **levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado**. E que, caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada. (grifo nosso).

⁸ [...] nas situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação, envolvendo objetos complexos ou não, apresente justificativa de preço fundada em planilhas em que **constem a composição de todos os custos unitários de serviços e materiais, com levantamento de preços (propostas) entre as diversas empresas do ramo**, como parte integrante dos processos, com vistas a obter a proposta mais vantajosa para a Administração. (grifo nosso)

ACHADO 3

Descrição deficiente do objeto, sem o detalhamento da necessidade da contratação e nem a forma como será executado o curso de capacitação.

RECOMENDAÇÃO

Descrever, no Projeto Básico, o objeto da contratação com clareza, a fim de balizar a pesquisa mercadológica, a definição do prestador do serviço ou fornecedor do bem e a execução do contrato.

9 PROCESSO ADMINISTRATIVO/TRF4 N. 11.1.000112297.4

CONTRATO: 55/2011 (Engafort Construtora)

OBJETO: Construção do prédio da Seção Judiciária de Foz do Iguaçu

ACHADO

Emissão de nota de empenho sem que o procedimento licitatório estivesse concluído, de forma que se soubesse com certeza a empresa que lograria vencedora do certame. Contrato assinado após a emissão da nota de empenho (exercício seguinte).

Inscrição de recursos em restos a pagar sem que houvesse termo de contrato assinado ou sequer início de execução da obra.

RECOMENDAÇÃO

- 1) Abstenha-se de empenhar recursos sem que o processo de contratação esteja findo, com a certeza de quem será efetivamente a contratada, em contrariedade com o art. 58 da Lei 4.320/64.
- 2) Abstenha-se de inscrever recursos em restos a pagar sem que estejam presentes os elementos do art. 36 e seguintes da Lei 4.320/64.

DIÁRIAS E PASSAGENS

PROCESSOS ANALISADOS		
Diárias		
1210000002297	1210000507836	1210000677448
1210000020864	1210000533403	1210000710666

1210000084030	1210000560591	1210000724250
1210000255560	1210000595972	1210001263299
1210000303874	1210000646470	
1210000443137	1210000669755	
Passagens		
1210000480504	1210000206895	1210001247633

10 OBJETO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ACHADO 1

Ausência de comprovações dos deslocamentos a serviço que justifiquem as viagens realizadas pelos magistrados e servidores, para fins de prestação de contas de diárias, por meio de cartão de embarque, ata de reunião, declaração de unidade administrativa ou lista de presença dos eventos, contrariando o art. 114, parágrafo único, incs. I, II e III, da Resolução CJF n. 4/2008, relativos aos seguintes processos e proposta de concessão de diárias (PCD):

- Processo 12.1.0000303874: PCDs 277, 280 e 281/2012;
- Processo 12.1.000053340-3: PCDs: 479/2012; 482 a 485/2012; 487/2012; 489 a 492/2012; e 495 a 499/2012;
- Processo 12.1.0000595972: PCDs 521 a 524/2012; PCD 530/2012; PCD 534/2012; PCDs 544 a 546/2012; e PCDs 548 a 550/2012;
- Processo 12.1.0000646470: PCD 540/2012; PCDs 555 a 557; PCD 563/2012; e PCDs 572 a 578/2012;
- Processo 12.1.0000669755: PCDs 597 e 612/2012;
- Processo 12.1.0000710666: PCD 581/2012 e PCDs 665 a 670/2012.

RECOMENDAÇÕES

1) Anexar os referidos comprovantes das propostas de concessão de diárias aos respectivos processos, conforme art. 114, parágrafo único, incs. I, II e III, da Resolução CJF n. 4/2008.

2) Aperfeiçoar os controles administrativos que possibilitem aferir o efetivo deslocamento, causa ensejadora do pagamento de diárias.

ACHADO 2

PROCESSO: 12.1.0001263299

As comprovações dos deslocamentos a serviço do Magistrado Loraci Flores de Lima, referentes aos PCDs 65, 66, 91, 105, 125, 154, 534, 535, 612, 623 e 670/2012, foram feitas por meio de declaração do próprio beneficiário, contrariando a necessária segregação na realização dos atos em apreço (beneficiário e comprovação).

RECOMENDAÇÃO

Anexar ao Processo 1210001263299, comprovação da ocorrência do fato ensejador do pagamento de diárias.

ACHADO 3

As ordens bancárias de diárias do Tribunal estão sendo emitidas por lista e não por credor, o que dificulta o levantamento e a análise das informações.

O princípio da transparência exige cada vez mais que seja possível a plena e fácil identificação das despesas públicas, tanto no que tange ao fato ensejador quanto ao seu beneficiário. A emissão de ordens bancárias em lista prejudica o levantamento e consolidação de informações (pagamentos) por beneficiários.

RECOMENDAÇÃO

Emitir as ordens bancárias por credor, de forma a garantir a adoção de boas práticas e a transparência pública.

11 OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS

PROCESSO: 12.1.0000206895

ACHADO 1

Não foi identificado o reembolso ou utilização das seguintes passagens, adquiridas em 2011, pela empresa Oritur:

Beneficiário	Trecho	Valor	Tarifa	Voo	Data
Nefi Cordeiro	POA/BSB	184,66	164,00	JJ 3070	19/4/2011
Luis Fernando Wowk Penteadó	POA/RIG	458,66	438,00	Z0 4514	23/5/2011
Francisco Finger	POA/FLN	330,56	309,90	G3 7651	12/6/2011
Francisco Finger	FLN/POA	390,56	369,90	G3 7650	16/6/2011

RECOMENDAÇÕES

1) Adotar procedimentos para a efetivação do reembolso das passagens aéreas adquiridas em 2011 e não utilizadas, conforme descrito acima, junto à empresa Oritur.

2) Fortalecer os controles internos administrativos que assegurem o reembolso ou não pagamento de todas as passagens aéreas emitidas e não utilizadas.

II RECURSOS HUMANOS

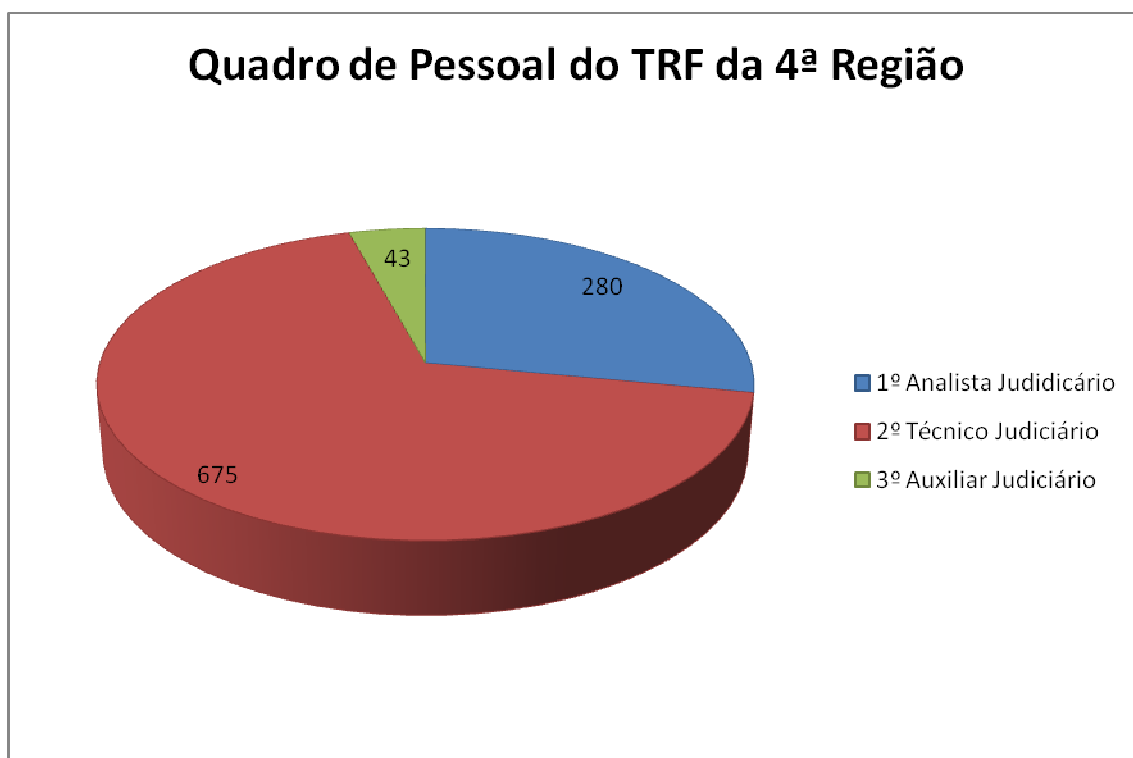
1 QUADRO DE PESSOAL

Desembargador	Ativo	Inativo	Afastado	Desligado
	25	24	1	2

Servidor	Analista	Técnico	Auxiliar	Ativo	Inativo	
Cargo	279	673	41	0	0	

ocupado						
Cargo vago	1	2	2	0	0	
Total Geral	280	675	43	00	0	998

CJ/FC		
Ocupada		789
Vaga		13
Total Geral		802



2 NEPOTISMO

Após análise da listagem nominal dos servidores ocupantes de cargos e funções comissionados no Tribunal, realizou-se cruzamento das informações relativas aos nomes e sobrenomes registrados e não foi encontrado nenhum indício de que haja prática de nepotismo.

Nos contratos analisados pela equipe de licitações, observou-se que há disposição nas cláusulas contratuais informando que a empresa vencedora se compromete a não contratar empregados que incidam nas proibições determinadas pela Resolução do CNJ⁹.

Com relação aos magistrados e servidores, em entrevista com a Diretoria da Secretaria de Recursos Humanos foi informado que todos possuem em seus assentamentos declaração de não incursão na prática de nepotismo.

3 TETO REMUNERATÓRIO

Em análise à folha de pagamento no período de janeiro a outubro de 2012 (magistrados e servidores do TRF da 4ª Região) observa-se 25 desembargadores ativos, 21 desembargadores inativos, 1 desembargador afastado, 2 desembargadores desligados e 72 servidores ativos perfazendo um total de 121 beneficiários que receberam valores brutos acima de R\$ 26.723,13. No entanto, verificou-se nas respectivas fichas financeiras que não ficou caracterizado recebimento de valores acima do teto constitucional¹⁰, mas sim, de valores referentes a antecipação da remuneração de férias, 1/3 de férias, adiantamento de gratificação natalina e a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE. Na amostra foi encontrado um único caso de servidor que de fato ultrapassou o teto constitucional, todavia, foi descontado de sua remuneração o valor necessário para atingir o limite legal. Relacionamos a matrícula, o valor bruto e o valor descontado:

MATRÍCULA	VALOR BRUTO	VALOR DESCONTADO
10477	27.823,71	1.100,59

ACHADO

Verificou-se que a servidora matriculada sob n. 10400, aposentada, recebeu nas folhas informadas abaixo, valores acima do teto constitucional.

⁹ A Resolução do CNJ n. 07, de 18 de outubro de 2005, veda a prática de nepotismo no Poder Judiciário e elenca as práticas que o caracterizam.

¹⁰ Resolução do CNJ n. 13/2006

Todavia, de acordo com as rubricas lançadas, as descrições da ficha financeira e considerando que o campo de observação não esclarece suficientemente ao que se referem os valores pagos, não há como avaliar de forma conclusiva se o pagamento foi realizado conforme as regras do teto constitucional.

FOLHA	MATRÍCULA	VALOR
2012031FS 201205	10400	51.768,17
2012074FS 201209	10400	63.148,85

RECOMENDAÇÕES

1) Informar, detalhadamente, do que se tratam as verbas pagas à servidora, demonstrando, inclusive, o fundamento legal e/ou processo administrativo que ensejou o pagamento;

2) Informar, de forma clara, em todos os pagamentos efetuados ao que se refere cada parcela que compõe a remuneração.

4 CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO

ACHADO 1

Inexistência de sistema de controle para aferição da jornada de trabalho

Conforme entrevista realizada com o Diretor de Recursos Humanos, não existe sistema de controle da jornada de trabalho, bem como controle de horas-extras e banco de horas. Atualmente existe catraca para entrada no prédio, todavia, as informações registradas não poderão ser utilizadas como instrumento de controle, uma vez que não há a possibilidade de gerenciamento e expedição de relatórios para análise das horas cumpridas. Assim, o registro dos horários de entrada e saída dos servidores e estagiários, o controle do banco de horas e/ou hora-extra é feito manualmente pelas áreas e atestada pelo gestor de cada unidade.¹¹

RECOMENDAÇÕES

¹¹ Resolução CNJ n. 88/2009

1) Customização (caso haja algum sistema em desuso no Tribunal) ou implantação de sistema informatizado específico para controle de frequência dos servidores, principalmente para atuação naquelas rotinas de pagamentos ligadas a hora-extra e a banco de horas, em homenagem aos princípios da eficácia e economicidade.

2) Edição de ato normativo interno, após a adoção de controle de frequência automatizado, para definir as regras referentes à jornada de trabalho e, principalmente, quanto aos quesitos hora-extra e banco de horas.

ACHADO 2

Pagamento de serviço extraordinário sem que haja controle efetivo e confiável que possibilite aferir a regularidade dos registros existentes.

RECOMENDAÇÕES

1) Implementação de rotinas e controle que estabeleçam e permitam o registro mínimo e confiável dos serviços extraordinários executados.

2) Que a SCI analise a necessidade e oportunidade de promover auditoria específica nos processos de concessão hora-extra.

5 CARGOS COMISSIONADOS, FUNÇÕES COMISSIONADAS E REQUISIÇÕES

A força de trabalho do Tribunal é composta por um total de 998 cargos efetivos, assim distribuídos: 280 Analistas Judiciários, 675 Técnicos Judiciários, 43 Auxiliares Judiciários e 5 (1 analista, 2 técnicos e 2 auxiliares) cargos vagos. Atualmente, o Tribunal dispõe de 802 cargos e funções comissionadas, dispostos da seguinte forma: 158 cargos comissionados, 631 funções comissionadas e 13 livres (6 CJs e 7 FCs).

Das 631 funções comissionadas, 630 são ocupadas por servidores integrantes das carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário da União, perfazendo um percentual de 99,84, em consonância com o preceituado pela legislação.

Dos 158 cargos comissionados, 152 são destinados aos servidores efetivos integrantes do quadro de pessoal do órgão, atingindo um percentual de 96,20, estando de acordo com o mínimo exigido pela lei¹².

¹² Art. 5º, § 7º da Lei 11.416/2006.

Observou-se que o órgão possui 5 servidores requisitados, 3 são oriundos de órgãos do Poder Judiciário, e 2 não pertencentes ao quadro do Judiciário da União, atendendo, também o que preconiza o normativo vigente¹³. Ressalte-se que para balizar essa análise não foram considerados os servidores em exercício provisório, atuando para acompanhamento de cônjuge e os removidos.

6 SISTEMAS DE GESTÃO DE PESSOAS

Foi disponibilizado, além das folhas de pagamento dos períodos solicitados em diligência específica, acesso ao sistema existente na unidade de gestão de pessoas.

As análises realizadas nos sistemas, complementarmente à entrevista direcionada à Diretora daquele departamento, permitiu a análise do fluxo dos procedimentos realizados. O TRF4 está em processo de desenvolvimento de um novo sistema corporativo de RH, sistema baseado em tecnologia *web* e banco de dados relacional. A plataforma antiga, com tecnologia MUMPS, ainda se encontra em produção, mas tem sido abandonada à medida que os novos módulos em tecnologia *web* são desenvolvidos e disponibilizados.

Em relação aos dados corporativos, parte da base de dados encontra-se na plataforma MUMPS, parte na plataforma nova, com mecanismos de replicação automática entre elas.

Há módulos ainda em funcionamento no SIRH (nome do sistema antigo, com tecnologia MUMPS) com interface no sistema novo, a Central RH. Do lado do usuário final (magistrados, servidores, pensionistas e estagiários), a interface é integralmente na Central RH.

Ainda em relação ao uso do novo sistema por parte do usuário final, todos os requerimentos às unidades de gestão funcional do TRF4 são feitos hoje de forma eletrônica, por meio da nova interface da Central RH (peticionamento eletrônico). Não há mais solicitação em papel, ressalvados os casos em que a norma assim o exige. A funcionalidade está à disposição dos usuários do TRF4 desde junho/12, e programada para estar disponível a todos os usuários da 4ª Região até dezembro/12.

A nova interface da Central RH encontra-se integrada com o SEI – Sistema Eletrônico de Informações (o sistema de gestão de informações do TRF4), o que possibilita que as solicitações feitas pelo usuário por meio da Central RH, quando é o caso (dependendo da natureza da solicitação, não há a necessidade de instrução de processo), gerem processos no SEI de forma

¹³ Art. 3º da Resolução CNJ n. 88/2009.

automática, abertos instantaneamente nas caixas das unidades de RH programadas para receber o tipo certo de solicitação. O usuário final, por sua vez, acompanha o andamento do seu pedido por meio da própria interface da Central RH, no item “Histórico de Solicitações”.

A nova interface da Central RH possibilitou o desenvolvimento do módulo de Notificações Eletrônicas, em produção no Tribunal desde setembro, e em fase de implantação nas seções, que passou a ser o meio de comunicação institucional das áreas de RH com os magistrados, servidores e estagiários da 4ª Região.

Para concluir, em resumo, são três as frentes de desenvolvimento do novo sistema de RH (Central RH) na 4ª Região, o que está sendo feito conforme cronograma específico:

- 1) Migração de tecnologia e dados da plataforma antiga (MUMPS) para a nova (Central RH). Exemplos: folha de pagamento, quadro de férias, quadro de funções etc;
- 2) Desenvolvimento de novas funcionalidades, já na nova plataforma. Ex.: concurso de remoção por permuta, controle de cursos etc;
- 3) Integração com o SEI – Sistema Eletrônico de Informações – em todos os aspectos necessários.

RECOMENDAÇÃO

Avaliar a possibilidade de customização de sistemas já existentes, objetivando, no mínimo, a integração destes ou avaliar a relação custo-benefício de uma nova aquisição de sistema de folha de pagamento visando atender as demandas do TRF, de forma que centralize em um único sistema todos os procedimentos de recursos humanos, visando mitigar os riscos inerentes a procedimentos manuais processados em sistemas diversos.

7 DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO

No período de janeiro a outubro de 2012, foram instaurados 537 processos administrativos relativos à devolução de valores recebidos indevidamente por servidores.¹⁴ Dessa população extraímos uma amostra de aproximadamente 15,1% totalizando a análise de 80 processos. Apesar de achados contendo erros meramente procedimentais, não foram constatados elementos suficientes à formação de qualquer conclusão que indique má-fé ou desídia.

¹⁴ Resolução CJF n. 68/2009, alterada pela Resolução CJF n. 143/2011

ACHADO N. 1

Falhas nas rotinas operacionais que ensejaram pagamentos indevidos

Verificaram-se valores recebidos indevidamente foram decorrentes de falhas nos procedimentos administrativos e não por divergência legal. Foram observadas as seguintes rotinas:

- servidores que foram considerados na folha de pagamento após terem solicitado vacância do cargo;
- servidores que constavam em folha de pagamento como ativos mesmo após concessão de aposentadoria;
- pagamento indevido de Gratificação de Atividade de Segurança a servidor cedido para outro órgão com exercício de função comissionada;
- interrupção de férias;
- cancelamento de Adicional de Qualificação – AQ Treinamento;
- pagamento a maior de Gratificação Natalina;
- demissão do cargo público;
- penalidade referente a atrasos e saídas antecipadas;
- servidor sem vínculo afastado para tratar da própria saúde.

RECOMENDAÇÃO

Proceda a Secretaria de Recursos Humanos a uma revisão das rotinas operacionais, dos fluxogramas de processos, bem como aprimoramento da instrução processual, concentrando o foco nas atividades que recorrentemente tem gerado pagamento de valores indevidos e consequente instrução de processos de devolução ao erário.

ESTATÍSTICA

A metodologia aplicada pela equipe de inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal seguiu os seguintes objetivos:

- 1) Levantar as atribuições do núcleo;
- 2) Detalhar a estrutura e o ambiente de trabalho à disposição do núcleo de Estatística;
- 3) Conhecer os atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais;
- 4) Verificar o cumprimento do Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, e da Resolução CJF n. 49, de 2 de março de 2009.

1) Levantar as atribuições do núcleo

- Atuar como unidade central de fornecimento de informações estatísticas do Tribunal;
- Prover o sistema Justiça em Números, gerido pelo Conselho Nacional de Justiça, com informações relativas à Justiça Federal da 4ª Região;
- Reunir e encaminhar trimestralmente ao Conselho da Justiça Federal informações estatísticas da movimentação processual e dados relativos à Justiça Federal da 4ª Região;
- Manter atualizadas as informações estatísticas da movimentação processual das varas federais e juizados especiais federais, das subseções e seções judiciárias da 4ª Região e dos órgãos julgadores do Tribunal;
- Assessorar as unidades do Tribunal nas pesquisas e estudos que demandem técnicas estatísticas inferenciais ou descritivas, no planejamento amostral, na realização de pesquisas junto ao público interno e externo que visem à obtenção de dados oficiais na Justiça Federal da 4ª Região;
- Consolidar e enviar informações referentes à transparência pública da Justiça Federal da 4ª Região, para disponibilização na internet;
- Consolidar e enviar informações do Tribunal para o sistema Serventias, do Conselho Nacional de Justiça;
- Proceder à coleta e à análise dos dados necessários à elaboração de relatórios estatísticos gerenciais do Tribunal e seções judiciárias da 4ª Região;

2) Detalhar a estrutura e o ambiente de trabalho à disposição do núcleo de Estatística

Atualmente, o TRF da 4ª Região dispõe de um núcleo de estatística vinculado à Assessoria de Planejamento e Gestão – APLANG, localizada na Diretoria Geral – DG. Essa estrutura foi criada em 2006 a partir da Resolução n. 15, de 26 de abril de 2006. Em 2007, foi aprovada outra resolução que renomeou o setor para “Setor de Informações Gerenciais”, que, em 2009, foi alterada para “Seção de Estatísticas e Informações Gerenciais”. Essas mudanças ocorreram em decorrência do que estabelece o art. 2º, da Resolução N. 49, de 18 dezembro de 2007 do CNJ, que dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário.

A unidade acredita que tal modelo é o mais adequado, porém só funciona se possuir pessoal especializado (programadores, estatísticos, bacharéis em direito) e em número adequado, bem como autonomia para acessar os sistemas do Tribunal para obtenção dos dados.

Atualmente possui carência de pessoal capacitado, não tem permissão para acessar os sistemas, nem pode ser responsabilizada pela consistência dos dados de litigiosidade recebidos da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Composição atual: 3 servidores, sendo 1 Analista Judiciário, 3 Técnicos Judiciários e 1 estagiário:

Funções comissionadas: 1 FC-5 e 1 FC-3.

Número de servidores que atuam no núcleo de estatística por área de atribuição:

- Área Judiciária: Nenhum servidor.
- Informática: Nenhum servidor. O desenvolvimento é dependente do Setor de TI e não possuem programador exclusivo.
- Administrativo: Nenhum servidor para atuar na Seção de Análise.

- Apoio Especializado em estatística: 1 servidor, porém o setor acredita ser necessária a presença de outro funcionário com essa qualificação.
- Outros: 1 Técnica Judiciária bacharel em Estatística, 1 Técnico Judiciário bacharel em História.

A ausência de um técnico em informática exclusivo para o núcleo prejudica e retarda a construção/implantação da ferramenta de *Business Intelligence* – BI, que se encontra com cronograma de implantação avançado.

A unidade não tem acesso exclusivo à base de dados do Tribunal. Mesmo com o bom relacionamento com a TI e a boa vontade desta em atender aos pedidos, não há meios de se verificar a consistência dos dados e, muitas vezes, não se tem conhecimento dos critérios empregados para a sua obtenção.

3) Conhecer os atuais sistemas utilizados para levantamento de informações processuais

A unidade de estatística finalizou recentemente a construção de uma ferramenta de relatórios inteligentes conhecida como *Business Intelligence* – BI e já iniciou o seu processo de instalação. Realizou treinamento de servidores da área de estatística e de TI para esse fim. O projeto encontra-se na fase de verificação da consistência dos dados e geração dos primeiros relatórios, que deverão ser disponibilizados em poucos meses aos usuários externos. Ainda não é uma ferramenta disponível para utilização.

Atualmente as informações são obtidas por meio de consultas aos sistemas processuais da intranet, conhecidas por “Controle de Acervo”, e GEDPRO (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais), bem como pelas solicitações feitas à Diretoria de Tecnologia de Informação, via Central de Pedidos quando os dados não podem ser obtidos por meio de consultas aos sistemas processuais citados. Essas informações, após coletadas, são armazenadas em banco de dados Excel ou Access. Os bancos de dados e o relatório final são armazenados em diretórios.

A unidade não realiza extração de dados. Essa atribuição é realizada pela Informática por meio de *scripts* específicos desenvolvidos toda vez que surgem novas demandas. Os resultados desse levantamento são remetidos à Seção de Estatística que tem a responsabilidade de consolidar e formatar a informação em planilha Excel.

O Banco de Dados principal utilizado na primeira e segunda instâncias é o Ingres. No 1º grau utiliza-se também o SQL.

A Seção utiliza o *software* “R” para análises estatísticas, Excel como planilha e Access como banco de dados, para realização dos trabalhos.

4) Verificar o não cumprimento do Provimento n. 2, de 22 de junho de 2009

O núcleo de estatística divulgou, em data anterior à inspeção de 2010, todos os dados de processos judiciais da primeira e da segunda instância, conforme o Provimento n. 2. Porém, com a evolução do processo judicial eletrônico, as publicações ficaram defasadas e inconsistentes, pois deixaram de computar, por questões técnicas de concepção, os dados de processos virtuais. Constatada a inconsistência, a Secretaria de Tecnologia da Informação, em conjunto com a estatística, está providenciando a correção, por meio da geração de novos *scripts* de consulta aos bancos de dados dos sistemas físico e virtual. A previsão de entrega com todas as informações é para março de 2013.

IV SISTEMAS JUDICIAIS ELETRÔNICOS

Na inspeção junto aos sistemas judiciais eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região foram solicitadas providências prévias, via *e-mail*, com o intuito de instruir os exames nos sistemas de informática. A equipe averiguou se as providências oriundas da inspeção anterior foram executadas, bem como examinou os sistemas, conforme as seguintes vertentes:

1) *Distribuição Processual*: consistiu na análise dos sistemas e rotinas de trabalho adotados na distribuição processual no âmbito do Tribunal, tanto para os processos físicos quanto para aqueles que tramitam de forma eletrônica. Nessa atividade houve a análise das rotinas operacionais envolvidas. Foram analisados os códigos-fonte da distribuição processual, visando à identificação de vulnerabilidades. Os técnicos realizaram em conjunto as baterias de testes dos sistemas e entrevistas com os servidores do Tribunal.

2) *Processo Eletrônico*: consistiu na análise macro dos sistemas de processo eletrônico no âmbito do Tribunal. Foram vistoriados os procedimentos de protocolo, autuação/classificação, distribuição, conclusão, registro de andamentos e publicações.

3) *Geração de Documentos Eletrônicos*: consistiu na análise dos procedimentos envolvidos na geração de peças eletrônicas no âmbito do Tribunal. A atividade comportou as fases de geração, guarda, disponibilização e publicação desses documentos, com especial atenção no que tange à segurança do acesso às geradas.

1 Atendimento às orientações constantes da última inspeção

Embora nem todas as recomendações expedidas na última inspeção tenham sido atendidas, nenhuma delas tem potencial para vulnerar o funcionamento dos sistemas computacionais do TRF da 4ª Região.

2 Análise dos Códigos-Fonte da Distribuição Processual

Os códigos-fonte dos sistemas SIAPRO e EProcV2 entregues foram analisados e comparados aos recebidos durante a inspeção anterior.

As alterações promovidas nos códigos desde a última inspeção foram avaliadas, apresentando indício de vulnerabilidade no EProcV2 que pode, em tese, resultar no direcionamento não identificável da distribuição processual. No entanto, tal vulnerabilidade, para ser explorada, necessitaria de envolvimento de técnicos somado a um acesso privilegiado ao sistema.

Foi avaliado também o fluxo de distribuições ao longo do dia no EProcV2 (janela de distribuição), indicando que a ampla “janela de distribuição” dos processos pode resultar em vulnerabilidade que deve ser monitorada.

Conclusão: da análise dos códigos-fonte e dos testes realizados, não foi identificada qualquer característica que indique direcionamento ou não aleatoriedade na distribuição processual no âmbito do Tribunal. Recomenda-se, entretanto, que o TRF da 4ª Região promova o monitoramento das “janelas de distribuição e redistribuição”, objetivando a identificação de atividades fora do padrão de operação do sistema.

3 Sistemas de Acompanhamento Processual

O TRF 4ª Região opera com o **sistema SIAPRO**, responsável pelo gerenciamento dos processos físicos que correm naquela Corte. O sistema encontra-se em fase de desativação no Tribunal, recebendo apenas manutenções corretivas até a sua completa substituição pelo sistema EProcV2.

O sistema **EProcV2** realiza o gerenciamento das informações de todos os processos eletrônicos no âmbito do Tribunal. Este sistema dispõe de recursos que facilitam a gestão dos gabinetes – como controle de acervo, ferramentas de estatísticas processuais e lembretes de prazo –, bem como a possibilidade de indicar as preferências legais já na fase de protocolização. As áreas de negócio, por sua vez, vislumbram agora a criação de ferramentas de apoio ao julgamento com foco na celeridade judicial.

Conclusão: o processo judicial eletrônico encontra-se consolidado no âmbito do TRF da 4ª Região. O sistema atende aos requisitos da Resolução n. 90 do CNJ, que trata da integração entre sistemas, não havendo recomendações genéricas a fazer sobre esse aplicativo.

4 Documentos Judiciais Eletrônicos

A geração de documentos eletrônicos no âmbito do TRF da 4ª Região encontra-se totalmente integrada ao EProcV2. O sistema possibilita a

troca antecipada de documentos entre as áreas envolvidas, o que viabiliza mais agilidade nas sessões de julgamento. Embora ainda careça de melhorias relativas à criptografia dos documentos, objetivando assegurar seu grau de sigilo, a estrutura de segurança apresentada é suficientemente robusta para minimizar os riscos de vazamento de informações sigilosas.

Conclusão: devem ser implementados dispositivos de criptografia no sistema de processos eletrônicos do Tribunal. Essa recomendação visa reduzir o risco institucional que pode derivar da divulgação de informações sigilosas.

V SEGURANÇA INSTITUCIONAL

INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UNIDADE

1.1 Número total de servidores do TRF4

983 servidores ativos.

1.2 Número total de servidores Agentes de Segurança

50 servidores técnicos judiciários, especialidade segurança e transporte.

1.3 Total de servidores Agentes de Segurança que desempenham atividades de segurança

33 servidores com GAS, outros cinco desempenham atividades na área da segurança, mas recebem FCs vinculadas à segurança. Isso na Divisão de Segurança, Transporte e Expedição.

1.4 Número de servidores Agentes de Segurança em outras atividades/setores e lotação

17 servidores.

1.5 Número de servidores Agentes de Segurança lotados em outras unidades do TRF4 (Gabinetes, etc.), mas que desempenham atividades de segurança

18 servidores.

1.6 O Tribunal possui contrato de vigilância? Se positivo qual unidade é a gestora do contrato?

Sim. A unidade gestora é a Divisão de Segurança, Transporte e Expedição.

1.7 O Tribunal possui contrato de Bombeiro Particular (Brigadista)? Se positivo, qual é a unidade gestora do contrato?

Não possui.

1.8 As recepcionistas estão vinculadas à Segurança Institucional? Qual unidade é a gestora do contrato?

Sim. Estão vinculadas à segurança, sob gestão da Divisão de Segurança, Transporte e Expedição.

1.9 Qual o número de Vigilantes contratados possui o tribunal?

Nos dias úteis, turno diurno, são 17 postos; à noite e diurno finais de semana, 9 postos. No total, são 47 profissionais envolvidos, em função das escalas de serviço.

1.10 Quantos são os Vigilantes armados?

Turno diurno, dias úteis, 13 postos armados; turno noturno e diurno finais de semana, 9 postos armados.

1.11 Como é a escala dos Vigilantes e dos Brigadistas?

A escala da vigilância é de 12h X 36h, excetuando-se 4 postos de 8 horas diurnos cuja escala é 5 X 2.

1.12 Existe serviço de Plantão no Tribunal?

Não. Em caso de necessidade, o titular da Unidade é acionado e adota as medidas necessárias.

1.13 Quantos servidores Agentes de Segurança compõem a escala de plantão e como a escala é organizada?

Não há escala.

1.14 Os servidores Agentes de Segurança recebem a GAS?

Sim.

1.15 O programa de reciclagem dos servidores de segurança está sendo executado conforme os ditames legais?

Sim. Anualmente são oferecidos treinamentos com a carga horária estabelecida na legislação. Vide IN-40-H-06 do Tribunal.

1.16 Qual unidade é responsável pela capacitação e reciclagem dos Agentes de Segurança?

A Secretaria de Gestão de Pessoas, vinculada à Diretoria de Recursos Humanos.

1.17 O Tribunal possui um controle de acesso e CFTV?

Sim.

1.18 Qual o número de câmaras instaladas?

82 câmaras no prédio sede e 30 câmaras no prédio da rua Miguel Couto.

1.19 Qual o número de catracas instaladas?

7 catracas e 2 portas controladas por crachás.

1.20 Quantos entradas/ acessos possui o Tribunal? Estão todas cobertas pelo CFTV?

Um acesso de veículos, dois acessos de pedestres; todos monitorados por CFTV.

1.21 Quantos servidores têm autorização para acesso e uso da garagem do Tribunal?

Cerca de 170.

1.22 Como é feito o controle de acesso e credenciamento de pessoas que adentram o Tribunal (visitantes, policiais, advogados, autoridades, magistrados etc.);

O controle é feito mediante apresentação de documento pelo visitante, coleta de digital (leitura biométrica), coleta de foto do rosto e obtenção de telefone para contato. Após, é fornecido um crachá de visitante, o qual registrará a data e horário de seu ingresso e saída.

1.23 Como é feito o controle de pessoas armadas que visitam o tribunal?

Mediante portal detector de metais nos acessos das catracas de entrada e aparelho de inspeção de volumes por raios-x para pastas, bolsas e similares.

1.24 Qual o quantitativo mensal de pessoas armadas que visitam o Tribunal?

Não há estatística para essa situação. Porém, é possível estimar um número mensal não superior a 50 pessoas.

1.25 Qual o número médio de visitantes diários e mensal que visitam o tribunal?

A média diária está em torno de 230 visitantes.

1.26 Quais dados são armazenados no Sistema?

Ficam registrados no sistema: nome completo, n. do documento (OAB ou RG), foto, telefone de contato, alguma observação (em casos de pessoas que criaram algum tipo de problema no TRF da 4ª), datas e horários de todos os acessos e saídas do Tribunal.

1.27 Quanto tempo esses dados ficam armazenados no sistema?

Indefinidamente. Hoje o sistema possui mais de 120.000 cadastros de visitantes.

1.28 O CFTV possui gravação de imagens? Por quanto tempo ficam armazenadas as imagens?

Sim, possui. O tempo de gravação é variável em razão dos locais monitorados. Entretanto, o tempo mínimo é de 20 dias, chegando a dois meses dependendo do local.

1.29 O Tribunal tem um Plano de Segurança?

Sim, o Plano está contido na Instrução Normativa IN-42-A-08.

1.30 A quantidade de servidores Agentes de Segurança é suficiente para o Tribunal?

Acredita-se que sim, embora em determinados períodos perceba-se falta. Isso decorre das licenças médicas dos servidores e da promoção de eventos que aumentam a demanda dos serviços da Divisão. Os afastamentos de agentes de gabinetes também nos afetam, pois se torna necessário o atendimento de suas necessidades.

1.31 A quantidade de vigilantes, recepcionistas e bombeiros particulares são suficientes para o Tribunal?

Sim.

1.32 Qual é a média de idade dos Agentes de Segurança?

50 anos.

1.33 Quantas funções e cargos comissionados existem na unidade de segurança e como é feita a distribuição?

Existe uma CJ-1, quatro FC-05. Todas as funções são ocupadas por agentes de segurança do TRF4. A distribuição é feita por cada Administração.

1.34 A qual unidade do Tribunal a área de Segurança está subordinada?

Está subordinada à Diretoria Administrativa.

1.35 Quais as atribuições do Agente de Segurança no Tribunal?

As atribuições são aquelas contidas na Resolução n. 212, de 27 de setembro de 1999, do Conselho da Justiça Federal.

1.36 Existe norma que disciplina as atribuições dos agentes e da unidade de segurança?

A unidade e suas seções têm suas atribuições elencadas no organograma do Tribunal, aprovado pela Portaria n. 292, de 1º/04/2011, da Presidência, publicada no DE em 15/04/2011.

1.37 De que forma os Agentes de Segurança desenvolvem suas atividades no plantão e na rotina diária do Tribunal?

Os agentes cumprem jornada de trabalho em horários escalonados, compreendendo o período das 8 às 21h. Quando necessário, os horários são ampliados ou modificados em face de demandas em outros horários.

1.38 A unidade de segurança possui algum servidor cedido da Secretaria de Segurança do Estado (Policia Militar, Bombeiro Militar)? Se positivo quantos e qual cargo ou função ocupa?

Não.

1.39 Qual o organograma da unidade de segurança?

A Divisão de Segurança, Transporte e Expedição é composta por quatro Seções: Seção de Segurança Operacional, Seção de Segurança Patrimonial,

Seção de Controle e Manutenção de Veículos e Seção de Baixa e Expedição.

1.40 O Tribunal participa do Acordo de Cooperação Contrato n. 017/2007-41- STJ/CJF?

Acredita-se que sim, embora a identificação do Acordo que consta na pergunta não coincida com o teor do Processo SEI n. 12.1.000063164-2.

1.41 Existe Comissão de Segurança Permanente instituída no TRF4?

Sim, instituída pela Portaria n. 91, de 3 de fevereiro de 2012.

1.42 Quantos veículos compõem a frota do Tribunal? Discriminar conforme a classificação dos veículos oficiais.

41 veículos, distribuídos da seguinte forma: 11 do Grupo "B"; 2 do Grupo "C"; 2 do Grupo "D"; 25 do Grupo "E"; 1 do Grupo "F".

1.43 O Tribunal está atendendo as Resoluções n. 72 do CJF e n. 83 do CNJ e a IN 04-01/2010 do CJF?

Sim, está. A Administração está empenhada no cumprimento dessas normas, especialmente na questão de fiscalizar o cumprimento pelos gabinetes.

1.44 Existe algum normativo do TRF4 que disciplina a aquisição, locação e uso de veículos oficiais do Tribunal?

Sim, a Instrução Normativa n. IN-40-A-07.

1.45 Quem conduz os veículos oficiais do Tribunal (servidores ou motoristas contratados)?

Somente servidores agentes de segurança.

1.46 O setor de transportes está vinculado de alguma forma à segurança?

Sim, o setor de transportes (Seção de Controle e Manutenção de Veículos) é uma das 4 Seções da Divisão de Segurança, Transporte e Expedição.

RELATÓRIO EQUIPE INSPECIONADORA

A inspeção foi feita mediante a coleta de dados e informações prestados pela Divisão de Segurança, Transporte e Expedição (DSTE), setor responsável pela segurança do Órgão, que responderam a um questionário. Informações complementares foram obtidas por meio de visitas a este setor e a alguns gabinetes.

A DSTE possui quatro seções: Seção de Controle de Acesso; Seção de Manutenção de Veículos e Seção de Vigilância e Segurança. Na sua estrutura, há um cargo comissionado de Diretor de Divisão (CJ-1) e três funções comissionadas de supervisor de Seção (FC-5). Essa divisão conta com 33 agentes de segurança, que tem por função desempenhar atividades básicas de segurança institucional e de transporte.

O TRF 4ª Região possui um quadro de 983 servidores ativos, sendo 50 servidores técnicos judiciários, especialidade segurança e transporte. Desses, apenas 33 estão efetivamente lotados nessa divisão; os demais estão lotados em gabinetes dos desembargadores do Tribunal, exercendo atividade de segurança e de motorista.

Com relação à capacitação de servidores do quadro de segurança e transporte, a inspeção constatou que, em breve análise, a reciclagem anual não atende ao Programa Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal (PNC) do CJF, pois o curso oferecido aos agentes de segurança não tem pertinência temática com as atividades de segurança.

O Tribunal conta com controle de acesso e está equipado com um CFTV de boa qualidade, composto de 112 câmeras instaladas, cobrindo todo o edifício, interna e externamente, e o prédio da Rua Miguel Couto. A responsabilidade pela operacionalização do CFTV é do controle de acesso é da DSTE.

O controle de acesso possui sete catracas e duas portas controladas por crachá, que de certa forma atende bem à demanda de aproximadamente 250 visitantes/dia, haja vista o Tribunal dispor de três entradas, sendo uma entrada principal e duas auxiliares. O sistema de credenciamento tem um bom programa, alimentado adequadamente os dados de visitantes que são colocados no sistema. O controle de visitantes armados é exemplar com cofre individual para cautela.

O Tribunal mantém contrato de vigilância armada e desarmada com empresa especializada. Este contrato está na gestão da DSTE. O contrato de

vigilância possui 47 vigilantes, dos quais nove postos são armados. Os vigilantes dividem a atividade de segurança orgânica com a DSTE.

A vistoria que a vigilância do TRF da 4ª Região executa na saída dos terceirizados soa como discriminatória, já que visitantes, estagiários e servidores não são submetidos ao mesmo procedimento.

O Tribunal possui um Plano de Segurança que está contido na Instituição Normativa IN-42-A-08. Falta um PPCI – Plano de Prevenção de Combate a Incêndio, justamente pela falta da brigada.

O Tribunal fez uma parceria para um Programa de Educação pelo Trabalho (PET), que tem em sua composição menores da FASE, com enorme índice de integração à sociedade desses menores infratores. Um excelente trabalho pelo setor responsável.

Existe um Acordo de Cooperação Técnica entre o STJ, o CJF, os TRFs e o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, com a finalidade de promover o intercâmbio eletrônico de informações, o qual só é utilizado pela DISEG, que detém o gestor máster, sistema responsável para o credenciamento dos outros servidores do Tribunal, caso necessário.

O controle dos veículos oficiais que servem aos gabinetes de desembargadores é feito de forma razoável, conforme determina a Resolução n. 083 do CNJ, Resolução n. 072 do CJF e Instrução Normativa n. 04-01 do CJF. Atende, em parte, às resoluções no que tange o controle, a manutenção e abastecimento do veículo. Com relação ao uso dos demais veículos oficiais, a inspeção verificou que existe um bom controle no âmbito da administração do Tribunal e que tem sido executado de acordo com os referidos normativos.

Foi verificada a existência de Comissão de Segurança no âmbito do Tribunal, atendendo à determinação do art. 2º da Resolução n. 104 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

2.1 Recomendações

- 1- Verificar, junto ao setor responsável, curso de reciclagem dentro das atividades de segurança;
- 2- Estudar a viabilidade de se instituir um contrato de Bombeiro Civil - Socorrista (brigadista), conforme a prevenção necessária para a segurança do Tribunal e seus integrantes, juntamente com o fornecimento de equipamentos básicos para desempenho de suas atribuições;

- 3- Apresentar urgente proposta do PPCI – Plano de Prevenção de Combate a Incêndio, com a aprovação do Corpo de Bombeiros do Estado;
- 4- Difundir o Acordo de Cooperação (INFOSEG/MJ e SINIC/DPF – Contrato 017/2007 STJ); às demais áreas do Tribunal e seções judiciárias;
- 5- Dar cumprimento às determinações de controle dos veículos oficiais, que servem aos gabinetes de desembargadores e os veículos da administração, conforme determina a Resolução n. 083 do CNJ, Resolução n. 072 do CJF e Instrução Normativa n. 04-01 do CJF.

F. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE INSPEÇÃO

Os trabalhos da inspeção foram encerrados às 10h20min, do dia 28 de novembro de 2012, conforme ata de fl.169, sendo elaborado, posteriormente, o presente relatório.

Enviados os relatórios, a própria Secretária da Corregedoria-Geral deverá acompanhar o prazo para atendimento das determinações e, uma vez decorrido, relacionar e certificar nos autos as unidades que responderam e efetuar sua imediata remessa ao juiz auxiliar da Corregedoria-Geral para análise e manifestação, de maneira a verificar se as ocorrências foram sanadas e se as unidades prestaram os esclarecimentos devidos.

É o relatório.

Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
Corregedor-Geral da Justiça Federal

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

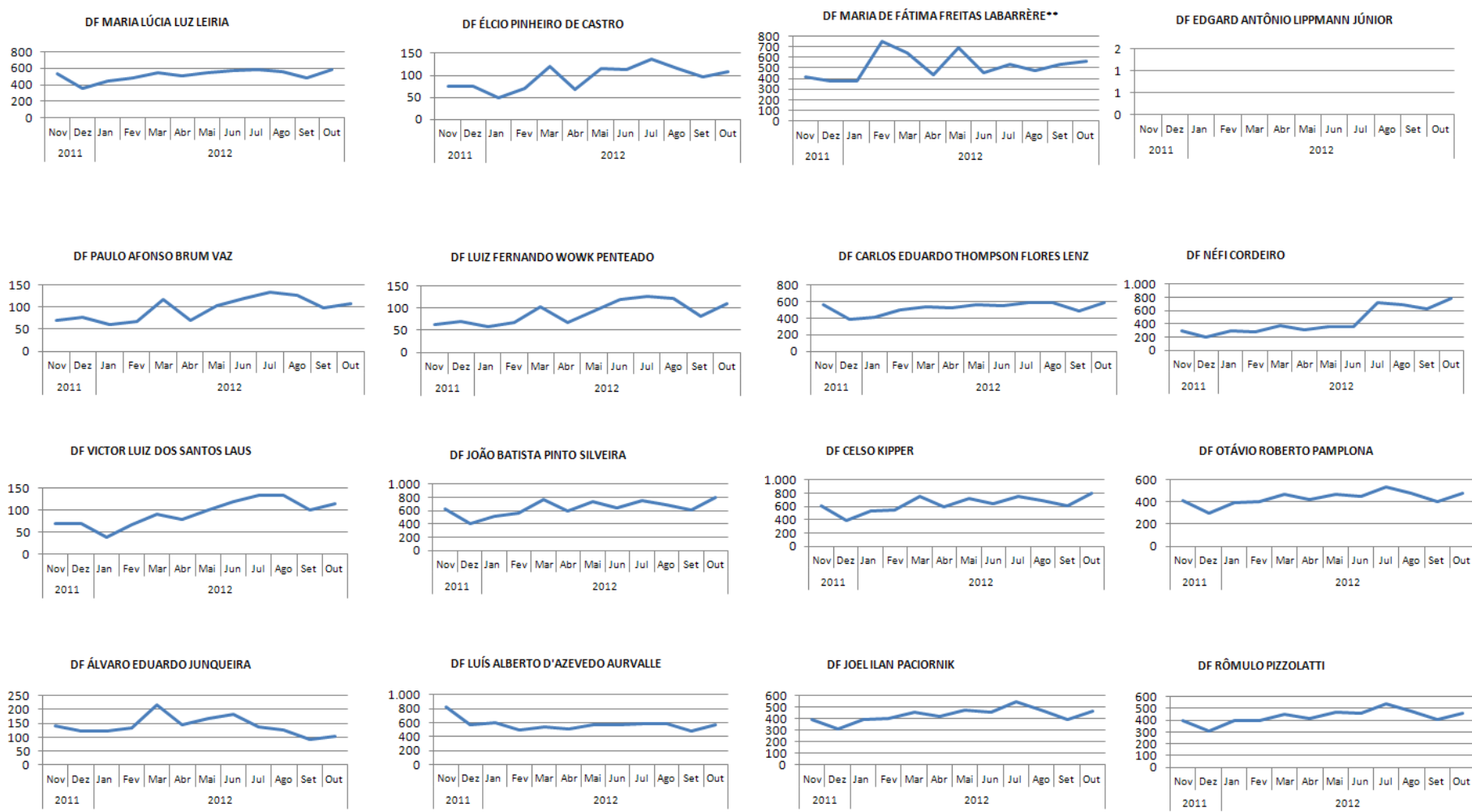
Desembargadores Federais*	2011		2012										Média
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
DF MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	539	357	440	478	542	511	551	565	586	561	485	588	516,9
DF ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO	75	74	49	71	120	69	116	113	136	116	97	109	95,4
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE**	421	374	379	746	642	438	691	455	536	480	538	565	522,1
DF EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR													
DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	69	76	61	67	117	70	102	120	133	127	99	107	95,7
DF LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	64	70	57	68	102	68	94	120	126	121	82	110	90,2
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	559	387	414	499	539	522	559	553	587	584	485	585	522,8
DF NÉFI CORDEIRO	298	192	292	284	366	308	354	358	721	689	622	789	439,4
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	70	70	38	67	90	79	100	119	133	133	101	115	92,9
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	619	397	521	554	760	588	738	648	745	685	604	798	638,1
DF CELSO KIPPER	610	395	526	548	743	599	727	644	744	687	602	803	635,7
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	411	302	389	401	472	418	471	452	534	482	402	480	434,5
DF ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA	142	124	122	133	217	144	169	181	138	125	92	105	141,0
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	827	566	600	500	535	508	565	565	581	579	483	573	573,5
DF JOEL ILAN PACIORNIK	391	314	391	404	456	423	473	454	545	478	395	464	432,3
DF RÔMULO PIZZOLATTI	400	306	398	395	453	412	469	457	537	477	410	460	431,2
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	636	412	546	539	760	600	738	670	778	703	639	882	658,6
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	395	311	401	395	460	423	464	466	538	466	393	469	431,8
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	546	385	418	483	545	518	560	544	590	573	488	569	518,3
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	77	71	58	79	106	79	112	111	141	117	101	110	96,8
DF ROGERIO FAVRETO	642	406	541	550	776	589	745	681	772	700	638	895	661,3
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	ND	ND	ND	599	723	368	436	420	476	450	407	480	484,3
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	544	363	458	724	901	768	912	837	873	654	486	571	674,3
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	4	4	2	5	6	8	0	2	1	4	3	6	3,8
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	1	4	1	4	2	4	4	2	1	6	10	12	4,3
DF TADAAQUI HIROSE													
JF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	ND	ND	444	497	558	520	567	575	596	605	497	573	543,2
JF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	343	212	326	314	427	644	743	653	526	641	636	890	529,6
Total	8.683	6.172	7.872	9.404	11.418	9.678	11.460	10.765	12.074	11.243	9.795	12.108	10.056,0

* Gabinete atual

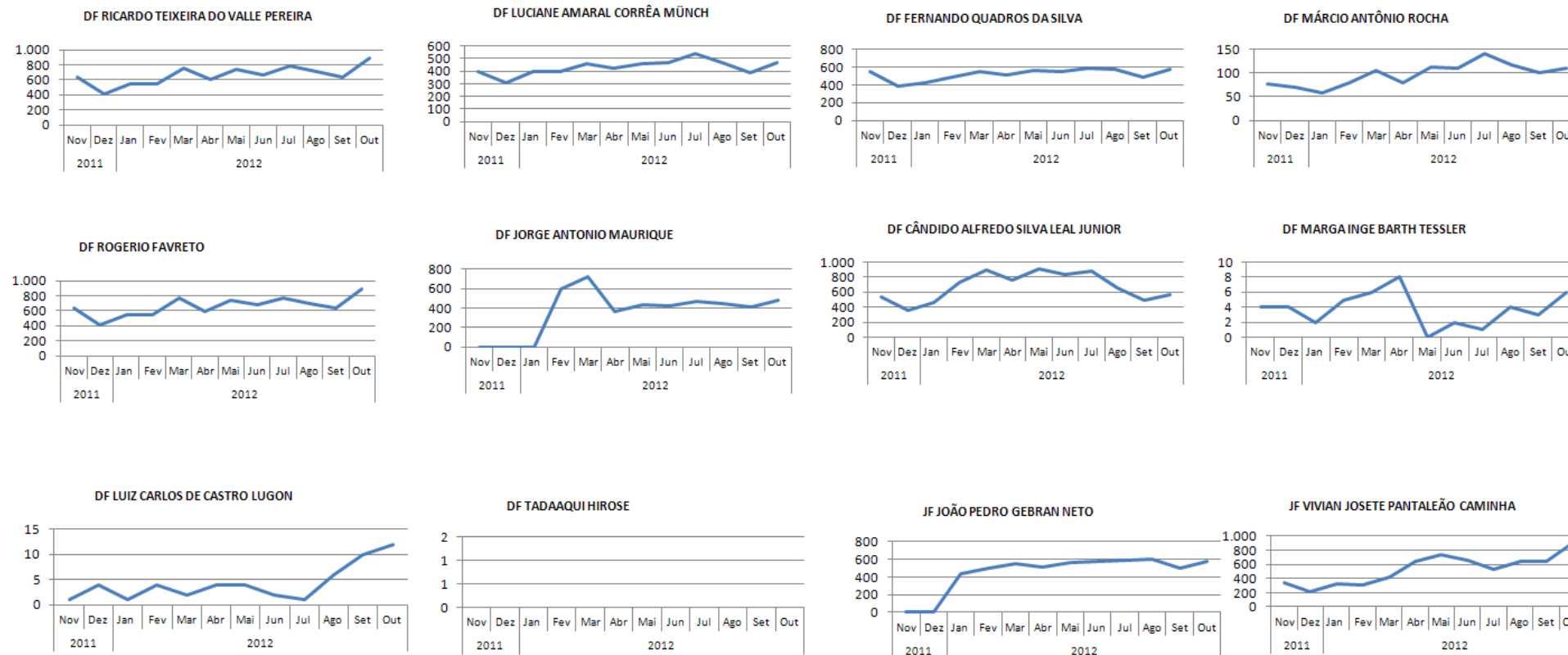
ND - Não disponível

** Incluídos os processos da Turma Regional de Uniformização

Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



Quantidade de processos judiciais distribuídos por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



Quantidade de processos judiciais Redistribuídos por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

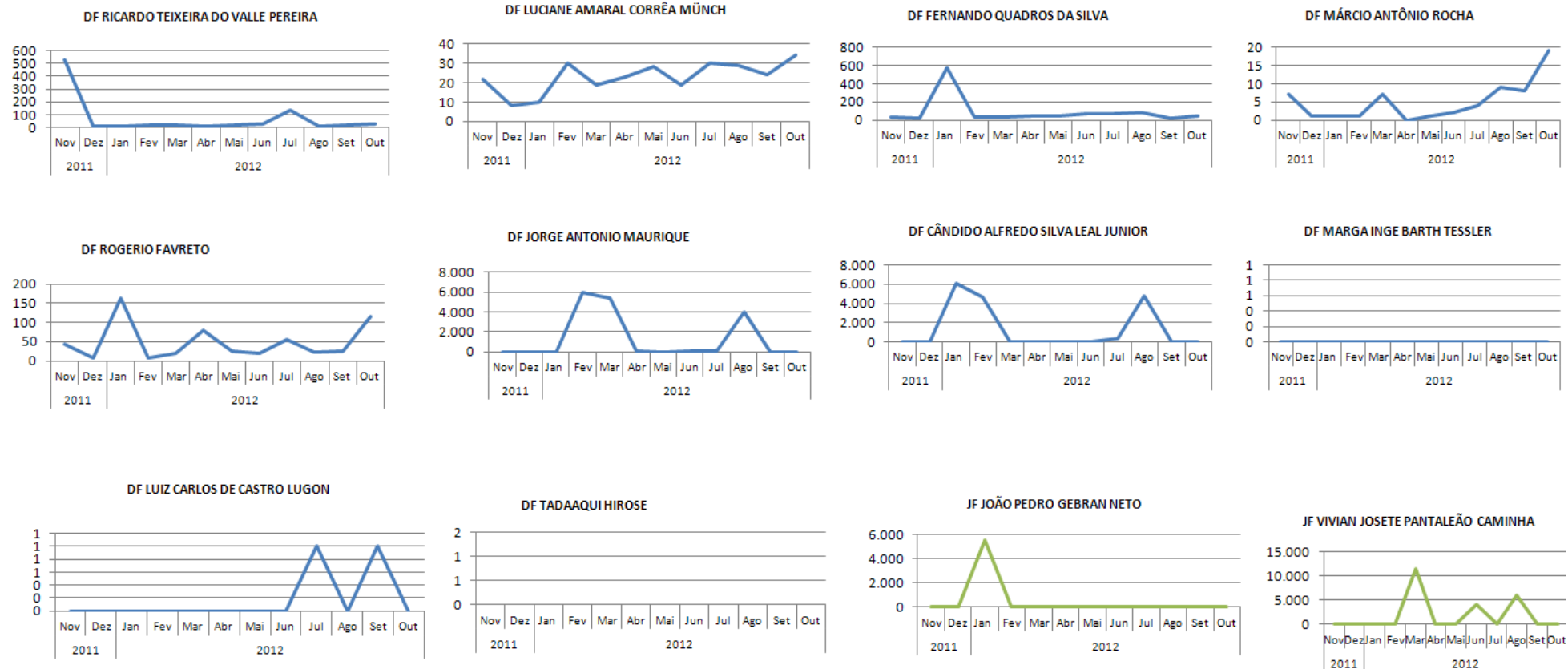
Desembargadores Federais*	2011		2012										Média
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
DF MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	27	19	563	27	14	47	37	44	36	101	33	36	82
DF ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO	3	5	9	3	8	5	10	6	8	13	8	15	8
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	11	19	22	46	33	32	39	33	46	36	22	34	31
DF EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR													
DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	6	1	4	1	6	7	11	6	4	9	7	13	6
DF LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	5	7	8	7	24	7	12	11	10	12	23	5	11
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	21	12	17	17	20	44	30	48	33	90	27	30	32
DF NÉFI CORDEIRO	17	9	20	13	25	4	25	6.362	214	125	66	132	584
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	3	8	9	3	30	3	6	8	5	7	9	6	8
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	23	11	220	41	44	12	23	41	51	38	40	123	56
DF CELSO KIPPER	28	15	171	16	58	18	30	52	177	38	48	127	65
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	17	10	13	29	24	28	21	36	36	19	17	29	23
DF ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA	4	1	2	0	4	6	4	526	16	19	13	14	51
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	22	221	7.025	58	81	42	41	40	61	53	37	53	645
DF JOEL ILAN PACIORNIK	18	12	13	17	21	23	21	26	27	17	23	28	21
DF RÔMULO PIZZOLATTI	40	14	21	24	41	31	26	23	43	28	18	31	28
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	525	6	6	17	17	12	17	25	131	12	21	31	68
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	22	8	10	30	19	23	28	19	30	29	24	34	23
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	32	23	573	29	27	40	39	76	73	80	23	51	89
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	7	1	1	1	7	0	1	2	4	9	8	19	5
DF ROGERIO FAVRETO	43	9	164	9	20	80	27	20	55	24	26	114	49
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	ND	ND	ND	6.009	5.377	66	25	31	46	4.043	21	24	1.738
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	29	22	6.058	4.608	39	73	36	55	400	4.806	33	65	1.352
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
DF TADAAQUI HIROSE													
JF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	ND	ND	5.540	29	26	34	24	51	39	35	32	51	586
JF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	11	19	23	25	11.648	49	21	4.224	29	6.158	27	37	1.856
Total	914	452	20.492	11.059	17.613	686	554	11.765	1.575	15.801	607	1.102	6.885

* Gabinete atual

ND - Não disponível

Considerados os processos atribuídos

Quantidade de processos judiciais Redistribuídos por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

Desembargadores Federais**	2011		2012										Média
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
DF MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	244	872	510	434	499	544	668	409	496	673	794	414	546,4
DF ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO	41	63	63	89	77	80	87	77	141	172	105	110	92,1
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE***	497	343	2	239	942	635	556	907	390	477	292	576	488,0
DF EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR													
DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	58	37	50	114	108	66	109	72	116	123	101	146	91,7
DF LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	76	46	57	53	92	83	94	88	127	113	98	134	88,4
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	469	550	488	496	600	488	589	525	540	597	525	542	534,1
DF NÉFI CORDEIRO	226	221	245	35	147	43	310	296	200	66	403	691	240,3
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	69	50	50	86	101	91	103	89	92	172	73	100	89,7
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	629	419	394	389	317	245	646	562	585	402	424	454	455,5
DF CELSO KIPPER	835	308	565	518	415	245	555	562	541	276	687	531	503,2
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	575	422	177	446	460	490	500	454	498	501	470	752	478,8
DF ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA	343	297	164	135	185	91	222	174	50	125	88	85	163,3
DF LUIS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	1.260	535	262	112	433	466	742	708	776	467	520	648	577,4
DF JOEL ILAN PACIORNIK	688	330	77	577	359	345	415	626	366	509	400	376	422,3
DF RÔMULO PIZZOLATTI	518	617	139	573	487	399	429	467	451	480	364	342	438,8
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	742	602	362	483	641	692	622	602	635	777	814	740	642,7
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MUNCH	518	371	66	345	502	563	510	649	490	659	551	550	481,2
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	876	349	275	395	1.158	829	921	680	755	547	797	289	655,9
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	115	47	60	107	82	129	164	67	140	130	114	124	106,6
DF ROGERIO FAVRETO	947	569	347	591	781	557	627	837	952	1.338	1.345	1.395	857,2
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	ND	ND	ND	384	518	252	748	453	107	404	616	510	443,6
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	470	458	258	217	483	300	288	1.199	935	274	312	453	470,6
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	2	2	1	3	0	1	7	1	1	1	2	5	2,2
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	1	0	0	1	0	0	0	1	2	2	1	5	1,1
DF TADAAQUI HIROSE													
JF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	ND	ND	240	398	584	525	603	550	739	534	517	523	521,3
JF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	137	205	109	189	84	28	525	489	415	459	827	768	352,9
Total	10.336	7.713	4.961	7.409	10.055	8.187	11.040	11.544	10.540	10.278	11.240	11.263	9.547,2

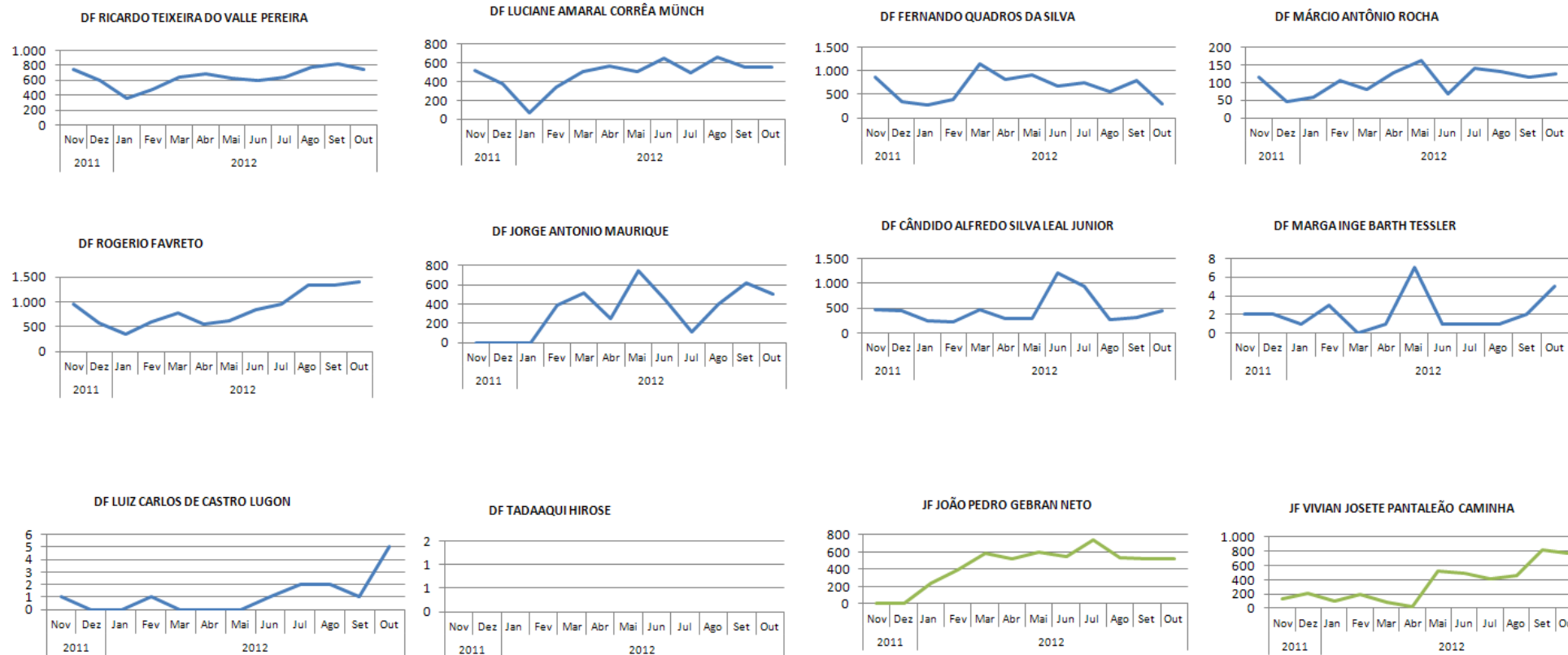
* Os julgados correspondem às decisões terminativas (monocráticas e colegiada), não incluindo os embargos e agravos.

*** Incluídos os processos da Turma Regional de Uniformização

** Gabinete atual

ND - Não disponível

Quantidade de processos judiciais julgados* por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



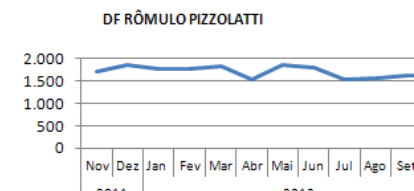
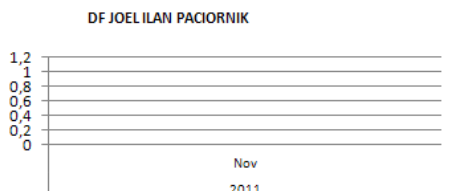
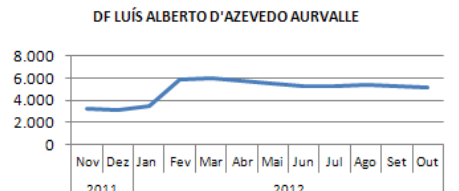
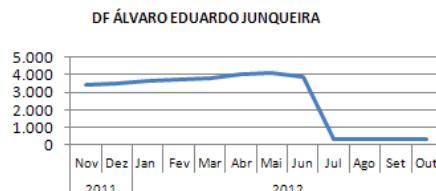
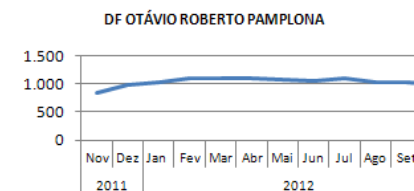
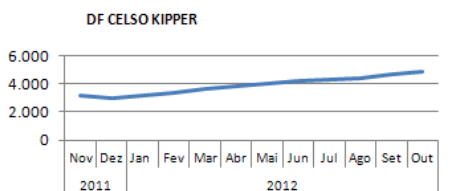
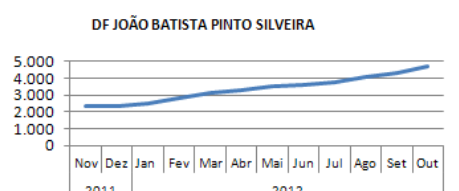
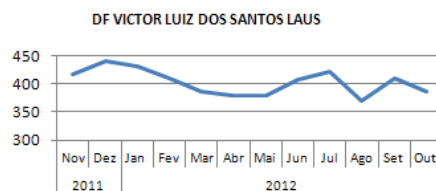
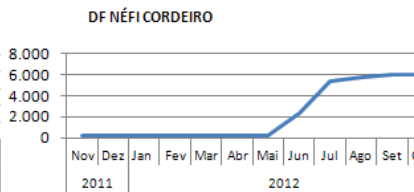
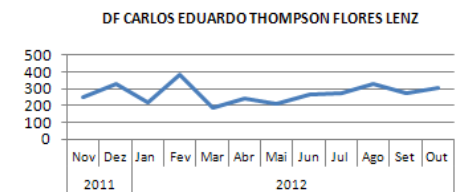
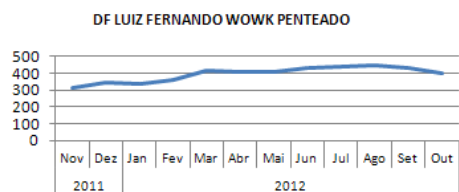
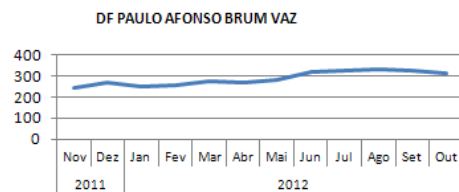
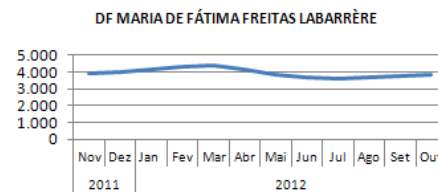
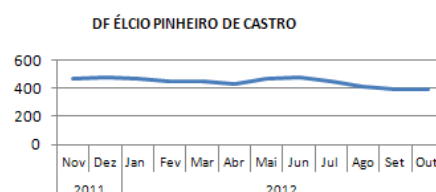
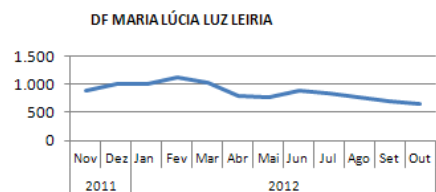
Quantidade de processos judiciais CONCLUSOS por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

Desembargadores Federais*	2011		2012										Média
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
DF MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	888	1.002	1.004	1.131	1.038	785	777	888	843	772	696	660	874
DF ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO	467	483	468	451	447	436	474	476	451	413	392	393	446
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	3.888	3.958	4.115	4.291	4.368	4.181	3.834	3.680	3.582	3.714	3.782	3.797	3.933
DF EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR													
DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	246	266	250	258	278	269	280	317	323	329	328	314	288
DF LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	309	340	338	360	411	407	404	428	436	443	428	396	392
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	251	330	215	385	182	239	211	268	270	331	274	304	272
DF NÉFI CORDEIRO	248	248	258	237	256	230	234	2.306	5.432	5.778	5.979	6.000	2.267
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	417	442	432	411	386	380	380	407	422	371	410	387	404
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	2.334	2.341	2.475	2.806	3.140	3.269	3.530	3.594	3.763	4.086	4.303	4.674	3.360
DF CELSO KIPPER	3.181	2.988	3.136	3.375	3.676	3.874	4.003	4.211	4.345	4.455	4.649	4.848	3.895
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	840	983	1.040	1.096	1.105	1.094	1.081	1.053	1.104	1.028	1.032	994	1.038
DF ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA	3.441	3.534	3.620	3.738	3.804	4.050	4.121	3.849	301	312	334	321	2.619
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	3.270	3.163	3.475	5.941	5.962	5.721	5.525	5.323	5.235	5.368	5.341	5.160	4.957
DF JOEL ILAN PACIORNIK	2.557	2.660	2.774	2.850	2.771	2.868	2.684	2.727	2.977	3.074	3.005	2.772	2.810
DF RÔMULO PIZZOLATTI	1.697	1.858	1.765	1.771	1.824	1.530	1.843	1.807	1.541	1.564	1.634	1.612	1.704
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	1.765	1.653	1.741	1.852	1.974	1.963	2.072	1.967	2.169	2.114	2.196	2.288	1.980
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	1.087	1.194	1.327	1.266	1.284	1.176	1.130	925	981	701	541	126	978
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	5.647	5.853	5.878	5.753	5.244	4.680	4.407	4.264	4.093	4.087	3.929	3.991	4.819
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	391	404	406	365	353	326	351	378	356	345	330	302	359
DF ROGERIO FAVRETO	4.441	4.380	4.520	4.456	4.467	4.450	3.681	3.035	2.731	2.257	2.333	2.188	3.578
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	ND	ND	ND	4.219	3.066	3.328	3.099	2.892	2.977	4.108	3.979	3.641	3.479
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	5.155	5.376	6.530	4.217	4.912	5.351	5.849	6.175	6.370	3.362	3.429	3.470	5.016
DF MARGA INGE BARTH TESSLER													
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON													
DF TADAAQUI HIROSE													
JF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	ND	ND	ND	2.987	2.927	2.726	2.954	2.716	2.633	2.780	2.726	2.727	2.797
JF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	2.406	2.492	2.679	2.753	4.532	4.790	5.038	3.102	4.508	6.586	6.584	6.568	4.337
Total	44.926	45.948	48.446	56.969	58.407	58.123	57.962	56.788	57.843	58.378	58.634	57.933	55.030

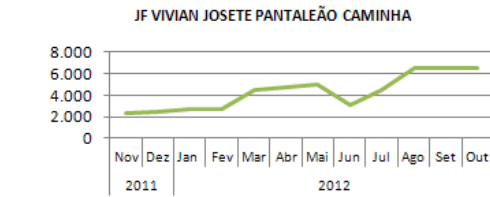
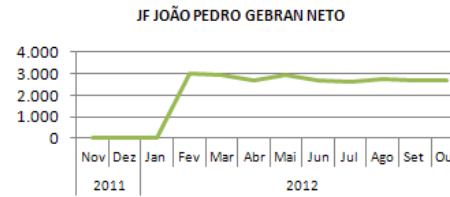
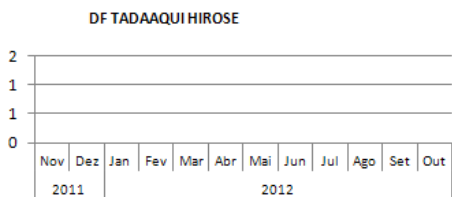
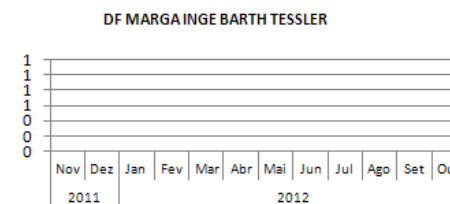
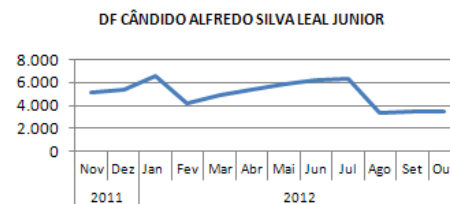
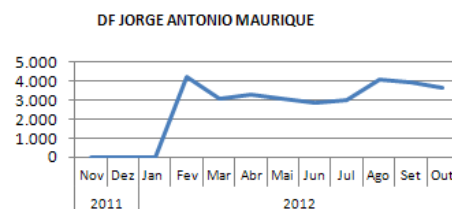
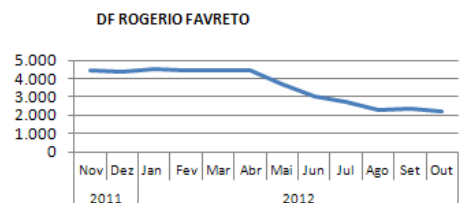
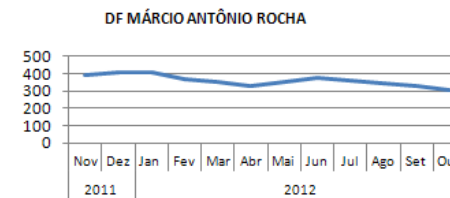
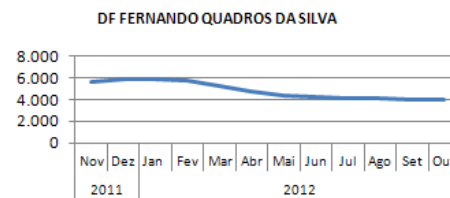
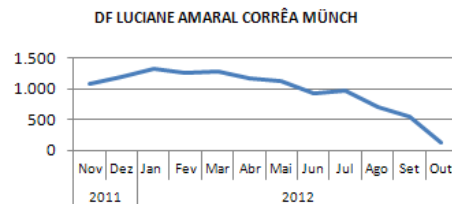
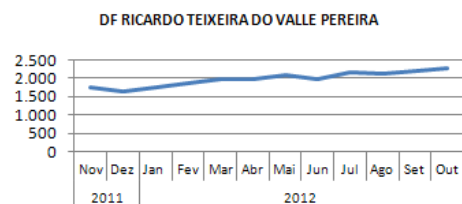
* gabinete atual

ND - Não disponível

Quantidade de processos judiciais concluídos por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



Quantidade de processos judiciais concluídos por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



Quantidade de processos judiciais em Tramitação - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

Desembargadores Federais*	2011		2012										Média
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
PRESIDÊNCIA	26	29	27	29	33	38	28	21	21	23	20	19	26,2
VICE-PRESIDÊNCIA	21.124	18.393	19.350	19.297	22.947	23.548	23.816	22.358	22.002	22.705	24.339	25.272	22.095,9
CORREGEDORIA-REGIONAL													
PRIMEIRA TURMA	15.076	15.137	15.002	15.058	15.296	15.571	15.485	15.737	15.640	14.651	14.472	14.388	15.126,1
SEGUNDA TURMA	8.069	8.139	8.344	8.573	8.779	8.630	8.471	8.390	8.469	7.863	7.416	6.739	8.156,8
TERCEIRA TURMA	12.057	12.259	11.779	11.568	11.380	11.151	10.578	10.467	10.365	9.522	8.946	8.541	10.717,8
QUARTA TURMA	15.510	15.839	15.741	16.034	16.531	16.819	16.976	17.152	16.644	15.955	15.807	15.906	16.242,8
QUINTA TURMA	16.410	16.898	17.026	16.535	16.683	17.203	17.853	18.783	19.178	19.116	19.560	19.098	17.861,9
SEXTA TURMA	14.992	14.995	15.391	14.954	15.559	16.304	17.480	18.524	19.132	19.523	20.251	20.789	17.324,5
SÉTIMA TURMA	1.636	1.700	1.641	1.634	1.703	1.703	1.715	1.673	1.727	1.739	1.575	1.516	1.663,5
OITAVA TURMA	1.369	1.462	1.392	1.404	1.505	1.503	1.540	1.639	1.662	1.663	1.619	1.584	1.528,5
DIRETORIA JUDICIÁRIA													
SEC DO PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL E DAS SEÇÕES	1.602	1.604	1.655	1.605	1.620	1.686	1.720	1.773	1.904	1.890	1.796	1.984	1.736,6
SECRETARIA DE PRECATÓRIOS	49.590	42.685	42.249	51.829	62.175	35.323	39.506	60.217	43.354	53.456	50.875	57.470	49.060,8
SECRETARIA DE RECURSOS**												7.288	7.288,0
SISTEMA DE CONCILIAÇÃO**												149	149,0
Total	157.461	149.140	149.597	158.520	174.211	149.479	155.168	176.734	160.098	168.106	166.676	180.743	162.161

*Órgão atual

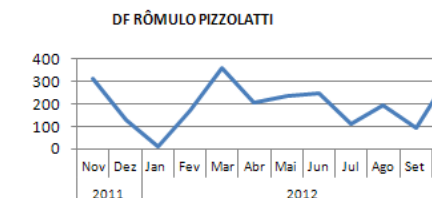
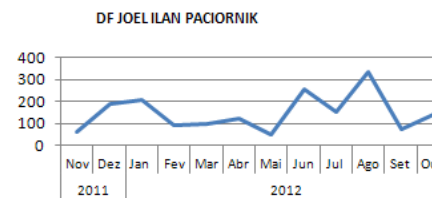
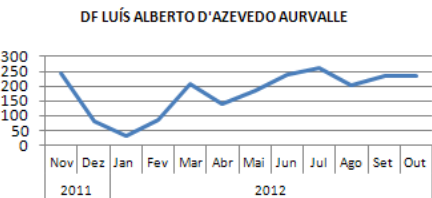
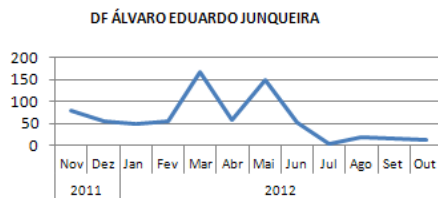
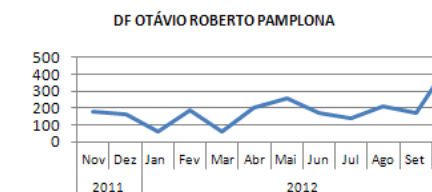
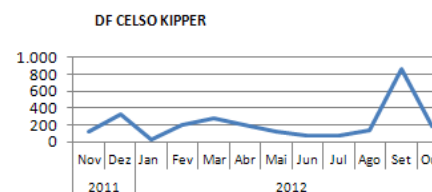
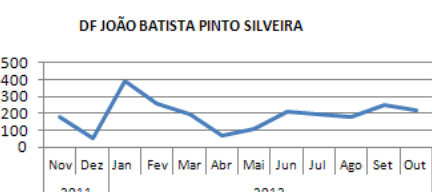
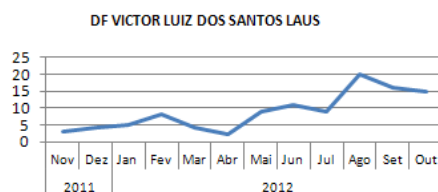
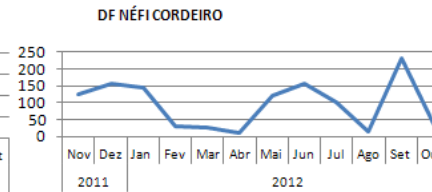
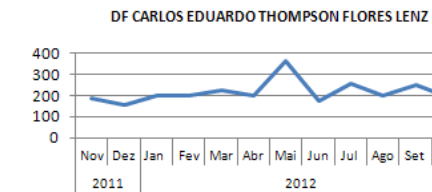
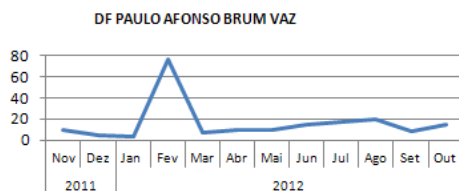
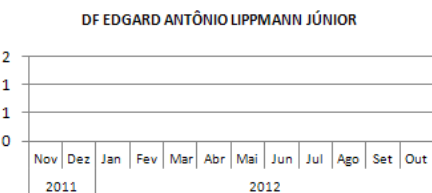
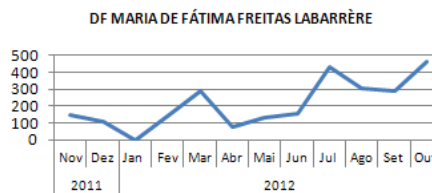
**Dados disponíveis apenas para o mês de outubro

Quantidade de Embargos de Declaração julgados por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

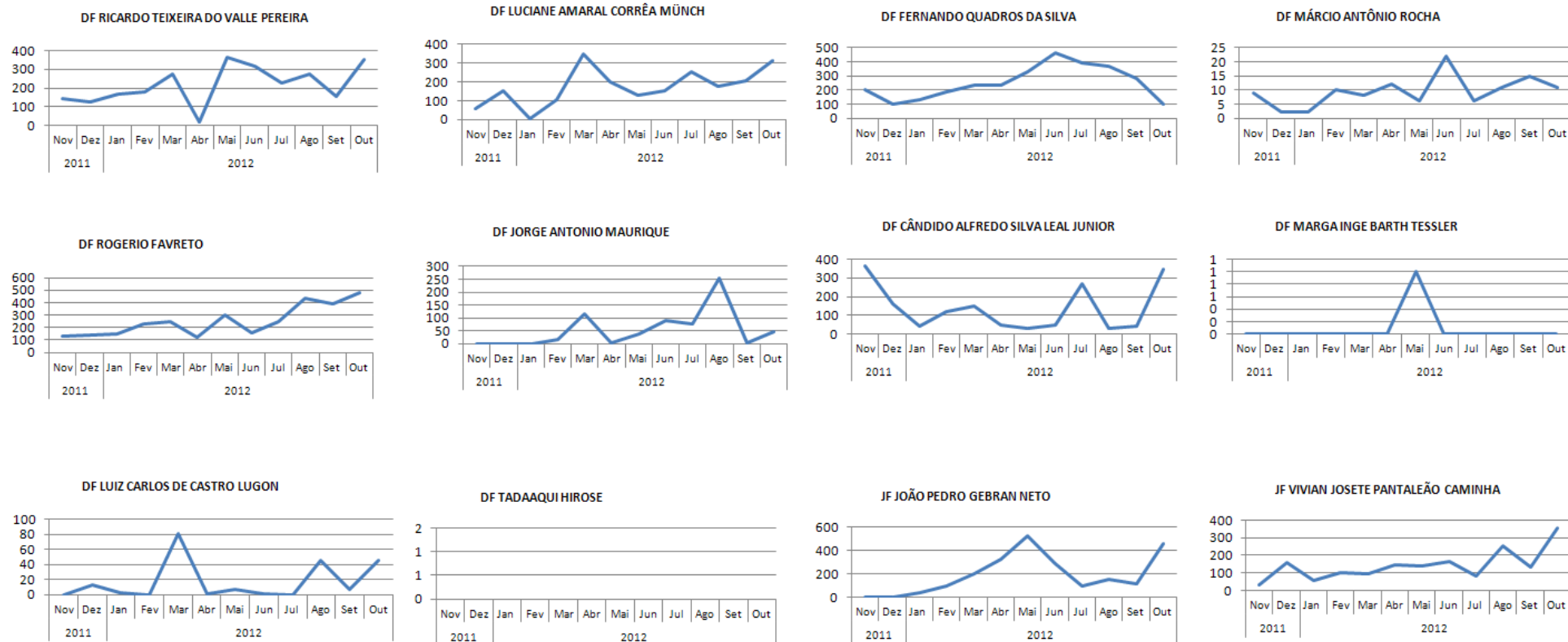
Desembargadores Federais*	2011		2012										Média
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
DF MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	212	107	158	149	300	244	261	178	244	169	290	224	211
DF ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO	3	7	1	1	6	7	5	8	10	24	16	10	8
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÉRE	149	110	0	142	288	78	134	151	428	301	285	460	211
DF EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR													
DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	9	4	3	76	7	10	10	15	17	20	8	14	16
DF LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	8	1	2	7	5	7	9	13	14	17	10	11	9
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	185	155	201	201	226	197	364	175	254	200	249	191	217
DF NÉFI CORDEIRO	125	157	143	30	24	10	120	155	102	13	232	36	96
DF VÍCTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	3	4	5	8	4	2	9	11	9	20	16	15	9
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	177	53	390	258	190	67	104	211	194	176	252	216	191
DF CELSO KIPPER	113	328	18	192	278	192	120	77	74	137	862	177	214
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	176	159	59	189	63	203	254	170	137	212	171	457	188
DF ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA	81	55	50	55	166	60	148	53	3	19	16	12	60
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	243	79	33	84	207	140	184	237	261	204	234	235	178
DF JOEL ILAN PACIORNIK	64	189	209	93	101	122	50	256	152	333	73	140	149
DF RÔMULO PIZZOLATTI	314	130	9	173	362	203	237	247	109	195	95	320	200
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	144	126	165	178	276	20	366	317	226	272	155	355	217
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	55	151	5	106	346	200	130	152	253	177	206	314	175
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	201	99	132	186	237	232	327	461	393	371	280	98	251
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	9	2	2	10	8	12	6	22	6	11	15	11	10
DF ROGERIO FAVRETO	127	141	151	232	249	123	304	161	247	433	390	484	254
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	ND	ND	ND	18	115	3	40	90	75	256	4	48	72
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	361	161	43	118	148	50	28	49	271	32	40	344	137
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	0	13	2	0	81	1	7	1	0	45	7	46	17
DF TADAAQUI HIROSE													
JF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	ND	ND	34	93	204	328	520	290	97	150	116	457	229
JF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	29	157	59	104	97	148	141	167	85	252	136	353	144
Total	2.788	2.388	1.874	2.703	3.988	2.659	3.879	3.667	3.661	4.039	4.158	5.028	3.403

* Gabinete atual
 ND - Não disponível

Quantidade de Embargos de Declaração julgados por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



Quantidade de Embargos de Declaração julgados por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

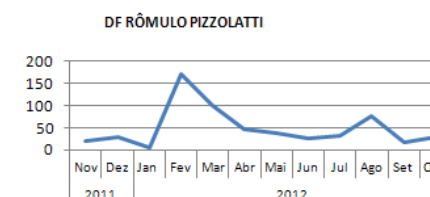
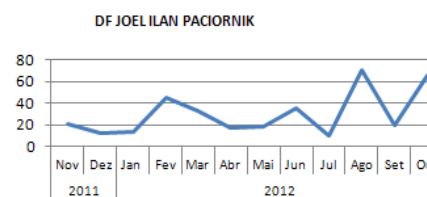
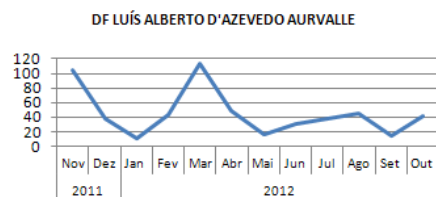
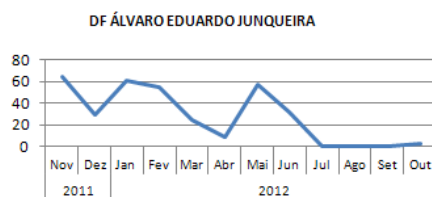
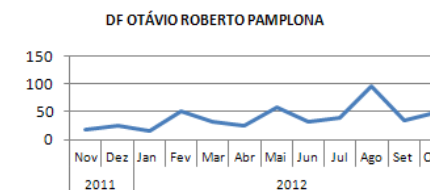
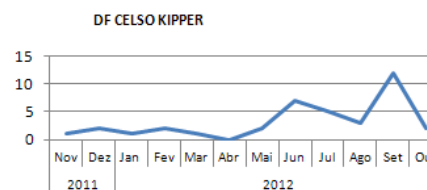
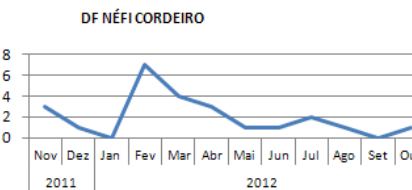
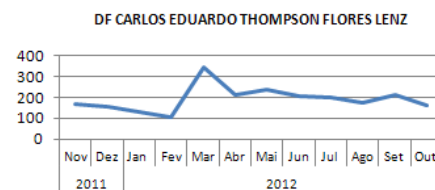
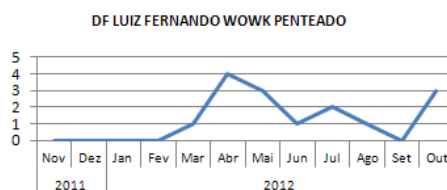
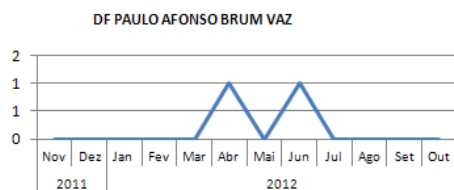
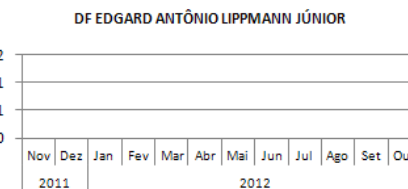
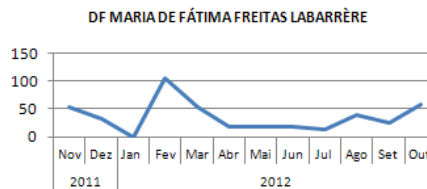
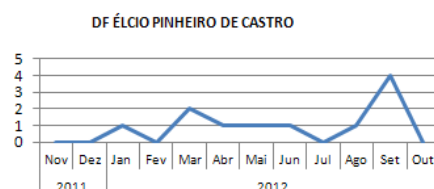
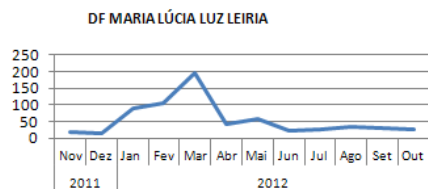


Quantidade de Agravos Regimentais julgados por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

Desembargadores Federais*	2011		2012										Média
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
DF MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA	17	13	90	105	195	43	59	22	27	35	28	25	55
DF ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO	0	0	1	0	2	1	1	1	0	1	4	0	2
DF MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE	53	32	0	105	54	19	17	17	13	39	24	59	39
DF EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR													
DF PAULO AFONSO BRUM VAZ	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1
DF LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO	0	0	0	0	1	4	3	1	2	1	0	3	2
DF CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ	170	153	129	107	344	209	239	207	201	171	212	163	192
DF NÉFI CORDEIRO	3	1	0	7	4	3	1	1	2	1	0	1	2
DF VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS	2	0	0	0	1	0	3	0	1	2	3	3	2
DF JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA	1	1	0	0	1	1	2	0	1	1	1	7	2
DF CELSO KIPPER	1	2	1	2	1	0	2	7	5	3	12	2	3
DF OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA	18	25	15	51	33	24	57	33	40	97	35	48	40
DF ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA	65	30	61	55	25	9	57	32	0	0	0	3	37
DF LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE	105	38	10	43	114	48	16	31	37	45	15	41	45
DF JOEL ILAN PACIORNIK	21	12	14	45	33	17	18	35	10	71	20	66	30
DF RÔMULO PIZZOLATTI	21	30	5	172	99	47	38	26	32	75	18	30	49
DF RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA	2	12	1	1	39	10	20	25	8	12	3	3	11
DF LUCIANE AMARAL CORRÊA MÜNCH	24	127	19	290	60	28	40	49	7	132	51	73	75
DF FERNANDO QUADROS DA SILVA	31	19	23	24	88	128	97	110	15	77	30	7	54
DF MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
DF ROGERIO FAVRETO	2	4	1	2	22	10	14	21	15	24	11	11	11
DF JORGE ANTONIO MAURIQUE	ND	ND	ND	27	26	14	81	325	292	234	24	14	115
DF CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR	89	27	13	17	11	7	4	54	60	0	1	11	27
DF MARGA INGE BARTH TESSLER	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1
DF LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON	0	6	7	0	3	0	11	1	0	5	34	36	13
DF TADAAQUI HIROSE													
JF JOÃO PEDRO GEBRAN NETO	ND	ND	41	37	54	69	105	77	60	67	52	65	63
JF VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA	13	20	27	12	11	7	5	2	8	38	21	1	14
Total	639	553	458	1.104	1.221	700	890	1.078	836	1.131	599	672	823

* Gabinete atual
 ND - Não disponível

Quantidade de Agravos Regimentais julgados por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012



Quantidade de Agravos Regimentais julgados por Desembargador Federal - Período: Novembro/2011 a Outubro/2012

